



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 127 - QUARTA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann ⁽¹¹⁾ Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁸⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁷⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾
		PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	PR - 6 Líder Magno Malta - PR ⁽¹²⁾ Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
12. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 130ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE AGOSTO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, que altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil –, para prever o direito do pai de contestar a paternidade dos filhos por ele reconhecidos. 31936

Projeto de Resolução nº 38, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre a relatoria das proposições nas reuniões em que o relator designado não esteja presente e a atuação do relator ad hoc. 31937

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 38, de 2011, lido anteriormente.. 31938

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Registro de manifestações da população brasiliense em defesa das nascentes que abastecem o Parque Olhos D'Água, destacando carta, ao Governador do Distrito Federal, na qual S. Exª se associa à iniciativa. 31938

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Defesa de uma maior reflexão, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2011, que altera e consolida as normas que dispõem sobre a contratação de correspondentes bancários no País. 31940

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Preocupação com a crise, em decorrência de exaustão do modelo econômico, enfrentada no Brasil e no mundo. 31943

SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Considerações sobre as manchetes dos principais jornais do Brasil e do mundo que reportam um novo estado de pânico em todas as praças financeiras. 31945

SENADOR PAULO PAIM – Registro da realização, pelo Ministério da Justiça, de um seminário intitulado “Lei Maria da Penha – 5 anos”; e outros assuntos. 31945

SENADOR GEOVANI BORGES – Apoio ao lançamento, pelo governo federal, do programa Ciência sem Fronteiras. 31949

SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Considerações acerca do projeto de lei complementar encaminhado, hoje, ao Congresso Nacional, pela presidente Dilma Rousseff, que amplia os limites de faturamento para participação de empresas no Simples Nacional. 31950

SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Preocupação com os sucessivos escândalos de corrupção, em ministérios, noticiados pela imprensa. 31952

SENADORA ANGELA PORTELA – Anúncio da publicação pela Agência Nacional de Energia Elétrica, dia 3 último, do edital de licitação para a construção da linha de transmissão entre Manaus e Boa Vista, que colocará Roraima no Sistema Interligado Nacional. 31952

SENADORA MARTA SUPLICY – Registro da celebração hoje de acordo entre a Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas e o governo federal, com medidas de ampliação e aperfeiçoamento da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. 31953

SENADOR ANIBAL DINIZ – Considerações sobre o pedido de vistas, por S. Exª, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do relatório do Senador Aécio Neves concernente à Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2011, destacando a necessidade da construção de um consenso acerca da matéria. 31955

SENADOR JAYME CAMPOS, como Líder – Registro da realização de ato público por prefeitos mato-grossenses, em Cuiabá, reivindicando mais segurança para que possam exercer com dignidade e independência seus mandatos populares. 31957

SENADOR WALTER PINHEIRO – Reafirmação da posição de S. Exª em favor da aprovação da PEC que muda o rito de apreciação das medidas provisórias. 31958

1.2.4 – Fala da Presidência (Senadora Marta Suplicy)

Referente à redução na tiragem impressa dos avulsos da Ordem do Dia do Senado Federal e do

Congresso Nacional, devido à disponibilização dos mesmos na internet e sua impressão em papel reciclado, com recursos oriundos da venda de aparas de papel. 31960

1.2.5 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 1.225, de 2011, na origem, comunicando a aposentadoria do Ministro Ubiratan Diniz Aguiar. . 31960

1.2.6 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 954, de 2011, de autoria do Senador José Sarney e outros Senadores. **Aprovado.** 31960

1.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 957, de 2011, de iniciativa da Comissão Temporária destinada a propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil (criada pelo Requerimento nº 171, de 2011), solicitando a prorrogação, até o final da presente sessão legislativa, do prazo de funcionamento da Comissão. **Aprovado.** 31960

1.2.8 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, que *acrescenta o § 3º ao art. 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, para equiparar a funcionário público, para fins de prática do delito de violação de sigilo profissional, o servidor aposentado ou fora do exercício da função, mas que age em razão dela.* 31961

Projeto de Lei do Senado nº 457, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, que *umenta a pena dos crimes contra a honra, previstos nos arts. nº 138, 139 e 140, caput e § 2º, altera a redação do § 3º do art. 140, para incluir a orientação sexual e identidade de gênero como elementos para injúria qualificada e acrescenta a possibilidade de aumento de pena para dois terços no art. 141, todos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.* 31963

Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que *altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para prever, na permissão de uso não gratuita de áreas públicas da União, a obrigatoriedade de reserva de ingressos para distribuição gratuita a entidades de assistência social.* 31965

Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2011, de autoria do Senador Sérgio Souza, que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tipificar como infração gravíssima a obstrução de vias urbanas por veículos envolvidos em acidentes sem vítimas.* 31966

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR CYRO MIRANDA – Elogio à conduta da Presidente Dilma Rousseff diante do momento de instabilidade e crise internacional, que tem feito as bolsas caírem e criado uma onda de atenção quanto ao futuro da economia mundial. .. 31967

1.2.10 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que *altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para caracterizar como prática abusiva a exigência de garantia para a realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência.* 31968

Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que *altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que “dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências”, para estabelecer medidas que inibam erros de dispensação e de administração e uso equivocado de medicamentos, drogas e produtos correlatos.* 31970

1.2.11 – Comunicações

Do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, referente ao conhecimento, pelos membros daquele Órgão técnico, do inteiro teor dos Avisos nºs 54, 56, 55, 59, 60, 61 e 62, de 2011, e recomendando os seus arquivamentos. (**Ofícios nºs 176, 177, 178, 200, 201, 202/2011, de 14 de junho último e 234/2011, de 28 de junho último**) 31972

Do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, referente ao conhecimento, pelos membros daquele Órgão técnico, do inteiro teor dos Avisos nºs 53 e 57, de 2011, e recomendando os seus arquivamentos. (**Ofícios nºs 179 e 180/2011, de 14 de junho último**) 31974

1.2.12 – Leitura de requerimentos

Nº 958, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senadores, em aditamento do Requerimento nº 95, de 2011, solicitando a realização de Sessão Especial, em 23 de setembro próximo, destinada a comemorar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência e homenagear o ex-Deputado Florestan Fernandes. 31974

Nº 959, de 2011, de autoria do Senador Wilson Santiago, Cristovam Buarque e outros Senadores, em aditamento ao Requerimento nº 387, de 2011, solicitando que também seja celebrado durante o Período do Expediente da Sessão Plenária do dia 17 de outubro, o Dia do Professor. 31975

1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Preocupação com os reflexos da crise econômica mundial na economia brasileira e cobrança de medidas preventivas por parte do governo federal. 31976

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Confiança na capacidade de o Brasil enfrentar a crise econômica atual..... 31978

SENADORA LÍDICE DA MATA – Registro da realização ontem de reunião da CPI do Tráfico de Pessoas, na cidade de Salvador; e outro assunto..... 31979

1.2.14 – Leitura de requerimento

Nº 960, de 2011, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando voto de aplauso pelos 100 anos de fundação do Município de Nova Granada/SP..... 31981

1.2.15 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para disciplinar o voto dos policiais em serviço. ... 31981

Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que acrescenta arts. 46-A e 74-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para responsabilizar pessoalmente, no âmbito civil e penal, os administradores de empresas fornecedoras de bens ou serviços que causem danos ao consumidor em razão de contratos que contenham cláusulas abusivas ou violadoras da boa-fé objetiva, ou ainda que contenham linguagem obscura em razão do uso de expressão técnica ou pertencente a língua estrangeira. 31983

1.2.16 – Leitura de propostas de emenda à Constituição

Nº 73, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Wilson Santiago, que altera a redação do § 6º do art. 14 da Constituição Federal, para determinar a desincompatibilização do Presidente da República, do Governador do Estado e do Prefeito Municipal como condição para a candidatura eleitoral. 31985

Nº 74, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Acir Gurgacz, que acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal. .. 31988

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2011, que altera os arts. 21 e 24 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição para o microempregador individual e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda; altera os arts. 16, 29, 72 e 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o filho ou irmão que tenha deficiência intelectual ou mental como dependente, modificar a regra de cálculo do auxílio-doença e determinar o pagamento do salário maternidade devido à empregada do microempregador individual diretamente pela Previdência Social; altera o art. 20 e acrescenta o art. 21-A à Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência; e acrescenta os §§4º e 5º ao art. 968, da lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, para

estabelecer trâmite especial e simplificado para o processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempregador individual. (proveniente da Medida Provisória nº 529, de 2011). **Apreciação adiada** para a próxima sessão deliberativa ordinária..... 31991

1.3.2 – Item 21 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2011 (nº 2.548/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria, celebrado em Monróvia, em 29 de maio de 2009. **Aprovado.** À promulgação. 31991

1.3.3 – Item 33 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 837, de 2011, do Senador Luiz Henrique, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (profissão de Bombeiro Civil). **Retirado**, nos termos do **Requerimento nº 961, de 2011**, lido e aprovado nesta oportunidade..... 31992

1.3.4 – Item 34 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 837-A, de 2011, do Senador Luiz Henrique, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. **Retirado**, nos termos do **Requerimento nº 962, de 2011**, lido e aprovado nesta oportunidade..... 31992

1.3.5 – Item 37 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 854, de 2011, do Senador Lindbergh Farias, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 108, de 2007; e 295, de 2008, a fim de que tenham tramitação autônoma (investimentos em saneamento básico). **Retirado**, nos termos do **Requerimento nº 963, de 2011**, lido e aprovado nesta oportunidade..... 31992

1.3.6 – Item 24 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 777, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2011, por regularem matéria correlata (adaptação de veículos automotores para pessoas com deficiência física). **Aprovado.** 31993

1.3.7 – Item 29 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 828, de 2011, do Senador Vital do Rêgo, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2007, com os Projetos de Lei do Senado nºs 16, de 2009; 65 e 99, de 2010, que já se encontram apensados, por regularem matérias correlatas (programas governamentais para áreas urbanas de risco). **Aprovado.** 31993

1.3.8 – Item 31 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 835, de 2011, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 16, de 2008, e 340, de 2011, por regularem matérias correlatas (rateio e ressarcimento ao SUS dos recursos oriundos do DPVAT). **Aprovado**..... 31993

1.3.9 – Item 25 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 778, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (altera o Estatuto da Cidade). **Aprovado**..... 31993

1.3.10 – Item 26 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 784, de 2011, de autoria do Senador Wellington Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (equoterapia para pessoa com deficiência). **Aprovado**..... 31993

1.3.11 – Item 27 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 785, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. **Aprovado**..... 31994

1.3.12 – Item 28 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 812, de 2011, do Senador Vital do Rêgo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (criação do Fundo Nacional de Proteção dos Recursos Hídricos). **Aprovado**..... 31994

1.3.13 – Item 30 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 829, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 420, de 2005; 315 e 316, de 2008, que tramitam em conjunto, além das Comissões constantes dos despachos iniciais, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (restrições ao uso de produtos de tabaco). **Aprovado**..... 31994

1.3.14 – Item 32 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 836, de 2011, do Senador Armando Monteiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (ausência do trabalhador que necessite acompanhar filho enfermo). **Aprovado**..... 31994

1.3.15 – Item 35 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário) (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 838, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de aplauso e louvor ao Dr. José Graziano da Silva, por haver sido eleito para o cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO. **Aprovado**..... 31995

1.3.16 – Item 38 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário) (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 909, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de aplauso à República Francesa, por sua data nacional, 14 de julho, cuja origem é a queda da Bastilha. **Aprovado**..... 31995

1.3.17 – Item 39 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário) (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 916, de 2011, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, solicitando voto de solidariedade ao governo e ao povo norueguês em razão dos terríveis atentados cometidos em Oslo e na ilha de Utoya. **Aprovado**..... 31995

1.3.18 – Item 6 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário) (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 685, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2011. **Aprovado**..... 31995

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2011 (**Parecer nº 746, de 2011-CDIR**). **Aprovado**. À Câmara dos Deputados. 31996

1.3.19 – Item 36 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 846, de 2011, do Senador Cyro Miranda, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 4, 589 e 590, de 2007; 174, 181, 240, 449 e 463, de 2008; 45, 277, 305, 347 e 380, de 2009; 160 e 197, de 2010, a fim de que tenha tramitação autônoma (redução do IPI sobre reciclagem). **Aprovado**..... 31996

1.3.20 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 75, de 2011 (nº 130/2011, na origem), de iniciativa da Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. José Jorge Alcazar Almeida, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do

Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa. 31997

1.3.21 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)

Referente à ampliação do número de canais da TV Senado na Internet, que possibilitará o acompanhamento pela Internet, em transmissão ao vivo, das reuniões do Plenário e de todas as comissões técnicas e especiais..... 31997

1.3.22 – Ordem do Dia (continuação)

1.3.23 – Item extrapauta (continuação)

Mensagem nº 75, de 2011 (nº 130/2011, na origem), de iniciativa da Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. *José Jorge Alcazar Almeida*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa. **Aprovada**, nos termos do **Parecer nº 747, de 2011-CRE**. (Votação nominal) 31997

1.3.24 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 635, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 15, de 2011 (nº 57/2011, na origem), da Ordem dos Advogados do Brasil, submetendo ao Senado Federal a indicação do Sr. *Jefferson Luis Kravchychyn*, para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Aprovado**. (Votação nominal) 31999

1.3.25 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 636, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 18, de 2011 (nº 725/2011, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho, submetendo ao Senado Federal a indicação do Ministro *Carlos Alberto Reis de Paula*, para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Aprovado**. (Votação nominal) 32001

1.3.26 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 637, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 36, de 2011 (nº 292/2011, na origem), da Procuradoria-Geral da República, submetendo ao Senado Federal a indicação do Procurador Regional da República *Wellington Cabral Saraiva*, para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Aprovado**. (Votação nominal)..... 32002

1.3.27 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 748, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 101, de 2011 (nº 247/2011, na origem), de iniciativa da Presidente da República, submetendo ao Senado Federal a indicação do Sr. *Marco Aurélio Bellizze Oliveira* para compor o Superior Tribunal

de Justiça, na vaga destinada a Desembargador, decorrente da nomeação e posse do Ministro Luiz Fux no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. **Aprovado**. (Votação nominal)..... 32003

1.3.28 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 749, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 102, de 2011 (nº 248/2011, na origem), de iniciativa da Presidente da República, submetendo ao Senado Federal a indicação do Sr. *Marco Aurélio Gastaldi Buzzi* para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da aposentadoria do Ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina. **Aprovado**. (Votação nominal) 32007

1.3.29 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 664, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 20, de 2011 (nº 725/2011, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Ex^{mo} Sr. Juiz do Trabalho *José Lúcio Munhoz*, Titular da 3ª Vara do Trabalho de Blumenau, para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Aprovado**. (Votação nominal) ... 32012

1.3.30 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 666, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 32, de 2011 (nº 166/2011, na origem), do Supremo Tribunal Federal, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Desembargador *José Roberto Neves Amorim* para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Aprovado**. (Votação nominal)..... 32014

1.3.31 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 665, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 24, de 2011 (nº 58/2011, na origem), da Ordem dos Advogados do Brasil, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. *Adilson Gurgel de Castro*, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Aprovado**. (Votação nominal) . 32015

1.3.32 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Leitura de requerimentos

Nº 964, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Senadores, solicitando a realização de homenagem no Período do Expediente da sessão do dia 6 de dezembro próximo, para comemorar o Dia do Fonoaudiólogo e os 30 anos de publicação da Lei nº 6.965/1981, que regulamentou a profissão. 32020

Nº 965, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Senadores, solicitando, em adita-

mento ao Requerimento nº 769, de 2011, a realização de homenagem no Período do Expediente da sessão do dia 30 do corrente para comemorar os dez anos da criação do Estatuto da Cidade. 32020

1.4.2 – Discursos

SENADORA ANA AMÉLIA, como Líder – Reflexões acerca dos possíveis efeitos da crise econômica internacional sobre a economia brasileira; e outros assuntos. 32021

SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Homenagem ao Rio Grande do Norte por ocasião do aniversário, no dia 7 de agosto, dos 510 anos da chegada dos portugueses ao Estado. 32024

1.4.3 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 923, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores. **Aprovado.** 32025

1.4.4 – Discursos (continuação)

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES, como Líder – Críticas às medidas de contenção da crise econômica internacional anunciadas pelo Governo Federal. 32026

SENADOR WILSON SANTIAGO – Congratulação à Presidente Dilma Rousseff pela ampliação dos limites de faturamento para participação de empresas no Simples Nacional; e outro assunto... 32030

SENADOR ARMANDO MONTEIRO – Análise das medidas de estímulo à indústria anunciadas pelo Governo Federal. 32035

SENADOR SÉRGIO PETECÃO – Alerta para os atrasos na prestação de serviços pelos Correios no Estado do Acre; e outros assuntos. 32038

1.4.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações acerca das medidas de segurança que estão sendo adotadas para a Copa do Mundo, Copa das Confederações e os Jogos Olímpicos. 32042

1.4.6 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 10, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 32043

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 9, apresentadas ao Projeto de Lei nº 17, de 2011-CN (Mensagem nº 64, de 2011-CN – nº 252/2011, na origem). 32047

Nºs 1 a 14, apresentadas à Medida Provisória nº 539, de 2011. 32056

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 9.8.2011

5 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO

5.1 – TERMO DE REUNIÃO

Referente à Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 539, de 2011. 32074

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 130ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 9 de agosto de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência do Sr. José Sarney, da Sra. Marta Suplicy,
dos Srs. Wilson Santiago, João Durval e Paulo Paim*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 20 horas e 13 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

130ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 9/8/2011 07:30:17 até 9/8/2011 20:30:17

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	X
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	X
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PH	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	X	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	X
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	X
PH	MT	BLAÍRO MAGGI	X	X
PMDB	SC	CASildo MALDANER	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	X
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	X
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PT	SP	EDUARDO SUPlicy	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
PT	AC	JORGE VIANA	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	X
PH	ES	MAGNO MALTA	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PT	SP	MARTA SUPlicy	X	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PV	RN	PAULO DAVIM	X	X
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	X
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	X
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	X	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	X
PDT	MG	ZEZÉ FERRELLA	X	X

Compareceram: 75 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 455, DE 2011

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil –, para prever o direito do pai de contestar a paternidade dos filhos por ele reconhecidos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 1.601 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil – passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1.601. Cabe ao pai o direito de contestar a paternidade dos filhos por ele reconhecidos, sendo tal ação imprescritível.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Esta proposição tem como escopo adequar à norma legal aos avanços e anseios da sociedade e da ciência.

O texto da referida regra vigente tem ocasionado a interpretação de que apenas pode ser contestada a paternidade dos filhos havidos na constância da comunhão conjugal ou que apenas nestes casos o direito é imprescritível. Nesse sentido o Superior Tribunal de Justiça já firmou posicionamento, consoante se dessume do julgamento AgRg no REsp 939657 / RS (2007/0074636-4).

No atual sistema, o entendimento em alguns julgados tende a excluir a legitimidade ativa do pai que reconhece a paternidade de filho havido fora do casamento e, posteriormente, vem a descobrir pelos exames apropriados a inexistência de vínculo biológico com o filho.

Penso que essa posição não se adequa aos atuais avanços da ciência e tecnologia, os quais pelas técnicas próprias conseguem, com 99,999% (noventa e nove inteiros e novecentos e noventa e nove décimos por cento) de certeza, demonstrar a existência ou não de vínculo parental entre os interessados.

Esse posicionamento pode ilidir, inclusive, que o filho menor conheça seu verdadeiro estado de filiação,

direito personalíssimo, previsto no art. 27 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), mormente porque a manutenção de um vínculo de paternidade impede o reconhecimento de outro.

Advirta-se que a alteração aqui proposta não pretende excluir o vínculo parental por afetividade, o qual persistirá, porém deve estender o direito de ação a outras pessoas que se achem prejudicadas.

É certo que a presunção que sempre prevalecerá sobre as demais é a do título público ou o reconhecimento feito pelo pai em qualquer das hipóteses do art. 1.609 do Código Civil, mas isso não pode ceifar o direito de mover uma ação negativa de paternidade.

Vale destacar, entretanto, que esse direito não pode ser movido quando o fundamento se repousa em mera dúvida acerca do vínculo biológico, mormente porque tais ações abalam as relações afetivas existentes entre as partes, as quais certamente permanecerão abaladas até mesmo se provado o vínculo biológico ao fim da demanda.

Desse modo, para o demandante fazer uso da ação, deverá basear-se em fundamento relevante.

Assim, com a expectativa de que esta proposta possa contribuir para a melhor da legislação pátria, submeto-a à apreciação dos Ilustres Pares.

Sala das Sessões, – Senador **Pedro Taques**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

PARTE GERAL

LIVRO I Das Pessoas

TÍTULO I Das Pessoas Naturais

CAPÍTULO I Da Personalidade e da Capacidade

Art. 1º Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

Art. 1.601. Cabe ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, sendo tal ação imprescritível.

Parágrafo único. Contestada a filiação, os herdeiros do impugnante têm direito de prosseguir na ação.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa).

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 38, DE 2011

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre a relatoria das proposições nas reuniões em que o relator designado não esteja presente e a atuação do relator ad hoc.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 131 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido dos §§ 1º e 2º, com a seguinte redação:

“Art. 131.

§ 1º Não estando presente à reunião o relator anteriormente designado, poderá o Presidente da Comissão retirar a matéria da pauta, substituir o relator ou, se o relator anteriormente designado já houver entregue o seu relatório, designar relator **ad hoc**.

§ 2º O relator **ad hoc** limitar-se-á a ler o relatório apresentado pelo relator anteriormente designado, não o substituindo nos atos subsequentes.” (NR)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Tem sido comum, nas comissões do Senado Federal, a designação de relator **ad hoc** para que o relatório de matéria pautada em uma determinada reunião possa ser lido e eventualmente apreciado naquela oportunidade, mesmo estando ausente o relator originalmente designado.

Ocorre que, embora denominado **ad hoc** – o que significa atuação apenas para esse fim específico –, esse relator é quem passa a ser chamado a se manifestar nos atos posteriores da tramitação da matéria. Tal procedimento não se afigura adequado, a nosso ver, porque o relator **ad hoc** restringe-se a fazer a leitura do relatório preparado sob orientação do relator precedente.

Este projeto, então, pretende tornar claras as hipóteses à disposição do Presidente da Comissão em caso de ausência do relator na reunião, quais sejam: retirar a matéria da pauta; substituir o relator; ou designar um relator **ad hoc**. Nesse último caso, define-se expressamente a função do relator **ad hoc**, que se limita a ler o relatório apresentado pelo relator anteriormente designado, não o substituindo nos atos subsequentes.

Para tanto, valemo-nos de sugestão contida no relatório do Senador Tasso Jereissati, oferecido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) durante a tramitação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 17, de 2009, que *institui o novo Regimento Interno do Senado Federal*. Parece-nos que a situação exige solução imediata, razão pela qual formulamos este projeto para alteração do Regimento vigente.

Contamos, portanto, com o apoio dos nobres Pares, no sentido da aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Pedro Taques**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ATO DA MESA Nº 3, DE 2010

A Mesa do Senado Federal, em cumprimento à norma regimental (art. 402), faz publicar o texto do Regimento Interno do Senado Federal, devidamente consolidado em relação ao texto editado em 31 de janeiro de 2007 – ao final da 52ª (quinguentésima segunda) Legislatura –, com as alterações promovidas pelas Resoluções nºs 1, 3, 18, 23, 31, 32, de 2007 e 3, de 2009, e as correções de redação, sem alteração de mérito, com adequação ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 54, de 1995, e a seu Protocolo Modificativo, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 120, de 2002.

Sala de Reuniões da Mesa, 25 de novembro de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente – Senadora **Serys Slhessarenko**, Segunda Vice-Presidente – Senador **Heráclito Fortes**, Primeiro-Secretário – Senador **João Vicente Claudino**, Segundo-Secretário – Senador **Mão Santa**, Terceiro-Secretário – Senador **César Borges**, Primeiro Suplente – Senador **Sérgio Camata**, Quarto Suplente.

CAPÍTULO XI Dos Relatórios e Pareceres

SEÇÃO I Dos Relatórios

Art. 130. As matérias que, em cada reunião, devam ser objeto de estudo, constarão de pauta previamente organizada, sendo relatadas na ordem em

que nela figurarem, salvo preferência concedida para qualquer delas.

Art. 131. O relatório deverá ser oferecido por escrito.

Art. 132. Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ele a constituir parecer.

§ 1º O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no § 4º

§ 2º Estando a matéria em regime de urgência, a vista somente poderá ser concedida:

I – por meia hora, no caso do art. 336, I;

II – por vinte e quatro horas, nos casos do art. 336, II e III.

§ 3º Quando se tratar de proposição com prazo determinado, a vista, desde que não ultrapasse os últimos dez dias de sua tramitação, poderá ser concedida por vinte e quatro horas.

§ 4º Os prazos a que se referem os §§ 1º a 3º correrão em conjunto se a vista for requerida por mais de um Senador.

§ 5º Verificando-se a hipótese prevista no art. 128, o parecer vencedor deverá ser apresentado na reunião ordinária imediata, salvo deliberação em contrário.

§ 6º Os membros da comissão que não concordarem com o relatório poderão:

I – dar voto em separado;

II – assiná-lo, uma vez constituído parecer, com restrições, pelas conclusões, ou declarando-se vencidos.

§ 7º Contam-se como favoráveis os votos pelas conclusões ou com restrições.

§ 8º O voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de **quorum**.

§ 9º Em caso de empate na votação, o Presidente a desempatará. (NR)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 38, de 2011**, que acaba de ser lido.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Senador Suplicy é o primeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª é o primeiro inscrito.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria, Srª Presidente Marta Suplicy, de lhe desejar uma boa-tarde e solicitar que a senhora me inscreva pela Liderança do PP, conforme comunicação que a Mesa já recebeu. Eu tenho de ir para a Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira presidir uma audiência pública. Então, eu gostaria de ficar em quinto ou sexto lugar, pela Liderança, e que seja anulada a minha inscrição como oradora do dia.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Só uma coisa não ficou clara. A senhora poderia ser a primeira, depois do Senador Rollemberg, que é o primeiro. Interessa ou quer ficar mais para trás?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, eu posso abordar já. Mas deixo o Senador Rollemberg e vou para lá, porque a audiência é às 14 horas.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem. Não tem problema nenhum.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quando a senhora retornar, tem a palavra.

O primeiro inscrito é o Senador Acir, que fez uma permuta com o Senador Rodrigo Rollemberg, que está com a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, utilizo a tribuna nesta tarde para registrar manifestações da população de Brasília em defesa das nascentes que abastecem o Parque Olhos D'Água.

Localizado no final da Asa Norte, o Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Olhos D'Água é um parque público, possuindo uma área de 21 hectares. Foi inaugurado em 1994, e o Governo do Distrito Federal investiu, à época, cerca de R\$700 mil para urbanizar e proteger a área. Com uma pista de *cooper* de 2,1 quilômetros, um parque infantil, circuito de exercícios físicos, além de uma trilha interna, é visitado pela comunidade da Asa Norte e entorno cotidianamente.

Alguns dias atrás, moradores notaram que alguns funcionários da Terracap iniciaram medições nas quadras 212 e 213 Norte, onde se localizam alguns dos olhos d'água que abastecem o parque.

Na década passada, a Terracap fez licitação da área verde em que se encontra a nascente. A empresa vencedora revendeu o terreno à empresa Torre Constru-

tora e Incorporadora Ltda., que já anunciou a intenção de erguer um centro comercial no local, o que, sem sombra de dúvidas, impactará negativamente a sustentabilidade daquela área, principalmente se ocorrer a impermeabilização do solo e o consequente escoamento superficial da água, ocasionando um corte na recarga hídrica que alimenta o lençol freático da região.

Essa ameaça é real, tanto que o Instituto Brasília Ambiental, através da informação técnica nº 510.000.029/2010, foi contrário à concessão do licenciamento ambiental da obra, quando concluiu que, devido às relevantes características ambientais da área, o lote ali existente não deve sofrer nenhum tipo de edificação.

Espontaneamente, a população preocupada em lutar pela preservação das nascentes criou um grupo na rede social Facebook, chamado SOS Olhos d'Água, sendo que, em pouco mais de uma semana, já possuía mais de 5 mil seguidores.

Associo-me a essa legítima iniciativa para lutar, junto com a sociedade brasiliense, pela anexação da referida área de nascentes (localizada no terreno que compõem as quadras 212 e 213 Norte) à poligonal do Parque Olhos d'Água, de forma a garantir a sua proteção permanente. Inclusive, estou fazendo formalmente, através de carta que lerei em seguida, essa sugestão ao Governador Agnelo Queiroz.

Nunca é demais recordar que a nossa carta Magna impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar um meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, para as presentes e futuras gerações.

Quero cumprimentar, Sr^a Presidente, a comunidade, os moradores da Asa Norte, os frequentadores do parque que se mobilizaram, lembrando que, anos atrás, algo semelhante ocorreu, quando eu ainda era Deputado Distrital, com o parque da Asa Sul, quando fui procurado pela Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul denunciando que o Governo pretendia ceder a uma instituição privada de ensino uma área de nascentes, para implantação ali de uma universidade pelo Programa Pró-DF, por 10% do valor de mercado. Fui, então, ao Ministério Público e consegui naquela ocasião, o Ministério Público conseguiu na Justiça impedir a doação daquele terreno para o programa Pró-DF e para uma empresa privada.

Agora, recentemente, com a minha presença, para minha alegria, o Governador Agnelo Queiroz iniciou, lançou, anunciou as obras de implantação definitiva do Parque da Asa Sul, que tem uma localização muito semelhante ao Parque da Asa Norte, daí a minha confiança de que o Governador Agnelo não permitirá que se construa, se implemente um centro comercial

nas nascentes do Parque Olhos d'Água, parque esse freqüentado pelo Senador Cristovam Buarque.

Mas peço licença aqui para ler carta que estou enviando ao Governador Agnelo sobre o tema.

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a V. Ex^a atenção especial para atender às manifestações da população que, espontaneamente, criou um grupo na rede social Facebook chamado SOS Olhos d'Água, que, em pouco mais de uma semana, já possui mais de cinco mil seguidores. O grupo luta pela preservação das nascentes de Brasília e, especificamente, em defesa das nascentes que abastecem o Parque Olhos d'Água.

Localizado no final da Asa Norte, o Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Olhos d'Água, como é de conhecimento de V. Ex^a, é um parque público, possuindo uma área de 21 hectares. Foi inaugurado em 1994, e o Governo do Distrito Federal investiu cerca de R\$700 mil para urbanizar e proteger a área. Com uma pista de cooper, parque infantil, circuito de exercícios físicos, além de uma trilha interna, atividades que contribuem para o aumento da qualidade de vida dos visitantes da comunidade da Asa Norte e entorno.

Na década passada, a Terracap fez licitação da área verde em que se encontram as nascentes. Recentemente, a empresa vencedora anunciou a intenção de erguer um centro comercial no local, o que, inevitavelmente, impactará de maneira negativa a sustentabilidade daquela área, sobretudo por ser área de recarga de aquífero que contribui diretamente com as nascentes no próprio terreno, dentro do Parque e para o Lago Paranoá.

A possibilidade de danos irreparáveis ao meio ambiente é concreta, de modo que o instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental, por meio da Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas, emitiu o Parecer Técnico nº 510.000.029/2010, concluindo que, devido às relevantes características ambientais da área, o lote ali existente não deve sofrer nenhum tipo de edificação para fins privativos, além de recomendar que a área onde a nascente está localizada e o terreno contíguo a este, considerado bacia contribuinte, deve ser anexado ao Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Olhos d'Água, com vistas à proteção da área e da implantação de área verde pública em área

urbana, conforme art. 2º, inciso I-d, da Resolução do Conama nº 369/2006.

Faço referência também ao Plano Plurianual do Governo, elaborado para os próximos quatro anos com base no planejamento estratégico do GDF, que pretende valorizar a participação da sociedade e transformar Brasília em capital do desenvolvimento humano. Este documento definiu sete macrodesafios, onde destaco o que propõe “aumentar a qualidade de vida, promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais”.

Portanto, tal solicitação justifica-se, ainda, pelo fato de que uma das ações prioritárias do Governo está relacionada com o avanço de ações do Projeto Brasília, Cidade Parque, criado na Semana do Meio Ambiente, com o objetivo de construir e revitalizar 68 parques por todo o DF, 22 unidades de conservação, além de fazer parte dos preparativos para a Copa do Mundo de 2014.

Associo-me a essa legítima iniciativa para lutar, junto com a sociedade brasiliense, pela anexação da referida área de nascentes (localizada no terreno que compõe as quadras 212 e 213 Norte) à poligonal do Parque Olhos d'Água, de forma a garantir a sua proteção permanente.

Na certeza de contar com a atenção de V. Exª, aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de estima e consideração.

Esse é o teor da carta enviada ao Governador Agnelo Queiroz.

Tenho convicção de que o Governador será sensível a esse pleito da comunidade. Quero registrar a importância da participação da comunidade na defesa desse patrimônio público.

Ouçó, com muita alegria, o aparte do Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Rodrigo Rollemberg, o senhor não sabe da satisfação que tenho de vê-lo defender esse parque, porque, se eu subisse aí para defender, iriam dizer que era interesse próprio, porque eu moro há 31 anos ao lado desse pequeno parque. É um parque pequeno, mas é um parque que dá um fôlego muito grande àquela região da cidade. Eu costumo ir a ele, sobretudo sábado e domingo, para dar uma caminhada e fiquei surpreso quando ouvi falar da possibilidade nefasta de, em cima de onde nasce um riacho d'água, se construir qualquer coisa. É um crime que se estará cometendo contra o

meio ambiente se isso for feito e um crime contra a qualidade de vida dos que ali moram. Por isso, fico muito feliz que o senhor tenha defendido em nome da cidade, como o senhor defendeu, para que eu possa aqui dar o meu aparte em defesa da cidade, mesmo sabendo que há um pouco de interesse, porque é ali que moro há 31 anos...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – E concluo, Srª Presidenta. Ali moro há 31 anos e não tenho a menor intenção de sair. Vou estar ao lado da população. No domingo passado houve uma passeata e eu não estava aqui, tinha ido visitar uma escola em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, mas, este domingo, quero estar presente à manifestação que vamos fazer. E, se o senhor não estiver comprometido, convido-o para que também esteja junto com os moradores daquela área.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Cristovam. Sei do compromisso de V. Exª com o Distrito Federal, com o interesse da população do Distrito Federal. E o que está em jogo aí é o interesse da população do Distrito Federal, que quer garantir qualidade de vida para esta e para as futuras gerações.

Eu também não estive presente porque a minha situação física me impediu. Houve um contratempo e quebrei o pé. Isso tem dificultado o meu deslocamento, mas estou completamente solidário à luta dos moradores, dos frequentadores do Parque Olhos d'Água e daqueles que não têm o privilégio de utilizar, de desfrutar do Parque Olhos d'Água, mas que defendem o interesse público, portanto, defendem a manutenção daquelas nascentes importantes para abastecer aquela lagoa que existe dentro do parque, como também a recarga aquífera do Lago Paranoá.

Portanto, agradeço a V. Exª, Srª Presidente, manifestando a minha total solidariedade à comunidade da Asa Norte e parabenizando a comunidade brasiliense por esse gesto de cidadania, de mobilização em defesa do patrimônio público e da qualidade de vida da população do Distrito Federal.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Rollemberg.

Com a palavra o Senador Suplicy para comunicação inadiável. Em seguida, será o Senador Cristovam Buarque.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy, no primeiro semestre deste ano, o Deputado Ricardo Berzoini,

ex-Presidente do PT, ex-Presidente do Sindicato dos Bancários, apresentou um projeto de decreto legislativo que susta a aplicação de artigos da Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, que altera e consolida as normas que dispõem sobre a contratação de correspondentes bancários no País.

A preocupação importante do Senador Ricardo Berzoini refere-se à maneira como inúmeras instituições financeiras têm aberto correspondentes bancários em diversas regiões do País, inclusive em áreas muito desenvolvidas nas principais metrópoles brasileiras. E há argumentos importantes para a defesa de seu projeto de resolução.

Por outro lado, eu recebi uma carta encaminhada ao Deputado Federal Ricardo Berzoini, ao Deputado Federal Rui Costa, Relator do projeto, e também ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação Cláudio Puty, os três Deputados do Partido dos Trabalhadores. O Sr. João Joaquim de Melo Neto, Coordenador do Instituto Palmas, teve a gentileza de enviar a mim e eu a considero tão relevante que aqui quero registrá-la.

Diz Joaquim de Melo:

Prezados Deputados, em 1973, na cidade de Fortaleza-CE, a Prefeitura Municipal fez um despejo na orla marítima e expulsou 1.000 famílias para uma área completamente pantanosa, distante 22 quilômetros da beira mar. A população foi transportada em caçambas e as alojou em barracas de lona, fazendo surgir uma das maiores e mais brutais favelas de nossa cidade: o Conjunto Palmeira. Através de nossa Associação de Moradores, durante 25 anos, urbanizamos o Conjunto Palmeira em regime de mutirão. Em 1998, criamos um projeto de economia solidária ao qual denominamos Banco Palmas, que hoje funciona com o marco legal de uma Oscip de Microcrédito.

O Banco Palmas oxigenou um circuito econômico na comunidade que elevou a renda e as condições de vida dos moradores. Descobrimos que não éramos pobres, e sim, nos empobrecíamos porque tudo que comprávamos vinha de fora, fazendo com que perdêssemos nossas poupanças internas. A tecnologia social criada pelo Banco Palmas no Conjunto Palmeira consistiu em fazer o dinheiro circular na própria comunidade, criando uma rede de produção e consumo local.

Desde 2006, a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, [onde está o nosso querido professor Paul Singer], dentre outros, tem nos apoiado para

levarmos essa experiência para outros bairros e municípios de baixa renda. Hoje somos 62 Bancos Comunitários em 10 Estados do Brasil.

Contudo, e esse é o motivo de minha carta, um fator determinante para termos alcançado tantos resultados no Conjunto Palmeira foi o fato de em 2005 termos implantado um correspondente bancário no Banco Palmas, inicialmente com o Banco do Brasil e em seguida também com a Caixa Econômica Federal. Os moradores recebem no próprio bairro seus salários, as suas aposentadorias, os benefícios sociais – inclusive o Bolsa Família, combinado com uma política de acesso a crédito e bancarização, educação e mobilização social, que ajudou de forma decisiva no desenvolvimento do comércio local e no surgimento de novos empreendimentos, gerando emprego e renda que promovem a superação da pobreza.

Sr^a Presidenta, eu vou requerer que seja transcrito na íntegra esse apelo de Joaquim de Melo, para que possa a Comissão de Finanças e Tributação, em audiência pública, que inclusive já está marcada, até por solicitação da Febraban, considerar também o ponto de vista dos Bancos Comunitários como o Banco Palmas, que hoje vem se multiplicando no Brasil.

Tendo lido o Projeto de Decreto Legislativo...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mais dois minutos para encerrar, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Só para concluir.

...Que busca limitar a expansão e ação dos correspondentes bancários. Joaquim de Melo pondera a necessidade de refletirmos sobre a fundamental importância dos correspondentes diante da situação em que se encontra o povo brasileiro quanto ao acesso a agências bancárias.

Na atual conjuntura, se retroagirmos com a lei dos correspondentes, os Bancos simplesmente se adaptarão as novas regras, ficando o sofrimento para milhões de brasileiros, exatamente os mais pobres, que vivem em comunidades, favelas e distritos discriminados econômica e geograficamente.

Temo correremos o risco de “matar o boi para tirar o carrapato”, como se diz aqui no Nordeste. O momento que o Brasil vive, pautado na extraordinária tarefa determinada pela Presidenta Dilma de superação da miséria, exige que não nos conformemos enquanto existir uma única região (ou território, comunidade)

sem acesso a serviços financeiros e bancários, condição indispensável para seu desenvolvimento econômico. Vamos focar nossa energia para corrigir todas as distorções, possíveis equívocos ou falhas existentes na ação dos correspondentes bancários, mas na perspectiva de reforçá-los e ampliá-los para garantir a inclusão de todos os brasileiros e brasileiras.

Assim, acabo de sugerir ao Presidente Cláudio Puty que convide Joaquim de Melo, do Instituto Palmas, para participar da audiência pública que vai debater, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, esse importante projeto, que, depois, certamente, poderá ser objeto de nossa reflexão aqui, no Senado, e também de aperfeiçoamento.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta Marta Suplicy.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Fortaleza, 3 de agosto de 2011

Exmº Senhor

Deputado Federal Ricardo Berzoini (PT – SP)

Autor do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 214/2011

Exmº Senhor

Deputado Federal Rui Costa (PT – BA)

Relator do projeto

Exmº Senhor

Deputado Federal Cláudio Puty (PT – PA)

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Prezados Deputados,

Em 1973, na cidade de Fortaleza – CE, a Prefeitura Municipal fez um despejo na orla marítima e expulsou 1.000 famílias para uma área completamente pantanosa, distante 22 km da beira mar. A população foi transportada em caçambas e as alojou em barracas de lona, fazendo surgir uma das maiores e mais brutais favelas de nossa cidade: o Conjunto Palmeira. Através de nossa Associação de Moradores, durante 25 anos, urbanizamos o Conjunto Palmeira em regime de mutirão. Em 1998, criamos um projeto de economia solidária, ao qual denominamos Banco Palmas, que hoje funciona com o marco legal de uma OSCIP de Microcrédito.

O Banco Palmas oxigenou um circuito econômico na comunidade que elevou a renda e as condições de vida dos moradores. Descobrimos que não éramos pobres, e sim, nos empobrecíamos porque tudo que comprávamos vinha de fora, fazendo com que perdês-

semos nossas poupanças internas. A tecnologia social criada pelo Banco Palmas no Conjunto Palmeira consistiu em fazer o dinheiro circular na própria comunidade, criando uma rede de produção e consumo local.

Desde 2006, a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, dentre outros, tem nos apoiado para levarmos essa experiência para outros bairros e municípios de baixa renda. Hoje somos 62 Bancos Comunitários em 10 estados do Brasil.

Contudo, e esse é o motivo de minha carta, um fator determinante para termos alcançado tantos resultados no Conjunto Palmeira, foi o fato de em 2005 termos implantado um correspondente bancário no Banco Palmas, inicialmente com o Banco do Brasil e em seguida também com a Caixa Econômica Federal. Os moradores receberam no Próprio bairro seus salários, as suas aposentadorias, os benefícios sociais – inclusive o Bolsa Família, combinado com uma política de acesso a crédito e bancarização, educação e mobilização social, ajudou de forma decisiva no desenvolvimento do comércio local e no surgimento de novos empreendimentos, gerando emprego e renda que promovem a superação da pobreza.

Em julho desse ano, realizamos 22.000 operações no correspondente bancário implantado no Banco Palmas, atendendo, em média, 4.000 famílias. A Agência Bancária mais perto de nossa periferia está a 6 km, é superlotada, o transporte é caro, o risco de assalto no traslado é considerável, o tempo gasto entre sair e voltar pra casa é superior a um expediente de trabalho. O Banco Palmas para os moradores do Conjunto Palmeira é quase como um templo sagrado, uma extensão de sua casa pela relação de proximidade e de acolhimento, pela comodidade e melhoria na qualidade de vida que ele oferece aos moradores.

Poderia eu falar de outros bancos comunitários que temos espalhados nos grotões desse Brasil. Da Ilha do Marajó na Amazônia às periferias de São Paulo. Mas, para não ficar apenas no Banco Palmas, falo também do Banco Comunitário dos Cocaís na pequena São João do Arraial, encravada na região das quebradeiras de Coco no interior do Piauí, distante 36 quilômetros de uma agência bancária. Lá, o povo e o Prefeito, mudaram o município a partir do momento que criaram o banco comunitário com um sistema financeiro local, impossível de fazê-lo sem a presença de um correspondente bancário que possibilitasse pagar o funcionalismo público e realizar transações financeiras no próprio município.

Bem sabemos que os Bancos (públicos e privados) não possuem vocação para se instalarem em pequenos territórios de baixa renda. Eles têm uma meta de lucro a ser alcançada que são incompatíveis com

a instalação de agências em distritos, assentamentos, comunidades quilombolas, nas comunidades ribeirinhas, nas favelas, nas distantes periferias urbanas. É preciso uma outra ferramenta bancária com capilaridade para chegar nesses territórios.

Tenho lido pela internet sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 214/2011 que busca limitar a expansão e ação dos correspondentes bancários. Pondero para a necessidade de refletirmos sobre a fundamental importância dos correspondentes diante da situação em que se encontra o povo brasileiro quanto ao acesso a Agências Bancárias. Na atual conjuntura, se retro-agirmos com a lei dos correspondentes, os Bancos simplesmente se adaptarão as novas regras, ficando o sofrimento para milhões de brasileiros, exatamente os mais pobres, que vivem em comunidades, favelas e distritos discriminados econômica e geograficamente.

Temo correremos o risco de “matar o boi para tirar o carrapato”, como se diz aqui no nordeste. O momento que o Brasil vive, pautado na extraordinária tarefa determinada pela Presidenta Dilma de superação da miséria, exige que não nos conformemos enquanto existir uma única região (ou território, comunidade) sem acesso a serviços financeiros e bancários, condição indispensável para seu desenvolvimento econômico. Vamos focar nossa energia para corrigir todas as distorções, possíveis equívocos ou falhas existentes na ação dos correspondentes bancários, mas, na perspectiva de reforçá-los e ampliá-los para garantir a inclusão de todos os brasileiros e brasileiras.

Escrevo para dar meu testemunho, cumprir o meu dever enquanto cidadão e militante popular comprometido com nossa gente.

Cordialmente, – **João Joaquim de Melo Neto Segundo**, Coordenador do Instituto Palmas.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT - SP) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Senador Humberto Costa, V. Ex^a prefere falar agora, pela liderança, ou após a fala do Senador Cristovam?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Posso ouvir o Senador Cristovam.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT - SP) – Então, o Senador Cristovam com a palavra, como orador inscrito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu creio que o que hoje acontece no mundo inteiro, claramente, com repercussão no Brasil, justificava que este Senado desse um tempo para que aqui, juntos, discutíssemos a crise que vamos enfrentar no mundo inteiro e no Brasil também.

Não vamos encontrar uma saída para essa crise apenas pelos Ministros da Fazenda e pelos Ministros do Planejamento. A crise, Senador Pimentel, é muito maior que isso e vai exigir uma imaginação muito maior que essa, porque nós não estamos vivendo apenas uma crise, estamos vivendo a exaustão de um modelo no mundo inteiro. Essa exaustão do modelo, a exaustão do próprio conceito de riqueza, Senadora, exige uma imaginação maior. Por exemplo, temos uma exaustão fiscal dos governos europeus, norte-americano e de praticamente todos os outros países. E a ressaca dessa exaustão fiscal é que os governos não conseguem mais financiar seus gastos, porque já não há credibilidade nem espaço para endividamento e já não há espaço político para aumentar a carga fiscal. Isso vai forçar ajustes nos gastos públicos. A única forma de vencer a exaustão fiscal, a incapacidade de ter dinheiro no governo, é reduzir os gastos.

Só que reduzir gastos vai gerar uma exaustão talvez ainda maior no próprio crescimento e nos serviços sociais que atendem à população.

Então, vejam como realmente é mais do que uma crise. Crise é quando se pode resolver a situação fiscal e quando se quer resolver a situação econômica; as duas estão amarradas. Há ainda mais o problema social, há ainda mais o problema ambiental. Se a economia cresce, prejudica o meio ambiente; se a gente protege o meio ambiente, não se cresce tanto.

Vivemos essa exaustão fiscal e, quando analisamos os valores para os multiplicadores keynesianos nos planos fiscais de recuperação, temos decepções concretas. Em 2009, os multiplicadores keynesianos ficaram em torno de 2%, ou seja, o que a gente fazia dava um salto de 2% no resultado da economia. O que percebemos hoje é que não temos conseguido isso. A China até que tem um espaço fiscal maior, mas sabem por quê? Porque controla as suas finanças com braço político autoritário, não precisa prestar conta à população. Eles podem aumentar a carga fiscal se for necessário. No resto do mundo, hoje, não é possível aumentar a carga fiscal.

No caso do Brasil, essa exaustão fiscal tem um menor espaço ainda, porque nós já esgotamos todas as nossas capacidades com programas, com amarras constitucionais que não nos deixam reduzir certos gastos e, além disso, fizemos o dever de casa aumentando esses gastos no momento certo, em 2008.

É claro que a nossa estabilidade começou lá atrás, com o Malan no Proer. É claro que avançou com Arminio Fraga, levando com seriedade o Banco Central, mas foi o Presidente Meirelles que, por oito anos – ele ganhou inclusive prêmio de melhor banqueiro central no mundo –, conseguiu manter a capacidade de cali-

brar bem o risco de os preços crescerem com o risco de a produção diminuir. Mas esgotamos.

Hoje, nossas reservas são de 340 bilhões. O compulsório dos bancos, 240 bilhões. Os dois estão bem acima do que tínhamos em 2008 – 60% e 90%. Hoje, temos 60% a mais de reservas do que antes, e 90% a mais de depósito compulsório do que antes. Temos um sistema financeiro sólido, mas é aí que vem o problema – o Brasil tem forte exposição em bancos europeus, e, nessa reserva desses bancos, se eles entrarem em crise, se eles tiverem perdas, essas perdas respingam na gente.

O valor da reserva brasileira, é certo, está 90% acima do de 2009, mas aplicado, quase todo, em reservas conseguidas comprando títulos da dívida pública americana. Se esses títulos desabam, as reservas caem automaticamente.

Isso faz com que estejamos vulneráveis. A crise que está em dobradinha, Estados Unidos e Europa, certamente ou muito provavelmente será longa, e o Brasil não poderá contar com o crescimento do mercado interno de forma continuada, como conseguimos em 2010 e 2008, pela exaustão fiscal, pelos limites do endividamento e pelos limites da carga fiscal.

Mais um exemplo do mais que nos prejudica: há uma excessiva dependência do Brasil aos preços das **commodities** internacionais. Até hoje nós vivemos do alto preço do ferro, do alto preço da soja e de outros produtos, Senadora, mas, pelo menos hoje, esses preços estão caindo. É claro que podem se recuperar, mas eles não se recuperarão se a crise americana continuar forçando os Estados Unidos a reduzirem importações e, por conseguinte, a China reduzindo suas exportações e suas importações, inclusive do Brasil. A China é que é o grande comprador de produtos brasileiros, *commodities*. Nós não temos a margem de outros países de lançar um novo iPad no mercado e exportar produtos novos. Nós não temos essa capacidade de inovação, que é a porta para recuperar a economia, mas que vai levar tempo.

Outro exemplo do mais da preocupação é que nós não vamos conseguir usar os bancos públicos, sobretudo o BNDES, na intensidade que usamos nesses últimos anos. Exauriu-se. É uma exaustão que a gente tem. É uma exaustão fiscal, uma exaustão econômica, uma exaustão do endividamento. É uma exaustão do nível de gastos públicos. Isso pesa ainda mais no Brasil por algo que nós nunca chegamos nem a exaurir porque nunca tivemos, que é uma elevada capacidade de poupança. Nós somos um País viciado no consumo do imediato sem o sonho de guardar para investir no futuro, e isso amarra a possibilidade de conseguir recursos aqui dentro.

Além disso, nós temos, Senador Humberto – e é aí que vem a minha preocupação com a mãe das exaustões, se quiser –, a exaustão do nosso princípio econômico de crescimento a qualquer custo, de medir a riqueza com base no crescimento do PIB e não no aumento do bem-estar. Isso está se exaurindo. Há uma exaustão do conceito de Produto Interno Bruto como símbolo de riqueza. Há uma exaustão do conceito de consumo como sinônimo de bem-estar. E aí, como não conseguimos nos livrar desse conceito que pesa sobre nós, fazemos erros.

Quer ouvir um exemplo, Senador Humberto? Nós tivemos, em 2008, 1,8 bilhão de renúncia fiscal para vender mais automóveis. Com as contas simples que fazemos, com esse 1,8 bilhão, seria possível dar R\$1.250,00 para cada professor do Brasil por ano. Por que chamo a atenção para isso? É que, por um lado, dinamizaria a demanda não de automóveis, porque com R\$1.200,00 eles não vão comprar automóveis, mas dinamizaria a demanda de outros setores existentes de bens de consumo não duráveis e, mais que isso, melhoraria a educação provavelmente. Só o aumento de salário não melhora a educação, mas é uma condição necessária.

Eu falo isso dentro do meu tempo, Senadora Presidente, para dizer que ou usamos a imaginação para pensar em coisas diferentes ou, mais do que crises, vamos ter uma exaustão profunda, longa e duradoura para, no final, então, encontrar um novo caminho, um novo rumo. Nós continuamos insistindo no fato de que o nosso problema está indo devagar. O nosso problema está indo no caminho errado. Não é apenas estar indo devagar, é estar indo no caminho errado, o caminho de 200 anos, de ver a razão de ser de uma sociedade aumentar o seu Produto Interno Bruto e não aumentar o seu bem-estar, que se consegue também por outras formas. Daí a minha preocupação, Senadora, de dizer bem alto e em bom tom,...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Agradeço o minuto, porque já estava exaurindo o meu tempo. A minha grande preocupação, muito mais que olharmos as crises que vivemos como crises iguaizinhas às outras, é olharmos essas crises com a necessidade urgente de uma reorientação do rumo do nosso desenvolvimento. Nosso problema não é mais apenas ter uma taxa de crescimento maior; é ter um crescimento diferente. Isso é possível. O Brasil está preparado e depende desta Casa, se nos dedicarmos mais a enfrentarmos o problema que está diante de nós, com posições para mudar o rumo.

Era isso, Sr^a Presidente, que eu tinha para dizer, manifestando a minha preocupação com a exaustão que a economia mundial está vivendo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero me inscrever para falar pela Liderança da Minoria.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador. Está inscrito.

Com a palavra o Senador Humberto Costa, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, desde a última sexta-feira, as manchetes dos principais jornais do Brasil e do mundo reportam um novo estado de pânico em todas as praças financeiras. O motivo, desta vez, foi o rebaixamento da nota de crédito dos Estados Unidos, a principal economia do mundo, pela agência de classificação de risco *Standard & Poor's*.

Apesar dos erros em seus cálculos – estimados em dois trilhões de dólares –, a agência manteve sua avaliação, evidenciando o quanto irracional podem ser as leis e o comportamento que regem os agentes econômicos.

Subestimou-se o erro monumental, que é quase toda a riqueza produzida pelo Brasil no ano passado, não por causa da capacidade ou incapacidade do governo americano de honrar seus compromissos. O erro foi ignorado porque, segundo a agência, não há possibilidade de acordo político entre os principais partidos dos Estados Unidos para equacionar a crescente dívida pública norte-americana.

O novo episódio de crise global nos mercados, sentido principalmente nas bolsas, reflete a postura da oposição republicana, muito mais preocupada em desgastar o Presidente Barack Obama para auferir dividendos eleitorais nas eleições do ano que vem.

Não é a primeira vez que a ação ou omissão de políticos cria ou agrava uma situação de crise. Em 2008, tivemos o problema das hipotecas nos EUA porque os congressistas de lá compraram a ideia de que “o mercado resolve tudo”. Da omissão legislativa nasceu a maior crise deste século, que ainda não acabou.

No caso da Europa, temos um novo caso de omissão, de fraqueza política por parte de seus líderes. A hesitação em tomar medidas mais fortes para conter

os crescentes déficits públicos na zona do Euro foi o início de tudo.

Agora, a nova hesitação em proteger países como Itália e Espanha, cujo colapso pode arrastar todo o continente para uma espiral de crise, só faz prolongar a agonia.

E onde estão os líderes neste momento? A notícia que temos é de que estão de férias! Ora, não podemos nos dar a esse luxo! Não podemos desguarnecer nosso País, pois, como lembrou a Presidenta Dilma, não vivemos em uma ilha.

O Governo brasileiro vem tomando as medidas para proteger nossa economia. Vem atuando firmemente no combate à inflação e à especulação com o dólar e vem promovendo o ajuste fiscal para garantir o superávit fiscal e manter a dívida pública sob controle.

Mas o Congresso também tem um papel importante a cumprir. O exemplo norte-americano mostra que não podemos flertar com a irresponsabilidade, nem deixar que disputas mesquinhas nos furem ao debate das grandes questões nacionais. Precisamos aprovar medidas que nos protejam da crise externa e mantenham o Brasil no caminho do desenvolvimento.

Em 2009, Sr^a. Presidente, sob o comando do então Presidente Sarney, esta Casa criou uma comissão temporária para o acompanhamento da crise econômico-financeira. Sugiro que façamos o mesmo neste momento, quando vemos pairar sobre o Brasil a sombra de uma nova crise econômica mundial. Sugiro que essa comissão inicie seus trabalhos fazendo um amplo levantamento das matérias que tramitam nesta Casa com impacto sobre as bases de sustentação da economia brasileira. É preciso que nos debruçemos urgentemente sobre o tema, debatendo e votando essas matérias, para proteger o Brasil de qualquer risco de contaminação pelos efeitos da crise mundial.

Essa é a nossa responsabilidade, Sr^a Presidenta, e é nosso dever cumpri-la.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, pelo tempo regimental de orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Marta Suplicy, no dia 7 de agosto a Lei da Maria da Penha completou cinco anos. O Senado está debatendo esse tema. Houve um espaço aqui neste plenário e teremos outro debate lá na Comissão de Direitos Humanos. Mas quero destacar aqui que o Ministério da Justiça promoveu um seminário chamado Lei Maria da Penha – 5 anos, do qual participaram representantes do Governo e da Justiça.

O nosso gabinete participou desse debate, Sr^a Presidenta, e os dados lá colocados foram alarmantes, segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo, a cada dois minutos cinco mulheres são agredidas no Brasil.

Um dos principais desafios abordados pelos painelistas foi como avançar na condenação desses covardes agressores que espancam e matam mulheres.

Por exemplo, a Promotora de Justiça do Estado de Mato Grosso, Lindinalva Rodrigues, disse que a condenação é importante para dar fim à violência doméstica e evitar a morte de mulheres.

Disse ela mais: “Já vi juiz exigir duas testemunhas para declarar que o agressor é realmente culpado.” Mas, se a violência acontece dentro de casa, como é que vamos ter testemunha para provar que a agressão houve e como condenar a vítima?

Como resultado da aplicação da condenação dos agressores, pena que pode ir de 15 a 24 anos de prisão, a promotora mostrou que enquanto Cuiabá – eu confesso que fui conferir esses números antes de vir à tribuna –, Mato Grosso, registrou a morte de duas mulheres por violência doméstica no primeiro semestre de 2011, Sr^a Presidenta, em Vitória, e aí é que é alarmante, os últimos dados apontam para três vítimas fatais por semana.

É da maior gravidade, Sr^a Presidente, por isso que entendo que para esses covardes assassinos a pena tem que ser o mais dura possível que a gente possa imaginar.

A promotora ressaltou que, “quando você começa a fazer valer a lei, o Estado diz para o que veio e o pior não acontece”.

Considero a ampliação desses debates fundamental, Sr^a Presidenta. E, como disse o Secretário da Reforma do Judiciário, Marcelo Vieira, “qualquer política pública demanda aprimoramento e espaços de discussão”, até para ampliar a punição.

Quero finalizar esse registro dizendo ao coração de cada uma dessas mulheres vítimas desse sofrimento uma frase que escrevi em um de meus livros e que mostra o meu sentimento: “Quem dera eu pudesse libertar a mente daquelas que sofrem com as amarras da violência. Se eu fosse um pássaro, trataria de, bem rápido, levar para longe todos os sentimentos de dor, vergonha e solidão e voltaria mais rápido ainda, trazendo todo o amor que pudesse colher pelo caminho.”

Sr^a Presidenta, quero ainda fazer outro registro sobre a situação dos trabalhadores e estudantes da ULBRA. Recebi uma comitiva de trabalhadores, professores e estudantes da ULBRA, que me entregou um manifesto assinado por milhares de pessoas. Dizem eles que são aproximadamente 6.500 postos de trabalho na ULBRA e que todos os projetos sociais,

estudos e pesquisas, estão em cheque e poderão virar pó. Segundo eles, além dos 6.500 postos, o direito de milhares de estudantes de todo o complexo da ULBRA poderá chegar a um fim trágico se nada for feito. Destacamos a atuação da ULBRA na comunidade local, direta e indiretamente, refletindo na vida do povo gaúcho.

Sr^a. Presidenta, a ULBRA é uma instituição que tem uma história de décadas. Os seus profissionais e estudantes têm apresentado inúmeras experiências positivas e inovadoras no campo da educação, da pesquisa, da saúde, do esporte e da acessibilidade. O que querem os estudantes, professores e trabalhadores? Queremos que haja uma solução integrada entre o Município, o Estado, a União e a iniciativa privada.

Faremos manifestações, Sr^a Presidenta, em Canoas, minha cidade de origem política, pois nasci em Caxias, sobre a defesa da ULBRA e de todo o seu complexo.

Quero também, Sr^a Presidenta, registrar ainda que, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu não poderia deixar de falar hoje, 9 de agosto, Dia Internacional dos Povos Indígenas. Esse dia foi instituído pela ONU, sob decreto, em 1995.

Os índios são povos espalhados por praticamente todo o mundo e, geralmente, cada um deles se identifica com uma comunidade própria, completamente diferente da cultura daqueles que os escravizaram, exploraram e cometeram verdadeiro genocídio.

Estão decididos, Sr^a Presidenta, a conservar, a desenvolver e a transmitir a gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica e cultural, inclusive a visão que eles têm, muito correta e que as outras etnias não conseguiram entender, sobre a defesa da natureza, a defesa do planeta. Por isso, estamos hoje em uma situação tão delicada no mundo.

Sr^a Presidenta, de acordo com dados da Fundação Nacional do Índio Funai, a população que vive em aldeias totaliza 512 mil pessoas, distribuídas em 225 etnias, com 180 línguas diferentes.

No Brasil, segundo dados do IBGE, 734 mil pessoas se autoidentificaram como indígenas no ano de 2000.

Sr^a Presidenta, entendo que os povos indígenas precisam e merecem mais do que somente uma comemoração simbólica neste dia 9 de agosto. Como seria bom se eu estivesse na tribuna, neste momento, dizendo que foi aprovado o Estatuto dos Povos Indígenas! Como seria bom se eu estivesse na tribuna, neste momento, dizendo que a Funai, agora, tem *status* de Ministério dos Povos Indígenas!

Sr^a Presidenta, eles falam a maioria das línguas mundiais. Eles querem preservar a sua cultura. Herdaram e passaram adiante um rico conhecimento, como

formas artísticas das tradições religiosas e culturais e meio ambiente. Não podemos esquecer que os povos indígenas sofrem, talvez, o maior racismo que a raça humana já sofreu na história da humanidade. Sua saúde é precária. Da pobreza, ninguém tem dúvida.

“Em muitas sociedades, suas línguas, religiões e tradições culturais são estigmatizadas e rejeitadas”, segundo aponta o primeiro relatório da ONU sobre o Estado dos Povos Indígenas do Mundo, de janeiro de 2010, que apresentou estatísticas alarmantes de genocídio que é cometido contra o povo indígena no mundo.

Em alguns países, os povos indígenas são 600 vezes mais vulneráveis a contraírem tuberculose em relação ao resto da população.

Em outros, uma criança indígena, Sr^a Presidenta, tem uma expectativa de vida 20 anos menor do que aqueles que não são indígenas.

Termino dizendo, Sr^a Presidenta, que o Dia Internacional dos Povos Indígenas é também uma ocasião para lembrar que não há espaço para complacência às constantes violações do direito dos povos indígenas em todas as regiões do mundo. E, por isso, merecem atenção de todos nós, e as punições devem ser severas.

Entendo que existem motivos, isso sim, para gritarmos, para nos mobilizarmos em defesa dos povos indígenas.

Aproveito e lembro que, no dia 4 passado, realizamos na Comissão um grande debate sobre a importância da luta dos povos indígenas.

O chamado Abril Indígena é um ato público pela preservação do direito e do respeito a esse povo que tanto luta pela sua vida e pela sua cultura que entendendo que teremos que fazer em nível internacional e não somente no Brasil.

Era isso.

Obrigado, Presidenta, inclusive pela sua tolerância.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Registro sobre os 5 anos da Lei Maria da Penha.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 7 de agosto a Lei Maria da Penha completou 5 anos. O Senado realizou uma Sessão Solene da qual não pude participar, pois tinha compromissos agendados no Rio Grande do Sul.

O Ministério da Justiça promoveu um seminário chamado “Lei Maria da Penha 5 anos”, do qual participaram representantes do governo e do sistema de Justiça.

Meu Gabinete participou do evento e lá foram apontados os principais problemas e avanços da implementação da norma.

Sr. Presidente, Segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo, a cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas no Brasil.

Um dos principais desafios abordados pelos painelistas e público presente foi à condenação dos agressores.

A promotora de justiça do Estado de Mato Grosso, Lindinalva Rodrigues, explicou que a condenação é importante para dar fim à violência doméstica e evitar a morte da mulher.

Disse ela: “*Já vi juiz exigir duas testemunhas para declarar que o agressor é realmente culpado. Mas se a violência acontece dentro de casa, é difícil ter testemunha. Então, é preciso acreditar na vítima e condenar*”.

Como resultado da aplicação da condenação dos agressores, pena que varia de 15 a 24 anos de prisão, a promotora mostrou que enquanto Cuiabá (MT) registrou a morte de duas mulheres por violência doméstica no 1º semestre de 2011, em Vitória (ES) são três vítimas fatais por semana.

A promotora ressaltou que “*Quando você começa a fazer valer a lei, o Estado diz para o quê veio e o pior não acontece*”.

Considero a ampliação desses debates fundamental, Senhoras e Senhores Senadores e como disse o secretário de Reforma do Judiciário, Marcelo Vieira, “*Qualquer política pública demanda aprimoramento e espaços de discussão*”.

Quero finalizar dizendo ao coração de cada uma dessas mulheres, vítimas desse sofrimento, uma frase que escrevi em um de meus livros e que expressa meu sincero sentimento em relação a elas:

Quem dera eu pudesse libertar a mente daquelas que sofreram com as amarras da violência. Seu eu fosse um pássaro, trataria de, bem rápido, levar para longe todos os sentimentos de dor, vergonha e solidão e voltaria, mais rápido ainda, trazendo todo o amor que pudesse colher pelo caminho.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – *Registro sobre situação dos trabalhadores e estudantes da ULBRA.*

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu recebi em meu gabinete a visita de uma comitiva de trabalhadores da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) – Canoas/RS.

Na ocasião recebi um manifesto assinado por estudantes, professores e funcionários em defesa da preservação dos 6.500 (seis mil e quinhentos) postos de

trabalho da ULBRA e de todos os Projetos Sociais, Estudos e Pesquisas realizadas ao longo de sua existência.

Destacamos a atuação da ULBRA nas comunidades locais, que direta e indiretamente, reflete na vida de todo o cidadão, auxiliando no seu desenvolvimento familiar e no desenvolvimento econômico de todo o entorno da Universidade, regionalmente e nacionalmente.

A ULBRA é uma instituição que tem uma história de décadas e os seus profissionais e estudantes têm apresentado inúmeras experiências exitosas e inovadoras no campo da Educação, Pesquisa, Saúde, Esporte e Acessibilidade Universal.

Era o que tinha a dizer,

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – *Registro sobre o Dia Internacional dos Povos Indígenas.*

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, não posso deixar de registrar a data de hoje, 09 de agosto, Dia Internacional dos Povos Indígenas.

Esse dia foi instituído pela Organização das Nações Unidas – ONU, sob decreto, no ano de 1995.

Os índios são povos espalhados por praticamente todo o mundo e geralmente cada um se identifica com uma comunidade própria, completamente diferente da cultura do colonizador.

Eles estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica”.

De acordo com dados da Funai – Fundação Nacional do Índio – a população que vive em aldeias totaliza 512 mil pessoas, distribuídas em 225 etnias, com 180 línguas diferentes.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 734 mil pessoas se auto identificaram como indígenas no ano de 2000.

Sr. Presidente, entendo que os povos indígenas precisam e merecem mais do que somente uma comemoração simbólica no dia 9 de agosto, pois eles preservaram a história cultural da humanidade. Eles falam a maioria das línguas mundiais. Herdaram e passaram adiante um rico conhecimento, como formas artísticas das tradições religiosas e culturais.

Não podemos esquecer que os povos indígenas sofrem com o racismo, com saúde precária e pobreza desproporcional.

“Em muitas sociedades, suas línguas, religiões e tradições culturais são estigmatizadas e rejeitadas”, segundo aponta o primeiro relatório da ONU sobre o Estado dos Povos Indígenas do Mundo, de Janeiro de 2010, que apresentou estatísticas alarmantes.

Em alguns países, os povos indígenas estão 600 vezes mais vulneráveis a contraírem tuberculose em relação ao resto da população...

Em outros, uma criança indígena tem a expectativa de vida 20 anos menor do que seus compatriotas não-indígenas.

Destaco que o Dia Internacional dos Povos Indígenas também é uma ocasião para lembrar que “não há espaço para a complacência. As constantes violações dos direitos dos povos indígenas, em todas as regiões do mundo, merecem atenção e severas ações”.

Sr. Presidente, entendo que existem motivos para celebrar o progresso alcançado ao tornar os direitos humanos uma realidade para os povos indígenas.

Aproveito para lembrar que no dia 4 passado realizamos audiência na Comissão de Direitos Humanos, onde debatemos o Projeto de Lei 09 que institui o Programa de Preservação do idioma Indígena no Brasil.

É um ato público pela preservação dos direitos e de respeito a este povo que tanto luta pela preservação da sua cultura não só no Brasil, mas no mundo inteiro.

Era o que tinha a dizer,

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim. V. Ex^a será atendido conforme o Regimento.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria falar como segundo orador inscrito para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim, pode ser. E, se quiser ocupar a tribuna como segundo orador inscrito, alternando, poderá fazê-lo.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a.

Na marca do pênalti, Senador Pimentel.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Wilson Santiago.

O Senador Geovani vai falar como segundo inscrito.

Senador Wilson Santiago, pois não.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Sem revisão do orador.) – Senadora Marta Suplicy, eu gostaria que V. Ex^a, já que existe uma vaga para comunicação inadiável, me inscrevesse.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

Está inscrito. É o terceiro e último inscrito.

Com a palavra, o Senador Geovani Borges, como orador para uma comunicação inadiável.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Marta Suplicy, do nosso querido Estado de São Paulo, Sr^{as} e Srs. Senadores, permitam-me fazer aqui uma soma nas referências elogiosas a uma das mais recentes iniciativas da Presidenta Dilma Rousseff na área da educação, mas especificamente no campo da ciência.

Falo naturalmente do programa Ciência sem Fronteiras, que dará aos estudantes e pesquisadores brasileiros a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos fora do País, de pesquisar e de criar, além de estudar lá fora, universalizando a busca pelo conhecimento.

É medida para se saudar! É iniciativa para se enaltecer! A meta não é visionária, não é megalômana. Os critérios elencados no programa, para quem se detiver em sua leitura, são, na verdade, bastante razoáveis e exequíveis. Trata-se de oferecer, até o ano de 2014, 75 mil bolsas, que vão da graduação ao pós-doutorado no exterior, e, a partir daí, chegar-se a cem mil bolsas.

Para atingir essa meta, está sendo feito um chamamento junto ao corpo empresarial brasileiro para que contribuam com a oferta de outras 25 mil bolsas.

Sr^a Presidenta, o que se tem aí é o desejo de dar aos estudantes do ramo científico e tecnológico a oportunidade de troca de experiências e de fundamentação do saber. O Ciência sem Fronteiras nos abre a perspectiva de construção do nosso futuro na medida em que oportuniza aos estudantes brasileiros estudarem nas melhores universidades do mundo e, depois, então, voltarem para o Brasil já revestidos da capacidade de aplicar aquilo que aprenderam e pesquisaram lá fora em ciência, tecnologia e inovação.

Nos critérios de destinação dessas bolsas serão priorizadas as áreas ligadas às ciências exatas, às engenharias, à Matemática, à Física, à Biologia, à Ciência da Computação, às Ciências Médicas e a todas as áreas tecnológicas. Vejam todos que são especialidades fundamentais para a nossa economia, sobretudo para dar competitividade à indústria, gerando oportunidades de emprego de qualidade.

E se o que se busca é a excelência do saber, acerta a Presidenta ao determinar que sejam selecionados os melhores estudantes do País pelo mais justo dos critérios: o mérito.

No caso, a escolha terá como referência o desempenho dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem. Todos os alunos que atingirem o mínimo de 600 pontos no Enem vão poder concorrer às bolsas de estudo no exterior. Atualmente, 124 mil alunos atingiram essa pontuação.

E como todo investimento na área da educação, este ganha maior legitimidade ao levar em conta as condições sociais do aluno.

Desta feita, os estudantes que, por falta de recursos, não poderiam sequer sonhar em frequentar uma boa universidade fora do País têm agora a chance de estar entre os selecionados.

Investimento em educação é semente. E, se nesse primeiro momento, o programa Ciências sem Fronteiras parece a alguns inalcançável, basta projetar os olhos no amanhã, porque o conhecimento é planta da vitalidade: cresce rapidamente quando cuidada com afinho e dá fruto para todos.

Eu, sinceramente, olho a iniciativa com muito entusiasmo. E a perspectiva de saber que, a partir de agora, estudar no exterior não vai ser um privilégio dos mais ricos e, sim, uma oportunidade para os estudantes que se esforçarem, mesmo aqueles de famílias mais pobres, me faz torcer como nunca pelo sucesso do programa.

É preciso também ressaltar que as 25 mil bolsas que precisarão ser captadas junto ao empresariado brasileiro já estão recebendo aceno positivo, pois diversos setores da indústria já aderiram à proposta.

(A Sr^a Presidente faz soar campanha)

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Ninguém questiona a importância dessa iniciativa para o Brasil.

Sr^a Presidenta, como o meu tempo está se exaurindo, se V. Ex^a me der mais dois minutos, eu concluo. Senão, peço para ser considerado como lido.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mais um minuto.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Mais um minuto.

Quando o País se mobiliza em torno de um programa especial de mobilidade internacional em ciência, tecnologia e inovação, temos que ter em mente que os números lá fora ainda nos mostram o quanto temos que caminhar.

Na produção científica, somos o 13º entre os países com maior participação percentual. No quesito inovação, ocupamos o 47º lugar no *ranking* global.

Mas, de qualquer forma, o cenário é de estímulo. O Brasil está em pleno crescimento econômico. Somos, hoje, a sétima economia do mundo e, em breve, seremos a quinta.

(Interrupção do som.)

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Para chegarmos lá, precisamos qualificar os nossos profissionais.

Gostaria, inclusive, de ressaltar que, além do programa Ciência sem Fronteiras, o Governo criou o Pronatec, que envolve a formação e a capacitação de profissionais no nível médio.

Esse conjunto revigora o conhecimento e aparelha o Brasil para competir de igual para igual com países que são referência tecnológica.

Num cenário internacional de alta competitividade, não há para onde correr: ou inovamos os nossos produtos ou não vamos ter mercado lá fora.

Daí o nosso entusiasmo para que verdadeiramente o Brasil dê esse salto no rumo da economia, do conhecimento e do desenvolvimento da nossa indústria.

Há poucos dias falamos aqui sobre o programa Brasil Maior, que inclui várias medidas para diminuir os custos das empresas e com mais recursos para investimento e inovação.

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um momento.

Para sua despedida, Senador. O senhor quer que transcreva o final?

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Não. Minhas palavras são de confiança. Deve dar certo ou, como dizem os jovens, já deu. É a nossa torcida. É a nossa palavra de fé.

Muito obrigado, mais uma vez, pela sua generosidade, porque me deu esta chance de fechar de forma bem otimista o nosso pronunciamento.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Fechou muito bem. Obrigada.

Pois não, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero me inscrever para falar pela Liderança do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não. Está inscrito.

Com a palavra, o Senador José Pimentel como orador inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Quero saber a ordem das inscrições. Falaram dois oradores inscritos quando é revezamento. Um orador inscrito acabou de sair da tribuna e sobe outro orador inscrito. Dois oradores inscritos, pelo que a senhora chamou, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou ler para o senhor, Senador. Primeiro, foi o Senador Cristovam. Não. O primeiro de todos foi o

Senador Rollemberg, que falou como inscrito. Depois, foi o Suplicy, como comunicação inadiável. Depois, foi o Senador Cristovam, como inscrito. Depois, foi Humberto, pela Liderança. Depois, foi o Paim, como inscrito. Depois, foi o Geovani Borges, como inscrito. Desculpe-me, para uma comunicação inadiável. Agora, está sendo o Pimentel. E, em seguida, será alguém da Liderança. Estão inscritos: Senadora Ana Amélia, primeiro que V. Ex^a – ela não se encontra presente, mas, se chegar, será ela. Senão, o senhor, como inscrito, e, depois, o Alvaro Dias.

Não há nenhum problema.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta desta sessão, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a nossa Presidenta Dilma encaminhou hoje ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar em que atualiza o Simples Nacional. Nesse projeto de lei, ela está ampliando o teto de enquadramento da micro e pequena empresa, que hoje é de R\$2,4 milhões para R\$3,6 milhões, uma atualização de 50% na faixa última, como também todas as faixas do Simples Nacional: a primeira faixa é de 120 mil; ela está atualizando em 50%, elevando para 180 mil e, ao mesmo tempo, mantém a mesma sistemática de recolhimento dos tributos do Simples Nacional, que são oito tributos recolhidos em uma única guia. Desses oito tributos, seis deles dizem respeito ao Governo Federal, mais o ICMS estadual e o ISS municipal.

Quanto ao microempreendedor individual, cujo teto hoje é de R\$36 mil, está sendo elevado para R\$60 mil, ou seja, um crescimento de 67%. E isso é feito como forma de fortalecer ainda mais a micro e a pequena empresa.

No último dia 8 de agosto, ontem, nós tínhamos 5.330.350 micro e pequenas empresas formais no Brasil. Essas micro e pequenas empresas produzem, prioritariamente, para o mercado nacional. E, se voltarmos ao ano 2010, em que nós geramos 2,5 milhões empregos formais a mais do que o que tínhamos em dezembro de 2009, nesse setor da micro e pequena empresa – ou seja, são aquelas que tem normalmente até 99 empregados –, 80% desses 2,5 milhões foram gerados junto às micro e pequenas empresas.

Se nós quisermos fazer um outro corte estatístico para facilitar a compreensão, as empresas que têm até quatro empregados no Brasil – que são exatamente as micro – foram responsáveis por 52% dos 2,5 milhões dos empregos gerados lá em 2010. Em 2011, no primeiro semestre, até 30 de junho, nós já tínhamos gerado 1.270.000 novos empregos com car-

teira assinada, comparando com o que nós tínhamos em dezembro de 2010. E o desempenho das micro e pequenas empresas continua da mesma forma.

Para que possamos ter uma ideia, quando o Simples Nacional entrou em vigor, em julho de 2007, nós tínhamos 1.337.000 micro e pequenas empresas formais no Brasil. Quatro anos depois, fomos para 5.313.000, ou seja, um crescimento significativo. E, quando nós analisamos os 39,8 milhões de pessoas que ascenderam na pirâmide social, de 2007 para cá, quase todo esse público está vinculado à micro e pequena empresa.

Exatamente por isso, neste momento em que o mundo passa por uma continuidade da crise econômica que se iniciou em 2008, a segunda maior crise econômica de toda a história da humanidade – a primeira foi a falência de 1929 –, esse setor para o Brasil foi decisivo para ajudar a criar o mercado nacional, gerar emprego, enfrentar a crise e, acima de tudo, distribuir renda. Neste momento em que o mundo volta a ter a continuidade daquela grave crise de 2008, a nossa Presidenta Dilma encaminha esse projeto de lei complementar ao Congresso Nacional, que tem como objetivo continuar fortalecendo as micro e pequenas empresas e continuar desonerando a carga tributária. A previsão, só para a micro e pequena empresa, com essa medida, é de uma redução de R\$4,8 bilhões, que vamos compensar com a formalização de mais micro e pequenas empresas, com o crescimento econômico e, acima de tudo, com a geração de mais empregos.

Lembro muito bem que, de 1998 a 2007, para fechar as contas da previdência pública urbana, que é contributiva, precisávamos, em média, de R\$15 bilhões por ano. Em 2008, o primeiro ano em que vigorou o Simples Nacional, essa necessidade de financiamento foi reduzida para R\$1,4 bilhão. Em 2009, o segundo ano do Simples Nacional, já tivemos um saldo positivo de R\$3,1 bilhões, ou seja, entre o que arrecadamos e o que pagamos em 2009, cobrimos os R\$15 bilhões e ainda sobraram R\$3,1 bilhões. Em 2010, entre o que arrecadamos e o que pagamos, sobraram R\$7,1 bilhões; em outras palavras, cobrimos os R\$15 bilhões e sobraram mais R\$7 bilhões, somando R\$22 bilhões, em face do que representa a micro e pequena empresa, a geração de emprego e o crescimento econômico. Neste ano de 2011, nós deveremos ter um saldo positivo na previdência pública urbana entre R\$12 bilhões e R\$14 bilhões; ou seja, entre o que estamos arrecadando e o que estamos pagando, vão sobrar entre R\$12 bilhões e R\$14 bilhões.

O que isso representa para o Tesouro Nacional? Somando esse valor com os R\$15 bilhões de 2007, é um saldo positivo de aproximadamente R\$27 bilhões

na Previdência pública brasileira, que há pouco tempo diziam ser falida e impossível de ser recuperada.

Tive a felicidade de ser Ministro da Previdência do Presidente Lula exatamente nesse período da grande mudança do sistema da micro e pequena empresa e da Previdência pública brasileira.

Com essa medida encaminhada hoje pela nossa Presidenta, por meio de lei complementar, que vincula ao pacto federativo os 5.565 Municípios, os 26 Estados, o Distrito Federal e a União, nós queremos continuar fortalecendo esse setor, gerando emprego, renda e crescimento econômico.

Quero também, Sr^a Presidenta, registrar que, em 2008, o Congresso Nacional criou a figura do empreendedor individual. No primeiro ano, em 2009, tivemos muita dificuldade para implantá-lo, porque os Estados-membros não tinham feito a adequação nas suas juntas comerciais estaduais para que o empreendedor individual pudesse entrar em vigor.

O nosso Sebrae Nacional resolveu equipar as juntas comerciais e ali, já em fevereiro de 2010, as 27 juntas comerciais começaram a funcionar. Nós hoje temos 1.423.710 empreendedores individuais. Eles eram zero em janeiro de 2009.

Esse esforço do Governo Federal, com a compreensão do pacto federativo, está retirando da informalidade esse conjunto de homens e mulheres que até ontem não tinham nenhuma proteção por parte do Estado. Com esse mecanismo, a sua vontade de crescer, nós a estamos assegurando, porque eles virão para a formalidade. Como há necessidade de terem acesso ao crédito, eles, como formais, têm um crédito diferenciado e com uma taxa de juros menor que a dos juros escorchantes que o Brasil teima em continuar praticando.

Essas medidas também trazem o parcelamento da dívida das micro e pequenas empresas para com o Fisco, porque elas não foram beneficiadas com o chamado Refis da Crise, em 2009. Com isso, elas passam a ter o direito de fazer seu parcelamento nas mesmas condições e com as mesmas regras do Refis da Crise de 2009.

Também está sendo tomada uma grande medida para simplificar ainda mais a criação da empresa no Brasil, sua baixa e suas modificações.

E essa medida, esse projeto de lei complementar tem como objetivo, acima de tudo, simplificar a vida dos empreendedores brasileiros, sejam os micro e pequenos, sejam os médios e grandes. Já havíamos tomado algumas medidas com o programa Brasil Maior. Estamos tomando essas medidas como forma de continuar crescendo a economia brasileira, enfrentando os desafios, como fez o melhor e maior

Presidente de toda a história do Brasil, que é Luiz Inácio Lula da Silva, na crise de 2008.

É bom registrar que, enquanto os países centrais persistem em enfrentar a crise reduzindo o papel do Estado, reduzindo o crédito, dificultando a vida dos empreendedores, o Brasil trilha outro caminho: fortalece os empreendedores, oferece oportunidade para continuarem crescendo porque nós aprendemos que com trabalho se vencem os desafios. É isso que a nossa Presidenta Dilma, Sr^a Presidenta, está fazendo com esse projeto de lei complementar que hoje encaminhou ao Congresso Nacional.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador José Pimentel, que, com sua experiência na Previdência, destrinchou tão bem o importante programa de hoje.

Com a palavra o Senador Mário Couto, que vai usar o período da Liderança, como Líder da Minoria.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a cada dia, a Nação brasileira acorda mais assustada com o índice de corrupção neste País. Meus queridos brasileiros, vocês devem estar perguntando: onde isto vai parar?

Hoje, pela manhã, ao ligar a televisão, vi a notícia de mais corrupção: o Secretário Executivo do Turismo é um dos 38 presos em ação da Polícia Federal. Ontem, era o Ministério dos Transportes; depois, Agricultura; Turismo; Esportes.

Enfim, brasileiros, esta Nação está perdendo a moral para os seus filhos. O que pode dizer hoje um aposentado? O que pode dizer hoje um assalariado? O que pensa a Nação em relação ao Congresso Nacional? O que pensa a Nação em relação ao Senado Federal, se aqui este Senador que fala, por várias vezes, chamou a atenção do Governo para esses fatos? O quanto falei da figura de Pagot, o quanto o Governo foi alertado para este Sr. Frederico Silva, que antes de assumir a Pasta já tinha a ficha suja. Mas não ligam para nós, porque somos oposição. Eles preferem acreditar nos corruptos. E de quanto, meu nobre Senador Ataídes, foi o roubo? Por isso que um Senador disse outro dia: “Pegue mais leve; não chame de ladrão; chame de corrupto”. Eu já enjoei de chamar de corrupto. São uns ladrões do povo brasileiro, daquele que paga o imposto em dia. Este País não era tão corrupto antes do PT. Essa é a grande realidade, Brasil. Nós temos que falar sério e ser sérios nesta tribuna. Não podemos enganar o povo brasileiro. Vejam os números, os fatos.

O País não era assim. O País não vivia em desgraça. O País não era lesado. O País não era roubado. Todos os dias, esta Nação é roubada, e o seu povo

mais sacrificado, os aposentados morrendo, e não se toma nenhuma providência.

Os bandidos do Brasil, como dizia V. Ex^a, Senador Ataídes, em uma conversa antes de eu subir a esta tribuna, os bandidos no Brasil... Eu vi a reportagem da saída do Pagot. Foi aplaudido de pé ao sair do Ministério, um dos maiores...

(Interrupção do som)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Que moral a Presidenta desse País tem? O Palocci foi aplaudido, o Palocci foi aplaudido, Brasil. Isso é um cinismo, Brasil. Estão chacoalhando na cara dos brasileiros, estão chacoalhando na cara daqueles que vivem à mercê de seus salários, descontando seus impostos. E o mundo inteiro sabe que essa pátria, esse querido Brasil é o que mais cobra dos seus filhos.

É a pátria que mais cobra impostos do mundo para caírem nos bolsos dos levianos, nos bolsos dos levianos que ainda são aplaudidos quando saem por corrupção dos seus ministérios. Malditos, malditos aqueles que roubam os pobres!

Desço desta tribuna, minha nobre Presidenta, afirmando novamente, doa a quem doer, Presidenta, eu vim para cá exatamente para isso, para defender aqueles que precisam da minha voz.

O Brasil, antes do PT, era um Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – O Brasil, depois do PT é outro Brasil, um país corrupto onde os corruptos são aplaudidos de pé.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra a Senadora Angela Portela como oradora inscrita.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidenta Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu gostaria de destacar neste momento, aqui no plenário do Senado, um fato que considero de grande relevância para o meu Estado, Roraima: a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou, na quarta-feira, dia 3 de agosto, no Diário Oficial da União, o edital de licitação, na modalidade leilão, para a construção da linha de transmissão entre Manaus e Boa Vista, que finalmente colocará nosso Estado no Sistema Interligado Nacional.

Trata-se de um investimento de mais de um bilhão de reais, que faz parte da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC. O leilão, marcado para 2 de setembro, inclui doze lotes de linhas de transmissão em 13 Estados brasileiros. No caso de Ro-

raima, serão duas linhas de 500 kilowatts, em circuito duplo. Uma linha de 400 quilômetros entre Manaus e a Vila Equador, onde será construída uma subestação de 500 megawatts; e outra linha entre Vila Equador e Boa Vista, a capital do Estado, onde está prevista a construção de uma segunda subestação.

É importante citar que essa linha estará conectada com a linha de transmissão que já está sendo construída pelo sistema Eletrobrás Eletronorte entre a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e as cidades de Macapá, no Amapá, e Manaus, no Amazonas. Essas três capitais ainda fazem parte de sistemas isolados e, portanto, brevemente estarão inseridas no Sistema Interligado Nacional, reduzindo significativamente os custos de geração térmica.

É importante destacar também que atualmente a cidade de Boa Vista, a capital do meu Estado, Roraima, é abastecida pela energia gerada no Sistema Guri, na Venezuela, que nos últimos anos tem enfrentado problemas para manter a oferta de energia ao Brasil e ao meu Estado, Roraima.

Cabe aqui lembrar que a Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE) já concluiu o inventário da bacia hidrográfica do rio Branco, em Roraima, recomendando a construção de quatro usinas hidrelétricas, com capacidade de geração de 1.000 megawatts. Esse estudo está em análise na Agência Nacional de Energia Elétrica e possivelmente será aprovado até o final do ano, com perspectiva de licitação, em 2012, dos estudos de viabilidade técnica, também incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Portanto, Sr. Presidente, a linha de transmissão entre Manaus e Boa Vista representa não apenas mais uma fonte para o abastecimento de todo o Estado de Roraima, como também um importante instrumento para que a energia que será, futuramente, produzida no complexo hidrelétrico do Rio Branco entre no Sistema Nacional e possa ser consumida em outras regiões do País.

Estamos acompanhando de perto e com bastante interesse o desenvolvimento dessas ações, por acreditar que os investimentos em geração e transmissão de energia podem trazer um forte impulso para a economia do Estado de Roraima e de toda aquela região da Amazônia, tão carente de projetos dessa dimensão.

É importante deixar aqui registrado também que, a despeito de possíveis reações em contrário, as áreas recomendadas para a construção das hidrelétricas de Bem-Querer e Paredão não estão dentro ou próximas de terras indígenas ou áreas de conservação.

Todos os estudos de impacto ambiental serão feitos, assim como as comunidades envolvidas serão consultadas para minimizar, no que for possível, os impactos ambientais e sociais dessas obras, sem es-

quecer que os benefícios econômicos e sociais para o povo do Estado de Roraima justificam o investimento.

Quero, portanto, aqui, agradecer a atenção que temos recebido da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), da Agência Nacional de Energia Elétrica, da direção da Eletrobrás/Eletronorte e também do Ministro Edson Lobão, que compreendem a necessidade de integrar os sistemas isolados do Amapá, Amazonas e Roraima e estão executando a maior obra de transmissão de energia no Brasil.

Queria também reforçar aqui o apelo para que todas as providências sejam tomadas para oferta de energia e possamos submeter também as Usinas Hidrelétricas de Bem-Querer e Paredão, no Rio Branco.

Então, Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de destacar que essa é uma iniciativa do Governo da Presidenta Dilma, que vai resolver o problema energético do Estado de Roraima e vai mudar a matriz econômica desse Estado, promovendo o desenvolvimento econômico e social de Roraima e da Região Norte do nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Angela Portela, a Sra. Marta Suplicy, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Durval, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco/PDT – BA) – Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente João Durval. Quero cumprimentar os Senadores e as Senadoras presentes e os ouvintes da Rádio Senado e da TV Senado.

Desde que tomou posse, a Presidenta Dilma fez vários programas importantes. Destaco o Programa Saúde da Mulher, que foi no mês da mulher, em março, extremamente importante para o combate ao câncer de mama e ao câncer de útero; depois, nós tivemos o Brasil sem Miséria, que introduziu algo muito interessante, que foi a busca ativa da pessoa miserável, aquela que tem tão pouca consciência da cidadania e de quais são seus direitos que nem sabe que existem programas que podem ajudá-la. Os Municípios vão ter de ir atrás delas, buscar essas pessoas mais, mais e mais carentes, que ainda não estão no Bolsa Família. Depois, o Programa Brasil Maior, que eu também considero extremamente importante, porque vai ajudar a evitar esse processo, que poderíamos estar começando a viver, de desnacionalização das nossas empresas. E agora, hoje, a Presidenta lança um projeto para as pequenas e microempresas, algo que

estava faltando nesse pacote todo de grande atividade da nossa Presidenta.

Em 2006, o Presidente Lula sancionou a lei que representou esse grande marco para as pequenas e microempresas brasileiras. Foi muito importante o lançamento da Lei do Simples Nacional. E hoje, no Palácio do Planalto, a Presidenta Dilma deu um passo muito importante nessa direção ao apoiar a atualização e a ampliação dessa lei, juntamente com a Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas. A lei foi lançada em 2006 e acaba ficando desatualizada. Desatualizada nos tetos permitidos para você fazer uma pequena empresa, ela não corresponde a cada situação econômica que o País vive. Por isso, foi muito bem feita a atualização frente ao momento que vivemos.

Nesse gesto, a Presidenta não só consolida o papel do empreendedorismo e das pequenas e microempresas no modelo de desenvolvimento que estamos vivendo, mas também reforça a parceria com o Congresso, porque fez juntamente com a Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas.

Hoje, nós temos, no Brasil, cinco milhões de pequenas e microempresas inscritas no Simples Nacional. É interessante que a gente fala das grandes empresas brasileiras, mas, Senador Durval, 99% do total de empresas no Brasil correspondem às pequenas e microempresas. Então, elas são a maioria. Por isso, esse gesto da Presidenta, primeiro do Lula e agora da Presidenta Dilma, foi muito importante. Elas respondem por 20% do nosso PIB e por 57% da geração de empregos com carteira assinada. Então, estamos falando da grande maioria que emprega gente neste País.

O Simples Nacional, quando foi feito pelo Presidente Lula, em 2006, unificou e simplificou o recolhimento de tributos. Tínhamos vários tributos, com uma guia para cada tributo. Era quase que um inferno para você conseguir pagar todos os tributos devidos. O Simples ajudou muito, inclusive a pessoa honesta a se organizar de forma mais barata até, porque uma empresa muito pequena quase tinha que contratar um escritório para fazer a sua declaração. Então, o Simples ajudou na formalização, o que foi muito importante.

O anúncio de hoje também foi importante porque levantou o teto, que estava baixo, para as empresas. Hoje, as faixas desse Regime Tributário Especial foram elevadas em 50%, cada faixa. Isso vai começar a funcionar a partir de janeiro de 2010. Vai ter um teto de R\$3,6 milhões de faturamento anual. Ou seja, dobrou a possibilidade de a pessoa continuar como pequena empreendedora faturando até esse montante.

Com o objetivo de fomentar a atividade exportadora pelas pequenas e microempresas, essas atividades não serão incluídas nas receitas para fins de

enquadramento no Simples Nacional. Isso também foi bastante engenhoso, porque, se sou uma empresa e vou poder faturar R\$3,6 milhões, agora vou poder faturar R\$3,6 milhões no Simples Nacional e somar R\$3,6 milhões para exportar. Quer dizer, o teto do que se exporta não vai valer. Foi muito engenhoso, porque precisamos exportar além das *commodities* que estamos exportando, e as pequenas e microempresas estão muito mais nesta linha. Então, também foi bastante importante essa iniciativa.

A possibilidade de parcelar em até sessenta vezes os débitos tributários das pequenas e microempresas também vai ajudar bastante.

Essas medidas vão representar uma desoneração da atividade empreendedora de algo por volta de R\$5 a 6 bilhões, que o Governo vai deixar de receber. Isso vai se de tributos estaduais, federais e municipais. Ele vai deixar de receber, mas, em contrapartida, vai permitir a inclusão de quinhentas mil novas empresas e a formalização de muitas mais.

Hoje, no lançamento, falou a representante de uma microempresa. Ela trabalha com jóias e é do Rio de Janeiro. Ela disse da importância de poder ter esse teto aumentado. Eu achei muito interessante, foi muito concreto quando ela disse: Olha, quando chegava dezembro, eu dava férias para todo mundo, porque, senão, eu ia acima do teto e não ia mais poder declarar como pequena empresa”.

Então, agora, ela e milhares de outros vão poder faturar mais, o que é muito bom para tudo mundo, pois dinamiza a economia, porque esse teto foi aumentado. Ela lembrou uma ação do Governador Cabral isentou de um determinado imposto no Rio de Janeiro, o que permitiu... Temos não sei quanto de formalização e aumento da arrecadação. Quer dizer, às vezes, as pessoas dizem: Ah, vai desonerar e a União vai perder, o Estado vai perder, o Município vai perder. Mas o que temos visto na prática, Senador, é que não ocorre isso. As pessoas querem ser honestas, elas querem fazer certo. E se elas têm oportunidade de fazê-lo, elas vão atrás para fazer, como é o exemplo do que essa senhora contou hoje.

Quero também acrescentar que, para o microempresário individual, foram ampliadas também as possibilidades para novas atividades e elas vão ter uma receita anual até R\$60 mil. Sem dúvida, isso também vai ter um efeito na formalização, na legalização empresarial e na redução da economia subterrânea, porque muitas vezes ele está faturando mais e, então, não entra na pequena empresa. Então, também é positivo esse aumento do teto para o pequeno empreendedor individual.

E vale lembrar que está na pauta desta semana medida provisória que diminui sobremaneira o custo da contribuição previdenciária do microempreendedor individual. Essa redução também vai contribuir para mais formalização, mais inclusão previdenciária.

O projeto que foi apresentado pela Presidenta hoje, que terá urgência aqui na Casa, além de fortalecer a atividade empreendedora no País, vai dinamizar a economia brasileira num momento em que temos que fazer tudo que possamos para aumentar o nosso mercado interno, para fazer a economia girar, para enfrentar essa crise mundial.

Nós tivemos um enfrentamento muito bem colocado pelo Presidente Lula, quando da última crise, a última crise recente, em que o Presidente colocou que era uma marolinha e todo mundo olhou um pouco assim. Enfrentamos bem a crise graças ao que ele fez, que foi a diminuição dos impostos, a manutenção do aumento do salário mínimo, o aumento do valor do Bolsa Família, tudo o que a oposição falava o contrário. Vocês estão lembrados que ela dizia que tinha de arrochar o salário mínimo, que não podia pôr mais o Bolsa Família... É tudo o que agora estão fazendo com a coitada da Grécia e que a gente sabe no que vai dar. Vai diminuir o emprego e vai ficar muito pior.

Lembro, na véspera do Natal, quando o Presidente Lula, corajosamente, foi à televisão e falou: "Vão e comprem. Comprem, porque, se você comprar, você mantém o emprego e, comprando, vai manter a produção das fábricas, mantém o emprego e a economia não vai para o brejo no Brasil." Foi o que aconteceu, e nós tivemos realmente uma marolinha. Fomos os últimos a entrar e os primeiros a sair.

Agora é outra configuração de crise. São muitos países, sendo que até a maior potência do mundo a está enfrentando, tendo até sido rebaixada na sua situação de risco. É um problema muito diferente. O que nós temos de fazer realmente são medidas como essas que a Presidenta Dilma vem tomando.

O Ministro Guido Mantega está fazendo um pronunciamento na Câmara neste instante, pois iria fazer um pronunciamento às 15 horas, dos encaminhamentos que nós temos de fazer para que consigamos nos manter nesta crise com a economia em desenvolvimento, como continuamos e conseguimos manter.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

Pela ordem, Sr^a Presidenta.

O Sr. João Durval, Suplente de Secretário deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1^a Vice-Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr^a Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidenta Marta Suplicy, eu gostaria de dar boas-vindas. Estão aqui, na Tribuna de Honra do Senado Federal, Vereadores da Câmara Municipal de Bady Bassitt, da região de São José do Rio Preto, em São Paulo. Estão aqui o Presidente da Câmara Municipal, Márcio Elias dos Santos, o Marmitão, do PPS; Luiz de Brito, Vereador do PSDB; Eufrosino João Teodoro, o Tuti, também do PSDB; e o nosso Presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, o Vereador Boy, David Junio Ferreira. Eles vieram aqui para dialogar conosco.

Sejam muito bem-vindos!

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Suplicy.

Poderemos chamar alguém da liderança. O Senador Alvaro Dias não está presente no momento. A Senadora Ana Amélia...

Então, vamos para o primeiro inscrito que é o Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*. Também não se encontra presente.

O Senador Requião também não. *(Pausa.)*

Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Pedro Taques. *(Pausa.)*

Blairo Maggi. *(Pausa.)*

Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Casildo. *(Pausa.)*

Senador Anibal, houve um salto de dez nomes, mas depois a gente recupera.

Com a palavra, o Senador Anibal Diniz como orador inscrito.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Exm^a Sr^a Presidenta Marta Suplicy, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ocupo a tribuna do plenário para informar que, na sessão da Comissão de Constituição, Justiça, da última quarta-feira, pedi vista do relatório do Senador Aécio Neves para que pudéssemos construir um entendimento a respeito da PEC nº 11, apresentada pelo Senador Sarney, com apoio de praticamente todas as bancadas, a unanimidade dos Senadores, na defesa de que realmente o rito de tramitação das medidas provisórias aqui no Senado deva sofrer uma alteração, de tal maneira que o Senado possa ter mais tempo para apreciar a matéria.

E a proposta do Senador Sarney veio muito coerente nesse sentido, porque ela estabelece um prazo para a Câmara dos Deputados e também um prazo

para que o Senado possa manifestar-se a respeito das matérias com maior demora, de tal maneira que a gente não fique sempre exposto àquela situação delicada de uma medida provisória que tem a vigência de 120 dias, passa a maior parte do tempo na Câmara dos Deputados e, quando chega ao Senado, já chega trancando a pauta, criando aquele clima desfavorável, que tem gerado tanta manifestação de protesto por parte da oposição.

Na medida em que apresentei o pedido de vista do relatório, justamente por conta das emendas apresentadas, houve toda uma manifestação de alguns Senadores no sentido de que nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, estávamos tentando impedir que a matéria fosse aprovada. Na realidade, tudo o que nós estamos querendo dialoga inteiramente com a proposição também do Senador Aécio Neves, que apresentou um relatório a respeito, apresentou algumas emendas e, no seu relatório, faz uma análise bastante interessante, dizendo que essa matéria, dada sua importância, tem que ser construída com o apoio de todas as bancadas. Todos os segmentos, todas as forças representadas aqui no Senado Federal têm que estar de acordo.

A gente tem que construir um consenso, porque não se trata de uma matéria para agradar a maioria nem para agradar a minoria. Tem que agradar, tem que construir algo que dialogue com todas as forças políticas aqui do Senado.

Então eu estou vindo à tribuna da Casa exatamente para dizer que nós, do Partido dos Trabalhadores, nosso Líder Senador Humberto, o Senador Walter Pinheiro e outros Senadores que estão participando diretamente dessa discussão, como o Senador José Pimentel, vamos procurar hoje a nossa Liderança, o Senador Jucá, e também pretendemos, na medida do possível, conversar com o Senador Aécio Neves para que a gente possa apresentar amanhã uma proposta que dialogue com o conjunto dos Senadores, incorporar todas as proposições que foram apresentadas até aqui e encontrar uma saída que atenda aquela demanda que é de todos no sentido de o Senado ter também um tempo para apreciar devidamente as medidas provisórias que chegarem a esta Casa.

Acreditamos que é possível construir um diálogo, porque, se este não houver, a gente vai ter que apresentar um voto em separado e disputar no voto a situação amanhã na Comissão de Constituição e Justiça, mas eu acredito que seja possível, sim, a gente construir um diálogo. Por que acredito nisso? Porque nós temos condição de apresentar uma proposta que dialogue com todos os Senadores que apresentaram emendas. Por exemplo, o Senador Aécio Neves, no seu

relatório, apresentou uma emenda propondo inicialmente a criação de uma comissão de admissibilidade, formada por Senadores e Deputados para analisar a admissibilidade das medidas provisórias. Mais adiante, ele próprio concordou que essa comissão não seria necessária, que essa admissibilidade pode ser discutida pelas Comissões de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e também do Senado.

O Senador Walter Pinheiro apresentou uma proposição, no sentido de que não é necessário a gente ter uma comissão de admissibilidade e nem necessariamente ser a Comissão de Constituição e Justiça, porque o Plenário é soberano para deliberar sobre admissibilidade das medidas provisórias. Então a gente acredita que, tranquilamente, seja possível dialogar com o Senador Aécio Neves.

Do Senador Antonio Carlos Valadares, nós trazemos a ideia de que o prazo para a Câmara deva ser maior sim. O Senador Sarney, na sua proposição inicial, previu que seriam necessários sessenta dias na Câmara dos Deputados. O Senador Antonio Carlos Valadares apresenta uma proposição de esticar um pouco esse prazo, chegar a setenta dias na Câmara e mais quarenta dias aqui no Senado; a gente teria aí 110 dias, restando dez dias para que a Câmara possa fazer a revisão da matéria apreciada aqui no Senado.

Aonde é que está o ponto em que nós achamos importante dialogar com o Senador Aécio Neves? O Senador Aécio Neves, na sua proposição, disse que as medidas provisórias passariam sessenta dias na Câmara dos Deputados e, em caso de não apreciação pelos Deputados, a medida provisória perderia sua vigência. Ora, nós não podemos concordar com isso, porque isso é frontalmente contraditório com tudo que se discutiu aqui no Senado. Se a gente estava justamente tentando trazer maior protagonismo para o Senado da República, como é que nós vamos abdicar de apreciar uma medida provisória?

Então, nesse sentido, nós acreditamos que seja possível, sim, dialogar com o Senador Aécio Neves, porque a vigência da medida provisória tem que permanecer em 120 dias. Então, passam-se os sessenta dias na Câmara dos Deputados ou setenta dias, conforme a emenda apresentada pelo Senador Antonio Carlos Valadares, e mais quarenta dias no Senado, todos com vigência plena da medida provisória. Assim, a Câmara teria tempo de apreciar as matérias e também o Senado da República.

Dessa maneira, nós entendemos que é inteiramente possível a gente chegar a um entendimento e, amanhã, durante a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, ter um acordo firmado e assim dar um passo adiante.

Dessa maneira, fica patente para todo mundo que a Bancada do Partido dos Trabalhadores não está querendo impedir que esse assunto seja finalizado. Pelo contrário. Nós queremos, tanto quanto quer a oposição, que esse rito seja definido, que a Câmara dos Deputados tenha o seu tempo para apreciação das medidas provisórias, mas que nós, do Senado, também tenhamos o nosso tempo.

Por isso, é fundamental que, incorporando essas proposições todas, tenhamos setenta dias na Câmara, quarenta dias no Senado, formando 110 dias, e depois mais dez dias para a Câmara fazer a revisão das medidas provisórias. Dessa maneira, estaríamos assegurando os 120 dias de vigência das medidas provisórias e colocando o Senado da República na sua posição verdadeira, que é uma posição de protagonismo, para não ter de votar as medidas a toque de caixa, mas, sim, com tempo para apreciar, para apresentar emendas e para, na medida do possível, apresentar aquilo que poderia, inclusive, tornar melhores as medidas provisórias.

Então, a gente espera, nesta tarde, construir esse diálogo com o Senador Aécio Neves e, amanhã, ter uma posição de consenso aprovada na Comissão de Constituição e Justiça.

Era isso, Sr^a Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT - SP) – Obrigada, Senador Anibal Diniz. Tenho certeza de que, amanhã, vamos conseguir resolver a questão da rapidez das medidas provisórias.

Com a palavra o Senador Jayme Campos, pela liderança de seu partido, o DEM.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia de hoje, Prefeitos mato-grossenses realizaram um ato público em Cuiabá. Não reivindicaram obras ou investimentos para seus Municípios, pediram segurança, salvaguarda para eles próprios exercerem, com dignidade, independência e segurança pessoal, os seus mandatos populares.

Essa mobilização extrema e quase teatral justifica-se, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque, em menos de 15 dias, dois Prefeitos e um jornalista foram barbaramente assassinados em Mato Grosso, alvejados por pistoleiros profissionais que executaram suas vítimas com covardia e crueldade. Abatidos também pela inércia do Estado, que não é capaz de proteger sequer seus representantes escolhidos legitimamente pelo povo.

Ao perpetrarem seus atos infames, esses bandidos atingiram a soberania da nossa sociedade, ferindo a nossa autodeterminação, nossa confiança e nossa imagem perante a Nação. Lançaram nossa região a

um estado profundo de tristeza e de luto. Junto com essa mágoa também desce sobre nossos corações um sentimento de revolta, calcinado pela vergonha.

Tais crimes traumatizaram a todos e causaram uma onda de inconformismo e indignação que atingiu até o mais recôndito núcleo de nossa sociedade.

Somos uma gente soberana e pacífica. Mato Grosso é uma comunidade altiva e honrada, reconhecida pela devoção de seus filhos ao trabalho árduo e aos valores morais de seus antepassados. São insígnias de nosso povo a esperança e o pioneirismo. Por isso, não podemos admitir que crimes dessa natureza sejam praticados e fiquem escondidos pelo manto obscuro da impunidade.

Não! Precisamos reagir... E reagir de forma dura e exemplar, para que tragédias como essas não se repitam. Apenas a punição, o castigo e a repressão poderão purgar os malefícios sociais desses assassinatos, pois esses atos deliberados, minha cara Presidente, sacrificaram nossa sociedade como um todo. Macularam nossa confiança no Estado como organismo promotor da segurança e do direito e subtraíram nossa liberdade, aprisionando-nos na masmorra do medo e da incerteza.

Neste momento de grande apreensão, de uma nítida sensação de insegurança, a Polícia Civil de Mato Grosso encontra-se em greve. Investigadores, agentes e escrivães reivindicam melhores salários e condições mais efetivas de trabalho. Esse movimento, embora legítimo, contribui para o sentimento de desamparo de nossa comunidade. Faço, nesse sentido, um apelo aos líderes classistas e ao Governo estadual, para que retomem o diálogo e coloquem um termo final à paralisação da categoria, devolvendo ao povo a tranquilidade e a paz tão almejadas.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como já disse, os assassinatos causaram profundo e doloroso impacto em nossa comunidade. Foram tiros certos em nossa autoconfiança, principalmente porque as vítimas eram personagens de nossa cena política e social.

O jornalista Auro Ida, repórter com quase trinta anos de vida profissional na região, sempre foi admirado por sua inteligência, coragem e correção. Morreu aos 53 anos de idade, executado com seis tiros e sem qualquer chance de defesa. Seu assassinato ainda não foi elucidado pela polícia.

O Prefeito Valdemir Antonio da Silva, do Município de Novo Santo Antônio, foi cruelmente assassinado em sua própria residência, na frente de dois filhos menores de idade. Até agora sua cidade está traumatizada, procurando explicações...

(Interrupção do som.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – ... para tamanha barbaridade. Suspeita-se de motivação política para o crime. Ontem a polícia prendeu dois suspeitos, e um deles teria confessado a participação no homicídio.

Na sexta-feira, nosso companheiro democrata, o Prefeito de Nova Canaã do Norte, Antonio Luiz Cesar de Castro, o Luizão, também foi vítima de balas assassinas. Político hábil e excelente gestor público, a morte prematura ceifou uma carreira em ascensão: duas vezes eleito prefeito, Luizão caminhava agora para disputar uma vaga na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Nosso partido está de luto pela perda irreparável desta liderança emergente em nossa comunidade.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao falar desses três personagens abatidos pela insegurança...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou pedir para V. Ex^a encerrar, mas estamos todos estarecidos com o relato.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – Estarei concluindo já, Sr^a Presidente.

Abatido pela insegurança em nosso Estado, não poderia deixar de mencionar alguns alarmantes índices da criminalidade em Mato Grosso. Somente na Grande Cuiabá, do início do ano até agora, Senador Clésio, foram cometidos 203 assassinatos, com predominância na faixa dos 18 aos 24 anos.

São vítimas anônimas, sem rosto, sem biografia, que apenas alimentam as estatísticas. Elas apontam um crescimento de 16% nos casos de homicídios na Baixada Cuiabana do ano anterior para 2011.

Vou concluir, Senadora Marta, permita-me, pois é um pronunciamento muito importante para o povo do Mato Grosso, que vive um momento de insegurança total, e algo tem que ser feito ou por meio do Governo do Estado ou com a participação da Força Nacional ou da própria Polícia Federal.

(Interrupção do som.)

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Estou concluindo.

É preciso combater o crime em todas as suas esferas. O sangue de qualquer vítima da violência mancha nossa soberania. E, no caso de Mato Grosso, três assassinatos estão tingindo nossa bandeira com as cores da impunidade, da insegurança e da vergonha.

A cada dia sem elucidação, as mortes de Auro, Valdemir e Luizão aumentam nossa desconfiança em relação à capacidade do Governo e de seus gestores

de recuperar a estabilidade moral do Estado como protetor da vida e do futuro dos nossos cidadãos.

Para finalizar, Sr^a Presidente, gostaria de manifestar meus sinceros sentimentos aos familiares dos Prefeitos Valdemir Antonio da Silva e Antônio Luiz de Castro, bem como aos do jornalista Auro Ida, desejando que Deus lhes dê conforto e paz nesta hora tão difícil.

(Interrupção do som.)

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Concluindo, Sr^a Presidente, também rogo para que o Estado faça justiça punindo de forma exemplar os autores desses crimes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Jayme Campos, é estarecedor esse relato. Nós todos aqui compartilhamos desse pedido de providências enérgicas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)* Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Walter Pinheiro, como orador inscrito.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui realçar e, ao mesmo tempo, reafirmar a nossa posição em relação à aprovação da PEC que trata das medidas provisórias.

Fez aqui uma fala o meu companheiro Anibal, Senador do Acre, reafirmando a nossa posição expressada desde o primeiro momento, aliás, desde o dia 1º de março, quando provocamos, no plenário desta Casa, a discussão sobre a mudança no rito de apreciação das medidas provisórias.

Volto a afirmar que fiz aquilo no dia 1º de março, ou seja, a cobrança aqui no plenário exatamente porque não tínhamos, nós, Senadores, a oportunidade, naquele momento, sequer de participar do processo de apreciação das medidas provisórias e reclamei, Senador Clésio, usando uma medida provisória que tinha influência, ou melhor, que teve influência decisiva sobre a questão do parque automotivo, a Medida Provisória nº 512.

Naquele dia 1º de março – já havia discutido essa questão com o Ministro Aloísio –, eu levantava a ponderação sobre fazer uma emenda na medida provisória obrigando as empresas do setor automotivo que se instalam em diversas cidades a assumirem, além

da contribuição de geração de postos de trabalho, o compromisso com investimento, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Mas não tive a oportunidade, Senador Clésio, de emendar essa medida, porque ela tramitava na Câmara. Eu corri ainda para usar, através de mandatos parlamentares da Câmara, a possibilidade dessa emenda, mas ela chegou ao Senado com data marcada para morrer. Portanto, votamos a medida aqui a toque de caixa.

Voltei a fazer, em 15 de março, outra reclamação sugerindo ao Presidente Sarney que pudesse encabeçar, que pudesse ser o apresentador oficial, digamos assim, dessa mudança, uma mudança que começou com um erro patrocinado por nós. As medidas provisórias eram apreciadas no Congresso.

V. Ex^a, Senador Zeze Perrella, era Deputado Federal e, portanto, também conhecia essa história. Nós passamos anos e anos a fio com medidas provisórias que sequer eram apreciadas. A medida provisória do Plano Real ficou anos e anos nesta Casa para ser apreciada.

Quando mudamos do Congresso para que as medidas provisórias pudessem ser apreciadas separadamente em cada Casa, não atentamos para uma coisa importante: divisão do tempo. Mantivemos os 120 dias, mas não ajustamos a esse novo texto qual seria o tempo de tramitação em cada Casa. Portanto, sem nenhum tipo de agressão à Câmara, aquela Casa pode segurar uma medida provisória até a undécima hora e aprová-la na undécima hora, remetendo para cá já no dia de vencer. Esse foi o erro nosso.

Então, o que queríamos com a proposta que foi encabeçada pelo Presidente desta Casa, Senador José Sarney? Primeiro passo, alterar o tempo de tramitação, permitindo que a medida provisória tenha até mais tempo na Câmara, até por ser maior a Câmara e por ser ali a porta de entrada. Por exemplo, agora tem quatro medidas provisórias trancando a pauta na Câmara. Aqui no Senado, por enquanto, tem duas que devem vir de lá pra cá. Portanto, lá precisa de mais tempo e aqui um tempo menor: 70 dias na Câmara, 40 dias no Senado, 10 dias para voltar.

Onde está a divergência com o texto do Senador Aécio? Eu espero que a gente construa, Senadora Marta, até o dia de amanhã esse consenso, para aprovarmos, na Comissão de Constituição e Justiça. E, obviamente, em plenário, de uma vez por todas, que a gente sacraamente essa mudança.

A divergência vem da exigência que nós fazíamos. Ora, se queríamos tempo para apreciar a medida provisória porque ela não vem pra cá, como iríamos aceitar que, na tramitação da medida provisória, uma comissão de parlamentares, da Câmara ou do Sena-

do, pudesse, numa comissão separada, analisar as medidas provisórias e ali dar o seu veredito?

Então, isso tira a prerrogativa de Plenário que a gente tanto reclamava. Seria uma comissão com 12 da Câmara e 12 do Senado. Quem comporia essa comissão, Senador João Durval? Nós somos 81. Portanto, 12 teriam a oportunidade de apreciar medidas provisórias. Quem tem que decidir pela medida provisória é o Plenário. Concordo que tem que passar na comissão. Então, vamos passar na Comissão de Constituição e Justiça, já constituída com a tarefa de julgar, analisar os itens da constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa. Portanto, isso pode ser feito na Comissão de Constituição e Justiça.

Vencida essa etapa, a matéria vem ao Plenário, que dá a sua opinião. Pode o Plenário, inclusive, derrotar a Comissão de Constituição e Justiça. Mas só e somente o Plenário é soberano pra essa atitude.

O outro aspecto importante é o que tem a ver também com a prerrogativa e o cumprimento desse prazo. Ora, mantidos os 120 dias, se aceitarmos que a medida provisória, transcorridos os seus 70 dias na Câmara, perca o seu efeito, os 120 dias, na realidade, foram completamente ultrajados. Ora, se são 120 dias de tramitação, não pode uma medida provisória morrer por decurso de prazo, em 70 dias, na Câmara, tirando a possibilidade de o Senado apreciar. Então, temos que garantir o transcurso, a apreciação dentro dos 120 dias. Então, transcorridos os 70 dias, não apreciada na Câmara, a matéria virá ao Senado, e o Senado terá a capacidade de, nos 40 dias, analisar. Se o Senado não analisar nos 40 dias, nos dez restantes a Câmara tem a oportunidade de fazê-lo. Se o Senado modificar nos 40 dias, a Câmara tem a possibilidade da revisão; portanto, de apreciar a matéria.

Acho que é importante fechar aqui essa questão, tratando de outra coisa fundamental que, de certa forma, inserimos no contexto das medidas provisórias. Qual foi a reclamação que nós fizemos aqui na Medida Provisória 517? Era o fato de a Câmara, ou seja, de Deputados terem colocado emendas ao texto que, de certa maneira, eram contrários ao conteúdo central daquela matéria. Então, isso nós temos que preservar. E aí é certo o Senador Aécio porque foi, enquanto Deputado Aécio Neves, que nos ajudou na posição para que essa matéria pudesse ter esse entendimento.

Uma medida provisória pode receber emendas, uma medida provisória pode ser ajustada aqui, mas com matérias, Senador Ataídes, que tenham correlação com o texto, com o eixo, com o mérito dessa medida provisória e não com matérias estranhas à medida provisória. Portanto, essa é uma parte que acho fundamental que a gente mantenha no texto do Senador

Aécio Neves. Espero que, no dia de amanhã, a gente tenha a oportunidade de construir esse acordo.

Sei que, na manhã de amanhã, nós teremos aqui uma homenagem, uma justa homenagem ao Senador Itamar Franco, que nos deixou, mas que pode tranquilamente ser lembrado nesta Casa pelos seus feitos, pela sua postura, pela sua figura, inclusive pela contribuição com o Plano Real, a medida provisória a que eu me referi aqui antes.

Portanto, no dia de amanhã, até em homenagem a essa figura que contribuiu decisivamente com o desenvolvimento econômico, com a estabilidade econômica no País e até com o exemplo de vida, o Senador Itamar Franco, teremos oportunidade de prestar essa homenagem, completando-a com a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça, de um texto de comum acordo entre Oposição e Situação na Casa, obviamente promovendo a chegada desse texto ao plenário, para que, de uma vez por todas, ajustemos as contas, o tempo e possamos apreciar as medidas provisórias, tendo a oportunidade de conhecê-las, debater-las e modificá-las, se necessário for, nessa linha.

Era isso, Sr^a Presidenta, que eu tinha a falar na tarde de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Walter Pinheiro.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência comunica ao Plenário que, a partir da retomada dos trabalhos legislativos, foi reduzida, uma vez mais, a tiragem impressa dos avulsos da Ordem do Dia do Senado Federal e do Congresso Nacional, uma vez que os mesmos já estão disponibilizados diariamente na Internet.

É mais uma medida de economia implantada pela Secretaria-Geral da Mesa, em decorrência da adoção dos princípios definidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2009, que trata da Política de Processo Legislativo Eletrônico do Senado Federal.

Além dessa, outra medida é o trabalho conjunto da Secretaria-Geral da Mesa com a Secretaria de Edições Especiais e Publicações do Senado Federal, que resultou na impressão desses avulsos da Ordem do Dia, agora reduzidos, em papel reciclado, adquirido com os recursos oriundos da venda de aparas de papel.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União o **Aviso nº 1.225-GP/TCU, de 2011**, na origem, comunicando a aposentadoria do Ministro Ubiratan Diniz Aguiar.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 10 de agosto do corrente.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o aviso:

Aviso nº 1.225-GP/TCU

Brasília, 8 de agosto de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o **Diário Oficial da União** de 5-8-2011, Seção 2, página 2, publicou o Decreto da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, de 4 de agosto de 2011, por meio do qual é concedida aposentadoria ao Ministro Ubiratan Diniz de Aguiar.

Esclareço, por oportuno, que o Ministro Ubiratan Diniz de Aguiar havia sido nomeado para o Tribunal de Contas da União, por escolha do Congresso Nacional, em vaga destinada à Câmara dos Deputados.

Respeitosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foi lido anteriormente o **Requerimento nº 954, de 2011**, do Senador José Sarney e outros Senadores, solicitando que o tempo dos oradores do período do expediente da sessão do dia 18 de outubro seja destinado a comemorar os 200 anos da Biblioteca Nacional.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há sobre a mesa requerimento.

Votação do Requerimento de prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão, criada pelo Requerimento 171, de 2011, destinada a propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa civil. (Requerimento nº 957, de 2011)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 957, DE 2011

Requeremos, com amparo no inciso I do § 1º do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação, até o final da presente sessão legislativa, do prazo de funcionamento da Comissão criada pelo Requerimento nº 171, de 2011, destinada a propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa civil.

Justificação

Por meio do Requerimento nº 171, de 2011, o Senado Federal instituiu Comissão Especial Interna destinada a propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa civil.

Para atingir seus objetivos, a Comissão adotou, em 18 de maio de 2011, Plano de Trabalho que contempla a realização de audiências públicas e diligências externas voltadas para a identificação dos fatores limitantes e das oportunidades de atuação da defesa civil no Brasil.

No primeiro semestre de 2011, a Comissão cumpriu intensa agenda de atividades. Foram realizadas audiências públicas em que foram ouvidos o Ministro de Estado da Integração Nacional, o Chefe do Escritório da Estratégia Internacional de Redução de Risco de Desastre da Organização das Nações Unidas nas Américas e Caribe e o Presidente do Conselho Nacional de Gestores Estaduais de Defesa Civil. Além disso, foram realizadas diligências regionais que coletaram subsídios dos estados das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil.

Entretanto, para cumprir o Plano de Trabalho adotado pela Comissão, diversas atividades ainda se fazem necessárias. Estão previstas audiências públicas com os Ministros de Estado da Ciência e Tecnologia e das Cidades e com representantes de diversos órgãos e organizações dedicadas à defesa civil em âmbito nacional, estadual e municipal.

A Comissão Especial Interna – Defesa Civil enfrenta temas complexos e de fundamental importância para a redução dos prejuízos econômicos e, principalmente, da perda de vidas humanas decorrentes de desastres como o ocorrido na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, em 2011. Com o andamento dos trabalhos, estamos cada vez mais convictos de que as ações de defesa civil devem deslocar seu foco para as medidas de prevenção, sem descuidar da preparação, da resposta e da reconstrução.

O prazo inicialmente previsto encerra-se em 12 de agosto de 2011. Do muito que já foi feito, concluímos que ainda há muito a fazer. Por esse motivo, contamos com o apoio dos demais Senadores e Senadoras para a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

Sala das Sessões, – Senador **Jorge Viana** (Presidente) – Senador **Inácio Arruda** (Vice-Presidente) – Senador **Casildo Maldaner** (Relator) – Senador **Valdir Raupp** – Senador **Lindbergh Farias** – Senador **Armando Monteiro**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Projeto de Lei do Senado nº 456**, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, que acrescenta

o § 3º, ao art. 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, no Código Penal, para equiparar o funcionário público, para fins de prática do delito de violação de sigilo profissional, o servidor aposentado ou fora do exercício da função, mas que age em razão dela.

O art. 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de dezembro de 1940, do Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....
§ 3º Para efeitos do **caput** e §§ anteriores, equipara-se a funcionário público o servidor aposentado ou todo aquele que tenha exercido, por qualquer forma de investidura ou vínculo, função pública, mas que age em razão dela.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o seguinte o projeto, na íntegra:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 456, DE 2011

Acrescenta o § 3º ao art. 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, para equiparar a funcionário público, para fins de prática do delito de violação de sigilo profissional, o servidor aposentado ou fora do exercício da função, mas que age em razão dela.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 325.

.....
§ 3º Para efeitos do **caput** e parágrafos anteriores, equipara-se a funcionário público o servidor aposentado ou todo aquele que tenha exercido, por qualquer forma de investidura ou vínculo, função pública, mas que age em razão dela.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 325 do Código Penal prevê punição para o funcionário público que viola sigilo funcional, consistente em revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação.

O tipo penal, que estipula sanção de detenção de 6 meses a 2 anos, enquadra no mesmo preceito o

servidor que, embora não revele as informações, facilite o acesso de pessoas não autorizadas ao sistema de informações ou banco de dados da Administração Pública ou se utilize, indevidamente, do acesso restrito.

Se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem, a pena passa a ser de reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

Tutela-se, com o presente dispositivo, o sigilo das informações inerentes à Administração Pública, essencial para o regular andamento das atividades administrativas.

Pondere-se que o sigilo das informações dos bancos de dados da Administração Pública está intimamente ligado às informações privadas da própria população, a qual possui guarita de inviolabilidade constitucional (CF, art. 5º, inc. X e XII) e, por corolário, está ligado à própria segurança da sociedade.

Pratica o delito o funcionário público (servidor público), na acepção ampla da palavra (art. 327 do CP).

Apesar de ser ensinamento predominante na doutrina que, mesmo o funcionário aposentado ou afastado da sua função pode cometer o crime, pois não se desvincula totalmente dos deveres para com a Administração Pública, alerta Rogério Sanches Cunha que a lei deve deixar essa possibilidade expressa, evitando a alegação de violação ao princípio da legalidade¹.

A alteração tem pertinência. Assistimos na última campanha presidencial notícias várias revelando que dados fiscais de candidatos (e de seus familiares), protegidos pelo sigilo, foram violados por pessoas que têm ou já tiveram direito ao acesso restrito. Foi notícia recente no Rio de Janeiro que sete funcionários do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e um servidor da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional, juntamente com agente federal aposentado, violaram declarações de renda protegidas pelo sigilo.

Logo, não raras vezes, o comportamento de revelar sigilo é praticado (ou supostamente praticado) por servidores aposentados ou que tenham exercido a função pública por um determinado período, sem estarem associados a qualquer outra pessoa, ficando blindados pela omissão legislativa, garantidos pela vedação de analogia incriminadora.

Nesse sentido, fitando dismantelar qualquer norma que prive pela impunidade e consciente da enorme força que podemos somar contra a insegurança, espandando qualquer tese impeditiva de tipificação, sugerimos a alteração alhures destacada do art. 325 do CP.

Sala das Sessões, – Senador **Pedro Taques**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI

Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

PARTE GERAL

TÍTULO I

Da Aplicação da Lei Penal

(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

Anterioridade da Lei

Art. 1º Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

Violação de sigilo funcional

Art. 325. Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

§ 1º Nas mesmas penas deste artigo incorre quem: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

I – permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública; (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

II – se utiliza, indevidamente, do acesso restrito. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Violação do sigilo de proposta de concorrência

Art. 326. Devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Pena – Detenção, de três meses a um ano, e multa.

Funcionário público

Art. 327. Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou

¹In “Direito Penal – Parte Especial”, Ed. RT, 3ª edição, 2010, pp. 431-3

sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

§ 1º Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

§ 2º A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. (Incluído pela Lei nº 6.799, de 1980)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, DE 2011

Aumenta a pena dos crimes contra a honra, previstos nos arts. 138, 139 e 140, caput e § 2º; altera a redação do § 3º do art. 140, para incluir a orientação sexual e identidade de gênero como elementos para injúria qualificada e acrescenta a possibilidade de aumento de pena para dois terços no art. 141, todos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 138; 139; 140, **caput**, § 2º e § 3º e 141, **caput**, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 138.
Pena – detenção, de um a três anos, e multa. (NR)
.....

Art. 139.

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa. (NR)
.....

Art. 140.

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa. (NR)
.....

§ 2º
.....

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (NR)
.....

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: (NR)
.....

Art. 141. As penas cominadas neste Capítulo aumentam-se de um a dois terços, se qualquer dos crimes é cometido: (NR)
.....”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição de 1988 trouxe em seu art. 5º, inciso X, a previsão expressa de tutela da honra como um bem jurídico constitucional de alta relevância, haja vista que, em cotejo com a liberdade de expressão também constitucionalmente garantida, foi preciso estabelecer os limites para que a livre manifestação do pensamento não se tornasse um mecanismo de opressão e ofensa pública.

Entretanto, no mundo atual, marcado pela hiperconectividade, pela hiperciência e pelo hiperindividualismo, como já bem diagnosticado pelo filósofo Gilles Lipovetsky¹, alguns tem se aproveitado da incrível velocidade de transmissão da informação – muitas vezes em frases curtas, de poucos caracteres que ganham grande publicidade e alcance – para a promoção de ofensas à honra, seja na forma de calúnia, injúria ou mesmo difamação, as quais são veiculadas sem prova alguma ou mesmo carentes de qualquer justificativa e fundamento. Estima-se que já há 2 bilhões de pessoas conectadas e o grande diferencial em relação aos tempos passados é que agora, cada indivíduo é, em si, uma fonte potencial de informação que pode ganhar grande notoriedade.

¹ LIPOVETSKY, Gilles. **Os Tempos Hipermodernos**. Tradução: Mário Vilela, 2ª reimpr., São Paulo: Barcarolla, 2005.

Tal quadro tem gerado extremo sofrimento para as vítimas dessas ofensas que, sem muita chance de defesa, já que tudo é muito rápido, instantâneo, são antecipada e socialmente condenadas. Uma reparação via judiciário, anos depois, atenua, mas não resolve o problema.

Nesse contexto, cabe indagar se as regras penais vigentes ensejam a proteção suficiente da honra enquanto bem jurídico-constitucional ou se os novos tempos impõem uma revisão, tornando a regulamentação mais severa.

Parece-me que a segunda resposta é mais adequada, de modo que o presente projeto de lei tem por objetivo aumentar as penas previstas em caso de cometimento de crimes contra a honra, bem como incluir a orientação sexual e a identidade de gênero como elementos que levam à injúria qualificada, nos termos do disposto no § 3º, art. 140 do Código Penal.

Tal proposta, além de se apresentar constitucional e adequada às novas perspectivas da comunicação humana, ganha relevo, também, em face da recente decisão na ADPF nº 160 em que o Supremo Tribunal Federal decretou a não-recepção da Lei nº 5.250 de 1967 – Lei da Imprensa – o que deixou uma lacuna em relação à matéria e levou ao resgate do Código Penal para regulamentação desses delitos, naquilo em que couber.

Ademais, pesquisando o direito comparado, constata-se que na Alemanha, as penas previstas para calúnia podem atingir o teto de 5 anos quando ela alcança caráter público e o agente conhece de antemão a falsidade de suas declarações (§ 187 do Código Penal Alemão), enquanto que países como a Argentina prevêem a pena de 1 a 3 anos para situação semelhante (art. 109 do Código Penal Argentino).

Resta claro, assim, que nossa legislação atual é bastante tímida e deve avançar no sentido de reprimir as condutas contra a honra, dando a resposta penal suficiente e necessária para garantir a tutela do bem jurídico constitucionalmente previsto.

Em relação à injúria qualificada descrita no § 3 do art. 140 do Código Penal, se mostra deveras oportuno que seja incluída a orientação sexual e a identidade de gênero como elementos agravantes do crime de injúria, ao lado da raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, sugestão que já se apresenta em inúmeras propostas legislativas, dentre as quais deve se mencionar o Projeto de Lei nº 122, de 2006, que criminaliza a homofobia.

Por fim, nos casos previstos no art. 141 do Código Penal, ou seja, crimes contra a honra cometidos contra o Presidente da República, contra funcionário público no exercício de suas funções, na presença de

várias pessoas ou por meio que facilite sua divulgação e ainda os cometidos contra pessoa com idade superior a sessenta anos ou pessoa portadora de deficiência (neste último, excetuando-se o crime de injúria), reputa-se imprescindível que o aumento de pena não se restrinja a um terço, mas antes possa variar, conforme o caso e a gravidade, de um terço a dois terços, reprimindo, assim, com maior intensidade tal delito.

Pelas razões acima apresentadas, julgo que essa alteração seja premente e rogo os ilustres Pares a apoiá-la.

Sala das Sessões, – Senador **Pedro Taques**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI

Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

PARTE GERAL

TÍTULO I

Da Aplicação da Lei Penal

(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

Anterioridade da Lei

Art. 1º Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

.....

CAPÍTULO V

Dos Crimes Contra a Honra

Calúnia

Art. 138. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.

§ 2º É punível a calúnia contra os mortos.

Exceção da verdade

§ 3º Admite-se a prova da verdade, salvo:

I – se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível;

II – se o fato é imputado a qualquer das pessoas indicadas no nº 1 do art. 141;

III – se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

Difamação

Art. 139. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Exceção da verdade

Parágrafo único. A exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

Injúria

Art. 140. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 1º O juiz pode deixar de aplicar a pena:

I – quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

II – no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

§ 2º Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

Pena – reclusão de um a três anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 1997)

Disposições comuns

Art. 141. As penas cominadas neste Capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:

I – contra o Presidente da República, ou contra chefe de governo estrangeiro;

II – contra funcionário público, em razão de suas funções;

III – na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria.

IV – contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência, exceto no caso de injúria. (Incluído pela Lei nº 10.741, de 2003)

Parágrafo único. Se o crime é cometido mediante paga ou promessa de recompensa, aplica-se a pena em dobro.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 458, DE 2011**

Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para prever, na permissão de uso

não gratuita de áreas públicas da União, a obrigatoriedade de reserva de ingressos para distribuição gratuita a entidades de assistência social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

“Art. 22.
.....

§ 3º Nas permissões de uso, mesmo quando gratuitas, serão cobrados, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente com o evento.

§ 4º Nas permissões de uso não gratuitas, além do pagamento dos custos previstos no § 3º, deverão ser reservados dez por cento dos ingressos para distribuição gratuita entre entidades beneficentes de assistência social, definidas pelo poder público.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os ambientes públicos como praças, praias, jardins, canteiros e parques são formas que caracterizam a organização espacial das cidades desde tempos remotos. Como locais públicos por excelência, esses espaços constituem importantes referenciais para a população e revelam a necessidade de que sejam mantidos como espaços comuns de socialização.

O uso desses espaços comuns de socialização, contudo, vem sofrendo transformações ao longo do tempo, em função das significativas alterações na forma com que a sociedade interage com eles. Hoje, há uma busca cada vez maior pela utilização desses espaços para shows e atividades esportivas não gratuitas, implicando uma indesejável segregação socioespacial. Essas novas formas de utilização dos espaços públicos, certamente, promovem restrições àquela parcela da população já penalizada pela setorialização habitacional baseada na renda e, também, por sua exclusão social.

No que respeita ao uso das áreas públicas da União, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, é clara. Seu art. 22, regulamentado pelo art. 14 do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, possibilita que o poder público autorize, pela permissão de uso, a utilização de áreas de domínio da União para a realização de eventos de curta duração, de natureza recreativa, esportiva, cultural, religiosa ou educacional. O referido decreto estabelece, também, que, nas permissões de

uso, mesmo quando gratuitas, serão cobrados, a título de ressarcimento, os custos administrativos da União, relacionados direta ou indiretamente com o evento.

No entanto, mesmo que o uso dessas áreas para realização de eventos assegure um retorno financeiro aos cofres públicos, entendemos ser justo e necessário estabelecer mecanismo legal que dê, à população de baixa renda, a chance de usufruir das atividades não gratuitas realizadas nos espaços públicos da União. Afinal, conforme nos ensinam estudiosos da sociologia do espaço, todo espaço público deve ser construído socialmente.

Nesse contexto, buscando estabelecer mecanismo que proporcione justiça social, propomos a alteração da Lei nº 9.636, de 1998, para prever a obrigatoriedade da reserva de dez por cento dos ingressos dos eventos não gratuitos realizados nesses espaços, para serem destinados a entidades beneficentes de assistência social. A destinação a essas entidades garantirá a distribuição dos ingressos de shows e eventos esportivos não gratuitos a grupos populacionais de baixa renda.

Certos de ser esta uma proposta justa, esperamos contar com o apoio dos nobres Senadores a sua aprovação.

Sala das Sessões, em agosto de 2011. – Senador **Humberto Costa**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998

Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

SEÇÃO VII

Da Permissão de Uso

Art. 22. A utilização, a título precário, de áreas de domínio da União para a realização de eventos de curta duração, de natureza recreativa, esportiva, cultural, religiosa ou educacional, poderá ser autorizada, na forma do regulamento, sob o regime de permissão de uso, em ato do Secretário do Patrimônio da União, publicado no **Diário Oficial** da União.

§ 1º A competência para autorizar a permissão de uso de que trata este artigo poderá ser delegada aos titulares das Delegacias do Patrimônio da União nos Estados.

§ 2º Em áreas específicas, devidamente identificadas, a competência para autorizar a permissão de uso poderá ser repassada aos Estados e Municípios, devendo, para tal fim, as áreas envolvidas lhes serem cedidas sob o regime de cessão de uso, na forma do art. 18.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, DE 2011

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tipificar como infração gravíssima a obstrução de vias urbanas por veículos envolvidos em acidentes sem vítimas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 246 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, passando o atual parágrafo único a ser designado como § 1º:

“Art. 246.
.....

§ 2º Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se obstrução indevida, sem prejuízo das demais circunstâncias restritivas do tráfego, a não remoção de veículos envolvidos em acidentes sem vítimas, independentemente da categoria a que pertençam.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Embora seja inevitável a ocorrência de acidentes de trânsito nas vias urbanas, onde centenas de milhares de veículos transitam a cada dia, é possível, sobretudo quando não resultam em vítimas, torná-los menos danosos para os demais condutores.

Cada dia mais frequentes em decorrência do aumento da frota em circulação, esses pequenos acidentes tendem a ocasionar impactos negativos para além dos danos materiais causados aos veículos diretamente envolvidos. A obstrução das vias, muitas vezes prolongada pela inércia dos condutores responsáveis, implica graves prejuízos para a coletividade. Formam desnecessários engarrafamentos, que resultam, por sua vez, em transtornos pessoais relacionados com os atrasos que deles decorrem.

O art. 246 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) destina-se a punir infrações dessa natureza. Nos termos desse dispositivo, “obstaculizar a via indevidamente” constitui infração gravíssima, apenável com multa, “agravada em até cinco vezes, a critério da autoridade de trânsito, conforme o risco à segurança”.

Ocorre que, embora a norma vigente não promova discriminação entre as diversas categorias de veículos – sejam eles particulares, de aluguel, de aprendizagem, oficiais ou de representação diplomática -, os condutores de veículos oficiais envolvidos em acidentes sem vítimas tem sido orientados administrativamente a mantê-los inertes até a realização da perícia.

Apesar de constituir irregularidade perante as normas do CTB, tal procedimento vem sendo indevidamente tolerado por agente de trânsito, em face, talvez, da circunstância de não haver, na lei vigente, a tipificação específica dessa infração.

A alteração ora proposta tem, assim, o objetivo de tornar claro o alcance da vedação em vigor. Nos termos da redação proposta, não restará dúvida de que constitui “obstrução indevida” a não remoção, independentemente da categoria a que pertençam, de veículos envolvidos em acidentes sem vítimas.

São essas as razões que justificam a proposição ora apresentada, para a qual esperamos contar com o apoio dos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, – Senador **Sérgio Souza**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

.....
Art. 246. Deixar de sinalizar qualquer obstáculo à livre circulação, à segurança de veículo e pedestres, tanto no leito da via terrestre como na calçada, ou obstaculizar a via indevidamente:

Infração – gravíssima;

Penalidade – multa, agravada em até cinco vezes, a critério da autoridade de trânsito, conforme o risco à segurança.

Parágrafo único. A penalidade será aplicada à pessoa física ou jurídica responsável pela obstrução, devendo a autoridade com circunscrição sobre a via providenciar a sinalização de emergência, às expensas do responsável, ou, se possível, promover a desobstrução.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senador Cyro Miranda vai, agora, ter o seu tempo regimental de dez minutos como orador inscrito.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de elogiar a conduta da Presidenta Dilma Rousseff diante deste momento de instabilidade e crise internacional, que tem feito as bolsas caírem e criado uma onda de atenção quanto ao futuro da economia mundial.

As palavras da Presidente estabelecem uma fronteira entre o comportamento deste Governo, ao menos no discurso, quando comparado ao governo anterior.

A crise mundial de 2008 não se tratava de uma “marolinha” como dizia o Presidente Lula, porque, como bem observa a Presidenta Dilma, “o Brasil não é uma ilha isolada do mundo” e não está “imune” à crise internacional.

O cenário realmente não é para brincadeira e, se de um lado pode contribuir para frear a inflação, de outro pode reduzir as expectativas de crescimento econômico.

Sem dúvida, num mundo globalizado, a economia está completamente interligada, e as intempéries em qualquer parte do mundo causam abalos sísmicos em todos os continentes. Quando isso ocorre nos Estados Unidos, a maior economia do mundo, o impacto é inevitável.

Mas, Sr^a Presidente, as palavras da Presidenta Dilma não podem nos servir, em hipótese alguma, como calmante. Não podem nos causar uma sensação de alívio, sobretudo quando ela critica o rebaixamento do grau de confiabilidade da economia americana para a Agência Standard & Poors.

É verdade que a agência já cometeu equívocos no passado, mas isso não quer dizer que podemos ignorar o significado da avaliação para a economia mundial.

É verdade também que o aumento do endividamento público americano se revela mais como uma guerra política entre democratas e republicanos pela Casa Branca. Porém, sinaliza dificuldades à frente da maior economia do mundo e do maior mercado consumidor.

Por isso o Brasil precisa tirar lições importantes dessa conjuntura mundial tanto para fazer o dever de casa no plano interno como para intensificar novas parcerias regionais em particular nos contextos da América Latina, da África e da Ásia.

Por quê? Porque a crise desencadeada pelo *sub-prime* no mercado americano foi absorvida sobretudo pelos Estados Unidos, que se endividou para evitar o pior. Agora, o que os investidores parecem questionar é até onde irá a capacidade de endividamento das economias desenvolvidas se até mesmo os Estados Unidos podem encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nós sabemos, igualmente, que a situação da Grécia, da Espanha e de Portugal não pode ser reduzida à mera dificuldade de países com uma participação menor no PIB mundial.

A crise do Sul da Europa sinaliza futuro nebuloso para a União Européia, que dificilmente conseguirá socorrer a Itália, também com nítidos sinais de dificuldades.

Exatamente por isso a avaliação da economia brasileira precisa considerar cenários futuros no curto, no médio e no longo prazo, e o impacto sobre nós de uma crise de grandes proporções, que, decerto, atingirá o comércio de *commodities*, base das nossas exportações.

É preciso proteger a nossa economia!

É preciso proteger a nossa indústria!

É preciso proteger o nosso mercado de trabalho!

Se não tomarmos medidas severas nesse sentido, acabaremos por pagar boa parte da conta da crise mundial.

Isso não é justo e não pode ser aceito pelo povo brasileiro, independentemente da convicção política e ideológica de cada cidadão.

O fato, Sr^a Presidente, é que o jogo econômico mundial alterou-se de forma substancial e já não podemos agir da mesma forma que agimos antes de 2008.

Os Estados Unidos emitem moeda sem parar; a China cria um câmbio artificial para garantir o crescimento constante; a União Europeia segue com suas costumeiras barreiras tarifárias e sanitárias. Nós não podemos ficar parados, inertes, diante desse rolo compressor que está moendo a indústria brasileira e pode esmagar o comércio de *commodities*.

A competitividade dos produtos brasileiros, portanto, precisa ser garantida em duas frentes: uma, sem dúvida, é a desoneração fiscal como forma de incentivar as indústrias.

Mas a tarefa maior do Brasil é no campo da infraestrutura para o escoamento da produção, ainda centrada no modal rodoviário e em portos lentos no embarque e dispendiosos nos desembarques alfandegários.

Uma rede multimodal de transporte, capaz de integrar rodovias, ferrovias e hidrovias, teria maior efei-

to sobre a competitividade de nossos produtos que o câmbio ou a própria desoneração fiscal.

Não podemos nos esquecer de que tem sido mais barato trazer um produto da China para o Brasil do que do interior do nosso País para os portos do Sul, do Norte ou do Nordeste.

Da mesma forma, senhoras e senhores, é preciso analisar melhor os números oferecidos pelo Governo para sustentar o discurso da suposta condição favorável do Brasil em termos macroeconômicos.

As manobras contábeis do Governo e o déficit nominal da dívida pública, somados ao endividamento das empresas brasileiras, precisam ser avaliados com maior cautela.

Essas variáveis macroeconômicas indicam um panorama que não bate com o otimismo da equipe capitaneada pelo Ministro Mantega.

Precisamos reconhecer que estamos entre os quatro países em crescimento – Rússia, China, Índia e Brasil.

O Brasil não pode perder essa oportunidade, mas, para isso, precisamos desonerar os produtos, precisamos que a infraestrutura esteja adequada e precisamos, acima de tudo, ter o nosso câmbio e a parte tributária de acordo com a realidade dos outros países.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há projetos a serem lidos.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, DE 2011

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para caracterizar como prática abusiva a exigência de garantia para a realização de procedimentos médicos e hospitalares em situação de urgência e emergência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:

“Art. 39.

XIV – exigir, o prestador de serviço de saúde, previamente ou com anterioridade à prestação de serviço em atendimentos de urgência e emergência, caução, nota promissória ou qualquer outro título de crédito, garantia ou depósito de qualquer natureza.

..... (NR)”

Art. 2º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 74-A:

“Art. 74-A. Exigir, o prestador de serviço de saúde, em atendimentos de urgência e emergência, caução, nota promissória ou qualquer outro título de crédito, garantia ou depósito de qualquer natureza, no ato ou anteriormente à prestação de procedimentos ou serviços médico-hospitalares.

Pena – multa.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A exigência de cauções e depósitos por prestadores de serviços de saúde provoca situações de constrangimento e risco de vida para os seus usuários. Além de injustas, tais exigências constituem práticas abusivas, nos termos do que dispõe o art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Se já é abusiva a exigência de caução em condições assistenciais de rotina – por aproveitar-se o fornecedor do serviço da condição de fragilidade em que se encontra o consumidor-usuário em decorrência da situação de doença, sua ou de seu dependente, – em situações de urgência e emergência, esse tipo de exigência pode colocar em risco a saúde e a própria vida da pessoa.

Os beneficiários de planos de saúde já se encontram protegidos por força de resolução normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar, de 2003, que proíbe, em qualquer situação, a exigência, por parte dos prestadores de serviços contratados, credenciados, cooperados ou referenciados das operadoras desses planos, de caução, depósito de qualquer natureza, nota promissória ou quaisquer outros títulos de crédito, no ato ou anteriormente à prestação do serviço.

O Sistema Único de Saúde não faz essa classe de exigência.

No entanto, o paciente que buscar assistência por conta própria em serviços privados encontra-se desprotegido.

Essas são as razões pelas quais propomos a tipificação como prática abusiva – nos termos do Código de Defesa do Consumidor – da conduta praticada por alguns hospitais e clínicas de exigir cheque caução, nota promissória ou outras garantias no ato ou anteriormente à prestação dos procedimentos ou serviços médico-hospitalares em situações de urgência e emergência.

Entendemos que a proposição ampliará a proteção dos pacientes que têm de enfrentar situações de emergência médica para si e seus familiares, ao tipificar essas exigências como infração ao Código de Defesa do Consumidor.

Sala das Sessões, – Senador **Ciro Nogueira**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Regulamento

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Dos Direitos do Consumidor

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

SEÇÃO IV

Das Práticas Abusivas

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11-6-1994)

I – condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

II – recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

III – enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;

IV – prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

V – exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

VI – executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;

VII – repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;

VIII – colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

IX – recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais; (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11-6-1994)

X – elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços. (Incluído pela Lei nº 8.884, de 11-6-1994)

XI – Dispositivo incluído pela MPV nº 1.890-67, de 22-10-1999, transformado em inciso XIII, quando da converção na Lei nº 9.870, de 23-11-1999

XII – deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério. (Incluído pela Lei nº 9.008, de 21-3-1995)

XIII – aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido. (Incluído pela Lei nº 9.870, de 23-11-1999)

Parágrafo único. Os serviços prestados e os produtos remetidos ou entregues ao consumidor, na hipótese prevista no inciso III, equiparam-se às amostras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.

.....
Art. 74. Deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo;

Pena – Detenção de um a seis meses ou multa.

Brasília, 11 de setembro de 1990; 169º da Independência e 102º da República. – **FERNANDO COLLOR – Bernardo Cabral – Zélia M. Cardoso de Mello – Ozires Silva.**

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2011

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º Acrescente-se ao art. 4º da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976, o seguinte parágrafo único:

Art. 4º. (...)

Parágrafo único. Os produtos de trata o **caput** deverão ter características de rotulagem e de embalagem que possibilitem a sua imediata e precisa distinção daqueles destinados ao uso adulto.

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º Os produtos de que trata esta lei não poderão ter nomes, designações, rótulos ou embalagens que induzam a erro. Incluem-se entre os erros mencionados no **caput** os de dispensação e de administração de medicamentos e drogas e outros produtos correlatos.

(...§ 2º)

Art. 57. Os rótulos de medicamentos, drogas e outros produtos correlatos deverão possuir características que os diferenciem claramente entre si e que inibam erros de dispensação e administração, trocas indesejadas ou uso equivocado.

O Título XI da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo 60-A:

Art. 60-A. Não será autorizado o emprego de embalagem destinada a conter ou acondicionar droga, medicamento ou produto correlato que seja capaz de induzir erros na dispensação, no uso ou na administração desses produtos, bem como trocas indesejadas.

Art. 5º Esta lei entra em vigor após decorridos 180 dias de sua publicação.

É o seguinte o projeto, na íntegra:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2011

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para estabelecer medidas que inibam erros de dispensação e de administração e uso equivocado de medicamentos, drogas e produtos correlatos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o seguinte parágrafo único:

“Art. 4º

Parágrafo único. Os produtos de que trata o **caput** deverão ter características de rotulagem e de embalagem que possibilitem a sua imediata e precisa distinção daqueles destinados ao uso adulto.” (NR)

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Os produtos de que trata esta Lei não poderão ter nomes, designações, rótulos ou embalagens que induzam a erro.

.....
§ 5º Incluem-se entre os erros mencionados no **caput** os de dispensação e de administração de medicamentos, drogas e produtos correlatos.” (NR)

Art. 3º Acrescente-se ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o seguinte § 2º, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

“Art. 57.

§ 1º

§ 2º Os rótulos de medicamentos, drogas e produtos correlatos deverão possuir características que os diferenciem claramente entre si e que inibam erros de dispensação e de administração, trocas indesejadas ou uso equivocado.” (NR)

Art. 4º O Título XI da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 60-A:

“Art. 60-A. Não será autorizado o emprego de embalagem destinada a conter ou acondicionar droga, medicamento ou produtos correlatos, que seja capaz de induzir erros na dispensação, no uso ou na administração desses produtos, bem como trocas indesejadas.”

Art. 5º Esta lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

Justificação

Grande número de acidentes ocorre no País em razão de erros na administração de medicamentos. Entre outras causas, a utilização de rótulos e embalagens iguais ou semelhantes para produtos de composição diferente é fator que induz a equívocos, muitas vezes fatais.

Recentemente, dois casos foram registrados em hospitais dos Estados de São Paulo e do Ceará. Nesses infelizes episódios, os pacientes – uma criança e uma idosa – morreram, possivelmente após receber glicerina por via endovenosa, confundida com soro. No

entanto, é provável que o número de acidentes desse tipo seja muito maior, haja vista a subnotificação.

Na área de saúde, incumbe à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), de acordo com o disposto no art. 8º da Lei nº 9.782, de 1999, “regular, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública”. Não apenas a Anvisa tem essa competência legal, mas cabe também ao Ministério da Saúde editar normas infralegais com esse intuito.

Porém, dada a gravidade e a recorrência dos casos de troca de medicamentos, a exemplo dos mencionados, julgamos necessário dispor em lei medidas de caráter geral que aumentem a segurança sanitária desses produtos. Assim, o Poder Executivo poderá regulamentar a matéria de forma adequada, com a participação de especialistas da área.

Nesse sentido, o projeto de lei que ora submetemos à apreciação dos nossos Pares tem a finalidade de estabelecer normas gerais para inibir erros de dispensação e de administração, trocas indesejadas e uso equivocado de medicamentos, drogas e produtos correlatos.

A medida proposta certamente concorrerá para evitar que outros acidentes, e mortes, ocorram. É uma iniciativa de proteção e defesa da saúde que certamente receberá o apoio dos Parlamentares de ambas as Casas Legislativas.

Sala das Sessões, – Senador **Humberto Costa**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976

Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 4º Os produtos destinados ao uso infantil não poderão conter substâncias cáusticas ou irritantes, terão embalagens isentas de partes contundentes e não poderão ser apresentados sob a forma de aerossol.

Art. 5º Os produtos de que trata esta Lei não poderão ter nomes ou designações que induzam a erro. (Redação dada pela Lei nº 6.480, de 1-12-1977)

§ 1º É vedada a adoção de nome igual ou assemelhado para produtos de diferente composição, ainda que do mesmo fabricante, assegurando-se a prioridade do registro com a ordem cronológica da entrada dos

pedidos na repartição competente do Ministério da Saúde, quando inexistir registro anterior.

§ 2º Poderá ser aprovado nome de produto cujo registro for requerido posteriormente, desde que denegado pedido de registro anterior, por motivos de ordem técnica ou científica.

§ 3º Comprovada a colidência de marcas, deverá ser requerida a modificação do nome ou designação do produto, no prazo de 90 (noventa) dias da data da publicação do despacho no “Diário Oficial” da União, sob pena de indeferimento do registro.

§ 4º Sem prejuízo do disposto neste artigo, os medicamentos contendo uma única substância ativa so-
bejamente conhecida, a critério do Ministério da Saúde, e os imunoterápicos, drogas e insumos farmacêuticos deverão ser identificados pela denominação constante da Farmacopéia Brasileira, não podendo, em hipótese alguma, ter nomes ou designações de fantasia. (Parágrafo incluído pela Lei nº 6.480, de 1-12-1977)

TÍTULO X

Da Rotulagem e Publicidade

Art. 57. O Poder Executivo disporá, em regulamento, sobre a rotulagem, as bulas, os impressos, as etiquetas e os prospectos referentes aos produtos de que trata esta Lei.

Parágrafo único. Além do nome comercial ou marca, os medicamentos deverão obrigatoriamente exibir, nas peças referidas no **caput** deste artigo, nas embalagens e nos materiais promocionais a Denominação Comum Brasileira ou, quando for o caso, a Denominação Comum Internacional, em letras e caracteres com tamanho nunca inferior à metade do tamanho das letras e caracteres do nome comercial ou marca. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

TÍTULO XI

Das Embalagens

Art. 60. É obrigatória a aprovação, pelo Ministério da Saúde, conforme se dispuser em regulamento, das embalagens, dos equipamentos e utensílios elaborados ou revestidos internamente com substâncias que, em contato com o produto, possam alterar seus efeitos ou produzir dano à saúde.

§ 1º Independem de aprovação as embalagens destinadas ao acondicionamento de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos de higiene, cosméticos, perfumes e congêneres que não contêm internamente substância capaz de alterar as condições de pureza e eficácia do produto.

§ 2º Não será autorizado o emprego de embalagem destinada a conter ou acondicionar droga, medicamento ou insumo farmacêutico, desde que capaz de causar direta ou indiretamente efeitos nocivos à saúde.

§ 3º A aprovação do tipo de embalagem será procedida de análise prévia, quando for o caso.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 176, 177, 178, 200, 201, 202, 234, de 2011**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele órgão técnico do inteiro teor dos Avisos nºs 54, 56, 55, 59, 60, 61 e 62, de 2011, recomendando seus arquivamentos.

São os seguintes os ofícios:

Of. nº 176/2011/CAE

Brasília, 14 de junho de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 14 de junho, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 54, de 2011 (nº 625-Seses-TCU-Plenário), de 18 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-025.598/2010-4, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 18-5-2011, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 51, de 2010 desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 20/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 177/2011/CAE

Brasília, 14 de junho de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 23ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 14 de junho, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 56, de 2011 (nº

656-Seses-TCU-Plenário), de 25 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-025.600/2010-9, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 25-5-2011, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 54, de 2010 desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 20/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.
Of. nº 178/2011/CAE

Brasília, 14 de junho de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 23ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 14 de junho, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 55, de 2011 (nº 649-Seses-TCU-Plenário), de 25 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-022.071/2010-5, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 25-5-2011, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 32, de 2010 desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 20/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.
Of. nº 200/2011/CAE

Brasília, 14 de junho de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 23ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 14 de junho, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 59, de 2011 (nº 680-Seses-TCU-Plenário), de 25 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-022.073/2010-8, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 25-5-2011, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 33, de

2010 desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 20/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.
Of. nº 201/2011/CAE

Brasília, 14 de junho de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 23ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 14 de junho, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 60, de 2011 (nº 720-Seses-TCU-Plenário), de 1º de junho de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-025.645/2010-2, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 1º-6-2011, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 46, de 2010 desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 20/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.
Of. nº 202/2011/CAE

Brasília, 14 de junho de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 23ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 14 de junho, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 61, de 2011 (nº 731-Seses-TCU-Plenário), de 1º de junho de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-025.601/2010-5, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 1º-6-2011, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 56, de 2010 desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 20/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 234/2011/CAE

Brasília, 28 de junho de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião de 27ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos realizado em 28 de junho, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 62, de 2011 (nº 805-Sesses-TCU-Plenário), de 15 de junho de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópias do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-025.644/2010-6, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 15-6-2011, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento de operação de crédito autorizada pela Resolução nº 55, de 2010 desta Casa.

O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 24/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os avisos nºs 54, 55, 56, 59, 60, 61 e 62, de 2011, vão ao arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 179 e 180, de 2011**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele órgão técnico do inteiro teor dos Avisos nºs 53 e 57, de 2011, recomendando seus arquivamentos.

São os seguintes os ofícios:

Of. nº 179/2011/CAE

Brasília, 14 de junho de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião das 23ª Reunião Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 14 de junho, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 53, de 2011 (nº 054/2011-BCB), de 27 de maio de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de abril de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 20/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Of. nº 180/2011/CAE

Brasília, 14 de junho de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 14 de junho, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 57, de 2011 (nº 142/GMF), de 30 de maio de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhado, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de abril de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 20/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os Avisos nºs 53 e 57, de 2011, vão ao arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, em aditamento ao **Requerimento nº 95, de 2011**, requero, nos termos do art. 199, do RISF, a realização de Sessão Especial do Senado Federal, a ser realizada em 23 de setembro, destinada a comemorar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência e homenagear o ex-Deputado Florestan Fernandes.

Esse é um pedido do Senador Paulo Paim, com a assinatura de vários outros Senadores.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 958, DE 2011

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Requerimento nº 95, de 2011, requero nos termos do art. 199 do RISF, a realização de Sessão Especial do Senado Federal, a ser realizada em 23 de setembro de 2011, destinada a comemorar o dia internacional da pessoa com deficiência e homenagear o ex-Deputado Florestan Fernandes.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

ASSINATURA

SENADOR

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) –

REQUERIMENTO Nº 959, DE 2011

Requeremos, nos termos regimentais, em aditamento ao **Requerimento nº 387, de 2011**, de autoria do Senador Wilson Santiago e outros subscritores, destinado a homenagear, no Período do Expediente da Sessão Plenária do dia 17 de outubro, segunda-feira, os 94 anos de nascimento do professor Afonso Pereira, que seja também celebrado o Dia do Professor, comemorado no dia 15 de outubro.

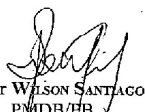
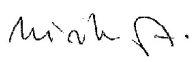

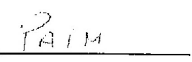


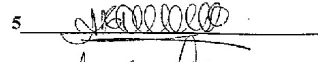
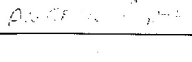
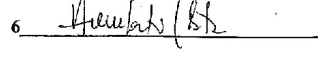
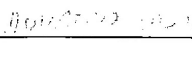
Assinado pelos Senadores Wilson Santiago, do PMDB, Cristovam Buarque, do PDT, e outros Senadores.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 959, DE 2011

Requeremos, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 387, de 2011, de autoria do Senador Wilson Santiago e outros subscritores, destinado a homenagear no Período do Expediente da Sessão Plenária do dia 17 de outubro, segunda-feira, os 94 anos de nascimento do Professor Afonso Pereira, seja também celebrado o Dia do Professor, comemorado no dia 15 de outubro.

Sala das Sessões,

 Senador WILSON SANTIAGO PMDB/RJ	 Senador CRISTOVAM BUARQUE PDT/DF
 3	 PAULO
 4	 PAULO
 5	 PAULO
 6	 PAULO

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os requerimentos lidos serão votados oportunamente.

Antes de começarmos a Ordem do Dia, algum Senador que está em Plenário gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, quero trazer aqui, antes do início da Ordem do Dia, mais uma vez, uma preocupação nossa acerca de uma matéria de suma importância que tem urgência já apresentada

à Mesa. Acho que é uma matéria que se encaixa perfeitamente neste cenário em que temos debatido, a partir, inclusive, das próprias questões de respostas públicas, o aspecto, inclusive, da prestação de contas. Refiro-me ao PL nº 41, que trata do acesso a informações.

Na realidade, Srª Presidenta, durante muito tempo, debateu-se aqui o aspecto do acesso às informações, só e somente só, a partir de uma lógica que é importante, o acesso aos dados históricos, mas uma lógica sempre do passado, alguns até fazendo a leitura de que esse acesso à informação poderia ser algo extremamente danoso, e eu diria até, usando uma expressão, perigoso para o momento em que muitos colocavam o choque entre as nações, a partir da publicização de dados que envolviam relações de guerra, relações de fronteiras, questões territoriais. De certa maneira, isso foi superado com a própria declaração do Ministério de Relações Exteriores e com a própria questão da abertura a essas informações já patrocinada pelo Itamaraty, dando, portanto, acesso a esses dados.

O debate estabeleceu também qual o tempo que as informações que poderiam ser consideradas ultrassecretas permaneceriam com essa classificação, portanto, sem a devida publicação. No texto da matéria aprovada por duas comissões desta Casa, o tempo é de 25 anos, sendo renováveis por mais uma vez, portanto, 50 anos.

O aspecto para o qual quero chamar atenção, Senadora Marta Suplicy, é o aspecto do presente, o aspecto do acesso à informação como instrumento de transparência e como instrumento até de fiscalização. No texto, consta muito claramente que, a partir da sua aprovação, os homens públicos, os gestores têm a obrigação de, imediatamente, publicar, publicizar, informar a toda a sociedade os seus atos, seja uma simples licitação, seja um aditivo de contrato, sejam aquisições, enfim, medidas – de um governante, de um gestor – que impactem a vida pública, que impactem as contas públicas.

Portanto, essa publicização nos permite – aí, estou tratando do tempo de hoje – utilizar a grande conquista tecnológica que é a chamada presença real, **on-line**, com a possibilidade de fiscalização no ato e de corrigir distorções, mais até que o processo de fiscalização estabelecido hoje. O atual é um processo em que, na realidade, avaliamos coisas que já foram praticadas. Portanto, a possibilidade de inibir é zero e a possibilidade de ressarcimento, na história nossa, se apresenta como sempre inviável. Mas, nesse caso, a possibilidade de coibir e de punir, na medida em que a publicização acontece, é total e serve para, inclusive, ajudar os governantes. Ainda que o ato tenha sido cometido por erro, a publicização permitirá

que, com os olhares da sociedade e dos órgãos de fiscalização, tenhamos a correção de rumos. Se a medida adotada foi uma medida com a intenção de provocar prejuízo aos cofres públicos, ainda assim nós teríamos a condição de coibir, de proibir, de evitar esse tipo de sangria.

Então, quero chamar a atenção, Sr^a Presidente, da Mesa desta Casa, dos nossos Pares e da própria Comissão de Relações Exteriores, no sentido de que pudéssemos apreciar em plenário essa matéria e oferecer essa boa ferramenta para os tempos de hoje. Ela é uma ferramenta de caráter democrático, consolidadora do processo democrático, é uma ferramenta de transparência, é uma ótima ferramenta de fiscalização e uma excelente ferramenta de combate à prática de corrupção, à prática lesiva aos cofres públicos e à administração pública.

Eu queria, mais uma vez, que a Mesa, sensibilizando-se, pudesse conversar principalmente com os nossos membros da Comissão de Relações Exteriores para que essa matéria pudesse vir a plenário. Sei que há medidas provisórias trancando a pauta, mas um dia teremos uma hora, teremos a oportunidade de ter a pauta destrancada. Consequentemente, com essa medida, teríamos a oportunidade de, uma vez por todas, contribuir com a sociedade, nesse atual estágio, com uma lei capaz de ir ao encontro do desejo da sociedade de, permanentemente, fiscalizar, assim como também, é claro, para que a sociedade possa conhecer a nossa história, para que o povo tenha a oportunidade de saber o que ocorreu neste Brasil, portanto, dando as condições efetivas para que, conhecendo a nossa história, o povo brasileiro possa continuar nessa batida, nessa balada de consolidar a nossa democracia.

Eram essas as ponderações que eu queria fazer, mais uma vez, Senadora Marta Suplicy, a V. Ex^a, que é Vice-Presidente desta Casa, para que, em uma ação junto à Mesa, tenhamos a oportunidade de apreciar essa matéria o mais urgentemente possível.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Walter Pinheiro, pela excelente sugestão.

Senador Agripino Maia, para fazer uso da palavra como orador inscrito, e, em seguida, Antonio Carlos Valadares.

Senador Agripino, está pela Liderança? (*Pausa.*) Como orador inscrito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria

hoje... Eu quase diria que vou abrir meu coração, porque, Senador Cyro, de uma semana para cá, o mundo está de perna para o ar, as bolsas de valores do mundo inteiro, repito, do mundo inteiro: do Japão, da Coreia, de Frankfurt, de Londres, de Madri, do Brasil, da Venezuela, da Argentina, de toda parte.

Estamos vivendo uma crise nova e diferente; diferente da crise de 2008. É preciso que se faça a constatação correta. Em 2008, a crise decorreu do cometimento de irresponsabilidades da “banca”. Os bancos dos Estados Unidos, principalmente, com as suas ramificações pelo resto do mundo, porque a economia americana entra com tentáculos pela economia japonesa, europeia, sul-americana. Os bancos americanos têm ramificações por **hedge**, por razões de ordens diversas, com o mundo inteiro, e o processo do **subprime**, que era empréstimo para, fundamentalmente, financiamento de construção de moradia, era feito a pessoas que não mereciam crédito, e, em função da constatação de que havia pessoas que não tinham lastro para pagar o que tinham tomado emprestado, ocorreu uma crise de ordem bancária. Quem quebrou foram os Lehman Brothers da vida, foram os bancos dos Estados Unidos, da Europa etc.,

Mas, Senador Jarbas Vasconcelos, estavam prontos para socorrer os países com os seus bancos centrais, o que ocorreu. Havia uma arma chamada taxa de juros, que foi acionada, e a banca internacional, com o tempo, foi sendo equilibrada e foi salva pela ação de governos. A crise do **subprime**, de 2008, foi contida pela ação de governos.

A crise de hoje, Senador Aloysio Nunes Ferreira, é de governos, estamos na ponta da linha. A crise agora é decorrente de um processo que escrachou, como, por exemplo, o da economia americana. Finalmente aparecem dados: o PIB dos Estados Unidos cresce 2,7%, e a dívida cresce 11%. Há anos seguidos que se estabelecem déficits na economia americana, e esses déficits vão se somando.

Estabeleceu-se uma disputa política entre republicanos e democratas, que produziu esse desastre que está ocorrendo agora, pela vertente política, mas com fundamento econômico. A quem é que se vai apelar? Quem está provocando essa avalanche nas bolsas de valores é a perspectiva de recessão nos Estados Unidos, que sustentam a China. Quem compra da China é fundamentalmente o mundo, mas a começar pelos Estados Unidos.

Se a América acumulou uma dívida pública interna do tamanho que está, a discussão política entre democratas e republicanos levou a uma situação que

mostrou ao mundo que a credibilidade da América não era mais AAA, mas AA só, e daí adveio o efeito dominó que ocorreu.

O Brasil percebeu, por exemplo, que não vai ter muitas opções para vender suas **commodities**. Por que a Bovespa está em queda violenta? Porque a Vale do Rio Doce, que vende minério de ferro para a China, para a Europa e para os Estados Unidos, está enxergando que vai faltar comprador, a Petrobras, idem, assim como as empresas que produzem grãos e que vendem carne e, infelizmente, o Brasil ainda está sustentando sua balança comercial com **commodities**, porque o produto industrial está em queda.

A balança comercial do produto industrial brasileiro – e esse é um perigo – está em queda. Em função da recessão americana, a perspectiva não é favorável para as nossas **commodities** que estão na bolsa, na Bovespa, para as empresas que vendem as **commodities**. E mais do que isso, ou tanto quanto isso: há o problema que a Europa está vivendo ou vai viver ainda mais, porque, por enquanto, é Grécia, é Irlanda, é Portugal, mas vêm aí – e eu espero que não venham – Espanha e Itália, que vão produzir uma recessão internacional que se alia à estagnação da economia do Japão, que vai produzir, como expectativa para as nações emergentes como o Brasil, uma dificuldade enorme para viver de vendas externas.

Eu digo isso porque eu nunca vi na história recente do Brasil uma avalanche maior na bolsa de valores, com a Vale do Rio Doce e a Petrobras perdendo 40 bilhões em dois ou três dias. Eu nunca vi um desastre maior. E isso nos remete a uma reflexão: o que é que está acontecendo com o mundo? O mundo desenvolvido está anunciando a recessão. O Brasil, que vendia, e vendia muito, a este mundo desenvolvido, vai ter que compartilhar desta recessão. Quem estava imaginando? Crescemos a 7,5%, esse foi crescimento do PIB ano passado. Previa-se um crescimento de 4,5%. Deus queira – olha que eu não quero vaticinar o mal – que crescamos 3% em 2011, Deus queira.

Todas as contas, Senador Cyro, todas as contas do Orçamento foram feitas para um crescimento de 4,5% do PIB. Com essa previsão de crescimento do PIB, você tem uma receita arrecadada, que faz face a uma despesa que o Governo pratica. Não vai acontecer essa receita, o PIB do Brasil vai cair, infelizmente vai cair.

Ah, o desastre está anunciado. E o Governo está anunciando algumas... Eu sinto o Governo meio tonto. Eu sinto o Governo meio tonto. Eu não sinto firmeza nas posições que o Governo está querendo adotar. Com a

perda da receita, é preciso, imediatamente, começar a raciocinar sobre o corte das despesas não recessivas, sobre o corte do gasto público de má qualidade, sobre o equilíbrio fiscal, mas eu não estou vendo providências nesse sentido.

Estou vendo anúncios de um analgesicozinho aqui, um atroveranzinho acolá para possibilitar que as empresas industriais possam exportar um milhão-zinho de dólares a mais ou a menos, mas o problema é muito mais sério. E digo mais: a receita vai cair, porque o PIB vai cair, vai faltar para quem vender **commodities**. A economia do Brasil tem de se voltar para dentro do Brasil.

E aí, Senador Aloysio Nunes Ferreira, o mercado brasileiro pode ser abastecido por empresas brasileiras ou por quem vender mais barato do que as empresas brasileiras. V. Ex^a acha que, com a taxa de juros que nós temos, com a carga tributária que nós temos, com a escassez de mão de obra qualificada que nós temos, com o câmbio valorizado que nós temos, com a infraestrutura deficiente que nós temos, as empresas brasileiras vão ter competitividade para oferecerem ao nosso mercado interno melhores preços do que os que podem oferecer as empresas chinesas, por exemplo, ou algumas alemãs, francesas ou japonesas?

E como é que fica? Cadê as providências para enfrentar a crise sem poder vender **commodities** para fazer balança comercial favorável, sem poder fazer o mercado externo, como está sendo feito em termos de normalidade? Como nos voltarmos para dentro de nós próprios com esse quadro, quadro diferente daquele que a Coreia tem e pode exibir, que a Alemanha tem e pode exibir, que o Japão tem e pode exibir, de juros civilizados, de mão de obra qualificada abundante, de infraestrutura perfeita? E aí?

O que eu quero dizer, e faço um alerta em função da crise que está posta, é que eu, que presido um partido de oposição, me ofereço ao Governo para votarmos aquilo que é preciso votar. Mas não adianta querer contemporizar, achar que nada está acontecendo. Eu quero votar coisas consistentes para que nós possamos atravessar a crise de forma decente, civilizada, altiva. Agora, que nos falem, que nos proponham coisas decentes, civilizadas e altivas.

(Interrupção no som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Já encerro.

Precisamos racionalizar o gasto público, porque o PIB vai cair. E não adianta querer explodir o déficit

público, porque isso aguenta um ano e, no ano seguinte, volta a inflação e está tudo anarquizado.

Não adianta querer oferecer o mercado interno a empresas que não têm condição ou capacidade de oferecer bons preços, empresas cuja competitividade pode ser aumentada se o Governo oferecer melhores taxas de juros, melhor infraestrutura, um câmbio civilizado, tudo isso que eu acabei de dizer.

O que eu quero dizer a este Plenário é que o meu partido faz a constatação clara de que estamos numa crise que vai exigir muita responsabilidade na sua administração. Os Estados Unidos estão passando por uma crise seriíssima, a Europa, o mundo inteiro, idem, e ela vai chegar. E se nós não nos prepararmos para isso, vamos sofrer duplamente.

Pois eu quero dizer – aqui estão lideranças do PT, da Base do Governo – que o meu partido está disposto a sentar na mesa de negociação para encontrar caminhos, diferentemente do que aconteceu nos Estados Unidos, diferentemente em termos de patriotismo, por entender que é preciso fazer agora, com antecipação, aquilo que é preciso fazer para que o Brasil possa fazer a transição decente, antes que seja tarde.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Agripino Maia.

Com a palavra, o Senador Valadares, que falará pela Liderança do seu partido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, é verdade que estamos vivendo um momento de turbulência na economia de países que têm um grande potencial econômico e de cujas decisões dependem outras tantas economias periféricas. Os Estados Unidos e a Europa, desde algum tempo, desde a crise de 1998, vêm passando por crises sucessivas, que tiveram repercussão no mundo inteiro.

Aqui no Brasil, nós acompanhamos a luta do Governo do Presidente Lula para vencer e contornar essas dificuldades.

Fomos o primeiro país do mundo a superar aquela turbulência de 1998. A crise do subprime habitacional gerada, inclusive, em decorrência da irresponsabilidade da regulamentação financeira nos Estados Unidos.

Anteriormente, o Brasil, com muita responsabilidade, promoveu regulamentação profunda do sistema bancário nacional, bloqueando a porta aberta das fraudes, do enriquecimento ilícito e da corrupção que foi motivo de intervenção em muitos bancos em nosso País.

Nos Estados Unidos era um “liberou geral”. Não havia uma fiscalização intensa sobre as empresas que negociavam no mercado imobiliário, daí a crise grave que se abateu sobre a nação mais poderosa do mundo e que ainda hoje repercute no seu seio.

Se há um descrédito generalizado do mercado em relação aos Estados Unidos, isso não foi produzido e nem provocado pela economia brasileira, senão pela irresponsabilidade e pela falta de planejamento sério e construtivo, naquele país, em relação ao sistema bancário.

Naturalmente, se avançamos em muitos setores da nossa economia, estaríamos avançando muito mais, porque obstáculos foram criados em razão da crise ali instalada.

Portanto, os fundamentos da nossa economia são sérios, são profundos. Há um controle da nossa inflação, há uma preocupação com a demanda e, também, com o consumo. As classes mais pobres da população nunca consumiram, isso em razão de um programa governamental que não se preocupou apenas com o crescimento, mas com a distribuição de renda.

Por essa razão é que eu, muito embora preocupado... E quem não se preocupa com o que está acontecendo nos Estados Unidos e nas nações mais adiantadas da Europa, inclusive com ameaça de uma quebra da Itália, da própria Espanha? Metade da dívida da Grécia não vai ser paga, vai ser um verdadeiro calote. Todo mundo se preocupa, porque não somos uma ilha, mas somos um continente do ponto de vista demográfico, do ponto de vista territorial, e estamos interligados com o que acontece com o mundo inteiro.

Então, a minha palavra é de confiança no que o Governo vem fazendo. Na semana passada, inclusive, lançou um programa novo: Brasil Maior, estimulando a indústria, fazendo a renúncia fiscal daquelas empresas que poderão, por meio da exportação, gerar dividendos para o nosso País.

Há, portanto, uma preocupação com o que acontece lá fora e também uma preocupação para que aconteça o melhor aqui dentro. E o melhor aqui dentro é isto: política fiscal responsável, combate à inflação e abertura de possibilidades para a indústria, para o comércio e para agricultura, porque o Brasil não pode parar.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Antonio Carlos Valadares, por um pronunciamento tão sensível frente à situação atual.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, ao mesmo tempo em que lembro o horário da Ordem do Dia, indago a V. Ex^a se existem sobre a mesa medidas provisórias aprovadas pela Câmara que estão pendentes de leitura?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Ainda não chegaram, Senador. Nós temos para votar, nominalmente, várias autoridades do Conselho Nacional de Justiça, vários Embaixadores.

E a Ordem do Dia está atrasada por uma reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É uma sabatina.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – A Ordem do Dia não começa às 16 horas?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim. Estamos esperando a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania terminar. Só que esse é um tema importante para nós Senadores deliberarmos. No entanto, como estão convocando reuniões extraordinárias às duas da tarde e são quase cinco horas, não começamos a Ordem do Dia, já que alguns Senadores estão em reunião de partido, outros estão em reunião da CCJ, importantes reuniões, mas que criam uma certa dificuldade aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com todo respeito, Sr^a Presidente, aqui o Regimento diz “impreterivelmente.” Impreterivelmente não se presta a outra...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu vou respeitar a sua fala, Senador. Vou dar a palavra à Senadora Lídice da Mata, e aí iniciamos a Ordem do Dia e vamos ver se eles vêm.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente Marta...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Parece que está faltando gente para usar da tribuna. Se não tiver ninguém aqui, eu estou disposto a falar.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não, mas agora acabou.... O senhor foi chamado, estava inscrito.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sim, é que eu estava em outra reunião também.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Declinou... Agora eu acho que é melhor o encaminhamento do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que eu acho muito correto.

Vamos dar a palavra à Senadora Lídice da Mata...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr^a Presidente, permita-me...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – ... por dez minutos, e iniciamos a Ordem do Dia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Se V. Ex^a me permitir, ainda um adendo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É que todos sabemos que foram aprovadas na Câmara duas Medidas Provisórias: a 530 e a 531. E essas medidas, se não estão sobre a mesa para leitura, estão sendo retidas indevidamente na Câmara, sonhando ao Senado tempo para a sua apreciação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos tomar providências, ver onde elas se encontram, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu peço a V. Ex^a que tome providências, porque se trata de defender prerrogativas do Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Bloco/PT – SP) – Vamos pedir à Dr^a Cláudia para averiguar onde estão as medidas. Imagino que devam estar chegando e não chegaram ainda, mas provavelmente serão votadas hoje...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – ... mas iremos encaminhar a sua sugestão.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata, como oradora inscrita, por dez minutos. Em seguida, começamos a Ordem do Dia.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uso da tribuna para relatar para esta Casa importante reunião da CPI do Tráfico de Pessoas deste Senado, que se realizou ontem, na cidade de Salvador.

Nós fomos recebidos pelo Governador Jaques Wagner, pelo seu secretário de Justiça, que inclusive apresentou o Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e que colocou à disposição da CPI para que ela tomasse conhecimento e pudesse, a partir daí, oferecer mudanças naquele plano.

Mas o que mais chamou a atenção das pessoas que lá estiveram foi o caso que passamos a ter conhecimento, da comerciante baiana Rosenilda

Barbosa, que vive em Camaçari e luta desde 2006 para reaver as filhas de 6 e 11 anos, que ela levou para Portugal, com a promessa de emprego. Somente quando retornou ao Brasil, para revalidar o visto de imigração, deu-se conta de que havia caído em um golpe: a pessoa que a convidou para visitar Portugal, ficar na sua casa, ser madrinha de uma de suas filhas, na verdade deu um golpe e, a partir de então, não tomou nenhuma iniciativa para viabilizar a sua volta a Portugal. E entrou naquele país com um pedido de adoção daquelas meninas.

Não conseguiu a adoção. No entanto, mantém-se com a guarda dessas crianças, numa situação absolutamente fora do comum. Não há registro de nenhum caso semelhante, onde duas crianças são mantidas em um país ilegalmente, sem passaporte português, sem nenhuma documentação, sob a responsabilidade de uma pessoa com a qual elas não têm nenhum tipo de parentesco. E estão há cinco anos sem que, efetivamente, possam ser repatriadas para o Brasil e devolvidas a sua mãe sanguínea, biológica, que luta, desde então, denunciando e buscando retomar a guarda de suas filhas.

O ex-Procurador Geral do nosso Estado, o Dr. Livaldo Britto, chegou a ir à Suprema Corte portuguesa com essa questão. A Sr^a Rosenilda já perdeu em duas instâncias a sua luta para retomar a convivência de suas filhas. E nós precisamos agora, sem dúvida nenhuma, que o Governo brasileiro, o Ministério de Relações Exteriores, se pronuncie de forma mais enfática possível, para que possamos devolver à D. Rosenilda o direito de conviver e de criar as suas meninas.

Estivemos presentes eu, a Senadora Marinor Brito e a Senadora Vanessa Grazziotin, durante todo o dia de ontem, discutindo com as organizações que lutam contra o tráfico de pessoas no nosso Estado. O caso de D. Rosenilda ilustra os enormes desafios que a CPI tem pela frente, entre os quais a falta de uma tipificação e de sanções duras para esse crime que movimentamos mais de 32 bilhões anuais e faz 2,5 milhões de vítimas em todo o mundo por ano. Em função disso que nos movimentamos lá e, a partir de amanhã, aguardando a chegada da Senadora Vanessa Grazziotin e da Senadora Marinor Brito, iremos a uma audiência conjunta no Ministério de Relações Exteriores e no Ministério dos Direitos Humanos, para que não possamos permitir que duas brasileiras sejam objetivamente levadas para fora do seu país, longe do convívio com a sua mãe, porque as Cortes portuguesas podem decidir com quem elas devem morar, com quem elas devem viver. E essa situação se arrasta já por cinco anos.

É inadmissível! Por muito menos a Secretária de Estado Hillary Clinton veio ao Brasil para pressionar pela volta do menino Sean Goldman, que efetivamente conseguiu levar para os Estados Unidos. Tratava-se do caso de um menino de classe média, e não é possível que, por serem meninas pobres, nós não possamos dar a esta mãe a garantia de poder criar os seus filhos.

Há nisso tudo também um viés de discriminação que faz com que a Justiça portuguesa possa julgar, segundo seus critérios, que a mãe dessas meninas, que tem atividade laboral no Brasil, que tem família, que tem pais comerciantes que podem mantê-la, não tenha condição de criá-las porque, diante do modelo de criação europeia, ela talvez não tivesse condições de responder a essa situação.

Ora, se nós formos olhar a situação econômica do velho Portugal, que nos colonizou, certamente, como o Senador Agripino aqui colocou, hoje motivo de grande preocupação no mundo, deveríamos entender que essas meninas podem ter até um futuro mais bem assegurado aqui neste País. Até porque não há recursos que possam efetivamente superar o amor, o afeto da família, que pode, preservando os valores morais, transmitir-lhe condições de sobrevivência.

Por último, Sr^a Presidente, eu quero registrar rapidamente um fato lamentável e demonstrar a minha solidariedade à família dos nove operários que hoje, em um acidente na cidade de Salvador, na Avenida ACM, com a queda de um elevador na construção de um prédio, foram esmagados. Certamente, acredito que a Delegacia Regional do Trabalho vai efetivar uma rigorosa fiscalização sobre as obras que ocorrem naquela cidade, com a pressa e a ansiedade da especulação imobiliária sem controle, após o Plano de Desenvolvimento Urbano aprovado na calada da noite na cidade de Salvador.

Quero, portanto, lamentar. Salvador amanheceu triste e chocada, impactada pela tristeza. O fato nos faz relembrar o operário da música **Construção**, de Chico Buarque de Hollanda, que vive na insegurança, em cima dos prédios de construção civil das grandes cidades brasileiras, o que esperávamos que hoje já estivesse superado pelas medidas de segurança do trabalho.

Por outro lado, quero parabenizar o Governador Jaques Wagner, que ontem apresentou à cidade a definição sobre o modelo de mobilidade urbana, compromissos que vai assumir com a população, investindo e anunciando o complemento do metrô de Salvador. Salvador é hoje a terceira capital brasileira com o pior

sistema de transporte do Brasil, dependendo de um frágil – frágil até que não é –, de um forte esquema de transporte rodoviário, que deixa a cidade refém de suas dificuldades e de seus interesses.

Portanto, quero parabenizar a posição corajosa do Governador Jaques Wagner, que tomou para si uma decisão importante para o crescimento e o desenvolvimento da região metropolitana de Salvador e da nossa querida cidade e capital do Estado.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Lídice da Mata. A Comissão que está investigando o tráfico de pessoas realmente vai ter uma função muito importante no País.

Bem, Senador Aloysio Nunes, entramos em contato com a Câmara e estamos aguardando a resposta do porquê não chegou até aqui. Também concordamos com a preocupação de V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 960, DE 2011

Na forma do disposto no art. 222 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos Voto de aplauso pelo transcurso dos 100 anos de fundação do Município de Nova Granada, no estado de São Paulo, a ocorrer em 4 de setembro de 2011:

I – inserção em ata de voto de aplauso;

II – apresentação de congratulações:

a) a Prefeitura Municipal de Nova Granada, através do Prefeito Padre Aparecido Donizete Martelli;

b) a Câmara Municipal de Nova Granada, através do Presidente Vereador.

Justificação

Nova Granada originou-se do povoado de Vila Bela, fundado em 4 de setembro de 1911, pelo cidadão Francisco dos Santos.

Em 17-4-1917 Vila Bela foi elevada a categoria de Distrito Policial tomando denominação de Pitangueiras.

Em, 30-10-1917, pela Lei nº 1.561, o Distrito de Pitangueiras foi elevado à categoria de Vila com classificação administrativa de Distrito de Paz, pertencente ao município, naquele tempo chamado de Rio Preto, cuja instalação deu-se no dia 6-4-1918. Desmembrado do Município de Rio Preto, passou a constituir como município já com denominação de Nova Granada, por força da Lei nº 2.090 de 19-12-1925.

Mas a instalação somente realizou-se em 22-3-1926, compondo-se dos seguintes distritos: Mangara, Palestina, hoje desmembrado formando um novo município, e comarca.

As primeiras casas foram construídas logo após sua fundação nas imediações do Largo de São Benedito. Onde foi construída para esse santo, uma capelinha que se conserva até hoje como relíquia. Sua população é formada por diversas etnias: espanhóis, sírios, italianos, japoneses, africanos e portugueses.

Nova Granada tem cognome “Cidade Hospitaleira”, em virtude do tratamento que dispensa às pessoas que nos visitam.

Nova Granada tem sido cenário de destaque na região, pois nos últimos anos seu Distrito Industrial desenvolveu-se bastante com a instalação de pequenas indústrias.

Foi instalada também uma indústria Hy-line do Brasil (internacional) com considerável oferta de empregos, com uma produção 1.500.000 pintinhos por mês.

As propriedades rurais são de pequeno porte em sua grande maioria com cerca de 30 propriedades que possuem gado com trato em confinamento.

Conta com uma agroindústria de aguardente, com produção média de 250.000 litros/ano.

Possui um abatedouro de suínos com capacidade de abater 1.000 animais/dia.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2011. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 462, DE 2011

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para disciplinar o voto dos policiais em serviço.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 233-B:

Art. 233-B. É assegurado o direito ao voto aos policiais civis e militares em serviço no dia

da eleição, quando devidamente cadastrados na seção em que irão votar até três meses antes das eleições.

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral expedirá as instruções para o cumprimento desta Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal.

Justificação

A implantação do sistema eletrônico de votação, nas eleições brasileiras, trouxe grandes avanços tecnológicos, que todos saudamos. Um deles foi permitir a rápida e pronta apuração das eleições. Entretanto, implicou também algumas dificuldades, como a restrição ao voto em trânsito, que, embora previsto no Código Eleitoral, passou a não mais caber no formato eleitoral imposto pela urna eletrônica.

O Código Eleitoral de 1965 admitia, em seu art. 145 e seguintes, que diversas categorias profissionais pudessem exercer o seu direito ao sufrágio no dia da eleição, quando estivessem em serviço, ainda que essa atividade não ocorresse no mesmo local onde se situa a urna relativa à seção eleitoral em que é inscrito o eleitor.

Entre essas categorias, destaco a dos policiais. Na forma do texto da Lei, em redação conferida pela Lei nº 9.504, de 1997, os policiais militares em serviço no dia da eleição podiam votar em trânsito. A implantação do voto eletrônico implicou o afastamento circunstancial dessa autorização, por razões técnicas.

Entretanto, desde as eleições de 2010, com a vigência da Lei nº 12.034, de 2009, novamente pudemos disciplinar o voto em trânsito. Naquela oportunidade, e de modo experimental, apenas para as eleições presidenciais, como dizia a Lei:

Art. 233-A. Aos eleitores em trânsito no território nacional é igualmente assegurado o direito de voto nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, em urnas especialmente instaladas nas capitais dos Estados e na forma regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Na forma como ora propomos, o exercício dos direitos políticos da cidadania é ampliado para que os policiais militares em exercício no dia da eleição voltem a poder exercer o direito de votar em trânsito, e, nesses termos, também os policiais civis que se encontrem na mesma situação.

Propomos inserir na lei a determinação de que tais eleitores devem estar cadastrados nas seções eleitorais respectivas três meses antes das eleições com o duplo propósito de evitar fraudes e manipulações, de uma parte, e, de outra, para tornar tecnicamente viável, diante do sistema eletrônico de votação, o exercício do direito de voto dessas categorias profissionais.

O Tribunal Superior Eleitoral, ao expedir as instruções para o cumprimento da norma que ora se propõe adotar, poderá disciplinar a sistemática de intercâmbio de informações entre a Justiça Eleitoral e as instituições policiais de modo a viabilizar a norma que ora se propõe, ampliando, assim, o exercício do direito ao voto, em homenagem ao princípio constitucional da universalidade do voto.

Solicitamos aos eminentes colegas a atenção e o apoio indispensáveis para a aprovação da proposta que ora apresentamos.

Sala das Sessões, – Senador **Ciro Nogueira**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965

Institui o Código Eleitoral.

O Presidente da República, faço saber que sanciono a seguinte Lei, aprovada pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 4º, **caput**, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964.

PARTE PRIMEIRA

INTRODUÇÃO

Art. 1º Este Código contém normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos precipuamente os de votar e ser votado.

Art. 233. O Tribunal Superior Eleitoral e o Ministério das Relações Exteriores baixarão as instruções necessárias e adotarão as medidas adequadas para o voto no exterior.

Art. 233-A. Aos eleitores em trânsito no território nacional é igualmente assegurado o direito de voto nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, em urnas especialmente instaladas nas capitais dos Estados e na forma regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

Art. 145. O presidente, mesários, secretários e fiscais de partido votarão perante as mesas em que

servirem, estes desde que a credencial esteja visada na forma do Art. 131, § 3º; quando eleitores de outras seções, seus votos serão tomados em separado. (Alterado pela Lei nº 4.961, de 4-5-1966) (Vide Lei nº 7.332, de 1º-7-1985)

§ 1º O suplente de mesário que não for convocado para substituição decorrente de falta, somente poderá votar na seção em que estiver incluído o seu nome. (Revogado pela Lei nº 4.961, de 4-5-1966 e restabelecido pela Lei nº 7.332, de 1º-7-1985)

§ 2º Com as cautelas constantes do ar. 147, § 2º, poderão ainda votar fora da respectiva seção: (Renumerado para parágrafo único pela Lei nº 4.961, de 4-5-1966 e restabelecido pela Lei nº 7.332, de 1º-7-1985)

I – o juiz eleitoral, em qualquer seção da zona sob sua jurisdição, salvo em eleições municipais, nas quais poderá votar em qualquer seção do município em que for eleitor;

II – o Presidente da República, o qual poderá votar em qualquer seção, eleitoral do país, nas eleições presidenciais; em qualquer seção do Estado em que for eleitor nas eleições para governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual; em qualquer seção do município em que estiver inscrito, nas eleições para prefeito, vice-prefeito e vereador;

III – os candidatos à Presidência da República, em qualquer seção eleitoral do país, nas eleições presidenciais, e, em qualquer seção do Estado em que forem eleitores, nas eleições de âmbito estadual;

IV – os governadores, vice-governadores, senadores, deputados federais e estaduais, em qualquer seção do Estado, nas eleições de âmbito nacional e estadual; em qualquer seção do município de que sejam eleitores, nas eleições municipais;

V – os candidatos a governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual, em qualquer seção do Estado de que sejam eleitores, nas eleições de âmbito nacional e estadual;

VI – os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, em qualquer seção de município que representarem, desde que eleitores do Estado, sendo que, no caso de eleições municipais, nelas somente poderão votar se inscritos no município;

VII – os candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador, em qualquer seção de município, desde que dele sejam eleitores;

VIII – os militares, removidos ou transferidos dentro do período de 6 (seis) meses antes do pleito, poderão votar nas eleições para presidente e vice-presidente da República na localidade em que estiverem servindo.

IX – os policiais militares em serviço. (Incluído pela Lei nº 9.504, de 9-5-1995)

Brasília, 15 de julho de 1965, 144º da Independência e 77º da República. – **H. CASTELLO BRANCO – Milton Soares Campos.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 19-7-1965

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Texto compilado

Mensagem de veto

Estabelece normas para as eleições.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Disposições Gerais

Art. 1º As eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito e Vice-Prefeito, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador dar-se-ão, em todo o País, no primeiro domingo de outubro do ano respectivo.

Art. 102. O parágrafo único do art. 145 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

“Art. 145.
Parágrafo único.

Brasília, 30 de setembro de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – **MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL – Iris Rezende.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463, DE 2011

Acrescenta arts. 46-A e 74-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para responsabilizar pessoalmente, no âmbito civil e penal, os administradores de empresas fornecedoras de bens ou serviços que causem danos ao consumidor em razão de

contratos que contenham cláusulas abusivas ou violadoras da boa-fé objetiva, ou ainda que contenham linguagem obscura em razão do uso de expressão técnica ou pertencente a língua estrangeira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 46-A:

“Art. 46-A. Os administradores de empresas fornecedoras de bens ou serviços serão pessoal, ilimitada e solidariamente responsáveis por danos provocados em razão de contratos que contenham cláusulas abusivas ou violadoras da boa-fé objetiva, ou que contenham linguagem obscura em razão do uso de expressão técnica ou pertencente a língua estrangeira.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 74-A:

“Art. 74-A. Redigir contrato que contenha cláusula abusiva ou violadora da boa-fé objetiva, ou que contenha linguagem obscura em razão do uso de expressão técnica ou pertencente a língua estrangeira:

Pena – detenção de um a seis meses ou multa.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As empresas brasileiras devem respeitar melhor os direitos do consumidor, em especial aquelas que gozam de elevados níveis de poder econômico, graças às exageradas concentrações de mercado no Brasil e aos abusos de direito daí advindos.

Portanto é sempre necessária a repressão legal, na esfera civil e também penal, a todos aqueles que de alguma forma contribuem para violar os direitos do consumidor.

Passados vinte anos de vigência do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, já existe farta e mansa jurisprudência sobre o conteúdo de diversas cláusulas abusivas e ilícitas que são corriqueiramente incluídas em contratos de adesão impostos aos consumidores por empresas poderosas e gananciosas.

Cabe agora dar um basta a essa conduta e assim declarar expressamente a responsabilização civil, pessoal, solidária e ilimitada dos administradores de

empresas que redijam contratos abusivos ou com cláusulas ilícitas. E o projeto também prevê a responsabilização penal para a hipótese, com pena de detenção, de um a seis meses, ou multa.

Outra inovação reside na responsabilização civil e penal de empresas e seus administradores que criam linguagem obscura por meio de uso de expressões técnicas ou de língua estrangeira. Abusos no uso dessas expressões devem ser punidos.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei, que representa a contribuição deste Parlamento para o aprimoramento de tema do mais elevado interesse econômico e social.

Sala das Sessões, – Senador **Humberto Costa**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO VI

Da Proteção Contratual

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 46. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

TÍTULO II

Das Infrações Penais

Art. 74. Deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo;

Pena – Detenção de um a seis meses ou multa.

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 2011**

Altera a redação do § 6º do art. 14 da Constituição Federal para determinar a desincompatibilização do Presidente da República, do Governador do Estado e do Prefeito Municipal como condição para a candidatura eleitoral.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 6º do art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14.
.....

§ 6º Para concorrerem às eleições, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos Municipais devem se afastar de seus cargos até seis meses antes do pleito.

.....”(NR)

Art. 3º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O instituto da desincompatibilização integra o **corpus** jurídico do direito eleitoral com a natureza clara e inequívoca de uma regra de natureza moralizadora, em benefício do Estado e da sociedade.

Por ele, a capacidade eleitoral passiva de um agente político é preservada mediante o seu afastamento do cargo em um determinado período que antecede as eleições.

O objetivo é impedir, mitigar ou de qualquer forma restringir o uso da máquina pública, ou, no mínimo, a manipulação pelo governante candidato da condição privilegiada de detentor de mandato executivo, com todo o destaque midiático que tal condição propicia, para desequilibrar a disputa eleitoral em seu favor.

Isso ocorre em razão da solução institucional vislumbrada quando da apreciação da Emenda Constitucional nº 16, de 1997, que instituiu a possibilidade da reeleição dos detentores de cargos executivos. Foi desperdiçada a oportunidade de impor, naquela circunstância, a instituição dessa regra que ora propomos, mitigadora da desigualdade de armas que se estabelece, necessariamente, entre o ocupante do cargo executivo que se candidata à reeleição e seus oponentes.

Acreditamos que é chegado o momento de corrigir essa importante lacuna de nosso sistema eleitoral constitucional, e fazê-lo em benefício da cidadania, ao possibilitar processos eleitorais mais justos e equilibrados. A proposição que ora apresentamos assegura os direitos, que entendemos adquiridos, daqueles que ora ocupam os mandatos executivos.

Contudo, deixamos a critério das comissões que venham a apreciar a matéria, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, a decisão quanto ao início da aplicação da norma e a regulamentação nos casos daqueles que ora ocupam os mandatos executivos, evitando, com isto, possíveis prejuízos aos direitos dos candidatos nas próximas eleições.

Assim, solicito aos eminentes pares a atenção e o apoio imprescindíveis à aprovação da presente proposta de emenda à Constituição.

Sala das Sessões, – Senador **Wilson Santiago**.

Assinatura

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

Parlamentar

Wilson SANTINHO

Sergio F. de O. L.

Rudolpho R. R.

Rafael P.

Rafael P.

Geovani Borges

Ataides Oliveira

Rafael R.

Antônio Diniz (PT-AC)

Rodrigo Rollemberg

Cidário P.

Mayno M.

CACILLO MACOSHER

EDUARDO DRACA

Oscar C.

CRISTOVAN.

ACIR

ANA AMENIA (PP/RS)

Humberto (PT)

Jorge Vasconcelos

JHE ACRIPINO

LUIZ CARLOS LADADORE

Vicente R.

CYRO M.

Antônio Diniz deputado

RODRIGO SILVA

PEC DESINCOMPATIBILIZAÇÃO

LEGISLAÇÃO CORRELATA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASILTexto consolidado até a Emenda Constitucional
nº 66, de 13

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO IV

Dos Direitos Políticos

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I – plebiscito;

II – referendo;

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

TÍTULO IV

Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

SEÇÃO VIII

Do Processo Legislativo

SUBSEÇÃO I

Disposição geral

SUBSEÇÃO II

Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-

-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

EMENDA CONSTITUCIONAL

Nº 16, DE 4 DE JUNHO DE 1997

Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 5º do art. 14, ao **caput** do art. 28, o inciso II do art. 29, o **caput** do art. 77 e o art. 82 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

Art. 29.

II – eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores;

Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno,

se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

Art. 82. O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de junho de 1997.

Mesa da Câmara dos Deputados:

Deputado MICHEL TEMER
Presidente

Deputado HERÁCLITO FORTES
1º Vice-Presidente

Deputado SEVERINO CAVALCANTI
2º Vice-Presidente

Deputado UBIRATAN AGUIAR
1º Secretário

Deputado NELSON TRAD
2º Secretário

Deputado EFRAIM MORAIS
4º Secretário

Mesa do Senado Federal:

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

Senador GERALDO MELO
1º Vice-Presidente

Senador RONALDO CUNHA LIMA
1º Secretário

Senador CARLOS PATROCÍNIO
2º Secretário

Senador FLÁVIANO MELO
3º Secretário

Senador LUCÍDIO PORTELLA
4º Secretário

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 74, DE 2011**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 228 da Constituição Federal passa ser acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 228.

Parágrafo único. Nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente inimputáveis os menores de quinze anos. (NR)

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A doutrina jurídica explica a inimputabilidade dos menores de 18 anos como uma presunção absoluta da lei de que as pessoas, nessa faixa etária, têm desenvolvimento mental incompleto (critério biológico), por não haverem incorporado inteiramente as regras de convivência da sociedade.

Entretanto, tal argumento nunca foi comprovado pela ciência psiquiátrica; ao contrário, a evolução da

sociedade moderna tem possibilitado a compreensão cada vez mais precoce dos fatos da vida. Trata-se, na verdade, de uma ficção jurídica ditada por uma necessidade político-criminal: tratar os menores de acordo com sua específica condição etária e psicológica.

Distinguímos abaixo os dados do *Mapa Múndi da Maioridade Penal*, elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 2005.

Na América do Norte, a maioria penal dos Estados Unidos está estabelecida entre 6 e 18 anos, conforme a legislação estadual. No México, entre 11 ou 12 anos para a maioria dos estados.

Na América do Sul, a Argentina estabelece a maioria penal aos 16 anos; Chile, 16 anos; Colômbia, 18 anos; Peru, 18 anos.

Na Europa, destacam-se Alemanha com maioria penal aos 14 anos; Dinamarca, 15 anos; Finlândia, 15 anos; França, 13 anos; Itália, 14 anos; Noruega, 15 anos; Polônia, 13 anos; Escócia, 8 anos; Inglaterra, 10 anos; Rússia, 14 anos; Suécia, 15 anos; e Ucrânia, 10 anos.

No Oriente Médio, destacam-se Irã com a maioria penal aos 9 anos, para as mulheres, e 15 anos, para os homens; e a Turquia, 11 anos.

Na África, a maioria penal é a seguinte: África do Sul, 7 anos; Argélia, 13 anos; Egito, 15 anos; Etiópia, 9 anos; Marrocos, 12 anos; Nigéria, 7 anos; Quênia, 8 anos; Sudão, 7 anos; Tanzânia, 7 anos; e Uganda, 12 anos.

Na Ásia, a maioria penal assim se destaca: Bangladesh, 7 anos; China, 14 anos; Coreia do Sul, 12 anos; Filipinas, 9 anos; Índia, 7 anos; Indonésia, 8 anos; Japão, 14 anos; Myanmar, 7 anos; Nepal, 10 anos; Paquistão, 7 anos; Tailândia, 7 anos; Uzbequistão, 13 anos; e Vietnã, 14 anos.

Vale destacar, ainda, que na Suécia, em abril de 1997, havia apenas 15 jovens na faixa etária entre 14 e 18 anos cumprindo pena em alguma prisão. Na China, adolescentes entre 14 e 18 anos estão sujeitos a um sistema judicial juvenil, e suas penas podem chegar à prisão perpétua no caso de crimes particularmente bárbaros (chamados no Brasil de crimes hediondos).

Sublinhe-se que o Brasil demorou cinco séculos para construir leis de atenção à infância e à adolescência, atravessando do século XVI ao século XIX sem editar disposição legal sobre o tema, em conformidade com o estudo de Sandra Ressel, intitulado *Menoridade Penal*.

Isso diz muito sobre as concepções de infância e de adolescência que têm sido historicamente dominantes em nosso país, sobre as políticas que têm sido elaboradas e sobre as que não têm sido desenvolvidas e implementadas.

O primeiro Código Penal brasileiro de 1830 fixou a idade de imputabilidade plena em quatorze anos, prevendo um sistema bio-psicológico para a punição de crianças entre sete e quatorze anos.

O Código Republicano de 1890 previa que era irresponsável penalmente o menor com idade até nove anos, devendo o maior de nove anos e menor de quatorze anos submeter-se à avaliação do Magistrado.

A Lei Orçamentária de 1921 revogou esse dispositivo do Código Penal de 1890 tratando, já por motivos de política criminal, de forma diversa a questão da menoridade penal, ao estabelecer a inimputabilidade dos menores de quatorze anos e o processo especial para os maiores de quatorze e menores de dezoito anos de idade.

Com o advento do Código Penal de 1940, fixou-se o limite da inimputabilidade aos menores de dezoito anos, adotando o critério puramente biológico. Assim, quando um menor pratica um fato descrito como crime ou contravenção penal, é adotada a presunção absoluta da falta de discernimento do indivíduo menor de dezoito anos. A partir Código Penal de 1940 qualquer que seja a idade do menor, este não é submetido a processo criminal, mas a procedimento previsto em legislação especial.

Através da Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984, foi dada nova redação à Parte Geral do Código Penal, mantendo a imputabilidade penal aos 18 anos, observando assim um critério objetivo, conforme diz a exposição de motivos da Parte Geral do Código Penal: “Manteve o Projeto a inimputabilidade penal ao menor de 18 (dezoito) anos. Trata-se de opção apoiada.”

A inimputabilidade para os menores de 18 anos foi apoiada pela vigente Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo, existem no Brasil 39.578 menores cumprindo algum tipo de medida socioeducativa, o que representa 0,2%

da população entre 12 e 18 anos. 13.489 desses menores estão internados em instituições como a antiga Febem. 50% dos menores infratores do país estão no Estado de São Paulo. Destes, 41,2% cumprem pena por roubo e 14, 7% por homicídio.

Levantamento realizado pela Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude demonstra que, atualmente, os adolescentes são responsáveis por 10% do total de crimes ocorridos no Brasil; o envolvimento dos jovens nos crimes de homicídio corresponde a 1,3% do total de ocorrências policiais, segundo informação de Ivana dos Santos Monteiro, intitulado *Argumentos acerca da Proposta Reducionista da Maioridade Penal*. É de salientar que são cometidos no Brasil cerca de 50 mil homicídios por ano, conforme estimativa de Júlio Jacobo Waiselfisz, coordenador da pesquisa *Mapas da Violência 2011*.

Observa-se, entretanto, no Brasil um pavor social em torno da crescente criminalidade praticada por menores inimputáveis. Nos dias hoje, a violência praticada por adolescentes vem aumentando assustadoramente; e os adolescentes praticantes de infrações graves não têm sido punidos adequadamente.

A redução da idade da imputabilidade penal de 18 para 15 anos, nos casos de cometimento de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, é necessária, devido ao aumento do desenvolvimento mental e discernimento dos adolescentes nos dias atuais e a necessidade de intimidação da prática desses crimes por esses menores.

Para Alyrio Cavallieri em sua obra **Falhas do Estatuto da Criança e do Adolescente**, citado por Ressel, é óbvio que a partir da tenra idade, os menores sabem o que fazem. Ademais, toda polêmica sobre a maturidade do menor teve sua origem na Exposição de Motivos do Código Penal de 1940, em que o Ministro Francisco Campos escreveu que os menores ficavam fora daquela lei, porque eram imaturos. Segundo o então Ministro, todos os menores de 18 anos eram imaturos. Cavallieri, assevera, ainda, que não podemos contaminar toda a nação com essa insólita concepção.

Diante dessas considerações, conclamamos os ilustres Pares para aprovação desta proposta, que tem sido uma exigência social.

Sala das Sessões, – Senador **Acir Gurgacz**.

Assinatura	Senador
1	
2	Sen. Alvaro Dias
3	Gonçalves Alves
4	Mário Couto
5	JOÃO ALBERTO

6	Yafí
7	ANA AMÉLIA (PP/RS)
8	ASÍDO MALDANER (PPB-SC)
9	Araceli Dias ^{repetido}
10	Lyro Miranda
11	Alcides de Oliveira
12	JARBAS VASCONCELOS
13	JOÃO DUVYAL
14	Antônio Diniz (PT-AC)
15	JOÃO VICENTE CLAUDINO
16	Wilson Sampaio
17	FELIX RIBEIRO
18	EDUARDO GOMES
19	CLÁUDIO ANTONIO

20	ZEZÉ PERRELLA
21	BENEDITO ALVES
22	CROVOLLATA
23	Reclutário Carlos
24	Antônio Ruy de Fátima
25	Vicente de Jesus
26	João Camargo
27	YHIE HENRIQUE
28	JOÃO ADELLAO
29	Paulo Júnior
30	LEÃO FILHO
31	Sérgio Sampaio
32	ALBERTO BONDINHO

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e remetidas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Temos aqui o Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2011, que foi aprovado na Câmara, mas que precisa ser lido para ser votado.

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 19, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 529, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, que altera os arts. 21 e 24 da Lei nº 8.212... *(Pausa.)*

Bom, então vou recomençar. Vou ler. O Senador Armando Monteiro entregou à Mesa o relatório. Ele tem que ser lido 24 horas antes – o parecer. Então, vou ler...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A Liderança do PSDB recebeu o parecer oferecido pelo Sr. Relator às 14 horas de hoje. Veja, há três horas, recebemos o parecer. A exiguidade...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Essa aqui que estou lendo?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois é, mas essa, pelo acordo de lideranças, a Drª Cláudia está informando, vai ser lida amanhã, porque tem que dar 24 horas de prazo. Ele entregou de manhã...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ah, sim, não votaremos hoje?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não. Não vamos votar hoje.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não poderíamos votar hoje, mas já vou lendo para garantir que seja feita amanhã.

(...) dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua

residência, desde que pertencente a família de baixa renda; altera arts. 16, 29, 72 e 77 da Lei nº 8.213, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o filho ou irmão que tenha deficiência intelectual ou mental como dependente e determinar o pagamento do salário maternidade devido à empregada do microempreendedor individual diretamente pela Previdência Social; altera o art. 20 e acrescenta o art. 21-A à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência; e acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 968, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, para estabelecer trâmite especial e simplificado para o processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual. (proveniente da Medida Provisória nº 529, de 2011).

Como foi entregue hoje de manhã, o parecer do Senador Armando Monteiro, Relator revisor, foi lido e então será votada amanhã.

Entretanto, outras matérias podem ser votadas.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidenta. Falta V. Exª abrir a Ordem do Dia. V. Exª se esqueceu de abrir a Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu abri. Posso não ter mencionado. Vamos mencionar então.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª esqueceu.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está aberta a Ordem do Dia.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Agora.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Bom, na hora que comecei a ler tudo isso... Mas, tudo bem. Está aberta a **Ordem do Dia**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 21:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 122, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2011 (nº 2.548/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Libéria, celebrado em Monróvia, em 29 de maio de 2009.

Parecer favorável sob o nº 674, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relatora *ad hoc* Senadora Ana Amélia.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o projeto, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como sem encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 122, DE 2011**

(Nº 2.548/2010, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o texto do Acordo Básico de
Cooperação Técnica entre o Governo da
República Federativa do Brasil e o Gover-
no da República da Libéria, celebrado em
Monróvia, em 29 de maio de 2009.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria, celebrado em Monróvia, em 29 de maio de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto do Acordo encontra-se publicado no **DSF** de 27-4-2011.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Itens 33 e 34:**

REQUERIMENTOS NºS 837 E 837-A, DE 2011

Votação, em turno único, dos Requerimentos nºs 837 e 837-A, do Senador Luiz Henrique, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Constituição, Justiça e Cidadania e a de Assuntos Econômicos, respectivamente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há, sobre a mesa, requerimentos subscritos pelo Senador Luiz Henrique, solicitando a retirada dos Requerimentos nºs 837 e 837-A, de 2011.

São os seguintes os requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 961, DE 2011

Nos termos do artigo 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada do Requerimento nº 837, de 2011, de minha autoria.

Sala das Sessões, em – **Luiz Henrique da Silveira**, Senador da República.

REQUERIMENTO Nº 962, DE 2011

Nos termos do artigo 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada do Requerimento nº 837-A, de 2011, de minha autoria.

Sala das Sessões, – **Luiz Henrique da Silveira**, Senador da República.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Votação dos requerimentos de retirada.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Retirados os requerimentos, o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011, retorna à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 37:**

REQUERIMENTO Nº 854, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento do Senador Lindbergh Farias, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 108, de 2007, e 295, de 2008, a fim de que tenham tramitação autônoma (investimentos em saneamento básico).

Sobre a mesa, requerimento de retirada.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 963, DE 2011

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno, a retirada do Requerimento nº 854/2011 de 12-7-2011, de minha autoria, que solicita a tramitação em separado dos Projetos de Lei do Senado nº 108, de 2007, e 295, de 2008.

Sala da Comissão, de 2011. – Senador **Lindbergh Farias**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Votação do requerimento de retirada do Requerimento nº 854, de 2011.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As matérias continuam tramitando em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura; seguindo, posteriormente, nos termos do art. 49 do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

Peço aos Senadores e Senadoras que se encontram fora do plenário que retornem, pois vamos começar as votações nominais.

Vou ler outro requerimento enquanto não estão presentes todos os Senadores da Casa para votação nominal.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Itens n°s 24, 29 e 31:**

Não havendo objeção do Plenário, a Presidência colocará em votação, em globo, os **Itens n°s 24, 29 e 31** da pauta de hoje. Todos requerimentos de tramitação conjunta de Projetos 777, 778 e 835. São os requerimentos. O Requerimento é o 828.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

A Secretaria de Ata individualizará a tramitação dos requerimentos e de cada proposição.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

Item 24:

REQUERIMENTO N° 777, DE 2011

Do Senador Ciro Nogueira, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara n° 142, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado n° 195, de 2011, por regularem matéria correlata (adaptação de veículos automotores para pessoas com deficiência física).

O Projeto de Lei do Senado n° 195, de 2011, perde seu caráter terminativo.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; e Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Item 29:

REQUERIMENTO N° 828, DE 2011

Do Senador Vital do Rêgo, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado n° 541, de 2007, com os Projetos de Lei do Senado n°s 16, de 2009; 65 e 99, de 2010, que já se encontram apensados, por regularem matérias correlatas (programas governamentais para áreas urbanas de risco).

O Projeto de Lei do Senado n° 541, de 2007, perde o caráter terminativo.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Assuntos Sociais; de Assuntos Econômicos; de Serviços de Infraestrutura; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Item 31:

REQUERIMENTO N° 835, DE 2011

Do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 16, de 2008, e 340, de 2011, por regularem matérias correlatas (rateio e ressarcimento ao SUS dos recursos oriundos do DPVAT).

Os Projetos de Lei do Senado n°s 16, de 2008, e 340, de 2011, passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Itens n°s 25, 26, 27, 28, 30 e 32:**

Não havendo objeção do Plenário, a Presidência colocará em votação, em globo, os **Itens n°s 25, 26, 27, 28, 30 e 32** da pauta de hoje. Todos requerimentos de audiência de outra comissão.

Item 25:

REQUERIMENTO N° 778, DE 2011

Votação, em turno único, do Senador Valadares, [solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 316, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a *de Constituição, Justiça e Cidadania (altera o Estatuto da Cidade).*]

Item 26:

REQUERIMENTO N° 784, DE 2011

Votação, em turno único, do Senador Wellington Dias, [solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 264, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a *de Agricultura e Reforma Agrária (equoterapia para pessoa com deficiência).*]

Item 27.**REQUERIMENTO Nº 785, DE 2011**

Votação, em turno único, do Senador Humberto Costa, [solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.]

Item 28.**REQUERIMENTO Nº 812, DE 2011**

Votação, em turno único, do Senador Vital do Rêgo, [solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (criação do Fundo Nacional de Proteção dos Recursos Hídricos).]

Item 30.**REQUERIMENTO Nº 829, DE 2011**

Votação, em turno único, do Senador Ciro Nogueira, [solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 420, de 2005; 315 e 316, de 2008, que tramitam em conjunto, além das Comissões constantes dos despachos iniciais, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (restrições ao uso do tabaco).]

Item 32.**REQUERIMENTO Nº 836, DE 2011**

Votação, em turno único, do Senador Armando Monteiro, [solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (ausência do trabalhador que necessite acompanhar filho enfermo).]

Não havendo quem queira fazer a discussão, as Senadoras e os Senadores que os aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

A Secretaria de Ata individualizará a tramitação dos requerimentos e de cada proposição.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

Item 25:**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2011**

Do Senador Valadares, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de *Constituição, Justiça e Cidadania* (altera o *Estatuto da Cidade*).

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à Desenvolvimento Regional e Turismo.

Item 26:**REQUERIMENTO Nº 784, DE 2011**

Do Senador Wellington Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de *Agricultura e Reforma Agrária* (*equoterapia para pessoa com deficiência*).

Item 27.**REQUERIMENTO Nº 785, DE 2011**

Do Senador Humberto Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a matéria vai às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Econômicos; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

Item 28.**REQUERIMENTO Nº 812, DE 2011**

Do Senador Vital do Rêgo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de *Constituição, Justiça e Cidadania* (criação do Fundo Nacional de Proteção dos Recursos Hídricos).

A matéria volta à Comissão de Serviços de Infraestrutura; seguindo posteriormente às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; de Constituição, Justiça

e Cidadania, e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, vai à de Assuntos Econômicos.

Item 30.

REQUERIMENTO Nº 829, DE 2011

Do Senador Ciro Nogueira, solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 420, de 2005; 315 e 316, de 2008, que tramitam em conjunto, além das Comissões constantes dos despachos iniciais, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (restrições ao uso do tabaco).

Uma vez que já se encontram instruídas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as matérias retornam à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; seguindo posteriormente à de Assuntos Econômicos; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, vão à de Assuntos Sociais.

Item 32.

REQUERIMENTO Nº 836, DE 2011

Do Senador Armando Monteiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (ausência do trabalhador que necessite acompanhar filho enfermo).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 35:**

REQUERIMENTO Nº 838, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 838, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, [solicitando voto de aplauso e louvor ao Dr. José Graziano da Silva, por haver sido eleito para o cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação / FAO.]

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Será cumprida a deliberação do Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Chamo, novamente, os Senadores e Sena-

doras que se encontram fora da Casa. Vamos iniciar a votação nominal.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 38:**

REQUERIMENTO Nº 909, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 909, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, [solicitando voto de aplauso à República Francesa, por sua data nacional, 14 de julho, cuja origem é a queda da Bastilha.]

Votação do requerimento

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Será cumprida a deliberação do Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 39:**

REQUERIMENTO Nº 916, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 916, de 2011, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, [solicitando voto de solidariedade ao governo e ao povo norueguês em razão dos terríveis atentados cometidos em Oslo e na ilha de Utoya.]

Parecer favorável, sob nº 736, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator: Senador Pedro Simon.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Será cumprida a deliberação do Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mais uma vez apelo à Comissão de Justiça e Cidadania para que apresse a votação dos sabatinados para que os Senadores possam retornar ao plenário, porque temos uma longa lista de votação nominal e vamos necessitar de quórum qualificado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 6:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 180, DE 2011**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2011 (apresen-

tado como conclusão do Parecer nº 685, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles, que *aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2011*.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa. Discussão do projeto, em turno único. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Vamos limpar essa pauta, Senador Jayme Campos.

Agora precisamos aprovar...

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

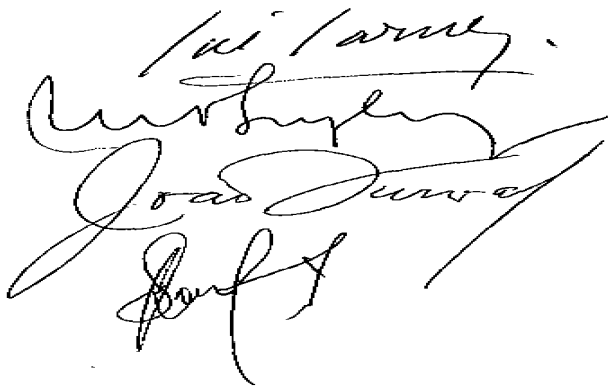
PARECER Nº 746, DE 2011

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2011.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2011, que aprova a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2011.

Sala de Reuniões da Comissão, 9 de agosto de 2011.



ANEXO AO PARECER Nº 746, DE 2011

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2011.

Aprova a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2011.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2011, nos termos da Mensagem nº 60, de 2011, da Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Precisamos discutir agora a redação final. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir a redação final, está encerrada.

Está aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 36:**

REQUERIMENTO Nº 846, DE 2011

Votação, em turno único, do requerimento do Senador Cyro Miranda, [solicitando o desampensamento do Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 4, 589 e 590, de 2007; 174, 181, 240, 449 e 463, de 2008; 45, 277, 305, 347 e 380, de 2009; 160 e 197, de 2010, a fim de que tenha tramitação autônoma (*redução do IPI sobre reciclagem*).]

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado 510, de 2009, é desampensado das demais matérias. Volta a ter tramitação autônoma. E, uma vez que já se encontra instruído pela Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, vai, nos termos do art. 49 do Regimento Interno, ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

As demais matérias continuam tramitando em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Seguindo, posteriormente, às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Serviços de Infraestrutura; de Agricultura e Reforma Agrária, de Assuntos Sociais, de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Presidente Sarney já está presente?

Presidente Sarney, solicito a V. Ex^a que comece-mos a votação nominal.

Vamos começar com os embaixadores. Votação simples.

Item extrapauta:**MENSAGEM Nº 75, DE 2011***(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)*

Mensagem nº 75, de 2011 (nº 130/2011, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. José Jorge Alcazar Almeida, Ministro de Segunda Classe da carreira de Diplomata do Quadro Especial Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator *ad hoc*, Senador Mozarildo Cavalcanti. **(Parecer nº 747, de 2011–CRE.)**

Discussão do parecer. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

Votação nominal.

Estamos iniciando a votação nominal. O painel já está aberto.

(Procede-se à votação.)

Senador Aníbal, já votou? Senador Humberto Costa, Senadora Lúcia Vânia, Senador Mário Couto, Senador Aníbal.

Temos mais de oito.

Senador Pedro Taques, já votou?

Senador Randolfe, votação nominal.

Senador Casildo, votação nominal.

Senador Aloysio Nunes, acabamos de ter informação da Câmara de que está faltando assinatura do Presidente da Câmara, Maia. Por isso não foi encaminhado para cá.

Em votação nominal a apreciação do Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa.

Já está em votação.

(Procede-se à votação.)

A Sr^a Marta Suplicy, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Aproveito, enquanto não se conclui a votação, para comunicar à Casa que, nesta segunda-feira, o Senado deu mais um passo importante na busca da transparência completa das atividades desta Casa.

A partir desta semana – peço a atenção dos Srs. Senadores –, será possível ao cidadão, onde quer que

ele esteja no mundo, acompanhar pela Internet, em transmissão ao vivo, as reuniões deste plenário e de todas as comissões técnicas e especiais em funcionamento. Essa melhoria na divulgação dos trabalhos do Senado se fará graças à ampliação do número de canais de TV Senado na Internet, que se iniciou na **web** com quatro canais e se completa, agora, com oito canais na nossa página.

Portanto, pelo endereço www.senado.gov.br/tv, o cidadão brasileiro, o eleitor, vai ter à sua disposição oito canais capazes de disponibilizar, em tempo real, as discussões, debates e votações que ocorram ao longo de todo o dia no Senado e nas comissões.

Atualmente, o Senado tem 11 comissões temáticas permanentes e outras 35 subcomissões. Estão em funcionamento, também, duas comissões parlamentares de inquérito e três comissões temporárias. Toda semana, acontecem em média 22 reuniões de comissões, que totalizam quase 50 horas de trabalho dos Senadores fora do plenário. As reuniões das comissões começam já na segunda-feira pela manhã e só se encerram na sexta-feira à tarde. Às terças, quartas e quintas, acontecem reuniões simultâneas de até sete comissões e subcomissões.

Essa é mais uma etapa no esforço que a Mesa Diretora alcança, com a colaboração das equipes da Secretaria de Comunicação Social e do Prodasen, e que culminará com a instalação de novos canais digitais de TV nas capitais brasileiras. E, para isso, para que isso se concretize, aguardamos apenas que o Ministro das Comunicações assine as consignações, parte delas já autorizadas pela Anatel.

A Internet, como é sabido de todos, tornou-se uma das plataformas, mais dinâmicas, rápidas e fáceis para assistir a filmes, notícias e programas de televisão. Dedicamos, hoje, três vezes mais tempo aos computadores do que à televisão. As organizações do futuro têm que estar preparadas para oferecer seus produtos e serviços em todas as plataformas disponíveis.

O Senado, mais uma vez, está tomando a dianteira neste processo. Depois de colocar no ar a TV Senado e a Rádio Senado, criar uma agência de notícias pela Internet, lançar um jornal e colocar notícias nos telefones celulares, o Senado está cada dia mais presente nas redes sociais.

Assim, quero repetir, e peço a atenção dos Srs. Senadores, que com essa disponibilização de oito canais da TV Senado na Internet e o breve aumento da banda larga disponibilizada pelo Prodasen, mais uma vez os cidadãos exercerão o seu direito de saber como

são discutidas e se fazem as leis no País, além de tomar conhecimento dos importantes debates, discussões e decisões que aqui acontecem todos os dias. É um grande avanço que tenho o prazer de anunciar ao Plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vou proceder à apuração da votação.

Se nenhum Senador deseja votar ainda, vou encerrar a votação (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração.*)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM Nº 75, DE 2011 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. JOSÉ JORGE ALCAZAR ALMEIDA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE SERRA LEOA

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 9/8/2011


Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 9/8/2011 17:21:51
Encerramento: 9/8/2011 17:30:12

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MS	ANTÔNIO RUSSO NETTO	Votou
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	Votou
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PR	MT	BLAIRO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	Votou
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELÍCIO DO AMARAL	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PT	PE	HUMBERTO COSTA	Votou
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PT	SP	MARTA SUPLICY	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	Votou
PR	TO	VICENTINHO ALVES	Votou
PMDB	PB	VITAL DO REGO	Votou
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	Votou
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	Votou
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	Votou

Partido UF Nome do Senador Voto
Presidente: MARTA SUPLICY

Votos SIM : 49
Votos NÃO : 07
Votos ABST. : 01
Total : 57


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – SIM, 49; 7, NÃO.

Uma abstenção;

Total: 57 votos.

A indicação foi aprovada e será feita a devida comunicação à Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Consulto as Lideranças se poderemos colocar em votação os nomes para o Conselho Nacional de Justiça. *(Pausa.)*

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para registrar o meu voto SIM na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata consignará o voto de V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de consignar, também, o meu voto SIM na votação anterior e pedir que registre, como Líder do meu Partido, para que eu possa falar no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata consignará o voto de V. Ex^a, Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Então, vamos proceder à votação do nome do Sr. Jefferson Luís Kravchychyn para compor o Conselho Nacional de Justiça, na forma da Constituição, pela Ordem dos Advogados do Brasil.

É o seguinte o item:

Item extrapauta:

PARECER Nº 635, DE 2011 (Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 635, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Roberto Requião, sobre o Ofício nº S/15, de 2011 (nº 57/2011, na origem), da Ordem dos Advogados do Brasil, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Jefferson Luis Kravchychyn para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Se ninguém quiser usar a palavra, encerro a discussão e submeto a votos. *(Pausa.)*

O Plenário já pode votar. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores já podem votar.

Peço aos Senadores que depois da votação permaneçam no plenário, porque temos ainda quatro conselheiros para votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Excelência, solicito que seja colocado na Ordem do Dia o Requerimento, de minha autoria, nº 923, de 2011, que solicita uma sessão especial para comemorar o transcurso do 39º aniversário da Rede Amazônica de Televisão.

Pela deferência, lhe agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, só pedindo a V. Ex^a que faça registrar nos Anais o voto favorável à indicação do Embaixador José Jorge, para Embaixador do Brasil em Serra Leoa, Mensagem 75.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pergunto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores se todos já votaram. *(Pausa.)*

A Mesa vai aguardar a presença dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa, uma vez que, de acordo com a Constituição, o quórum é de maioria absoluta.

Peço aos Senadores e Senadoras que compareçam ao plenário, para concluirmos a votação da escolha do Conselheiro Jefferson Kravchychyn, para o Conselho Nacional de Justiça.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. *(Pausa.)* Senador Eunício Oliveira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, só para justificar, pois estava presidindo uma reunião, vim correndo, mas não deu mais tempo de registrar o meu voto.

Queria registrar em Ata a votação favorável. Embora seja secreta, quero colocar o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará o desejo de V. Ex^a. Todos nós o conhecemos como um homem muito aplicado e presente em plenário.

Se todos os Senadores já votaram, vou proceder à apuração. *(Pausa.)*

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 635, DE 2011 (ESCOLHA DE AUTORIDADE) - OFS/15/2011.

Sr. JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 9/8/2011

Num.Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 9/8/2011 17:32:16
Encerramento: 9/8/2011 17:39:05

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	Votou
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	Votou
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PR	MT	BLAIRO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	Votou
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
PT	PE	HUMBERTO COSTA	Votou
PMDB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PT	SP	MARTA SUPLICY	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	Votou
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	Votou
PR	TO	VICENTINHO ALVES	Votou
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	Votou
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	Votou
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 58
Votos NÃO : 07
Votos ABST. : 00

Total : 65



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – SIM, 58; votos NÃO, 7.

Nenhuma abstenção.

Total: 65 votos.

A indicação foi aprovada.

Será feita a devida comunicação à Senhora Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vamos, agora, apreciar o nome do Sr. Carlos Alberto Reis de Paula, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça, indicação do Tribunal Superior do Trabalho.

É o seguinte o item:

Item extrapauta:

PARECER N° 636, DE 2011
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer n° 636, de 2011, da Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício n° S/18, de 2011 (n° 725/2011, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. Carlos Alberto Reis de Paula, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

Mais uma vez reitero aos Srs. Senadores e às Sras Senadoras que permaneçam em plenário, pois teremos ainda quatro votações.

Vou proceder à apuração.

Se todos os Senadores já votaram, vou proceder à apuração:

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER N° 636, DE 2011 (ESCOLHA DE AUTORIDADE) - OFS/18/2011

Sc. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	3	Abertura:	9/8/2011 17:39:40
Data Sessão:	9/8/2011	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	9/8/2011 17:43:13

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	Votou
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	Votou
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PR	MT	BLAÍRO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASOLDI MALDANER	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	Votou
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELÍCIO DO AMARAL	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
PT	PE	HUMBERTO COSTA	Votou
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PT	SP	MARTA SUPLICY	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PP	RO	REDATÁRIO CASSOL	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	Votou
PR	TO	VICENTINHO ALVES	Votou
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	Votou
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 54
Votos NÃO : 06 **Total : 60**
Votos ABST. : 00


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – SIM, 54; 6, NÃO.

Nenhuma abstenção.

Total: 60 votos.

A indicação foi aprovada.

Será feita a devida comunicação a Excelentíssima Senhora Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Sr. Presidente, eu queria que V. Ex^a registrasse o meu voto, porque, infelizmente, eu não pude participar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Senador Renan Calheiros, o seu voto será registrado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Vamos, agora, submeter ao Plenário o nome do Sr. Wellington Cabral Saraiva, Procurador-Regional da República, para compor o Conselho Nacional de Justiça, por indicação da Procuradoria Geral da República.

É o seguinte o item:

Item extrapauta:

PARECER Nº 637, DE 2011

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 637, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Taques, sobre o Ofício nº S/36, de 2011 (nº 292/2011, na origem), de iniciativa da Procuradoria-Geral da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Wellington Cabral Saraiva, Procurador Regional da República, para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

Peço aos Senadores e Senadoras que compareçam ao plenário para concluirmos a votação.

Senador Cafeteira, já votou? (Pausa.)

Senador Edison Lobão Filho? (Pausa.)

Vou proceder à apuração.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 637, DE 2011 (ESCOLHA DE AUTORIDADE) - OFS/36/2011

SR. WELLINGTON CABRAL SARAIVA, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 4 Abertura: 9/8/2011 17:43:52
Data Sessão: 9/8/2011 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 9/8/2011 17:46:52

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR BURGACZ	Votou
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MS	ANTÔNIO RUSSO NETTO	Votou
PTB	CE	ARMANDO MONTEIRO	Votou
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PR	MT	BLAÍRO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	Votou
PR	MG	CLESON ANDRADE	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELGÍDIO DO AMARAL	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PTB	DF	GEM ARSELO	Votou
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PT	CE	JOSÉ MIRENTE	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KATIA ABREU	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PMDB	MA	LODOLFO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COITO	Votou
PT	SP	MARTA SUPLICY	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PT	RS	PAULO FAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIAO	Votou
PSB	DF	RODRIGO COLLEMBERG	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PR	TO	VICENTINHO ALVES	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	Votou
PDT	MG	ZEZÉ FERRELLA	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 54
Votos NÃO : 06
Votos ABST. : 00

Total : 60


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PT –

AP) – SIM, 54; 6 votos NÃO.

Nenhuma abstenção.

Total: 60 votos.

A indicação foi aprovada.

Será feita a devida comunicação à Excelentíssima Senhora Presidente da República.

Se não houver nenhuma objeção do Plenário, vou submeter à votação a escolha dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça. (Pausa.)

Não havendo objeção, será feita a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PT –

AP) – Item extrapauta:

PARECER Nº 748, DE 2011

Discussão, em turno único, do Parecer nº 748, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – favorável –, Relator: Senador Renan Calheiros, sobre a Mensagem nº 101, de 2011 (nº 247/2011, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do nome do Sr. Marco Aurélio Bellizze Oliveira, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargador, decorrente da nomeação e posse do Ministro Luiz Fux, no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

É o seguinte o parecer:

PARECER Nº 748, DE 2011

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 101, de 2011, que “Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Senhor Marco Aurélio Bellizze Oliveira para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da nomeação e posse do Ministro Luiz Fux no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal”.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 9 de agosto de 2011, apreciando o Relatório apresentado pelo Senador Renan Calheiros sobre a Mensagem nº 101, de 2011, opina pela aprovação da escolha do nome do Senhor Aurélio Bellizze Oliveira para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 52, inciso III, alínea a c/c art. 104, parágrafo único, inciso I da Constituição Federal, por 19 (dezenove) votos favoráveis, 0 (zero) voto contrário e 0 (zero) abstenção.

Sala da Comissão, 9 de agosto de 2011. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente – Senador **Renan Calheiros**, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: 455 Nº 101 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/08/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Eunício Oliveira</i>	
RELATOR: <i>Senador Renan Calheiros</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCA	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Renan Calheiros**

Vem ao exame desta Comissão a indicação, pela Presidente da República, do Senhor Marco Aurélio Belizze Oliveira para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em vaga destinada a Desembargador, decorrente da nomeação e posse do Ministro Luiz Fux no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

De acordo com o art. 104 da Constituição Federal, os mestros do STJ são nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um terço da Corte composto dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborados pelo STJ, que é enviada ao Presidente da República a quem compete escolher um dos integrantes da lista e submeter a indicação ao Senado Federal.

De acordo com o art. 52, inciso II, alínea **a**, da Constituição Federal compete ao Senado Federal *aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de magistrados, nos casos nela estabelecidos*.

As normas regimentais aplicáveis à apreciação, pelo Senado Federal, das indicações de magistrados pelo Presidente da República encontram-se disciplinados no art. 383 do Regimento Interno desta Casa e no Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, desta Comissão, sendo sua competência emitir parecer de mérito sobre tais indicações, nos termos do art. 101, II, i, do mesmo Regimento.

Conforme as normas mencionadas, a Mensagem Presidencial deve vir acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de seu **curriculum vitae**, no qual devem ser registradas as atividades profissionais exercidas pelo indicado e os respectivos períodos, além de relação de eventuais publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas.

O indicado deve ainda apresentar declaração que informe sobre: (i) a existência ou não de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos, (ii) a eventual participação do indicado como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais, com a discriminação dos referidos períodos; (iii) sua situação junto às fazendas públicas federal, estadual e

municipal; (iv) a existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual; (v) os juízos e tribunais perante os quais tenha atuado nos últimos cinco anos.

Por fim, o indicado deve apresentar sucinta argumentação escrita, na qual demonstre ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Em face do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, o Senhor Marco Aurélio Belizze Oliveira encaminhou a esta Comissão seu **curriculum vitae** e as declarações exigidas no mencionado Ato.

Extraímos do **curriculum vitae** que o indicado nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 4 de janeiro de 1964. Graduiu-se em Direito pelas Faculdades Integradas Estácio de Sá, atual Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, em 1985, obtendo, pela mesma Universidade, em 2003, o título de Mestre em Direito, na área de concentração "Estado, Direito e Justiça".

Iniciou sua vida profissional em 1986, no seu Estado natal, exercendo a advocacia, por curto período de tempo, em razão de ter sido aprovado em concurso público e exercido, por menos de um ano, o cargo Detetive de 3ª Classe da Secretaria de Estado de Polícia Civil, voltando a exercer a advocacia até o ano de 1990, sendo, nesse período, membro do Quadro Auxiliar da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), exercendo a função de Delegado da Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativa dos Advogados (CDAP).

A partir desse ano ingressou na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro, em razão de ter sido aprovado, em primeiro lugar, em concurso público, exercendo, até o final do ano de 1996, a judicatura em diversas Comarcas daquele Estado, passando a exercê-la, na Capital, a partir de janeiro de 1997. Inicialmente como Juiz Titular da Vara de Execuções Penais, mas logo tornando-se Juiz Titular da 9ª Vara da Fazenda Pública, permanecendo nesse cargo até fevereiro de 2004. Nesse mesmo período, exerceu, simultaneamente, o cargo de Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ), Membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral daquele Estado, por dois biênios, e Corregedor Regional desse mesmo Tribunal.

Foi promovido, por merecimento, a partir de fevereiro de 2004, a Desembargador do TJ/DF, onde é membro da Comissão de Legislação e Normas, desde 2009, tendo exercido ainda a Presidência do Grupo de

Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Rio de Janeiro.

Destacam-se entre as obras e artigos mencionados pelo indicado, o seu Livro intitulado **Ação de Investigação judicial Eleitoral: A Inefetividade da Ação de Investigação Judicial**, publicado pela Editora Lumen Juris, em 2005.

Foi palestrante em inúmeros cursos, seminários, encontros e mesas redondas promovidos por instituições de ensino jurídico e órgãos judiciários.

Exerceu o Magistério em diversas instituições de ensino superior, destacando-se a de professor auxiliar na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFFR) e professor da Escola da Magistratura do mesmo Estado (EMERJ), participando, ainda, como membro, de banca examinadora de concursos públicos para ingresso na Magistratura de carreira do Estado do Rio de Janeiro e de Delegado de Polícia.

Ante o exposto, entendemos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Superior Tribunal de Justiça.

Sala da Comissão,

Senador Carmineis Oliveira, Presidente

Relator

, Relator

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PT – AP) – Discussão do parecer.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para cumprir a aprovação do nome do Procurador Regional da República Wellington Cabral Saraiva para o Conselho Nacional de Justiça.

Trata-se de um procurador regional que orgulha o Ministério Público Federal, um pernambucano daqueles melhores e, com certeza, exercerá um trabalho brilhante no Conselho Nacional de Justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente Sarney, somente para justificar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Na votação anterior, votei com a orientação do meu bloco e do meu Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que compareçam ao plenário, para concluirmos a votação.

O último quórum que tivemos foi de 60 Senadores e estamos com 52. Peço aos Srs. Senadores que ainda não votaram que o façam.

Todos os Senadores já votaram?

Senador Walter Pinheiro, votou? *(Pausa.)*

Senador Aécio Neves? *(Pausa.)*

Já votou.

Senador Cícero Lucena? *(Pausa.)*

Se todos os Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

Demóstenes Torres? *(Pausa.)*

Ainda não votou. Está votando.

Renan Calheiros? *(Pausa.)*

José Agripino Maia? *(Pausa.)*

Vou proceder à apuração.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 748, DE 2011 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, PARA COMPOR O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 9/8/2011Num.Votação: 5
Hora Sessão: 14:00:00Abertura: 9/8/2011 17:48:30
Encerramento: 9/8/2011 17:51:57

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	Votou
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	Votou
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PR	MT	BLAÍRO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	Votou
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	GO	CYRIO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELÍCIO DO AMARAL	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPICY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
PT	PE	HUMBERTO COSTA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIANO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PT	SP	MARTA SUPICY	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PR	TO	VICENTINHO ALVES	Votou
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	Votou
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	Votou
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 56
 Votos NÃO : 08
 Votos ABST. : 00

Total : 64



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – SIM, 56; 8 votos NÃO.

Nenhuma abstenção.

Total: 64 votos.

A indicação foi aprovada e será feita a devida comunicação à Excelentíssima Senhora Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Parecer nº 749, também escolha de autoridades.

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável, da Mensagem nº 102. Indicação ao Senado do Sr. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi para compor o Superior Tribunal de Justiça no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargador.

É o seguinte o item:

Item extrapauta:

PARECER Nº 749, DE 2011

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 749, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, sobre a Mensagem nº 102, de 2011 (nº 248/2011, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargador, decorrente da

aposentadoria do Ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina.

É o seguinte o parecer:

PARECER Nº 749, DE 2011

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 102, de 2011, que “Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Senhor Marco Aurélio Gastaldi Buzzi para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da aposentadoria do Ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina”.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 9 de agosto de 2011, apreciando o Relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique sobre a Mensagem nº 102, de 2011, opina pela aprovação da escolha do nome do Senhor Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça nos termos do art. 52, inciso III, alínea a c/c art. 104, parágrafo único, inciso I da Constituição Federal por 19 voto(s) favorável (is) voto (s) contrário (s) e abstenção (ões).

Sala da Comissão, 9 de agosto de 2011. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente – Senador **Luiz Henrique**, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: 158 Nº 102 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/08/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador Antônio Carlos</u>	
RELATOR: <u>Senador Luiz Henrique</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL <u>[assinatura]</u>	1. EDUARDO SUPLICY <u>[assinatura]</u>
MARTA SUPLICY <u>[assinatura]</u>	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES <u>[assinatura]</u>	3. ANÍBAL DINIZ <u>[assinatura]</u>
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. CLÉSIO ANDRADE <u>[assinatura]</u>
ANTONIO CARLOS VALADARES <u>[assinatura]</u>	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA <u>[assinatura]</u>	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA <u>[assinatura]</u>	1. LUIZ HENRIQUE <u>[assinatura]</u>
PEDRO SIMON <u>[assinatura]</u>	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCA <u>[assinatura]</u>	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO <u>[assinatura]</u>	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO <u>[assinatura]</u>
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES <u>[assinatura]</u>	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES <u>[assinatura]</u>	1. LÚCIA VÂNIA <u>[assinatura]</u>
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS <u>[assinatura]</u>	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES <u>[assinatura]</u>	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO <u>[assinatura]</u>	1. CIRO NOGUEIRA <u>[assinatura]</u>
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

RELATÓRIO

Relator: **Senador Luiz Henrique**

Pela Mensagem nº 102, de 2011, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação do Senhor Marco Aurélio Gastaldi Buzzi ao cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A Constituição Federal, no art. 104, **caput** e parágrafo único, estabelece que o Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três membros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Por sua vez, o art. 52, III, **a**, combinado com o parágrafo único do já referido art. 104, atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar, previamente, por voto secreto e maioria absoluta, a escolha de Ministro do STJ efetuada pelo Presidente da República, após arguição em sessão pública.

Outrossim, o art. 101, II, **i**, do Regimento Interno do Senado Federal, confere a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383, também das normas regimentais do Senado. O processo de aprovação das autoridades, no âmbito da CCJ é disciplinado pelo Ato nº 1, de 2007, desta Comissão.

Ao nomear para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça o Desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, a Presidenta da República, Dilma Rousseff escolheu uma das maiores expressões do Poder Judiciário catarinense, que adquiriu projeção em todo o País, notadamente por sua luta para concretizar a conciliação e o juizado de pequenas causas.

Além disso, a Presidenta da República atendeu à vontade do Superior Tribunal de Justiça, já que o Professor Marco Aurélio Gastaldi Buzzi foi, de longe, o mais votado na lista para o preenchimento das duas vagas.

O Desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi nasceu em 4 de fevereiro de 1958, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina. É bacharel em Direito, formado em 1980, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Vale do Itajaí.

O indicado participou do curso de aperfeiçoamento em Falências e Concordatas em 1981 e cursou, entre os anos de 1985 e 2009, respectivamente os cursos de Especialização em Instituições Jurídico-políticas, promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Oeste do Estado de Santa

Catarina (UNOESC); Direito do Consumo, realizado pela Universidade de Coimbra, Portugal; e Gestão e Controle do Setor Público, promovido pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Em 2001 obteve o título de mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), com a Dissertação Alimentos Transitórios: uma obrição por tempo certo.

Ingressou na magistratura catarinense em 28 de setembro de 1982, tendo sido aprovado em primeiro lugar no respectivo concurso. Foi promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina em 4 de dezembro de 2002.

Além da advocacia e da judicatura, o Desembargador Gastaldi Buzzi tem se dedicado constantemente ao magistério.

Na própria Universidade onde graduou-se, a do Vale do Itajaí, foi, entre 1992 e 1993, Professor de Direito Administrativo, Teoria Geral do Processo e Direito Penal. Atualmente, é professor titular da referida universidade, onde ministra aulas de Direito Processual Civil e Direito do Consumidor. É, ainda, professor convidado das seguintes instituições: Academia Judicial do Estado de Santa Catarina, Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina e Escola Superior do Ministério Público de Santa Catarina.

Em razão de sua luta pela conciliação e pelo fórum de pequenas causas, foi eleito Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Institucionais do Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE); membro do Comitê Executivo do Movimento pela Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Supervisor Estadual dos Juizados Especiais de Santa Catarina; integrante do Comitê Gestor do Projeto Casas de Justiça e Cidadania do CNJ.

O indicado participa intensamente de atividades de intercâmbio na área jurídica, tendo atuado, como conferencista e palestrante, em Seminários, Congressos, Fóruns e Cursos, grande parte sobre conciliação e resolução de conflitos, dos quais destacamos:

a) I Seminário Estadual dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, ocorrido em Vitória, Espírito Santo, no dia 18 de junho de 2010;

b) Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Santa Catarina, realizado em Florianópolis, Santa Catarina, nos dias 8, 9 e 12 de março de 2010;

c) XXIV Fórum Nacional de Juizados Especiais, realizado em Florianópolis, entre 12 e 14 de novembro de 2008;

d) Seminário sobre a Conciliação na Justiça Brasileira, realizado em Brasília, Distrito Federal, nos dias 18 e 19 de outubro de 2006;

e) IV Seminário Estadual de Prefeitos, realizado em Florianópolis, Santa Catarina, em 30 de novembro de 2004;

f) III Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção, ocorrido em Florianópolis, em 31 de julho de 1998.

Registramos, ainda, que o indicado já participou de mais de quinze bancas examinadoras de trabalhos de conclusão de curso de graduação pela Univali, tendo oito dessas monografias sido redigidas sob sua orientação.

Ainda em relação às atividades acadêmicas, destaco a publicação das seguintes obras: **Alimentos provisórios: uma obrigação por tempo certo**, publicado em 2003, pela Editora Juruá, em Curitiba; **Movimento pela Conciliação**, elaborado em parceria com equipe de trabalho designada pela Presidência do CNJ, em 2006; **A Política Nacional do Poder Judiciário de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses: O Movimento pela Conciliação**, publicado na **Revista dos Juizados Especiais** pela Editora Fiúza, São Paulo, no ano de 2008; e **15 anos de Debates e Reflexões**, publicado em 2010, também pela Editora Fiúza.

O magistrado Gastaldi Buzzi recebeu diversas distinções honrosas, das quais destacamos: Diploma de Mérito pela Valorização da Vida, concedido em 2010 pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas a pessoas e instituições, em reconhecimento à significativa contribuição nas ações de implementação e fortalecimento da Política Nacional sobre Drogas; Medalha Agostinho Alves Ramos, concedida em 2004 pela Câmara de Vereadores de Itajaí, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à sociedade itajaiense na área de proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente; e Título Honorífico de Cidadão Ascurrense, nos termos do Decreto Legislativo nº 3, de 2003, da Câmara de Vereadores do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõe de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação presidencial que recai sobre um juiz e um cidadão de grande cultura, notório saber jurídico e vida ilibada, conforme reconheceu e

exaltou o STJ, ao fazê-lo – repito – o mais votado, nas duas vagas em disputa!

É o parecer!

Sala da Comissão, 9 de agosto de 2011.

Senador Osmar Oliva, Presidente

[Assinatura], Relator

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Discussão do parecer. *(Pausa.)*

Não havendo oradores, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Enquanto os Srs. Senadores estão a votar, como se diz, gostaria apenas de fazer um registro, como catarinense. Neste momento, nós catarinenses nos sentimos muito orgulhosos, inclusive, com o nome de Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, um ilustre catarinense que vai ocupar uma vaga como Ministro do STJ, com uma carreira brilhante em Santa Catarina. Temos a honra de os dois colegas Senadores serem os Relatores dos dois nomes.

Por sinal, os dois, um catarinense e o outro carioca, com as iniciais e o mesmo nome, Marco Aurélio e Marco Aurélio, apenas, na segunda parte, que altera, um vai para Oliveira e outro vai para Buzzi. Mas gostaríamos... Renan Calheiros foi relator do carioca e Luiz Henrique da Silveira foi relator do catarinense. Estamos muito orgulhosos por termos esses dois ilustres nomes e nós, catarinenses, mais ainda.

Enquanto está-se procedendo à votação, gostaríamos de aqui deixar os nossos cumprimentos, nós, catarinenses. O Senador Paulo Bauer, por razões de força maior, não está aqui presente, mas os três catarinenses se sentem orgulhosos, como – também sei – os cariocas e todo o Senado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário para concluirmos a votação. *(Pausa.)*

Apelo aos Srs. Senadores que compareçam a plenário para votarmos o nome do Dr. Marco Aurélio Buzzi para Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Esperamos que o quórum seja o mesmo da votação anterior. *(Pausa.)*

Senador Suplicy, peço a V. Ex^a para votar.

Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 749, DE 2011 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr.MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI, PARA COMPOR O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 9/8/2011Num.Votação: 6
Hora Sessão: 14:00:00Abertura: 9/8/2011 17:52:42
Encerramento: 9/8/2011 17:57:08

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	Votou
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	Votou
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PR	MT	BLAIRO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	Votou
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
PT	PE	HUMBERTO COSTA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PDT	BA	JOÃO DUVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PT	SP	MARTA SUPLICY	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	Votou
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PR	TO	VICENTINHO ALVES	Votou
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	Votou
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	Votou
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 54
 Votos NÃO : 08 Total : 62
 Votos ABST. : 00



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) –SIM, 54; NÃO, 8.

Nenhuma abstenção.

Total: 62 votos.

A indicação foi aprovada e será feita a devida comunicação à Excelentíssima Senhora Presidente da República.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB –

DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Pela ordem.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB

– DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para cumprimentar os dois novos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, Marco Aurélio Bellizze Oliveira e Marco Aurélio Gastaldi Buzzi. Tenho certeza de que ganha o Judiciário brasileiro com a qualidade desses dois novos Ministros e ganha o povo brasileiro que terá cada vez mais tranquilidade no acesso à Justiça.

Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Vamos proceder à votação agora para o Conselho Nacional de Justiça. Sr. José Lúcio Munhoz, Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Blumenau, que foi indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

É o seguinte o item:

Item extrapauta:

PARECER Nº 664, DE 2011

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 664, de 2011, da Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy, sobre o Ofício nº S/20, de 2011 (nº 725/2011, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. José Lúcio Munhoz, Juiz da 3ª Vara do Trabalho de Blumenau-SC, para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal.

Não havendo quem queira discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Vamos proceder à votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Peço aos Srs. Senadores que, após a votação, permaneçam no plenário, porque temos que concluir ainda a votação dos membros do Conselho Nacional de Justiça. Temos ainda, depois desta votação, duas votações.

Senador Gim Argello.

Senador Suplicy. Já votou.

Senador Flexa Ribeiro.

Peço aos Srs. Senadores que compareçam ao Plenário para concluirmos a votação. *(Pausa.)*

Vou encerrar a votação.

Se nenhum Senador deseja ainda votar, encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 664, DE 2011 (ESCOLHA DE AUTORIDADE) - OFS/20/2011

Sr. JOSÉ LÚCIO MUNHOZ, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, NOS TERMOS DO ART. 103-B DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 9/8/2011Num.Votação: 7
Hora Sessão: 14:00:00Abertura: 9/8/2011 17:58:16
Encerramento: 9/8/2011 18:01:28

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	Votou
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	Votou
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	Votou
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PR	MT	BLAÍRO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELÍCIO DO AMARAL	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PT	SP	MAÍTA SUPLICY	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	Votou
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PR	TO	VICENTINHO ALVES	Votou
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	Votou
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	Votou
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	Votou

Votos SIM : 48
 Votos NÃO : 07
 Votos ABST. : 00

Total : 55



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – SIM 48, 7 NÃO.

Nenhuma abstenção.

Total: 55 votos.

A indicação foi aprovada.

Será feita a devida comunicação à Senhora Presidente da República.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, favor registrar o meu voto “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará o desejo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 666, DE 2011

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 666, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: *ad hoc* Senador Pedro Taques, sobre o Ofício nº S/32, de 2011 (nº 166/2011, na origem), do Supremo Tribunal Federal, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. José Roberto Neves Amorim, Desembargador do Tribunal de Justiça do

Estado de São Paulo, para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal.

Indicação do Supremo Tribunal Federal e parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Senador Pedro Taques favorável.

Os Srs. Senadores e Senadoras já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Solicito aos Senadores e Senadoras que permaneçam no Plenário para concluirmos a votação. Teremos em seguida mais uma votação, a última.

Senador Humberto Costa. (Pausa.)

Já votou.

Senador Cícero Lucena. (Pausa.)

Se todos os Senadores já votaram, vou encerrar a votação. (Pausa.)

Senador Magno Malta ainda não votou.

Encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado:

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal

PARECER Nº 666, DE 2011 (ESCOLHA DE AUTORIDADE) - OFS/32/2011

Sr. JOSÉ ROBERTO NEVES AMORIM, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, NOS TERMOS DO ART. 103-B DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - CNJ

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 9/8/2011

Num.Votação: 8
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 9/8/2011 18:02:15
Encerramento: 9/8/2011 18:04:55

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
PSDB	MG	AECIO NEVES	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MS	ANTÔNIO RUSSO NETTO	Votou
PTB	PR	ARMANDO MONTEIRO	Votou
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PR	MT	BLAÍRO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PDT	DF	CESTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	GO	CYRIL MIRANDA	Votou
PT	MS	DELÍCIO DO AMARAL	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETERIA	Votou
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
PT	PE	HUMBERTO COSTA	Votou
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARIAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	SC	LUIZ FENRIQUE	Votou
PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PT	SP	MARTA SUPLICY	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PP	RO	REDIÁRIO CASSOL	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	Votou
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PR	TO	VICENTINHO ALVES	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	Votou
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	Votou
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 54
Votos NÃO : 06
Votos ABST. : 00

Total : 60


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – SIM, 54; 06 votos NÃO.

Nenhuma abstenção.

Total: 60 votos.

A indicação foi aprovada.

Será feita a devida comunicação à Excelentíssima Senhora Presidenta da República.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Pela ordem.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, me desculpe, mas é que nós estávamos aqui numa reunião – o Senador Aécio Neves inclusive estava participando – no entendimento para votarmos amanhã, por acordo, o trâmite das medidas provisórias, que é de autoria de V. Ex^a, para que resolvamos de vez essa questão do trâmite das medidas provisórias no Congresso Nacional. Acabamos de fazer um acordo, e por isso eu não estava presente na votação anterior. Justifico minha votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Muito obrigado e congratulo-me com a decisão da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Última votação.

Escolha do Sr. Adilson Gurgel de Castro para compor o Conselho Nacional de Justiça. A indicação é da Ordem dos Advogados. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania teve como Relator o Senador Demóstenes, que deu parecer favorável.

É o seguinte o item:

Item extrapauta:

PARECER Nº 665, DE 2011

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 665, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: *ad hoc* Senador Demóstenes Torres, sobre o Ofício nº S/24, de 2011 (nº 58/2011, na origem), da Ordem dos Advogados do Brasil, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Adilson Gurgel de Castro, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Discussão do parecer. *(Pausa.)*

Sem oradores, encerrada a discussão.

Vamos proceder à votação.

(Procede-se à votação)

Os Srs. Senadores e Senadoras já podem votar.

(Pausa.)

Perdão, quero fazer uma retificação. É para o Conselho Nacional do Ministério Público e não para o Conselho Nacional de Justiça. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores já votaram? *(Pausa.)*

Vou encerrar a votação.

Petecão votando, Senador pelo Acre. *(Pausa.)*

Registrado o voto do Senador Sérgio Petecão.

Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação:

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 665, DE 2011 (ESCOLHA DE AUTORIDADE) - OFS/24/2011

Sr. ADILSON GURGEL DE CASTRO, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 130-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - CNMP

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 9/8/2011

Num.Votação: 9
Hora Sessão: 14:00:00

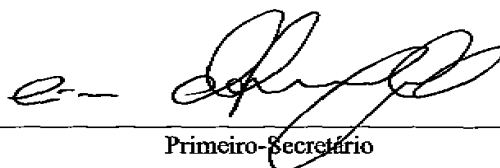
Abertura: 9/8/2011 18:06:14
Encerramento: 9/8/2011 18:09:32

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	Votou
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PH	MS	ANTÔNIO RUSSO NETTO	Votou
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	Votou
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	Votou
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	Votou
PR	MT	BLAIRO MAGGI	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou
PSDB	PB	CICERO LUCENA	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPLEY	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
PT	PE	HUMBERTO COSTA	Votou
PMDB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	Votou
PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PT	SP	MARTA SUPLEY	Votou
PV	RN	PAULO DAVIM	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PMN	AC	SÉRGIO PETEÇAO	Votou
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PR	TO	VICENTINHO ALVES	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	Votou
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	Votou
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 53
Votos NÃO : 07 Total : 60
Votos ABST. : 00


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – SIM, 53; 7 votos NÃO.

Nenhuma abstenção.

Total: 60 votos.

A indicação foi aprovada.

Será feita a devida comunicação à Excelentíssima Senhora Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 801, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010 (nº 29/2007, na Casa de origem, do Deputado Paulo Bornhausen), que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

8

SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2010 (nº 2.057, de 2007, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações

criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

Parecer sob nº 231, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador Cícero Lucena, oferecendo a redação do vencido.

(Relator no turno único: “*ad hoc*” Senador Paulo Paim, CDH)

9

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2011

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que estabelece a obrigatoriedade da aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.

Parecer sob nº 592, de 2011, da Comissão Diretora, Relatora: Vanessa Grazziotin, oferecendo a redação do vencido.

(Relator no turno único: Senador Gim Argello, CRE)

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007 (nº 7.711/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que acresce o art. 19-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

Parecer favorável, sob nº 1, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (no 3.129/2004,

na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Constituição de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2011 (nº 7.621/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 548, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Taques.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2011 (nº 7.623/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 608, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

15**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2011 (nº 7.625/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE), cria Varas do Trabalho com sua jurisdição e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 671, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Humberto Costa.

16**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2011 (nº 7.574/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 672, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

17**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2011 (nº 7.576/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE) e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 673, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Amorim.

18**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que

oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante a Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

19**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276, de 2008 e 2.340, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

20**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010, de iniciativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica.

Parecer sob nº 525, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Bauer, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22**REQUERIMENTO Nº 1108, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate

e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.

23

REQUERIMENTO Nº 756, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, solicitando a constituição de uma Comissão composta por sete juristas para, no prazo de cento e oitenta dias, elaborar projeto de Código Penal adequado aos ditames da Constituição de 1988 e às novas exigências de uma sociedade complexa e de risco.

40

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de S.Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 964, DE 2011

Requeremos, nos termos do art. 160, combinado com os arts. 199 e 200, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de homenagem, no dia 6 de dezembro de 2011, no período do expediente, para comemorar o Dia do Fonoaudiólogo e os 30 anos de publicação da Lei nº 6.965, de 1981, que regulamentou a profissão.

Justificação

O dia 9 de dezembro foi escolhido como data comemorativa dos profissionais de fonoaudiologia por nele ter sido publicada, em 1981, a Lei nº 6.965, que regulamentou a profissão e criou o Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) e os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia (CRFas).

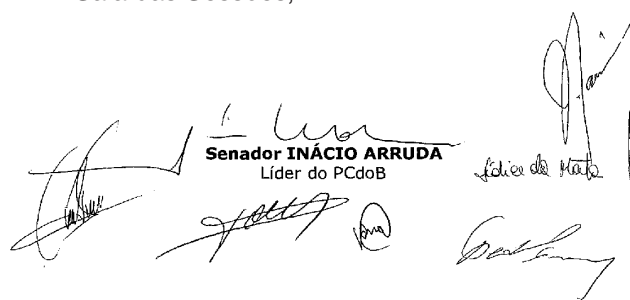
Segundo o texto da Lei, “*fonoaudiólogo é o profissional (...) que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões da fala e da voz.*”

Especialidade multidisciplinar, que une princípios e métodos da medicina, da psicologia e da educação, a fonoaudiologia, apesar de relativamente nova, já possui uma rica história de conquistas e avanços em suas áreas de atuação. Recentemente, por exemplo, em razão da luta dos fonoaudiólogos, foi aprovada pelo Congresso Nacional, e sancionada pela Presidência da República, a Lei nº 12.303, de 2010, que torna obrigatória a realização gratuita do exame denominado Emissões Otoacústicas Evocadas (o chamado “teste da orelhinha”), em todos os hospitais e maternidades. Esse exame verifica o funcionamento da audição do recém-nascido e possibilita que a criança receba imediato tratamento, no caso de ser detectada alguma deficiência auditiva. A nova lei só faz aumentar a responsabilidade dos fonoaudiólogos, e a necessidade de investir cada vez mais na formação de novos profissionais do setor.

Para além de sua contribuição inestimável na melhoria dos padrões auditivos e de fala da população, é importante ressaltar a relevância do trabalho desenvolvido pela fonoaudiologia no âmbito de uma sociedade que se pretende cada vez mais democrática e participativa, onde os grandes temas são tratados e as grandes decisões são tomadas por meio do debate e da argumentação, ou seja, por meio da palavra.

Nada mais adequado que o Parlamento, que é, afinal, a Casa da Palavra, preste essa justa homenagem aos fonoaudiólogos brasileiros, na ocasião em que se comemoram os trinta anos da profissão.

Sala das Sessões,



Senador **INÁCIO ARRUDA**
Líder do PCdoB

REQUERIMENTO Nº 965, DE 2011

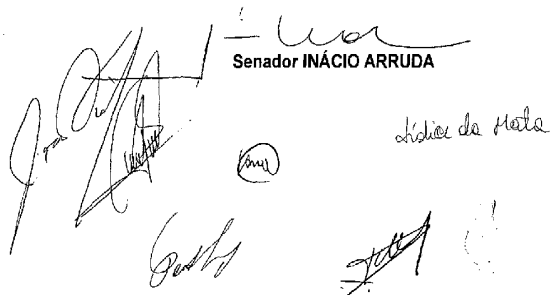
Requeremos, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 769, de 2011 para comemorar os dez anos da criação do Estatuto da Cidade, no período do expediente do dia 30 de agosto do corrente ano.

Justificação

Considerando que o Requerimento nº 769, de 2011 encontra-se pendente de aprovação, e tendo

em vista a proximidade da data de 9 de agosto, solicitamos a alteração da data para o dia 30 de agosto do corrente ano.

Sala das Sessões, agosto de 2011.



O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Passamos à lista de oradores.

Senadora Ana Amélia, primeira oradora inscrita, pela Liderança.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, caro Líder Francisco Dornelles, nosso Presidente, nós, aqui, no Senado, hoje, nessa movimentação, Presidente, ficamos apreensivos não só com as notícias que vêm do exterior, com a crise internacional que, certamente, terá reflexos em nosso País.

Confiemos que as autoridades brasileiras, da mesma forma como aconteceu na crise de 2008, terão a prudência necessária para evitar que o Brasil sofra as consequências desastrosas desse problema grave que abala a estrutura econômica da Europa e também a estrutura financeira do Velho Continente e dos Estados Unidos. Até agora temos motivos para confiar na capacidade de gestão, com as chamadas medidas prudenciais, cautelosas, e também no sentido de prevenir. O Brasil teve muitos ganhos com a estabilidade econômica advinda da preservação, pelo ex-Presidente Lula, daquilo que foi obtido pelo Plano Real, estabilidade que foi mantida por Lula e agora avança com o Governo Dilma Rousseff.

Mas, da mesma forma como estamos preocupados com essa sucessão de notícias preocupantes em relação à crise internacional, da mesma maneira, nós aqui, nas comissões, no plenário, nos gabinetes, nos assustamos hoje pela manhã quando fomos surpreendidos, Senador Roberto Requião, na Comissão de Educação, com a operação da Polícia Federal no Ministério do Turismo. O que precisamos dar à Presidenta Dilma Rousseff é o respaldo político necessário

nessas ações. A Polícia Federal, como órgão republicano que é, e deve ser, deve continuar agindo da mesma maneira, Senador Pedro Taques, para apurar essas gravíssimas denúncias que contaminam o estamento da Administração Pública. Precisamos dar uma resposta à sociedade, seja através de uma cobrança aqui da tribuna, seja através do apoio político ao Governo quando, através da liderança da Presidenta Dilma, faz o que chamamos de faxina na Administração Federal.

Queremos dizer com toda tranquilidade que, ao ocupar esta tribuna em nome do Líder Francisco Dornelles, estamos apoiando, em nome do nosso Líder Francisco Dornelles, as ações da Presidenta da República na moralização do serviço público, na moralização da atividade pública, porque isso, Senador Armando Monteiro, significaria também o barateamento do custo Brasil, com a redução dos níveis de corrupção em nosso País.

Estaremos vigilantes aqui para dar esse respaldo político à Presidenta da República e para respaldar também essas iniciativas que dizem respeito a essa faxina, à retirada dos envolvidos de seus cargos, por vontade própria ou por decisão da Presidenta, com a demissão de todos os envolvidos.

Isso independe de partido. Tratando-se do meu Partido Progressista ou de qualquer partido político, a régua da ética tem de ser a mesma, como, aliás, defendeu muito bem aqui o Senador Blairo Maggi no episódio que envolveu o Ministro dos Transportes. A régua, Senador Blairo Maggi, tem de ser a mesma para qualquer partido, da base ou fora da base. Essa é a régua que a sociedade exige que nós usemos.

Então, é neste clima em que nós estamos vivendo que eu faço esta manifestação aqui, desejando que as investigações sejam feitas pelos órgãos responsáveis. Nós aqui teremos também o compromisso de agir, dentro do Regimento Interno, dentro do critério político e usando os instrumentos à nossa disposição, como, por exemplo, a comissão parlamentar de inquérito. Usaremos esses instrumentos sempre que for necessário.

Eu também venho aqui, Presidente Wilson Santiago, falar de outro problema que agora preocupa demasiadamente os produtores, a sociedade gaúcha de algumas regiões, que, no meu estado, foram duramente afetados nas últimas horas por um temporal que trouxe destruição para algumas regiões.

As chuvas e temporais voltaram a causar estragos em todo o estado praticamente. Foram mais de vinte municípios gaúchos atingidos durante a madrugada.

Um dos casos mais críticos foi registrado em Erechim, no Alto Uruguai, distante 360 quilômetros de Porto Alegre, onde o temporal destelhou quase cem casas. Há relatos de aviários, estufas de hortigranjei-

ros e galpões totalmente destruídos pelo temporal. Na comunidade de Sete de Setembro, a Igreja Nossa Senhora do Rosário foi destruída. A prefeita em exercício de Erechim, Ana de Oliveira, que é do PMDB, assinou no começo da tarde de hoje um decreto de situação de emergência.

Em Chiapetta, no noroeste do estado – cidade na qual nunca estive, mas que conheço muito, porque lá nasceu o presidente em exercício do nosso partido, Celso Bernardi –, o prefeito Osmar Kuhn, do meu partido, decretou situação de emergência no município depois do temporal que atingiu a região nesta madrugada, provocando danos em 50% das casas desse município. Também por causa da chuva e do vento forte, falta água e luz. O ginásio de esportes, o CTG, que é o Centro de Tradições Gaúchas, igrejas e escolas do interior foram destelhadas, e as aulas das redes estadual e municipal estão suspensas, Sr. Presidente.

Também estão sem aulas os estudantes dos municípios de Viadutos, Gaurama, Itatiba do Sul, Campinas do Sul, Erebangó e Erechim, todos na região norte do estado. Pelo menos doze escolas da região sofreram danos graves.

Em São Sebastião do Caí (prefeito Darci Lauermann – PMDB), na região do Vale do Caí, cerca de cinquenta famílias ribeirinhas foram retiradas de suas casas por causa do transbordamento do rio Caí. A Defesa Civil estima que outras cinquenta ainda tenham que ser removidas. Os bairros mais afetados são Navegantes e Vila Rica. A preocupação em São Sebastião do Caí é com o rio Caí, cujo nível de água não para de subir e hoje pela manhã estava quase onze metros acima do normal.

O município está em situação de emergência desde a enchente do dia 22 de julho – a maior dos últimos dez anos – quando o rio chegou a quase quinze metros acima do nível normal. Algumas famílias que já haviam retornado para suas casas precisaram sair novamente.

Em Frederico Westphalen (prefeito José Panosso, também do PMDB), no extremo norte do Estado, a chuva forte acompanhada de granizo causou estragos entre o final da noite dessa segunda-feira e a madrugada de hoje. As ruas ficaram cobertas de pedras de gelo. Lojas e casas foram inundadas pela água. Muitas fachadas de prédios caíram com a força do vento. Diversos muros foram arrastados. O prefeito José Panosso (PMDB) está confirmando decreto de situação de emergência nesta terça-feira.

Também há registros de estragos em Humaitá, onde a enfermaria do hospital foi destelhada e os pacientes tiveram que ser transferidos para outra ala; em Ijuí, onde vinte famílias estão desabrigadas; No-

noai; Santa Maria; Viamão; Arroio do Meio; Lajeado; Encantado; Santo Ângelo; Vacaria; Santa Rosa; Santo Augusto e Três de Maio, além de pelo menos nove rodovias bloqueadas e cheia no rio Taquari, que está dez metros acima do nível normal.

Essa situação tem sido frequente no meu estado nos últimos anos, Sr. Presidente. Os constantes temporais e chuvas de granizo têm causado danos em vários municípios. Hoje pela manhã, minha assessoria entrou em contato com integrantes da Secretaria Nacional da Defesa Civil, órgão ligado ao Ministério da Integração Nacional, para pedir agilidade no processo de auxílio às diversas localidades gaúchas que têm sido atingidas por essas intempéries assim que receberem os decretos de situação de emergência dos municípios, após homologados pelo Estado, conforme o trâmite legal. Aproveito também para reforçar a necessidade de criação de uma nova proposta de política para a Defesa Civil, que diminua a burocracia para a tomada rápida de ações e também crie uma cultura de prevenção. Aliás, essa parece ser uma das preocupações do Ministro da Integração Nacional Fernando Bezerra, que pretende, através dessas ações, adotar uma nova visão sobre Defesa Civil, para atuar não apenas consertando os estragos, mas promovendo a prevenção, Senador Renan Calheiros.

Não bastassem todas essas dificuldades, a economia do meu estado, Senador Renan Calheiros, ainda sofre com uma decisão unilateral do governo da Rússia, contra a qual atuou como protagonista aqui no Brasil o nosso Vice-Presidente Michel Temer, do seu partido, que pessoalmente tentou convencer o governo da Rússia a postergar a exigência das medidas relacionadas à adaptação dos frigoríficos que vendem carne suína àquele mercado.

Pois esse embargo continua, e a Rússia não manifestou qualquer aquiescência à solicitação feita pelo governo brasileiro através das ações do Vice-Presidente Michel Temer. Não que não tenham sido bem fundamentadas, trata-se de uma atitude que, no comércio, entende-se muito bem: razões além daquelas de ordem técnica podem estar prevalecendo nessa atitude, nessa medida tomada.

As exportações de carne suína brasileira registraram, por conta desse embargo da Rússia, uma queda de 17,5% em volume e 13,2% na receita do mês de julho em relação ao mesmo período do ano passado.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína, o País embarcou 36 mil toneladas no mês passado, o que representou US\$93,8 milhões. O fato é que essas regiões que foram agora atingidas por esses temporais

são também as regiões onde a produção da suinocultura é extremamente importante.

Esses números são reflexo direto do embargo imposto pela Rússia, principal mercado comprador de carnes e de cortes de carnes suínas, e só foram sentidos agora, dois meses depois, porque o setor conseguiu antecipar as suas vendas. O veto a 85 plantas de suínos, gado e aves do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso – do seu estado, Senador Pedro Taques, e também do Senador Jayme Campos e do Senador Blairo Maggi – e também do Paraná – dos Senadores Roberto Requião, Gleisi Hoffmann, Sérgio Souza e Alvaro Dias – foi anunciado no dia 2 de junho, mas iniciou-se eficazmente no dia 15.

Um dos estados mais prejudicados por esse embargo foi o Rio Grande do Sul, que viu o volume embarcado despencar 38% e a receita cair praticamente no mesmo percentual em julho, considerando o mesmo período das vendas no ano passado.

Cálculos indicam que o Brasil pode deixar de exportar dez mil toneladas ao mês enquanto o imbróglio não se resolver.

Esperamos que as autoridades diplomáticas, os nossos negociadores, o próprio Vice-Presidente Michel Temer continue, por intermédio do Governo brasileiro, a obter do governo russo uma alteração nesse critério e nessa atitude.

A esperança dos representantes do setor é que a situação se reverta ainda esta semana.

Estou aqui para também fazer ao governo russo, através da embaixada aqui em Brasília, uma solicitação em nome do Partido Progressista a fim de que seja levantado esse embargo. Isso pode não ter muita eficácia, como não terá. Mas, certamente, a minha voz não se vai calar diante dessa situação.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria de fazer um comentário de matérias já referidas aqui, hoje, em relação às alterações da chamada Lei do Simples Nacional.

Queria, sobretudo, destacar o trabalho realizado pelo Presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, Deputado Pepe Vargas, do PT, e pelo Senador José Pimentel, também do PT do Ceará, nosso colega do Senado, que tiveram um envolvimento pessoal muito grande.

Desde 2008, o mundo vive forte problema econômico, como falei no início desta minha exposição, em função de alguns problemas que vieram se agravando ao longo do tempo.

O Governo tem promovido o fortalecimento de alguns setores da economia e, na semana passada, conhecemos aqui o Brasil Maior, que dá estímulos à retomada do crescimento industrial.

Aqui, com o Senador Armando Monteiro, com o Senador Cristovam Buarque e tantos outros Senadores, o próprio Senador Randolfe Rodrigues, o Senador Pedro Taques, falamos muito sobre a desindustrialização e os riscos que isso está representando para o Brasil.

Em boa hora o Governo tomou a iniciativa e as rédeas de criar um programa de estímulo ao setor produtivo brasileiro, desonerando, substituindo a cobrança da contribuição previdenciária pela incidência de um tributo menor sobre o faturamento das empresas do setor têxtil, do setor de calçados e, também, do setor moveleiro.

Claro que essas iniciativas têm uma durabilidade, uma adaptação, porque para muitos casos, Senador Armando Monteiro, nem sempre a ideia ou a proposta vai se mostrar adequada. Para muitos, a desoneração da folha pode não representar, comparativamente, o gasto que a empresa terá com o faturamento, com uma mudança apreciável ou favorável, positiva no desempenho empresarial.

De qualquer modo, o senso de oportunidade e o que foi feito demonstra a disposição de corrigir graves distorções que nós temos no sistema tributário, na taxa de juros, na deficiência de logística ou em tantos outros gargalos que a indústria brasileira enfrenta, seja ela micro, pequena, média ou grande, qualquer tamanho, todas as empresas de todas as áreas enfrentam o mesmo problema.

Hoje, a Presidenta Dilma anunciou à Comissão da Frente Parlamentar da Microempresa, mudanças que eram aguardadas pelos setores envolvidos, os representantes das entidades que representam micro e pequenas empresas do nosso País. Um trabalho que o Sebrae vem realizando intensamente com Deputados e Senadores de vários partidos – nós, V. Ex^a e eu estávamos lá, Senador José Pimentel –, para construir uma alternativa viável.

Claro que o Governo tem suas razões para não avançar naquilo que deve ser preservado, segundo nosso entendimento: um acordo político. E um acordo político foi feito quando houve a última alteração da lei geral, no sentido de que algumas categorias, como corretores de seguros, representantes comerciais, clínicas de fisioterapia ou de perícia e tantas outras pudessem ser incluídas.

Hoje mesmo, na nossa Comissão de Assuntos Econômicos, foi votado um projeto de autoria do Senador Fernando Collor, incluindo outras categorias de empresas. Tal projeto teve como relator o Senador Cyro Miranda, que incluiu, inclusive, uma emenda do nosso Líder Francisco Dornelles a respeito desse benefício da inclusão no Simples.

Mas o Governo, mais precisamente o Ministério da Fazenda, resiste à inclusão e à ampliação desse leque de atividades sob a argumentação que isso poderia representar um sério risco à arrecadação de impostos do País.

Ora, isso, às vezes, pode estimular a formalização, pode estimular as empresas ao empreendedorismo, os empreendedores talentosos e melhorar a arrecadação. E da mesma forma que o Governo, temporariamente, criou essas alterações para estimular o setor industrial, poderia ajustar-se temporariamente incluindo esses setores. Claro que não fala aqui uma economista, nem uma fiscalista, nem uma tributarista, mas uma pessoa que procura ver as coisas com o senso da realidade; e essa questão foi mostrada pelos dados do próprio Sebrae.

O fundamental, Senador Armando Monteiro, a meu juízo, diz respeito a que o Governo deveria ter respeitado um acordo político relativamente à inclusão desses outros setores, que vão se sentir frustrados nessa expectativa de que agora essa nova lei, o 591, o Projeto da Câmara em tramitação, pudesse abrigar... Aliás, o Projeto 467, de autoria da então Senadora Ideli Salvatti, agora responsável pela articulação política, previa exatamente contemplar esses novos setores como forma de formalizar aquele acordo e permitir a aprovação da matéria. Portanto, esse acordo deveria ter sido preservado. Talvez, por isso, ocorram algumas dificuldades políticas para votar esta matéria no Congresso Nacional.

Nesse sentido, queria cumprimentar o Deputado Pepe Vargas e o Senador José Pimentel, porque argumentaram com muita propriedade essa dificuldade política no exame da matéria, em função do não respeito a esse acordo político feito por ocasião da votação desse tema tão importante.

Era isso que eu queria apresentar hoje aqui...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... Sr. Presidente Wilson Santiago.

O meu tempo acaba de ser esgotado e eu quero cumpri-lo regularmente por ter falado aqui em nome da Liderança.

Muito obrigada, agradecendo também aos nossos telespectadores da TV Senado.

Obrigada, Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ana Amélia, o Sr. José Sarney, Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senadora Ana Amélia, pelo pronunciamento que V. Ex^a fez.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Excelência, peço a minha inscrição pela Liderança do Partido Socialismo e Liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a está inscrito como o próximo orador.

Com a palavra o Líder do PV, Senador Paulo Davim.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou filho da mesma terra do índio Poty, que depois veio a se chamar “Felipe Camarão”; da poetiza Auta de Sousa; do grande mestre Câmara Cascudo que esta Casa homenageou semana passada, na lembrança dos 25 anos de sua morte; do Presidente do Brasil João Fernandes Campos Café Filho; de Celina Guimarães, a primeira eleitora do Brasil, em 1927; de Alzira Soriano, a primeira prefeita do Brasil, em 1928; de Nisia Floresta e de tantos outros nomes ilustres ou anônimos, que compõem essa argamassa humana que revela nosso jeito de ser e de amar a nossa terra.

Não quero me furtar do dever e do direito de enaltecer meu Estado na ocasião da passagem dos seus 510 anos de existência, lembrado oficialmente no sábado passado, 7 de agosto. Embora seja um Estado pequeno, se comparado a outros do território brasileiro, com pouco menos de 53 mil quilômetros quadrados de área, o Rio Grande do Norte – terra dos índios Potiguar, no litoral; e Tapuia, no interior – nasceu bem próximo do surgimento do nosso País, apenas um ano depois e, por isso, abrigou um dos mais importantes marcos que representava a descoberta do Brasil por Portugal.

A história nos conta que fora em 1501, ratificada pela Lei Estadual 7.831, de 2000, que estabelece o dia 7 de agosto como data oficial, embora haja controvérsias de alguns historiadores que também falam dos dias 16 ou 17 de agosto. O irrefutável é o fato de que naquela ocasião em que três naus portuguesas expedicionárias, comandadas pelos navegadores Gaspar de Lemos e André Gonçalves, que contava com o famoso italiano Américo Vespúcio, a mando do rei D. Manuel, aportaram em nossas terras para cantar o

primeiro Marco de Posse de Portugal na sua recente terra descoberta.

O famoso “Marco de Posse” foi cantado onde hoje fica a Praia do Marco no Município de Pedra Grande, limite com a Praia de Touros, no litoral norte do meu Estado. Há 35 anos, o Marco de Posse, feito em pedra lioz, foi transferido para a Fortaleza dos Reis Magos, na capital, uma vez que os nativos da região acreditam ser a pedra milagrosa, por possuir uma cruz da Ordem de Cristo e o Brasão Real, e as estavam depredando e colocando ex-votos.

Depois da expedição de Pedro Álvares Cabral, aquela foi a primeira que realmente demarcou o território brasileiro como pertencente a Portugal. A partir dela também foram batizados os Cabos de São Roque e Santo Agostinho. Mas só no final do século XVI é que a Capitania do Rio Grande passou a ser habitada. Reza a lenda que nossos índios eram muito bravos e corajosos, tomados de grande amor a sua terra e sua gente, daí resistirem tanto à colonização.

Não dá para esquecer a importância de Natal e do povo potiguar no contexto vitorioso da Segunda Guerra Mundial, quando Parnamirim passou a ser chamada de Trampolim da Vitória.

Atualmente, de acordo com o Censo 2010 do IBGE, o Rio Grande do Norte possui 3.168.027 habitantes, distribuídos em 167 Municípios, nas regiões: Litorânea, Sertão Central, Seridó, Agreste, Oeste, Alto Oeste, Potengi e Trairi.

Possuímos uma vocação natural para o turismo, já bastante conhecida no litoral e agora se capilarizando para o interior por meio, sobretudo, de festivais gastronômicos, do turismo ecológico e do incipiente turismo religioso. Por estarmos numa posição geograficamente privilegiada, na esquina do continente, por assim dizer, apontando para a Europa, também somos estrategicamente interessantes, no desenvolvimento do País, na atividade de exportação do agronegócio e da pesca.

O meu Rio Grande do Norte aponta também como uma das grandes promessas na produção de energia limpa – eólica e solar – por possuímos sol o ano inteiro e ventos favoráveis à produção desse tipo de energia ambientalmente correta.

De maneira que comecei falando do passado e dei um salto para o presente com o intuito de lembrar, valorizar e enaltecer a terra na qual sinto muito orgulho de ter minhas raízes fincadas. Tenho certeza de que ela já foi muito importante para a formação histórica do nosso País e permanecerá na sua trajetória ascendente para gerar ainda muito mais orgulho para seus filhos nativos e toda a população brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, faço este registro pela passagem desta data do descobrimento do Rio Grande

do Norte, que registro com orgulho pela importância do meu Estado, do povo da minha terra, dos primeiros nativos, que foram extremamente importantes na construção da história do povo brasileiro.

E acredito que o Estado do Rio Grande do Norte tem muito mais ainda a contribuir para consolidar este País, que já começa a ser pujante, tem muito com que contribuir para o avanço científico, tecnológico e comercial do Brasil, e já aponta com oportunidades de desenvolvimento, por meio do seu potencial turístico e também do seu potencial energético.

O Rio Grande do Norte é o segundo produtor de petróleo, é o maior produtor de gás natural.

Nos dias 17 e 18 de agosto, haverá o leilão de energia eólica, e o Rio Grande do Norte apresentará 31% dos projetos que serão leiloados. Ou seja, continua liderando em número de projetos eólicos. Portanto, a vocação energética é uma vocação natural do Rio Grande do Norte. E nós, até 2030, poderemos oferecer ao Brasil 30% da energia consumida pelo Brasil, através da energia eólica.

Temos também um potencial incalculável no oferecimento da energia solar, porque o Rio Grande do Norte tem sol praticamente o ano inteiro.

O Rio Grande do Norte tem um potencial de agronegócio a ser desenvolvido.

O Rio Grande do Norte também tem um potencial de pesca, é um grande produtor de camarão.

Portanto, tenho certeza de que esse Estado que completou, no dia 7 de agosto, 510 anos tem muito que contribuir para o engrandecimento do Brasil, para o engrandecimento desta Nação.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/ PMDB – PB) – Parabéns, Senador Davim, pelo pronunciamento. Parabenizamos também seu Estado, o Rio Grande do Norte.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, do PSOL, pela Liderança.

Antes de o Senador Randolfe se dirigir à tribuna, colocamos um requerimento em votação.

Foi lido anteriormente o **Requerimento nº 923, de 2011**, do Senador Randolfe Rodrigues e de outros, solicitando que o Período do Expediente da sessão do dia 1º de setembro seja destinado a comemorar o transcurso do 39º aniversário da Rede Amazônica de Rádio e Televisão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/ PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Randolfe, pela Liderança do PSOL.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero, inicialmente, agradecer ao Plenário pela aprovação do requerimento. É mais do que justa a homenagem que faremos à Rede Amazônica de Televisão, esse importante instrumento de comunicação, indispensável para a integração da região amazônica.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, todos que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado, os acontecimentos de ontem nos mercados mundiais, nas bolsas de valores em todo o mundo, com a queda acentuada da Bolsa de Valores de São Paulo, demonstram concretamente que, ao contrário do que se pensava, ao contrário inclusive do que a grande mídia dizia, jogando para debaixo do tapete a crise mundial que estava em curso, os acontecimentos de ontem e os acontecimentos da semana passada nos mercados mundiais mostram que a crise está se agravando.

O discurso genérico de que o nosso País está seguro e que não sofreria nem sofrerá os efeitos devastadores da crise econômica me parece que está desfeito com a queda acentuada da Bolsa de Valores de São Paulo no dia de ontem. A crise global de 2008 foi marcada pela quebra de grandes bancos internacionais e foi, no meu entender, falsamente resolvida por meio de trilionários aportes dos governos que, assim, salvaram o setor financeiro às custas do endividamento público. Mais uma vez, é a maioria da sociedade e o setor produtivo que têm pago a conta da crise. Agora, não por acaso, a crise, mais uma vez, é crise do setor financeiro privado, que deságua numa gigantesca crise global. É, concretamente, uma crise internacional da dívida pública, tema esse, Senador Armando, que várias vezes, temos tratado e debatido aqui no plenário desta Casa.

Temo que, contrariamente ao que tenha sido dito pelo Governo, que a sociedade, que o povo brasileiro, que o setor produtivo é que pague essa conta. O Governo, recentemente, adotou – saúdo e estive presente no lançamento – um pacote de benefícios para a indústria, mas me parece que esse pacote é ainda incipiente para resolver o peso e as consequências da crise econômica mundial para todos nós.

O Governo tem mantido a política de ampliar o endividamento à custa da mais alta taxa de juros do Planeta e, ao mesmo tempo, tem rolado sua dívida pública. Contraditoriamente, aplica centenas de bilhões de dólares principalmente em títulos do Tesouro dos

Estados Unidos, que não rendem quase nada e são frágeis, como demonstram os acontecimentos recentes na pátria norte-americana. Além de não renderem quase nada, esses títulos do Tesouro americano ainda financiam as políticas estadunidenses, como salvamento de bancos falidos e a manutenção de uma máquina de guerra em várias partes do Planeta.

Acabamos, então, sendo um país endividado internamente, com gigantescos cortes de gastos sociais, para destinar metade do Orçamento federal – é exatamente este o número, 45% do Orçamento da União – ao pagamento da dívida pública, às custas dessa política fiscal, dessa política monetária.

Ontem, a Presidente pediu ao Congresso, ao Senado e à Câmara, que não se aprove nenhum projeto que acarrete aumento de despesas, devido à crise global. É um pedido feito pela Presidente que significa, concretamente, o seguinte: a cristalização da política de ajuste fiscal.

Essa política de ajuste fiscal já cortou US\$50 bilhões; essa política de ajuste fiscal não permitirá o reajuste do salário dos servidores públicos neste ano; essa política de ajuste fiscal não permitirá, por exemplo, a aprovação da PEC 300, uma proposta de emenda constitucional que poderia e deveria aliviar o arrocho salarial de bombeiros e policiais militares que se encontram no maior arrocho salarial de suas histórias, bombeiros e policiais militares que se têm manifestado em virtude do arrocho salarial, como nas recentes mobilizações ocorridas no Rio de Janeiro.

Essa política de arrocho fiscal impedirá, por exemplo, a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que aumenta recursos para a saúde, principalmente recursos que deveriam ser aplicados em políticas de saúde nos Estados e nos Municípios. Estados, como o Amapá, que muito precisam da ampliação de investimentos em saúde e concreto e adequado investimento em saúde.

O ajuste fiscal impedirá, por exemplo, ampliação do aumento do investimento em educação nessa década para 10% do Produto Interno Bruto. Esse é o maior atraso que podemos ter. Nenhuma nação civilizada do mundo se inseriu globalmente; nenhuma nação civilizada no mundo cumpriu o papel de protagonista da cena mundial se não tivesse feito investimentos em educação. O Japão, os Estados Unidos, a Europa, em outros momentos históricos, já destinaram 10% do seu Produto Interno Bruto em educação. Nós, em virtude da crise, em virtude do ajuste fiscal, corremos o risco concreto de um dos cortes ser nessa área.

Em suma, vejam só: cortes em saúde, cortes na regulamentação da Emenda nº 29, corte na ampliação de 10% do Produto Interno Bruto em educação,

impedimento de reajuste de servidores públicos, não aprovação da PEC 300, que investe em segurança pública e melhora os salários dos servidores militares; em suma, é a maioria da sociedade brasileira, é o povo brasileiro que paga a conta da crise.

Eu queria aqui suscitar uma instigante entrevista concedida nesta semana à **Carta Maior** pela octogenária economista Maria da Conceição Tavares. Maria da Conceição nos lança um conjunto de alertas sobre os acontecimentos e sobre a repercussão da crise mundial; alertas esses que devem ser ouvidos por todos nós.

Antes de falarmos dos alertas propriamente ditos de Maria da Conceição, vamos lembrar que, ao longo de 60 anos de vida, Maria da Conceição formou gerações de economistas e líderes políticos brasileiros. Entre esses líderes políticos estão a Presidente Dilma Rousseff e o ex-candidato a presidente, Senador e Ministro José Serra. É importante ouvir os aconselhamentos dessa eminente economista, referência da economia brasileira.

Diz Maria da Conceição que, diferentemente da crise ocorrida em 2008, essa crise tem características bem distintas: primeiro, pela natureza arrastada, enrustida desse longo crepúsculo. O Governo fica, mais uma vez, a tomar medidas pontuais. Tenta mitigar a questão do câmbio para evitar a concorrência predatória das importações, mas isso tem efeito limitado. Por que isso tem efeito limitado? Continua a brilhante economista: o Governo aperta os controles aqui, mas o dólar, lá fora, “está derretendo”. Textualmente é o que diz Maria da Conceição. Ela afirma que o dólar “está derretendo sob o peso da recessão e do imobilismo político de quem deveria tomar as rédeas da situação”.

Alerta também para o fato de que há diferenças desfavoráveis nas contas externas. As reservas, hoje, seriam basicamente formadas pela conta de capitais, não tanto pelo superávit comercial como era anteriormente. E isso significa que, hoje, são a contrapartida de algo fluido, capitais que não sabemos exatamente se representam investimento produtivo de mais longo curso ou se, de fato, são meras especulações, capazes de escapar abruptamente do controle dos Estados nacionais. A situação – continua no alerta – estaria mais próxima da grande depressão do início do século XX, da crise econômica de 1929, do que do primeiro refluxo dessa crise econômica que tivemos em 2008.

Ao mesmo tempo, ela, a eminente economista, faz um balanço do Governo Obama e destaca que Obama, ao contrário de Roosevelt e das lideranças políticas que foram responsáveis pelo *New Deal* e pela política Keynesiana de resposta à crise econômica de 1929, que suscitou a recuperação econômica dos Estados Unidos, em 1932, mas que recuaram novamente

em 1937, a partir da adoção, de novo, da ortodoxia, dos ajustes fiscais na economia, que só recuperou a economia capitalista global a partir da 2ª Guerra, então, diferentemente daquelas lideranças políticas norte-americanas dos anos 1930 e dos anos 1940, o Presidente Obama tem demonstrado ser uma liderança política sem a força necessária diante dos setores mais conservadores e mais ortodoxos dos Estados Unidos, liderados pelos setores mais conservadores do Partido Republicano, pelo chamado **Tea Party**.

Então, finaliza, avisando que a crise pode ser longa, penosa e desagregadora. Cada vez que o capitalismo entra em crise – e as crises são fabricadas pela própria lógica do sistema, porque ele é implícito e é vocacionado à crise; essas crises ora são provocadas pela superprodução, como foi o caso de 1929, ora são provocadas pela financeirização da economia, como é o caso concreto desta –, geralmente é a sociedade que paga o preço e paga o pato pela crise. O dito popular inclusive nos esclarece isto: um país não quebra; quem quebra é o povo deste país.

É por conta dessa preocupação que me dirijo à tribuna do Senado para dialogar com os Srs. Senadores e com as Sras. Senadoras, para a necessidade de um conjunto de medidas que temos que tomar. Seja nos Estados Unidos, seja na Europa, seja no Brasil, logo surgem alguns adeptos da ortodoxia econômica que defendem a mesma receita, as mesmas ideias e práticas defendidas pelo **Tea Party**, nos Estados Unidos, às quais, lamentavelmente, o Presidente Obama se curvou.

Essas medidas são as que levaram a esse abismo econômico em que vive o mundo hoje. Essas medidas apresentam sempre o mesmo remédio: corte de gastos públicos, corte de direitos sociais e desregulamentação do capital.

Venho aqui à tribuna para dizer que o caminho tem que ser exatamente o inverso ao da ortodoxia. O caminho tem que ser o caminho inclusive adotado em 1932, nos Estados Unidos, com a adoção do **New Deal**. O caminho tem que ser o inverso do receituário que nos levou a esse caos, que está nos levando ao fundo do poço econômico.

Eu queria destacar que o Presidente dos Estados Unidos poderia muito bem ter responsabilizado a direita mais conservadora americana, tendo falado sobre a política de ajuste fiscal dos governos anteriores, em especial o fato de ter levado os Estados Unidos a guerras nos governos anteriores, pelo enorme déficit fiscal dos Estados Unidos e por terem concretamente colocado os Estados Unidos, a Europa e agora o conjunto do mundo no meio dessa crise.

Não é à toa que esta crise é resultado do recente pacote norte-americano, que desencadeia no mundo essa onda de desconfiança. O governo americano não tomou a medida com a firmeza necessária. Tivemos, na semana passada, uma quarta-feira dramática nos mercados mundiais e, ontem, tivemos o aprofundamento dessa crise.

O caminho da ortodoxia econômica não é a solução. O caminho, repito, de corte de gastos públicos, de corte de não manter mais os 10% de investimento do PIB em educação, de não regulamentar a Emenda nº 29, de não aprovar a PEC 300, o caminho de cortar gastos públicos, o caminho de corte de direitos sociais, o caminho de deixar livres os capitais financeiros para circularem na economia, de fato, não pode ser o remédio, porque esse remédio já fracassou e já nos levou ao abismo econômico que estamos vivendo, hoje, no mundo. Esse caminho, parece-me, é o caminho do aprofundamento da crise econômica. Foi este caminho que levou à desregulamentação do mercado financeiro, que patrocinou a bolha imobiliária dos Estados Unidos que estourou em 2008. Esse remédio conservador de cortes de direitos sociais para recompor taxas de lucros, de salvar alguns para entregar a maioria da sociedade aos dramas da recessão econômica não é o caminho que devemos adotar aqui, no Brasil. Em suma, o caminho do **Tea Party** norte-americano não pode ser o caminho a ser adotado por nós.

Ontem, o Governo realizou um seminário – já concluindo, Presidente –, para discutir o que fazer com a chamada classe média. Não sei as conclusões a que o Governo chegou nesse seminário, mas quero propor aqui que as conclusões não sejam os amargos remédios conservadores que jogarão na lata do lixo o sonho de consumo da classe média. Não podem ser esses os remédios a serem adotados.

Nesse sentido, considero fundamental – e falava ainda há pouco com o Senador Dornelles, com o Senador Walter Pinheiro e terei o prazer de ouvi-lo, Senador Cristovam – que esta Casa tome duas medidas urgentes: primeira, temos que ter uma comissão de acompanhamento das medidas que o Governo da Presidente Dilma vai adotar em relação à crise. Pode ser uma comissão de acompanhamento plural, composta por Senadores dos diferentes partidos desta Casa, ou pode ser até a Comissão de Assuntos Econômicos da Casa, mas essa medida é urgente e necessária. Segundo, é fundamental ouvirmos já, urgentemente, nesta Casa, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o Ministro Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. Temos que dialogar com essas autoridades do Governo brasileiro, do Estado brasileiro, para saber quais as medidas que vão adotar, e eles devem

ter também a disposição de dialogar conosco sobre quais medidas necessitam ser adotadas pelo Estado brasileiro.

Esta Casa tem que, urgentemente, tomar essas medidas. Não pode ficar inerte ao que está acontecendo. Repito a advertência da eminente economista Maria da Conceição Tavares: estamos diante de uma crise com consequências que podem ser muito mais dramáticas do que as de 2008. Estamos mais próximos de 1929 do que de 2008, e as Lideranças políticas não podem ficar atônitas e paralisadas neste momento.

Senador Cristovam, é com muito prazer que o escuto.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Randolfe, hoje, no começo da tarde, eu disse, aqui, que este Senado deveria, se fosse preciso, parar tudo para discutir o assunto dessa crise. E a sua proposta de termos um grupo para acompanharmos as medidas que o Brasil vai tomar, pela Presidenta, ou que deve tomar, por sugestão nossa, é muito boa. Na Comissão de Economia, fiz a sugestão de uma sub-comissão para acompanhar, na ótica da economia, a elaboração do Orçamento, porque o Orçamento trabalha com o quantitativo de entrada e saída de dinheiro, mas a gente precisa saber o impacto do Orçamento na economia. É outra coisa diferente. A sua Comissão vai além disso, mas acho que a gente tem de ir além da sua Comissão, sem tirá-la, que é para o imediato. A essa crise, eu acho que nem a Conceição Tavares está dando a real dramaticidade. Essa não é uma crise de economia apenas, não é, está longe de ser. Essa é uma crise muito mais ampla de um modelo. Essa crise mostra uma exaustão de um modelo civilizatório, que vê como propósito da sociedade o aumento do PIB, da renda, do consumo. Esse objetivo faliu. Quer ver por que, se é que o Presidente me dá um tempo? Porque para a gente retomar o crescimento, tem de ter mais crédito. Se a gente tiver mais crédito, tem mais quebra bancária. Ontem mesmo, no debate que temos às segundas-feiras à noite, na Comissão de Relações Exteriores, falava-se da irresponsabilidade dos bancos. Os bancos não são irresponsáveis, eles são vorazes, eles são gananciosos. Mas quem é voraz é a indústria, que precisa de crédito, os consumidores, que precisam de crédito. Nós é que vamos aos bancos buscar dinheiro. Os governos foram irresponsáveis deixando que eles emprestassem mais, para atender à voracidade e à ganância deles, mais do que podiam, achando que o Governo, depois, cobriria a brecha, como está cobrindo. Então, temos uma crise, porque para aquecer tem de destruir os bancos com tantos empréstimos. Se a gente controlar o crédito, a economia diminui. Não é só isso: se a gente reduzir o gasto público, a economia

entra em crise maior, entra em recessão. Mas como aumentar os gastos públicos numa economia que já sofre de exaustão fiscal, como disse o Gustavo Franco nesta semana? Nós estamos numa exaustão fiscal. De onde vêm os recursos do Governo? Empréstimo e impostos. Não dá mais para aumentar os impostos e não dá mais para aumentar a dívida. Entramos numa exaustão, e em mais uma exaustão, que é a do meio ambiente. Não é por acaso que a gente está com essa discussão, aqui, e com a discussão, ao mesmo tempo, do Código Florestal. Restringir, proteger as florestas diminui o PIB. Liberar a economia destrói as florestas. A saída está além da economia, além do meio ambiente, além das finanças. Há uma exaustão do conceito do que é que uma sociedade deseja para si: é mais renda e consumo ou mais bem-estar? Até aqui, as pessoas tomam como igual ter dinheiro para comprar um carro ou ter um transporte melhor. Não é sinônimo. A gente pode ter um transporte melhor sem vender mais carros. A gente pode dinamizar a economia sem financiar certos setores. O subsídio à indústria automobilística, em 2010, custou 1,8 bilhão. Claro, manteve o emprego, dinamizou a economia, mas eu fiz as contas: se a gente pegasse 1,8 bilhão e dividisse igualmente para todos os professores da rede pública, dariam R\$1.250,00 para cada um. Eles iriam comprar coisas também, eles iriam dinamizar a economia. Isso aumentaria a demanda e melhoraria a escola. Aí é que está a diferença: o objetivo é melhorar a escola ou aumentar a venda de carros e outros produtos? Enquanto a gente não perceber que tem de mudar – por aí, se diz uma palavra da qual não gosto muito – o paradigma do que significa desenvolvimento, do que significa progresso, enquanto a gente não mudar isso, pode até fazer algumas coisas melhores do que o Obama, melhores do que a Dilma e sair um pouquinho da crise, mas em 2015 volta, em 2018 volta, porque nós estamos vivendo não uma crise, mas uma exaustão de um modelo civilizatório. Eu sei que para nós, políticos, é difícil falar isso, porque isso é bom para filósofo, que não vai atrás de voto. Quem vai atrás de voto perde voto com esse discurso. Ninguém se elege com esta fala minha, mas eu acho que a gente não está aqui só para ser eleito, mas também para pensar no futuro e manifestar preocupações que vão além das próximas eleições. Eu fico feliz com seu discurso e queria aprofundar esse debate, porque eu acho que o senhor é uma das pessoas que é capaz de, junto com a gente aqui... Não por questão de competência – aí, todos somos iguais –, mas por uma questão de opção ideológica, que é o que se faz necessário hoje. Nosso problema, hoje, não é de economista mais competente, é de pensadores mais comprometidos com uma

mudança radical no modelo que nós temos por aí. Se não aumentar gastos públicos, a economia quebra, mas se aumentar gasto público, vem a inflação, a não ser que a gente produza outra coisa. Se mantiver a proteção, Senador Santiago, das florestas, diminui o crescimento. A gente vai ter de escolher o que a gente quer. Então, esse debate tem de ser feito. Essa comissão que o senhor propõe, embora ela esteja voltada para o mais imediato, e por isso ela é importante – é o imediato de acompanhar as medidas emergenciais –, pode ser também o lugar de um fórum para discutir além do emergencial. Ela é importante para discutir a crise, mas ela pode ser a plataforma para a gente discutir, além da crise, a exaustão, porque eu acho que a palavra, hoje, é exaustão, não é mais crise. Era isso o que eu tinha para colocar. Agradeço ao senhor a oportunidade deste meu aparte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Senador Cristovam, o aparte de V. Ex^a aprofundou o tema que aqui tratamos. Permita-me não só incorporá-lo, mas dizer que ele está de acordo com o que estamos pensando em relação... Permita-me utilizar um termo de que o senhor disse que não gosta, mas é isto mesmo: nós estamos diante de uma crise paradigmática, de uma crise de modelo, de uma crise sistêmica.

É da natureza e vamo-nos aprofundar um pouco pela filosofia mesmo: os pensadores dos séculos XVIII e XIX, clássicos – dos iluministas até o século XIX, passando pelo pensamento marxista do século XIX –, que moldaram o mundo em que nós vivemos hoje e o pacto civilizatório que temos hoje, não foram atualizados. Eles precisam ser atualizados. Eles não previam o esgotamento tão rápido de um modelo como está acontecendo.

Então, a reflexão filosófica, nesse sentido, é também uma reflexão política. É por isso que nós, concordo com V. Ex^a, não podemos pecar pela inércia. Nós temos de agir. Seja qual for a natureza da comissão, temos de ter uma comissão, concretamente, de acompanhamento dos acontecimentos, dos efeitos dessa dramática crise.

Por fim, Sr. Presidente, nos 20 segundos que me restam, e não me vou delongar mais que isso, hoje, fiquei mais uma vez assustado e o Amapá, mais uma vez, foi colocado no foco de mais uma operação da Polícia Federal, que envolveu o Ministério do Turismo.

Ora, o Senador Cristovam, certa vez, convidou-me e eu ingressei em um grupo para apoiar as medidas da Presidenta Dilma em relação ao Ministério dos Transportes.

Já concluindo, Sr. Presidente, quero aproveitar este último minuto aqui na tribuna para dizer que as mesmas medidas do Ministério dos Transportes, pa-

rece-me, são necessárias em outros Ministérios do Governo, inclusive em relação aos acontecimentos de hoje no Ministério do Turismo.

Não se pode aceitar que o secretário executivo de um Ministro tenha tido uma decisão produzida pelo Procurador da República, autorizada por um juiz federal e executada pela Polícia Federal, e não tenha havido nenhum tipo de conhecimento das autoridades do Ministério.

Queremos reiterar a necessidade do apoio à Presidente, para que medidas tais quais as que foram tomadas no Ministério dos Transportes sejam tomadas também no Ministério do Turismo.

Senador Cristovam, por favor.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – O senhor tem todo o meu apoio nisso. Da mesma maneira que me apoiou quando eu falei da faxina, na época dos Transportes, agora tem meu apoio para que essa faxina seja geral, onde for preciso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Onde a Presidente precisar do nosso apoio – nós estamos convocando o Ministro do Turismo aqui – para coibir esse drama letal à vida pública brasileira, que é a corrupção, terá nosso total e integral apoio.

Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador Wilson Santiago.

Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É para justificar: nas duas votações anteriores, nós votamos favoravelmente à indicação das duas autoridades que foram homologadas por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ferraço.

V. Ex^a será atendido na forma regimental e constará em Ata.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu gostaria de informar a V. Ex^a e aos demais Senadores que, infelizmente, precisei me ausentar por uma hora e meia da sessão, justamente no horário em que se processava a votação das autoridades para os diversos cargos no Conselho Nacional de Justiça e, também, no Superior Tribunal de Justiça.

Devo ressaltar que dois catarinenses foram escolhidos, por votações expressivas, para integrar aquelas

instituições: o Sr. Jefferson Kravchychyn, para compor o Conselho Nacional de Justiça, e Marco Aurélio Buzzi, para integrar o Superior Tribunal de Justiça.

Os dois, obviamente, por serem catarinenses, têm meu voto, têm meu apoio e meu aplauso, e também os demais eleitos na tarde de hoje têm meu apoio e minha aprovação, conforme orientação do nosso partido.

Muito obrigado pelo registro, que peço seja consignado em Ata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Paulo Bauer.

V. Ex^a será atendido na forma regimental e constará em Ata. Está justificado.

Senador Wilson Santiago com a palavra, pelos 20 minutos do Regimento.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, Presidente em exercício da sessão, demais Senadores, Senador Armando Monteiro, Senador Cristovam Buarque, Senador Ferraço, profissionais da imprensa, demais senhores e senhoras, todos nós, Sr. Presidente, acompanhamos, sim, e estamos acompanhando, o desdobramento dessa crise internacional, especificamente nos Estados Unidos e na Europa.

Sabemos que a cautela que teve o Brasil – Senador Armando Monteiro, V. Ex^a que é um especialista nessa área – e tem tido, no que se refere ao controle de gastos, ao controle fiscal, ao equilíbrio das contas públicas, fez com que o Brasil, na verdade, não se preocupasse tanto – preocupado se está, mas não como tantos outros países – com essa crise que não só corre o risco de contaminar o mundo inteiro, mas o Brasil, graças a Deus, por conta dessas precauções tomadas anteriormente pelo próprio Governo, está, sim, preparado para enfrentá-la e, de fato, contribuir para que cada vez mais a economia brasileira se fortaleça para também repelir todas essas crises que, Senador Cristovam, têm nos incomodado ao longo do tempo.

Hoje, pela manhã, a própria Presidenta Dilma nos convidou, assim como convidou também vários empresários nacionais, para anunciar um grandioso plano: a ampliação de micros e pequenas empresas beneficiadas pelo Simples ou o Supersimples, fazendo com que o limite de faturamento anual dessas empresas se elevasse de R\$240 mil para R\$ 360 mil, ao ano, para as micros; e de R\$ 2,4 milhões para R\$36 milhões, para as pequenas empresas.

São atitudes e atos governamentais que, de fato, prepara internamente o País, Senador Armando, para enfrentar a crise internacional, fortalecendo as empresas, contribuindo para uma isenção, digo até uma redução de impostos, para que a empresa, de fato,

em todos os setores que atue, enfrente a crise, mantenha o emprego, amplie – se assim for possível – o número de empregos no País e, com isso faça com que o Brasil enfrente aquilo que os demais países têm encontrado dificuldades.

Então, quero, no dia de hoje, não só parabenizar a decisão da Presidenta Dilma, em comum acordo com a Frente Parlamentar da Pequena e Média Empresa no Congresso Nacional, em comum acordo com o empresariado nacional, em comum acordo com a Frente Parlamentar da Pequena e Média Empresa do Congresso Nacional, em comum acordo com o empresariado nacional, não só ampliando esses valores como também possibilitando, através desse aumento, o maior número de empresas beneficiadas, que serão contempladas com o Simples ou com o Supersimples.

Então, a decisão da Presidenta da República merece, sim, os nossos elogios. Eu tenho certeza de que decisões ainda virão nesse sentido, nessa linha, para que tenhamos condições de, a cada dia, não só beneficiar o empresariado brasileiro, como também contemplar o mercado interno, pois é o mercado interno, é a indústria, é a empresa, são os empresários nacionais que, de fato, preparam o País, asseguram ao Brasil o enfrentamento dessas crises internacionais que, no passado, prejudicaram o Brasil, desestruturaram o Brasil e levaram o Brasil a grandes crises, maiores do que muitos daqueles países que, de fato, as enfrentaram ao longo do tempo.

Senador Armando Monteiro, concedo o aparte a V. Ex^a, já que V. Ex^a, pelo conhecimento de todos nós, não é só um sábio no assunto, como também é um empresário experiente, é um Parlamentar que atua muito nessa área, nesse setor. Tudo aquilo que V. Ex^a tem defendido e tem falado nesta Casa, desde a Câmara dos Deputados, durante os anos que lhe acompanhei testemunhei que aquilo que V. Ex^a falou, na verdade, representa a realidade, a necessidade, não só da indústria brasileira, como também de todos aqueles que querem o bem para o mercado nacional.

O Sr. Armando Monteiro (PTB – PE) – Nobre Senador Wilson Santiago, quero me associar ao seu pronunciamento, que, em muito boa hora e de forma lúcida, V. Ex^a traz hoje a esta Casa. Quero destacar um ponto, talvez eu não tenha absoluta concordância. Refiro-me ao fato de o Senador Wilson se dizer tranquilo com o desempenho do Brasil na área fiscal. Não chegaria a tanto. Mas reconheço que o Brasil tem condições, sobretudo advindas daquele período em que houve um cenário muito benigno no plano internacional, em que o Brasil, por força das *commodities*, nós acumulamos reservas, e isso é um colchão que nos dá uma segurança em meio a essa turbulência. Mas quero desta-

car especialmente a palavra de V. Ex^a; com a qual eu concordo inteiramente, quando lembra a importância do nosso mercado interno. A fonte, hoje, de dinamismo da economia brasileira é a pujança do nosso mercado interno. Esse é o grande patrimônio que o Brasil dispõe para enfrentar essa crise, porque temos um mercado já de escala apreciável, tem havido uma combinação rara de aumento da renda real das famílias, um aumento da massa salarial, uma taxa de desemprego que é muito baixa hoje, portanto, é com esse capital, que é o nosso mercado interno, estimulando e dando condições para que o empresário, especialmente o pequeno empresário brasileiro possa atuar – e V. Ex^a destacava as medidas hoje anunciadas pela Presidente Dilma –, que o Brasil vai, seguramente, poder enfrentar essa conjuntura, que mudou. Seguramente o mundo vai ser diferente nesses próximos anos. Nós vamos assistir a um acirramento da competição em escala global, e o Brasil precisará se valer de todos os seus recursos, eu diria que de um conjunto diferenciado de fatores, mas, sobretudo, o desafio também de desenvolver competências, porque o Brasil atua numa dupla agenda: uma agenda de superação¹ dos nossos gargalos e das nossas deficiências estruturais, que é uma agenda velha, e, ao mesmo tempo, o desafio de poder impulsionar uma nova agenda, uma agenda que tem na inovação, na educação, sobretudo na educação, o seu pilar essencial. Os ganhos da indústria no futuro dependerão da nossa capacidade de inovar. Então, congratulo-me com o pronunciamento de V. Ex^a, e quero dizer que esta Casa tem, hoje, a responsabilidade de promover um debate que V. Ex^a, com a sua palavra qualifica, no sentido de estarmos muito atentos a essa conjuntura internacional. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Armando Monteiro, o aparte de V. Ex^a. De fato, V. Ex^a é conhecedor do assunto, e todos somos conscientes disso.

Outro fator positivo na proposta do Governo hoje é incentivar os Estados a se integralizarem nessa proposta do Governo no que se refere à redução também do ICMS. Não adianta o Governo Federal reduzir os impostos federais, se os Estados e os Municípios não se integralizarem com essas reduções ou com esses objetivos de fortalecer aquilo que V. Ex^a tanto defende: a indústria brasileira, seja micro, seja pequena, seja grande; enfim, que seja média, quaisquer um dos níveis.

Então, a decisão de hoje, entendo como das mais importantes tomadas pelo atual Governo, porque fortalece não só o mercado interno, como também contribui para que se mantenham os empregos numa ascensão, numa possibilidade de, com essas medidas, aumentarem cada vez mais e, com isso, fazer com que

diminua a influência da crise internacional com o Brasil, e fortalecendo o País através do setor empresarial, com certeza, nós teremos condições de enfrentar sem muita preocupação.

A quantidade de indústrias beneficiadas é muito grande. V. Ex^a testemunhou que, das sete milhões de empresas nacionais, são beneficiadas com essa decisão de hoje 5,2 milhões. Lógico que a média empresa tem uma redução menor do que as micros, mas, de qualquer maneira, todas as 52 milhões de empresas foram beneficiadas, não só as existentes, como a possibilidade de aumentar a quantidade de empresas com a decisão de hoje.

Por isso, merece, sim, os nossos parabéns, além de possibilitar com esse encaminhamento ao Congresso Nacional, desta Casa, da Câmara dos Deputados melhorarem a proposta no que se refere à adequação, ao melhoramento de algumas sugestões aqui apresentadas pelos Srs. Senadores.

Parabéns à Presidenta Dilma. Todos nós reconhecemos o acerto dessa decisão, Senador Cristovam Buarque. E eu tenho certeza de que no Senado e na Câmara nós ainda teremos mais condições, com as experiências dos Senadores Armando Monteiro, Cristovam Buarque e de tantos outros, de melhorar a proposta encaminhada pelo Governo e entregarmos ao País um projeto de lei, uma decisão do Governo e do Congresso Nacional, que atenda perfeitamente às necessidades desse setor. E com possibilidade de, num futuro bem próximo, chegarmos àquilo que tanto nós defendemos: que é a reforma tributária, que é a adequação necessária, atualizada, para enfrentarmos e atendermos às disputas internacionais que o Brasil enfrenta, no que se refere à exportação.

Senador Cristovam Buarque, concedo o aparte a V. Ex^a, já que V. Ex^a havia me pedido um aparte há alguns minutos.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Com muito prazer faço um aparte ao seu pronunciamento e também um aparte a todo esse debate que nós temos feito neste momento. O Senador Armando Monteiro foi muito feliz quando disse que nós vamos viver outro tempo, de agora em diante, do ponto de vista da concorrência internacional. E a concorrência tem a ver com a competência. Em alguns idiomas, inclusive, há uma palavra só para dizer concorrência e competência. Só que até aqui se podia falar em competência no sentido de vantagem comparativa. Você tinha uma terra muito boa, plantava soja – a vantagem comparativa; você tinha ouro, como em Minas, exportava e ganhava ouro. Acabou a vantagem comparativa do ponto de vista natural. Daqui para frente a vantagem comparativa vai ter a cor cinza do cérebro das pessoas

que fazem a indústria. Inclusive a agricultura, que nos acostumamos a ver como uma coisa sem tecnologia. Mas, se não fosse a Embrapa, a gente não estaria exportando soja como está. A nossa concorrência no exterior poderá ser impedida por falta de capacidade de inovação. A Presidenta lançou também, na semana passada, um programa de auxílio à inovação, mas muito tímido. Muito tímido se a gente olha, em primeiro lugar, que as universidades não entraram para valer nisso. Elas têm que estar envolvidas em inovação. Universidade que não produz inovação não serve para os tempos de hoje. Eu posso dizer também que universidade que só faz inovação, sem filosofia, sem arte, não serve; mas sem inovação não serve. O Brasil é um país que até não está mal em artigos publicados em órgãos internacionais, mas é um desastre em patentes. O Senador Mercadante me mostrou, um dia desses em que estive no Ministério com ele, a desigualdade entre bons artigos publicados e patentes para a indústria. Não colocou a universidade e, segundo, não colocou a educação de base. Sem aproveitar o cérebro das crianças, desenvolvendo-as e desenvolvendo-os, não vamos ter boas universidades. Sem isso não vamos ter bons centros de pesquisa. Sem isso não vamos poder ajudar a nossa indústria, para que ela faça inovação. Todas essas grandes indústrias hoje que estão aí fazendo os Ipads da vida começaram dentro de uma universidade. O Brasil exporta aviões por causa do Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Não é o chão da fábrica que faz avião, é a banca da escola de cinquenta anos atrás. Ou a gente faz essa revolução para usar a massa cinzenta de cada brasileiro, para usar esse recurso fundamental do futuro, ou nós, nessa concorrência de que falou o Senador, que é verdadeira, Senador Armando Monteiro, se nós não fizemos essa revolução, nós vamos ficar para trás. Só de ferro, só de soja, o Brasil não chega lá. E mesmo só de indústria mecânica, sem inventar tecnologias novas, produtos novos, nós não chegaremos lá. Por isso, seu discurso, o do Randolfe, a Senadora Ana Amélia tem sido muito constante nesses debates, obviamente o Senador Armando Monteiro... Nós estamos, sem querer, fazendo um grupo aqui dos preocupados com propostas, porque tem os preocupados sem propostas; dos críticos dando apoio, porque tem quem dê apoio sem fazer crítica e tem quem faça crítica só para denunciar. Eu acho que, aos poucos, está surgindo um grupo aqui, que a gente não está organizando, de pessoas que têm o que oferecer ao governo, têm o que oferecer ao Brasil, sem ficar subserviente, dizendo que tudo vai bem. Porque está bem hoje, mas não vai bem nos próximos anos a economia brasileira.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB)

– Senador Cristovam Buarque, o aparte de V. Ex^a enriquece nosso pronunciamento, da mesma forma o aparte do Senador Armando Monteiro.

De uma coisa todos nós estamos conscientes: o Brasil tem melhorado. Se precisamos, sim, melhorar mais ainda, teremos com certeza tempo, porque tudo comprova que estamos no caminho certo, com a economia estabilizada, a credibilidade internacional do País tem aumentado a cada dia, o faturamento, a arrecadação, enfim, tudo fortalece o Brasil, comprovando que está no caminho certo.

E esta Casa aqui está para isto: não só para melhorar as propostas encaminhadas pelo Governo como também para sugerir ao próprio Governo, através de críticas construtivas ou não, de qualquer maneira, soluções, ideias, digo até propostas que de fato atendam a essa demanda nacional. E tenho certeza de que, juntos, teremos condições não só de termos dias melhores como também fazer aquilo que o Brasil e o povo brasileiro esperam de cada um de nós.

Repito: o Senador Armando Monteiro tem sido, durante todos esses anos, representante não só de Pernambuco como também do desenvolvimento, defendendo permanentemente uma agenda positiva para o País, defendendo sempre aquilo que nos interessa e que coloca o Brasil no trilho, que coloca o País no direcionamento com que sonhamos. Temos que, juntos, ao lado de V. Ex^a, Senador Cristovam, que tem uma experiência não só na área educacional, na área tecnológica, como em todos os setores; foi governador aqui do Distrito Federal. Então, V. Ex^a e tantos outros, a exemplo de Armando, irão até nos ensinar e nos orientar a, juntos, construirmos aquilo que o Brasil e o povo brasileiro esperam de todos nós.

Agradeço pelos apartes de V. Ex^{as}, o aparte do Senador, digo até a tolerância do nosso Presidente, Senador Paim, e, com certeza, Senador Petecão, teremos, ao longo destes anos, condições de retribuir ao povo brasileiro aquilo que todos esperam de todos nós.

Muito obrigado a todos, para não tomar mais o tempo, Sr. Presidente. Agradeço pela atenção de V. Ex^a, pedindo e solicitando a V. Ex^a que publique na íntegra um relatório da real situação nacional, para que tenhamos condições de, no futuro, fazer aquilo que, de fato, esta Casa e o povo, repito, esperam dos seus representantes.

Muito obrigado a V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WILSON SANTIAGO.**O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB).**

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}

e Srs. Senadores, estive no final da manhã e início da tarde de hoje no Palácio do Planalto assistindo ao fechamento de um acordo entre o Executivo Federal e a Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, visando mudanças no Supersimples. Agora, o novo projeto vai tramitar no Congresso Nacional para debate exaustivo de todos nós, que compomos a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Na verdade o governo encaminha projeto de lei com o intuito de dar segurança jurídica às questões tributárias que envolvem à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Estabelece novas regras para abertura, registro e funcionamento de empresas, a fim de reduzir a burocracia no setor, além de criar um parcelamento especial para a dívida tributária. O projeto passa a ser uma das prioridades do Congresso neste segundo semestre.

O ajuste na tabela de tributação do Simples Nacional beneficiará diretamente as mais de 5,2 milhões de empresas que já fazem parte do sistema. O total de negócios no Simples representa 88% dos 9 milhões de micro e pequenos empreendimentos do país e cerca de 87% dos 6 milhões instalados no Brasil.

Sistema especial de tributação dos micro e pequenos negócios, o Simples Nacional está em vigor desde julho de 2007. São 4,5 anos sem ajustes no valor da receita bruta anual exigida para entrada no sistema. Das 3,3 milhões de empresas participantes que entregaram declaração de rendimento em 2010, mais de 4,2 mil atingiram o teto máximo de receita exigida, que é de R\$ 2,4 milhões, e correm o risco de sair se não houver mudança.

O evento desta terça-feira reuniu no Palácio do Planalto parlamentares e ministros, empresários e trabalhadores. Todos preocupados em dotar o sistema de micro e pequenas empresas de instrumentos capazes de produzir o desenvolvimento sem a penalização dos empreendedores. Essa a questão que uniu tanto o governo quanto os representantes dos micro e pequenos empreendedores.

O projeto propõe ajuste em 50% na tabela do Simples Nacional, passando o teto da receita bruta anual das microempresas de R\$240 mil para R\$360 mil e o da pequena empresa de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões.

Também é proposta a criação de parcelamento automático de débitos do Simples Nacional, hoje não permitido. O limite seria de até três meses de inadimplência e máximo de três parcelamentos cumulativos por empresa. A medida deve beneficiar cerca de 500 mil empreendimentos que, até o início deste ano, estavam em débito com o fisco e correm o risco de exclusão. Eles integram um lote de 560 mil negócios nessa

situação. Em janeiro deste ano, 31 mil empresas foram excluídas por causa do problema.

O projeto propõe solução para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) via substituição tributária e fronteiras estaduais, que, na prática, anulam os benefícios do Simples. Levantamento comparativo realizado em novembro de 2010 pelo Sebrae e pela Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro mostra que, dependendo do local e do produto, o aumento do ICMS via substituição tributária para empresas do Simples pode chegar a 700%.

Em seu discurso, a Presidenta Dilma Rousseff destacou que o fortalecimento do mercado interno é uma ferramenta do país para o enfrentamento da crise financeira internacional. E fortalecer a micro e pequena empresa é fortalecer o mercado interno. Ainda em seu pronunciamento, a Presidenta adiantou que o governo vai lançar em breve uma política específica para o microcrédito.

Ficou bastante claro para todos os presentes que o compromisso do governo federal é com o mercado interno, ao estabelecer o acordo com os micros e pequenos empresários, no momento em que a Presidente lembrou serem os milhões de empresários com pequenos negócios cruciais para que o Brasil possa ter a força de um tecido social e de um país que conta com as suas próprias forças.

De nossa parte, todo o apoio às medidas anunciadas pela Presidenta Dilma.

Concordamos com o seu projeto, projeto que, aliás, vem desde o governo do ex-presidente Lula, que é o de fortalecer a economia interna do Brasil. Foi este fortalecimento que nos fez atravessar praticamente sem grandes avarias, os tempos da mais recente crise provocada pela banca norte-americana, e, que, ainda nos dias de hoje, provoca incertezas no mercado internacional.

Pretendemos, no debate das propostas enviadas pelo Executivo Federal, ampliar ao máximo o alcance das medidas. Quanto maior for o número de beneficiados, mais forte será a economia interna do país. E quanto mais ampla, geograficamente, forem as medidas, alcançando o interior e as regiões mais pobres do país, tanto mais consistente, do ponto de vista econômico, serão as medidas tomadas pelo governo.

Este o nosso compromisso: o de ampliar as medidas. Mas, deixando claro o nosso apoio decidido ao projeto apresentado pela Presidenta Dilma Rousseff, no sentido de fortalecer as micros e pequenas empresas do país, e, por conseguinte, a economia brasileira, objetivando o enfrentamento da crise econômica internacional que se avizinha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento-o pela análise que faz da crise internacional e o que pode acontecer inclusive aqui no Brasil. Meus cumprimentos pela posição muito firme e muito clara.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Senadora Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senador Paim, primeiro, quero dizer que não cheguei a tempo das votações, mas acompanho não apenas o meu partido mas o bloco todo, votando nos indicados. Fico feliz que esta Casa tenha conseguido fazer tantas votações no dia de hoje.

Senador Paim, eu aqui não estava porque estou de retorno do Estado de São Paulo, da cidade de São Paulo, onde participei durante todo o dia de um evento organizado pela jornalista Ana Paula Padrão e que contou com inúmeras autoridades, Deputadas, Ministras, lá estava a Ministra Iriny, das Mulheres, debatendo o novo momento e a situação da mulher neste novo momento. Eu era a única Senadora presente e participei em torno de quatro Deputadas Federais.

O que é importante, Sr. Presidente, é que a questão da mulher, ela vem assumindo um espaço fundamental crescente, porque, para o meio empresarial, fica claro hoje o papel da mulher no mercado de consumo. A mulher comanda o consumo. A mulher é proprietária de quase 60% dos cartões de crédito do Brasil, mas não podemos conviver... Por um lado, é essa a realidade e, por outro lado, são as que recebem 30% dos salários em relação aos homens. São aquelas que só ocupam 11%, em média, das cadeiras do Parlamento brasileiro, Presidente, Senador Paim. Então, é uma realidade que precisa ser debatida e ela vem sendo debatida por todas as classes sociais, sejam trabalhadoras, operárias, camponesas, parlamentares, empresárias. Isso é importante.

Então, quero aproveitar a oportunidade que V. Ex^a me dá para cumprimentar os organizadores do evento, a Ana Paula Padrão, que levou palestrantes da mais alta qualidade, brasileiros e estrangeiros, para falar dessa questão da luta das mulheres por direitos iguais no Brasil e no mundo inteiro, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin, V.

Ex^a será atendida na forma regimental e constará em Ata a sua intenção de voto.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para falar sobre o conjunto de medidas que foi hoje anunciado pela Presidente Dilma e que, a meu ver, completa de forma feliz o anúncio das medidas que integravam a nova política industrial do País e que foram anunciadas na semana passada. Elas partem da compreensão de que o setor produtivo nacional precisa, nesse momento, de um conjunto de medidas de estímulo e de apoio para enfrentar esse quadro que, como já me referi anteriormente, será marcado por um novo ambiente no plano internacional, um cenário que aponta para dificuldades que estão aí colocadas e que vêm se agudizando, nos últimos dias, com o quadro que já se evidencia na cotação das empresas e no desempenho das bolsas em todo o mundo.

Isso traduz um quadro que já foi definido, pelo economista Gustavo Franco, como um quadro de exaustão fiscal das economias centrais do mundo. É esse o quadro que assola hoje a Europa, especialmente alguns países europeus que têm hoje dificuldades com suas dívidas soberanas que, em muitos casos, superam o produto interno, o produto econômico desses países, e agora com o rebaixamento da nota americana, o que significa também que a economia americana, a partir da crise política que também se evidenciou com um modelo que hoje traduz uma situação disfuncional no processo de governança dos Estados Unidos; ou seja, uma queda de braço entre os dois principais partidos e que resultou numa perda de prestígio do País, porque ficou claramente exposta a fragilidade de um sistema político que não está oferecendo resposta, neste momento, às próprias dificuldades do País.

Nesse contexto internacional, o Brasil não é e nem poderia ser uma ilha, uma economia autárquica, uma economia que evidentemente é autônoma. O Brasil é um país que está conectado com o mundo, que depende dos fluxos comerciais e dos fluxos financeiros. É verdade que o Brasil dispõe de condições e, se olharmos hoje a realidade mundial, o Brasil dispõe de condições eu diria que diferenciadamente positivas para o enfrentamento desse quadro: acumulamos reservas internacionais num nível importante, US\$350 bilhões; o Brasil tem um mercado interno robusto, dinâmico; e o Brasil dispõe de um sistema financeiro saudável, que tem dado mostras de que cumpre o seu papel e que tem claramente uma posição saudável. Nesse sentido, dispõe ainda de bancos públicos que cumprem sempre um papel nas crises, um papel importante.

Foi assim quando, na crise de 2008, o Brasil respondeu, de forma rápida, àquele quadro de grande contração da economia internacional. Mas o Brasil, diferentemente do mundo, também dispõe de condições para, de alguma maneira, permitir que a sua política monetária possa ser utilizada nesse quadro. Essa margem os países centrais não têm.

Vejam, por exemplo, que nos Estados Unidos temos taxas de juros muito baixas, em alguns casos negativas, o que significa, meu caro Senador Cristovam, que já não dispõem, por exemplo, de usar a política monetária como instrumento para reativar a economia. Os juros já estão muito baixos. Por outro lado, não têm espaço fiscal para ativar a economia.

Então, o Brasil tem hoje condições de aproveitar essa janela de oportunidades e buscar a convergência das nossas taxas de juros para um padrão que seja razoável. Não é possível que o Brasil continue a ter uma taxa de juros tão elevada em relação à média dos países emergentes especialmente, o que significa dizer que isso representa uma imensa desvantagem para a produção brasileira, além do custo fiscal decorrente dessa circunstância.

O estoque da dívida brasileira não é tão elevado se considerarmos, por exemplo, a realidade nessas economias centrais. O Brasil tem uma dívida líquida em torno de 40% do seu Produto, mas infelizmente o serviço dessa dívida é extremamente oneroso, porque o Brasil tem taxas de juros reais extremamente elevadas. Então, vamos aproveitar este momento para promover uma inflexão na política monetária, de modo a que tenhamos taxas de juros que possam convergir para a média dos países emergentes, sem, de forma alguma, pôr em risco o funcionamento da economia brasileira – muito pelo contrário.

Então, eu acho que este é o momento, Senador Cristovam, de o Brasil retomar uma agenda que nós abandonamos nos últimos anos. Essa crise mundial nos coloca a necessidade de darmos um sentido de urgência a algumas ações: retomarmos a agenda de reformas, na qual o Brasil se atrasou; podermos fazer o que eu chamo um rearranjo na própria política macroeconômica para produzir no ambiente macroeconômico do Brasil uma situação mais favorável ao desempenho futuro da economia brasileira, sobretudo a necessidade de realinhar dois preços macroeconômicos fundamentais, como são os juros e o câmbio no Brasil – estão fora, a meu ver, do seu ponto de equilíbrio.

Mas cumpre destacar que o Governo tem adotado, nessas últimas semanas, medidas que, a meu ver, vão na direção correta. E uma dessas, a que eu gostaria hoje de me referir, é a ampliação, a atualização dos limites do Simples.

O Simples representou uma conquista. Dadas as circunstâncias e, sobretudo, a compreensão de que o sistema tributário brasileiro é muito complexo e muito oneroso, em 2007, no Governo do Presidente Lula, foi possível oferecer às micro e pequenas empresas um regime simplificado de tributação que permitiu se pudesse reduzir, de forma muito significativa, a carga tributária desse segmento, além de uma imensa simplificação. Por exemplo, uma empresa que tem de pagar sete tributos, entre tributos federais, estaduais e municipais, pode fazer esse recolhimento numa única guia, com uma carga extraordinariamente reduzida. Esses limites estavam congelados há sete anos, praticamente seis anos. E, agora, a Presidente Dilma corrige os limites, não só corrigindo o teto, mas as faixas intermediárias, o que significa dizer que muitas empresas que estavam sendo já expulsas, expelidas por força do seu próprio crescimento, têm condições de se reenquadrarem no Simples pela ampliação dos seus limites.

De outro modo, meu caro Senador Cristovam, esse sistema do Simples não permitia que se tratasse a receita de exportação fora desses limites, como sendo algo que representasse um limite adicional. Então, é como se tivéssemos um viés antiexportador: qualquer receita derivada da exportação entraria no cálculo dos limites no sistema anterior.

Hoje, o Governo anuncia que dobra praticamente. Oferece um limite adicional que é o dobro do limite para as vendas no mercado interno. Isso significa uma medida que vai na direção correta, porque o Brasil precisa ampliar a sua base exportadora. As pequenas empresas contribuem com apenas 2% das exportações brasileiras. Precisamos engajar as pequenas empresas nesse esforço exportador, e acho que essa medida vai na direção correta.

Portanto, é importante considerar que o Brasil é um país que tem uma imensa energia empreendedora. E é ainda importante destacar que uma sociedade, meu caro Senador Cristovam, reflete em certa medida a qualidade do seu tecido empresarial. Quanto maior seja essa presença das micro e pequenas empresas, teremos um perfil de sociedade mais justo, mais equilibrado. Vamos atender melhor os ideais da livre iniciativa de uma economia de mercado fundada na competição, na concorrência, sem as deformações dos monopólios, dos oligopólios, que, de alguma maneira, exercem sobre o mercado um poder extraordinário, em prejuízo, muitas vezes, do consumidor e do País. Então, apoiar os pequenos negócios representa uma diretriz absolutamente correta da política governamental.

Costumo dizer que os pequenos negócios representam um grande negócio para o País, e a empresa é um sonho. Uma sociedade precisa ser embalada por

sonhos. É preciso transformar essa energia empreendedora que é e que representa um capital de confiança no País. Então, é preciso olhar os pequenos negócios. E o Congresso Nacional também neste momento – e, nesta fase, a Câmara também – aprecia o projeto que foi enviado para o Congresso de criação do Ministério da Micro e Pequena Empresa.

E, hoje, quando tive oportunidade de fazer um pequeno pronunciamento na reunião que antecedeu o anúncio das medidas, eu dizia à Presidente Dilma o que acho da ideia da criação de um Ministério da Micro e Pequena Empresa. Embora tenhamos um grande número de ministérios e saibamos que, às vezes, essas estruturas se burocratizam, não cumprem, muitas vezes, os seus objetivos. Acho que o Brasil precisa, sim, ter no Governo uma estrutura que, de alguma maneira, atue para coordenar as ações governamentais, uma plataforma de articulação intragovernamental, para que tenhamos políticas mais articuladas na direção do fortalecimento das micro e pequenas empresas, que têm ainda uma agenda desafiadora e complexa para criarmos um ambiente mais favorável.

Temos ainda muitas dificuldades, Senador Wilson Santiago, com a questão do acesso ao crédito. No Brasil, o sistema de crédito, efetivamente, não propicia o acesso às pequenas empresas. Temos um regime de garantias que não dialoga verdadeiramente com a realidade dos pequenos negócios; temos o desafio da capacitação empresarial, da inovação, do fomento à inovação nos pequenos negócios, da redução da burocracia e, ainda, a inserção das micro e pequenas empresas nas compras governamentais que vêm crescendo de forma significativa, mas precisam avançar mais.

Então, há espaço, sim, para criarmos um ministério das micro e pequenas empresas, para internalizar no Governo esse compromisso de apoio aos pequenos negócios e também um espaço de interlocução para o setor empresarial nesse ambiente das micro e pequenas empresas.

Então, quero saudar essas medidas e quero dizer que o Brasil precisa acompanhar atentamente os desdobramentos dessa nova conjuntura internacional com a convicção de que temos fundamentos e condições favoráveis para o enfrentamento da crise, mas não podemos nunca deixar de considerar que o Brasil não é uma ilha, que o Brasil tem também dificuldades estruturais e que, portanto, não pode subestimar esta crise, que pode, sim, representar um novo momento que, seguramente poderá determinar uma diminuição na atividade econômica global, prejudicando o preço das *commodities*, afetando as receitas de exportação

desses países emergentes e, portanto, podendo produzir um reflexo importante na nossa economia.

Concedo aparte ao nobre Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Armando Monteiro, sou provocado a falar por duas razões. Primeiro, para ratificar a sua posição sobre o acerto das medidas que têm sido tomadas ultimamente. Mas eu me pergunto: por que esperamos a crise para adotar medidas tão certas? Se essas medidas, como o Simples, como a ampliação do Simples, tivessem sido tomadas há vinte anos, as micro e pequenas empresas no Brasil estariam numa situação muito melhor. A Itália fez isso há cinquenta anos, e um dos maiores pólos exportadores da Itália é constituído de pequenas e micro empresas. A gente demora demais e só descobre a importância dessas medidas quando a crise já chegou. A gente faz não para desenvolver, mas para não retroagir, para não regredir; a gente faz não para avançar, mas para evitar a depressão. Mesmo assim, bem-vindas essas medidas! A segunda razão para este aparte é o desejo de lançar a seguinte pergunta: de quanto tempo mais a gente vai precisar para perceber a crise séria que a gente vai viver em função do apagão de mão de obra? E a percepção de que o apagão de mão de obra vem do apagão educacional? Já se descobriu que falta mão de obra nas indústrias. Então, estamos fazendo escolas técnicas. A gente ainda vai levar anos para descobrir que, sem um bom ensino fundamental, não há boa escola técnica para todos. Pode até haver poucas boas, mas não muitas boas, porque vai caindo a qualificação do aluno que entra. Eu tive o privilégio de ser membro da Comissão de Educação que o senhor criou quando presidiu a CNI. Eu queria ver se a gente não consegue ampliar esse sentimento que o senhor teve como presidente de uma confederação do setor empresarial para que outros empresários percebam que, mais adiante, vai haver um problema mais sério do que falta de crédito, do que falta de matéria-prima, do que câmbio elevado, do que juros altos: o problema do atraso educacional neste País. Creio que o senhor, pelo que fez como Presidente da CNI – e eu repito que fui do conselho que o senhor criou para estudar a educação –, pode ser uma das pessoas capazes de fazer despertar a consciência de que, além do juro, além do câmbio, além do preço de algumas matérias-primas que a gente precisa importar, o nosso problema vai estar, mais dia menos dia, na falta de mão de obra qualificada. Mas não me refiro apenas a mão de obra qualificada para fazer o trabalho manual. Não, refiro-me também à mão de obra qualificada para inventar, para termos uma economia lançando produtos novos

a cada dia, como estes aparelhos de telefone celular que tenho aqui. Eu sempre cito o exemplo da Finlândia, que fabrica não estes exatamente, mas outros produtos com essa qualidade. A Nokia era exportadora de papel higiênico não faz trinta anos. Foi a educação na Finlândia que fez com que eles inovassem a ponto de criar não mais papel higiênico apenas, que qualquer um faz por aí, mas os melhores produtos da telefonia. Talvez esse seja o apagão mais grave do nosso desenvolvimento futuro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sem dúvida, Senador Cristovam, a sua palavra sempre enriquece.

Como V. Ex^a tem sempre destacado, o grande desafio do Brasil é o desafio de construirmos um sistema educacional mais eficiente, capaz de oferecer resposta para essa demanda tão urgente e tão impostergável que sabemos existir hoje na sociedade brasileira. E não se trata apenas da mão de obra produtiva, do capital humano da indústria e da produção, mas, como disse V. Ex^a, da necessidade de oferecer aos jovens do Brasil formação que crie as condições, as bases fundamentais para que tenhamos um sistema que desenvolva competências e que possa conduzir o Brasil à condição de potência verdadeiramente. Hoje, a força das economias deriva dessa qualidade do capital humano, que representa o ativo fundamental dos países.

Então, temos vários exemplos para demonstrar o esgotamento daquele modelo que se apoiava no uso e na exploração de recursos naturais, de que felizmente o Brasil dispõe. O grande investimento a ser feito é no capital humano, ele é que tem força transformadora, ele é que pode construir as bases de um novo modelo de desenvolvimento. Fundada na qualidade desse capital, pode-se construir uma economia que crie e incorpore tecnologia e que possa também construir um modelo civilizatório diferente.

Concedo aparte ao nobre Senador Wilson Santiago.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Senador Armando Monteiro, V. Ex^a faz um relato daquilo que todos nós sabemos ser necessário para concretizarmos o que almejamos, o que todos nós brasileiros queremos. V. Ex^a é conhecedor, como disse anteriormente, das falhas ou das deficiências da área empresarial, relata algumas conquistas, reconhece algumas decisões governamentais positivas – nos últimos tempos, a grande maioria foi positiva –, mas também cobra alguns pontos que precisam ser melhorados ou até contemplados no que diz respeito ao setor produtivo deste País, como, por exemplo, um melhor acesso ao crédito, uma menor burocracia. Eu até acrescento, para enriquecer cada vez mais o pronunciamento de

V. Ex^a, a redução das taxas de juros, para melhorar, de fato, as condições do setor produtivo nacional, especificamente do setor empresarial, de todos aqueles que contribuem para a nossa economia, para a produção nacional, para de fato poderem expandir-se e fazer o que o Brasil precisa: crescer, desenvolver-se, gerar emprego e gerar renda. Parabenizo V. Ex^a e tenho certeza de que V. Ex^a, como tantos outros, terão muito a contribuir nesta Casa no sentido de fazer com que o Brasil e todos os brasileiros tenham aquilo que esperam e merecem desta Casa, do Congresso Nacional e de todo conjunto do Governo e daqueles que querem o melhor para o País. Parabéns a V. Ex^a. Tenho certeza de que, experiente como V. Ex^a é, a cada dia nos dará rumo no que se refere ao posicionamento para que o conjunto faça tudo aquilo de que o Brasil precisa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Meu caro Senador Wilson Santiago, eu agradeço muito o seu aparte.

Considero fundamental essa necessidade de construirmos um novo padrão de financiamento para os pequenos negócios no Brasil, a exemplo do que fomos capazes de construir no apoio ao pequeno agricultor, ao agricultor familiar, com o Pronaf, que é uma experiência exitosa no Brasil.

Precisamos construir para o pequeno e micro empreendedor do setor industrial, do setor comercial, um modelo de crédito orientado, de microcrédito orientado, que possa, a partir de uma legislação adequada, estimular o sistema financeiro nacional a efetivamente voltar-se para o atendimento desse segmento, o que será algo fundamental.

Eu queria, só para concluir, Sr. Presidente, agradecendo já a tolerância de V. Ex^a, dizer que, nesse conjunto de medidas, também tivemos uma surpresa agradável com o reajuste do limite do Mei, do Microempreendedor Individual, cujo faturamento havia sido fixado em R\$36 mil ao ano e que agora é reajustado para R\$60 mil, uma elevação, portanto, de 67%.

Quero expressar ainda a minha satisfação de poder dizer que vamos relatar a Medida Provisória nº 529, que reduz, também para o microempreendedor individual, a alíquota do INSS, propiciando, portanto, a inclusão do microempreendedor no sistema previdenciário do Brasil, com custos significativamente mais baixos, de apenas 5% do salário mínimo de referência, o que significa dizer uma contribuição mensal em torno de R\$30,00, o que representa claramente um benefício para o microempreendedor individual.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu agradeço por esta oportunidade e manifesto aqui a minha confiança de que o Brasil vai seguir o seu rumo, apoiando o sistema produtivo e, nesse apoio ao sistema

produtivo, considerar sempre a importância da micro e pequena empresa para este País, que tem uma enorme energia empreendedora e que precisa, portanto, apostar nessa legião de brasileiros que acreditam no nosso País e que fazem, a partir do seu trabalho, a grandeza do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Armando Monteiro, com seu pronunciamento analisando a crise e o pacote da Presidenta Dilma, recentemente lançado, em relação a micro e pequena empresa.

Senador Sérgio Petecão, V. Ex^a dispõe de 20 minutos como os outros Senadores tiveram.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Paulo Paim, primeiramente quero dizer da minha satisfação de estar usando esta tribuna com V. Ex^a presidindo esta sessão.

Sou uma pessoa que tem tido oportunidade de trabalhar nas comissões, e tenho aprendido muito com a sua experiência e com o seu trabalho, principalmente em prol dos menos favorecidos e da classe trabalhadora do nosso País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho dois assuntos para falar aqui da tribuna. Em primeiro lugar, quero falar que, ontem, estivemos participando de um programa da TV Senado, Assunto de Estado, um programa bastante interessante do qual participei pela primeira vez junto com os dois Senadores do meu Estado, Senador Jorge Viana e Senador Aníbal Diniz.

Eu tenho procurado valorizar cada oportunidade que temos de usar a imprensa. No meu Estado, é bem difícil termos acesso à imprensa.

Quero, portanto, parabenizar a TV Senado, pois é um programa de uma hora e meia, um programa isento, com dois competentíssimos entrevistadores, que nos deram a oportunidade de falar com o Brasil como um todo, já que, graças à Deus, a TV Senado tem uma audiência maravilhosa no País inteiro e, em especial, no meu Estado, o Estado do Acre.

E diria que a TV Senado é o instrumento mais importante que temos para dialogar e levar a nossa mensagem à população acreana.

Assim, mais uma vez, quero fazer este registro da tribuna desta Casa e levar os nossos agradecimentos às pessoas que, direta e indiretamente, trabalham e dão oportunidade de levar a nossa mensagem através da TV Senado. Estão todos de parabéns.

Outro assunto que me traz à tribuna, Presidente Paim, é que tenho recebido várias denúncias do serviço que o Correio tem prestado no meu Estado. Hoje, recebi a matéria de um jornal que diz mais ou menos assim:

Falta de carteiros é o que causa atraso de correspondência, denuncia sindicalista.

Os constantes atrasos nas entregas de correspondências acontecem por falta de efetivos. É com esta frase que a presidente do Sindicato dos Servidores dos Correios, Susy Cristine da Costa, denuncia a Empresa de Correio e Telégrafos (ECT). Segundo ela, a empresa precisaria aproximadamente de 100 funcionários para normalizar os serviços. Em recente concurso, a ECT ofereceu apenas 20 vagas para todo o Estado.”

E há o depoimento de vários moradores:

Moradora do Conjunto Adalberto Sena, a servidora pública Elisama Lima diz que suas correspondências estão atrasadas mais de 20 dias. ‘Eu exijo uma explicação plausível para esta ‘situação’ que estão fazendo comigo. Não aguento mais pagar juros por causa da incompetência dos Correios’, desabafa.

Outro indignado, o radialista Nonato Oliveira, que mora no Conj. Castelo Branco, afirma que não há mais justificativas para errar endereços dos moradores de conjuntos e bairros tradicionais. ‘Eu defendo uma recodificação ou a volta do CEP único, como era antes’, propõem, dizendo que já acionou os Correios na Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e no Ministério Público Estadual. (...)

Essa é a situação dos Correios do Acre. Sempre que estou em Rio Branco e também no interior, recebo várias denúncias, sejam elas dos moradores mais simples ou dos empresários, já que as suas correspondências também chegam atrasadas e isso prejudica o desempenho de suas empresas.

Agora, a Presidente do Sindicato, a Sr^a Susy Cristine da Costa, de público, mostra onde está o verdadeiro problema: a falta de servidores.

O Acre precisa de, no mínimo, 100 servidores, para ver se melhora o atendimento à população do meu Estado, mas os Correios oferecem apenas 20 vagas.

Nós sabemos que os Correios foram uma empresa que sempre orgulharam nosso País. Era uma empresa que era referência, mas veio aquela enxurrada de denúncias, de escândalos, de corrupção. Os Correios passaram por uma situação muito difícil e, agora, estão tentando retomar a credibilidade que sempre tiveram para voltarem a ser aquela empresa modelo que sempre foi.

Mas estou vendo que existem problemas e isso precisa ser resolvido. A Empresa de Correios e Telégrafo

é uma empresa que cumpre um papel fundamental. Os Correios é que levam as mensagens, principalmente no meu Estado, àqueles Municípios mais distantes, onde as pessoas têm muitas dificuldades de receber... Mas com a situação por que passam os Correios, hoje, no meu Estado, ou seja, a falta de servidores, a falta de funcionários, isso é impossível.

Então, fica aqui o nosso apelo para que a direção dos Correios possa tomar as providências. Até porque os Correios do Acre já foram também palco de muitos escândalos. Os Correios do Acre passaram por momentos difíceis e estão agora sob nova direção, com essa mudança do Governo da Presidente Dilma. Assim, eu espero que possamos melhorar. E, sinceramente, não sabia de onde vinha esse problema tão sério. Em todos os lugares em que chego, as pessoas reclamam do trabalho dos Correios, pois são atrasos das contas de luz, das contas de água, atraso das correspondências mais importantes, como Imposto de Renda. As pessoas estão sempre reclamando.

Os comerciantes têm reclamado muito das correspondências que chegam atrasadas, que já chegam vencidas, acarretando o pagamento de juros.

Então, é preciso que a direção dos Correios dê uma atenção especial à situação que estamos passando no Acre.

Fica aqui o nosso registro, fica aqui o nosso repúdio para que a direção nacional dos Correios possa imediatamente tomar providências no sentido de amenizar o sofrimento do povo acreano.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento-o, Senador Sérgio Petecão.

Ao encerrar os trabalhos, quero, por uma questão de obrigação minha, até com a nossa história, a nossa vida, dizer que é bom que a gente reflita que tanto o pacote da semana passada, como este de hoje, estão fazendo com que, cada vez mais, se diminuam as contribuições para a Previdência. Depois não venham me dizer, amanhã, que a Previdência está falida. Aqueles que diziam que ela estava falida quebraram a cara.

Se estamos desonerando a folha tantas vezes consecutivas, isso significa que a Previdência, de fato, nunca foi falida. Que bom, que bom que, mais uma vez, a Previdência está combatendo a crise. Foi assim no passado, na construção de Brasília, Volta Redonda, Itaipu e por aí vai. De novo, os trabalhadores, com a sua economia, estão aguentando essa crise internacional com repercussão aqui no Brasil.

Eu só digo isso, Senador Sérgio Petecão, para que ninguém me diga que a nossa Previdência estava falida. Chamavam-me de demagogo quando eu dizia que não estava falida. E aqueles que diziam que estava

falida, agora não dizem mais. Ficam bem quietinhos. Agora não! A Previdência tem condição, vai dar um superávit maior ainda.

Só faço este pequeno esclarecimento, dizendo que não sou contra. Pelo contrário, acho que poderíamos desonerar a folha, mas aumentar sobre o faturamento. Com isso, quem pagaria mais seriam os banqueiros, que faturam muito e empregam muito pouco. Vamos torcer para que isso ande.

E, por final, por uma questão de compromisso assumido, eu quero dar como lida, meus amigos e minhas amigas, uma carta que recebi, muito bonita, da Sr^a Lourdes Conde Rorato, que fala da sua vida e a luta em defesa da sua filha, que é autista.

Eu só vou resumir aqui. E por que eu trago esta carta aqui para a tribuna do Senado? Ela diz que a musicoterapia salvou, praticamente, a vida da sua filha. Eu vou ler só a última folha:

Antes da musicoterapia, ninguém conseguia fazer uma terapia com a minha filha. Agora, ela anda a cavalo certinho na equoterapia; faz hidroterapia e frequenta a APAE em outra cidade.

Gostaria que muitas outras mães, quem tem filhos autistas, tivessem a mesma sorte que eu tive de conseguir mudar uma história triste para uma história feliz. Tudo isso foi conseguido com muito amor, muito carinho. (...)

E ela agradece ao seu esposo, à sua outra filha mais nova Andressa. E termina dizendo: *“Meu marido, minha outra filha mais nova, Andressa, e eu vivemos só para a Alessandra.”*

Enfim, àqueles que escutam essa mensagem eu gostaria de dizer que a música, de fato, é uma bênção, é uma alegria para o corpo e para a alma.

Imagino como a Alessandra deve se sentir com essa terapia. Imagino como as mudanças que a música trouxe para a vida dessa família foram mágicas, bonitas. E outras pessoas autistas podem usar esse mesmo instrumento.

Fico muito feliz. Por isso resolvi trazer o relato dessa mãe para a tribuna, para mostrar a todos aqueles que vivem situação semelhante que é possível encontrar esperanças, é possível encontrar caminhos.

E encontrar caminhos é o que nós também estamos tentando fazer com o projeto que apresentamos aqui na Casa, voltado para as pessoas com transtorno do espectro autista. Estamos buscando a inclusão, buscando meios de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas e de seus familiares.

Agradeço, enfim, muito à Sr^a Lourdes pelo carinho de ter me enviado essa carta, pelo maravilhoso exemplo

que dá de coragem e fé, apontando esse belo caminho da música para outras famílias que têm filho autista.

Desejo a todos os filhos autistas, às famílias de autistas, que tenham muita luz, muita sabedoria. E vida longa a todos os autistas!

Este documento fica, na íntegra, aqui no Senado da República.

Muito obrigado, Sr^a Lourdes Conde Rorato.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi, da Sr^a Lourdes Conde Rorato, um e-mail que me deixou bastante comovido.

Todos sabem que abracei a causa dos autistas com muito amor e respeito e seu e-mail só fez reforçar esses sentimentos.

Diz ela:

RESUMO DE UMA HISTÓRIA REAL.

Uma história de muitas lutas e muitas conquistas.

Alessandra nasceu no dia 2 de maio de 1985, bonita e saudável. Com o passar do tempo, comecei a notar que ela era diferente, levava ao médico e dizia a ele da minha preocupação. Ele me dizia que ela não tinha nada de anormal.

Ao completar 1 ano era visível que havia algo errado. Aí começou a peregrinação. Minha cidade é bem pequena, com poucos recursos. Eu também não tinha nenhum recurso, nem sequer telefone.

Senti que eu tinha que lutar com as minhas próprias forças. Busquei ajuda em cidades maiores e, mesmo assim, não tinha resposta. Tudo o que as pessoas falavam, a gente fazia. Se hoje é difícil, imaginem há 26 anos?

Passaram-se dias, meses, anos e nada se resolvia. Cada dia era pior. Alessandra tinha uma crise diferente a cada dia e ninguém entendia o que estava acontecendo. Eu ia a médicos, padres, benzedeiros e centros espíritas, sem resultado; cada dia pior.

Indicaram a Unicamp de Campinas. Fizemos esse trajeto por um ano e meio, onde ela refez todos os exames e passou por especialistas, até que fizeram uma junta médica, que deu o diagnóstico de Autismo.

Parecia que o mundo estava desabando sobre nossas cabeças e, para piorar, me disseram que não tinha tratamento para o Autismo pois o Brasil ainda estava engatinhando nas

pesquisas sobre o que fazer com uma criança autista.

Com esse diagnóstico desconhecido e sem saber prá onde ir, entregamos a Deus, e Ele nos iluminou: ganhei uma assinatura da revista Família Cristã. Na quarta edição da revista, havia uma reportagem sobre a musicoterapia e o musicoterapeuta era especialista em Autismo.

Recém chegado de Buenos Aires, ia começar a atender em São Paulo, há 450 km da minha cidade. Tinha um telefone. Sem pensar na distância, liguei para ele, contei sobre a Alessandra e ele me disse que gostaria de vê-la, que o caso não era impossível.

Marquei uma consulta e, junto à prefeitura da minha cidade, consegui uma ambulância. Lá fomos nós para São Paulo. Parecia um sonho, mas foi verdadeiro. Em quase 6 anos sem nenhuma esperança, encontramos alguém que se dispusesse a nos ajudar.

O musicoterapeuta tentou acalmá-la por três horas, pois até o relógio dele ela arrebenhou, mesmo assim ele nos encorajou, disse que ia nos ajudar...

Pela primeira vez encontramos alguém que mostrou interesse e nos deu muitas esperanças. Devido à distância, marcou a consulta seguinte para daí 15 dias. Assim, começou uma nova etapa em nossas vidas.

A cada 15 dias íamos para São Paulo. Em casa, seguíamos as suas orientações: arranjamos animaizinhos e ela começou a se acalmar.

Não tinha mais crises de choro porque, quando ela começava, passava noites e dias chorando sem parar, era uma loucura (nossa casa era repleta de grades de proteção).

Começou a dormir, não agredia mais a irmã mais nova, aceitou usar roupas e calçados e também começou a se comunicar a seu modo e não necessitou mais ficar trancada.

Na sétima seção, ela era outra criança..

Na época, o caso da Alessandra foi apresentado no Simpósio Internacional sobre Musicoterapia.

Hoje, esse musicoterapeuta, reside em Brasília e tem uma clínica chamada CLIAMA. Ele ainda nos atende prontamente. Devido à distância, a Alessandra foi até lá somente duas vezes. Mantemos contato por telefone, eu conto como ela está e ele me orienta sobre o que fazer.

Antes da musicoterapia, a Alessandra tomou todos os remédios possíveis da época: ora para acalmar, ora para estimular. Cada médico receitava um e, assim, ela só piorava. Depois da musicoterapia, o remédio dela é o musicoterapeuta Dr. Aluisio Duboc Maluf.

Depois de tanto sofrimento, hoje somos uma família feliz. A Alessandra depende de mim, mas ela é feliz, se comunica a seu modo, vive bem na sociedade, permitindo ir a qualquer lugar com ela, que se comporta bem, tem muita coordenação e até anda de bicicleta...

Antes da musicoterapia ninguém conseguia fazer uma terapia com ela. Agora ela anda no cavalo certinho na equoterapia; faz hidroterapia e frequenta a APAE em outra cidade.

Gostaria muito que as mães de autistas tivessem a mesma sorte que eu tive de conseguir mudar uma história triste, para uma história feliz.

Tudo isso foi conseguido com muito amor. Meu marido, minha outra filha mais nova, Andreza, e eu, vivemos só para a Alessandra."

Sr^{as} e Srs. Senadores, amigos e amigas que me escutam, nos mais diversos lugares do Brasil, a música é uma benção, é uma alegria para o corpo e para a alma.

Imagino como a Alessandra deve se sentir com essa terapia e imagino como as mudanças que a música trouxe prá vida dessa família devem ser profundas.

Fico muito feliz com isso e resolvi trazer esse relato dessa mãe para a Tribuna, para mostrar a todos aqueles que vivem situação semelhante, que é possível encontrar esperanças. É possível encontrar caminhos.

E, encontrar caminhos é o que nós também estamos tentando fazer com o projeto voltado para pessoas com transtorno do espectro autista.

Estamos buscando a inclusão, buscando meios de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas e de seus familiares.

Agradeço muito a Sra. Lourdes pelo carinho em ter enviado esse e-mail, pelo maravilhoso exemplo de perseverança e fé e desejo a sua família e as demais famílias que lidam com esse transtorno, muita luz, muita sabedoria e muito amor no coração!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada conseguimos aprovar o Projeto de Lei de Conversão n.º 17/2011, que cria o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para as licitações e contratos necessários à realização da Copa do Mundo, da Copa das Confederações e dos Jogos Olímpicos. Essa foi uma vitória importante, que permitirá dinamizar os preparativos para a realização desses megaeventos esportivos em nosso País.

Mas a preocupação do governo da Presidenta Dilma Rousseff não se restringe às obras públicas destinadas a esses eventos. Tão importante quanto elas é a segurança do público e dos atletas. Sabemos que basta um único incidente, como um atentado terrorista ou o assassinato de um turista, para manchar a história de um evento desses para sempre. De nada vai adiantar o Brasil nota “10” em aeroportos, transportes e hotelaria se uma bomba explodir durante os jogos, **hooligans** causarem as costumeiras confusões ou uma onda de assaltos infernizar os turistas. Se isso vier a acontecer, entraremos para a história como um país violento e inseguro, indigno de receber um evento de grande porte.

Por esse motivo, Sr. Presidente, como Líder do Governo nesta Casa, no momento em que recém-aprovamos o PLV n.º 17/2011, achei por bem trazer algumas informações às Senhoras e aos Senhores Senadores acerca do que está sendo feito em matéria de medidas de segurança para essas competições esportivas.

Em setembro do ano passado, ainda no governo do Presidente Lula, foi criado um Grupo de Trabalho para atuação na Copa do Mundo de Futebol Masculino FIFA 2014, Olimpíadas de 2016, Para-Olimpíadas de 2016 e eventos Afins – GTCOPA, presidido pelo Secretário Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça.

Ao longo de 2010, portanto antes mesmo de sua institucionalização jurídica, o GTCOPA já vinha promovendo uma série de seminários, reuniões e encontros com autoridades da área de segurança pública de diversos países para trocar expertises e experiências com aquelas nações que possuem **know how** em grandes eventos.

Foram realizadas reuniões com técnicos dos Estados Unidos e da Espanha. Os norte-americanos têm como grandes eventos recentes as Olimpíadas de Atlanta de 1996 e a Copa do Mundo de 1994, além de todo o aparato de segurança montado após os atentados terroristas de 2001. Na Espanha, aconteceram as Olimpíadas de Barcelona em 1992. Há também a

preocupação com atentados terroristas como o que houve no metrô de Madri em 2008, onde dezenas de pessoas morreram.

Autoridades do Ministério da Justiça ainda estiveram na África do Sul durante a realização do último mundial, para observar **in loco** como os sul-africanos trabalharam a segurança da Copa.

Em 2011, foram realizados encontros com as polícias civil, militar, guardas municipais e corpos de bombeiros militares das 12 cidades-sede da Copa de 2014. O objetivo é que estas corporações – somadas às forças federais como Polícia Federal e Rodoviária Federal, Forças Armadas, Receita Federal e Abin – atuem em conjunto e de forma articulada durante o mundial brasileiro.

Para tanto, Sr. Presidente, serão criados centros de comando de controle em cada uma das cidades que receberão partidas do mundial. Estes centros serão um espaço em que representantes de todas as forças de segurança estarão presentes, para que as decisões sejam tomadas de forma rápida e articulada.

Os centros de comando e controle foram usados na Copa da África do Sul, com êxito considerável. No Brasil, os dois principais ficarão em Brasília e no Rio de Janeiro, este já para ser utilizado nas Olimpíadas de 2016.

Sobre o Rio de Janeiro, aliás, quero fazer algumas considerações específicas, não apenas porque é o principal portão de entrada de turistas estrangeiros, mas porque sediará os três megaeventos esportivos.

Em matéria de segurança, a capital fluminense saiu na frente. Primeiro porque sediou, em 2007, os XV (décimo quintos) Jogos Pan-Americanos. Para essa competição, foi montado um sistema com base nas experiências de Atenas, Sidney, Londres, Atlanta, Alemanha e Israel.

O sistema foi baseado nos conceitos de georreferenciamento e geoprocessamento operando ininterruptamente durante todo o período dos jogos. Graças a esses dois conceitos, as ocorrências eram identificadas nos mapas digitais, baseados em coordenadas geográficas que cobriam a cidade toda. Assim era possível localizar a ocorrência, e também qual viatura estava mais próxima do local para prestar o primeiro atendimento.

Terminados os Jogos Pan-Americanos, os novos equipamentos foram incorporados ao sistema de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro e de outras unidades da Federação. Do total de recursos aplicados pelo Governo Federal na segurança dos Jogos, mais de 200 milhões de reais foram destinados à tecnologia da informação e comunicação. Isso coloca o Rio de Janeiro na ponta do que há de mais moder-

no em transmissão de dados e voz, monitoramento eletrônico, identificação de pessoas e comunicação especializada via rádio.

Além disso, o Rio conta com a Delegacia Especial de Apoio ao Turista (DEAT), com toda a infraestrutura necessária para prestar apoio ao turista vítima de violência, prestando-lhe um atendimento rápido, para que perca o menor tempo possível no ambiente policial.

Por sua vez, a Polícia Militar possui o BPTUR, batalhão especializado na proteção de atividades turísticas, no qual o policial é preparado para lidar com turistas nacionais e estrangeiros, recebendo cursos de capacitação em idiomas e em informações turísticas. Além do BPTUR, há o BOPE, encarregado de ações antiterrorismo, em ação conjunta com a Polícia Federal.

Para que o sistema funcione de forma integrada, foi criada uma rede de comunicação turística, em parceria com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, a fim de unificar as transmissões entre os diversos segmentos do sistema público ou privado, por meio de rádio Nextel, em canal fechado.

Não tenho dúvidas, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que essa experiência do Rio de Janeiro será estendida às demais cidades-sedes da Copa, representando um sensível benefício para a organização do evento.

Sr. Presidente, já concluindo, vemos que o Brasil não está parado em matéria de segurança. O Ministério da Justiça vem envidando todos os esforços para fazer com que a Copa do Mundo de 2014, a Copa das Confederações e os Jogos Olímpicos sejam, de fato, o sucesso que todos esperamos.

Quero destacar, contudo, que esses esforços não se restringem apenas à esfera governamental. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por exemplo, editou o manual **Infraestrutura Turística e Megaeventos**, cujo exemplar tive a honra de receber em meu gabinete. Nessa publicação, a CNC faz uma exposição detalhada de todas as providências que precisam ser adotadas em matéria de infraestrutura, para que esses eventos esportivos tragam o tão esperado retorno, não apenas do ponto de vista financeiro, mas, sobretudo, de imagem do Brasil no exterior. Essa é mais uma importante contribuição que a CNC oferece a todos aqueles que possuem algum nível de responsabilidade na condução dessas competições esportivas.

Por esse motivo, saúdo o Dr. Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, pelo belo trabalho que vem fazendo à frente daquela entidade.

Cumprimento, também, o Ministro José Eduardo Cardozo e a Dra. Regina de Luca Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública, pelas gestões que

vêm sendo empreendidas, em matéria de segurança, para a realização desses megaeventos esportivos em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 19, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 529, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2011, que *altera os arts. 21 e 24 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual e do seguro facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda; altera arts 16, 29, 72 e 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o filho ou irmão que tenha deficiência intelectual ou mental como dependente, modificar a regra de cálculo do auxílio-doença e determinar o pagamento do salário maternidade devido à empregada do microempreendedor individual diretamente pela Previdência Social; altera o art. 20 e acrescenta o art. 21-A à Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência; e acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 968, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, para estabelecer tramite especial e simplificado para o processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual.* (proveniente da Medida Provisória nº 529, de 2011).

(Lido no Senado Federal no dia 13-7-2011)

Relator revisor: Senador Armando Monteiro

(Sobrestando a pauta a partir de: 23-5-2011)

Prazo final prorrogado: 18-8-2011

2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional*.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*.

(Pendente de:

- leitura do parecer da CCJ;
- emissão de pareceres da CRA e da CMA.)

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art.*

5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.

(Pendente de:

- leitura dos pareceres da CCJ, CCT e CDH;
- emissão de parecer da CRE.)

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 801, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010 (nº 29/2007, na Casa de origem, do Deputado Paulo Bornhausen), que *dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências*.

(Pendente de emissão de pareceres da CCJ, CAE, CE, CMA e CCT.)

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências*.

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

7

SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2010

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2010 (nº 2.057, de 2007, na Casa de origem), que *dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código*

Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

Parecer sob nº 231, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador Cícero Lucena, oferecendo a redação do vencido.

(Relator no turno único: “ad hoc” Senador Paulo Paim, CDH)

8

SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2011

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *estabelece a obrigatoriedade da aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.*

Parecer sob nº 592, de 2011, da Comissão Diretora, Relatora: Vanessa Grazziotin, oferecendo a redação do vencido.

(Relator no turno único: Senador Gim Argello, CRE)

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2007 (nº 7.711/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *acresce o art. 19-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.*

Parecer favorável, sob nº 1, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (nº 3.129/2004,

na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Constituição de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2011 (nº 7.621/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 548, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Taques.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2011 (nº 7.623/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 608, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

14**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2011 (nº 7.625/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE), cria Varas do Trabalho com sua jurisdição e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 671, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Humberto Costa.

15**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2011 (nº 7.574/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 672, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

16**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2011 (nº 7.576/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE) e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 673, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Amorim.

17**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio

Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante a Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

18**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 14, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental*.

Pareceres sob nºs 1.276, de 2008 e 2.340, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

19**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010, de iniciativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica*.

Parecer sob nº 525, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Bauer, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

20**REQUERIMENTO Nº 1108, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristo-

vam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.

21

REQUERIMENTO Nº 756, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, solicitando a constituição de uma Comissão composta por sete juristas para, no prazo de cento e oitenta dias, elaborar projeto de Código Penal adequado aos ditames da Constituição de 1988 e às novas exigências de uma sociedade complexa e de risco.

22

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 13 minutos.)

Emendas

AO

PROJETO DE LEI

N.º 17, de 2011

MENSAGEM

N.º 00064/2011 – CN

(Nº 00252/2011, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 150.673.479,00 (cento e cinquenta milhões, seiscentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Índice de Emendas

PL 017/2011 - EMENDA

Total por Parlamentar

CLAUDIO CAJADO	00001 a 00003	3
GIROTO	00005 e 00006	2
MARÇAL FILHO	00004	1
WILSON SANTIAGO	00007 a 00009	3

Total de Emendas: 9

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00001**
PL 017/2011-CN
Mensagem 0064/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 17/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR NO ANEXO I**ÓRGÃO: 30000 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****UNIDADE: 30911 – FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA****Programa: APOIO AO REAPARELHAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA – NO ESTADO DA BAHIA****Funcional Programática: 06.181.1127.8988.0029****GND: 4****Mod. de Aplicação: 30****Valor: 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)****CANCELAMENTO NO ANEXO I****ÓRGÃO: 52000 – MINISTÉRIO DA DEFESA****UNIDADE: 52121 – COMANDO DO EXÉRCITO****Programa: CONSTRUÇÃO E INSTAÇÃO DO AQUARTELAMENTO DO COMANDO MILITAR DO PLANALTO – EM BRASÍLIA - DF****Funcional Programática: 05.153.0628.11UB.0101****GND: 4****Mod. de Aplicação: 90****Fonte: 100****Valor: 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)**

JUSTIFICAÇÃO

O processo de modernização do Sistema de Segurança Pública na Bahia vem se realizando através de uma intervenção articulada que envolve a utilização de recursos na contratação, formação, capacitação e valorização de policiais, ciência e tecnologia, inteligência policial, telecomunicações, ampliação e renovação da frota de viaturas, e tecnologia da informação. Nessa perspectiva, o sucesso do processo de modernização do Sistema de Segurança Pública, notadamente para vencer a organização da criminalidade contra a vida e o patrimônio que avança em todo o país, requer, necessariamente, o incremento de recursos voltados para o reaparelhamento das instituições de Segurança Pública, que justifica a aquisição de equipamentos, para as polícias estadual (Militar, Bombeiros, Civil), federal e rodoviária federal.

CÓDIGO

3166

NOME DO PARLAMENTAR

CLAUDIO CAJADO

UF

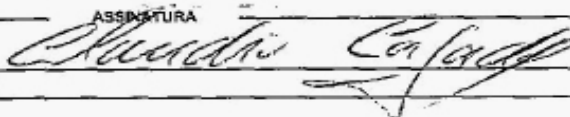
BA

PARTIDO

DEM

DATA

ASSINATURA



EMENDA - 00002**PL 017/2011-CN**

Mensagem 0064/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 17/2011 - CN

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR NO ANEXO I**ÓRGÃO: 30000 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****UNIDADE: 30911 – FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA****Programa: APOIO A IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESTRUTURAS FÍSICAS DE UNIDADES FUNCIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA – DIAS D' ÁVILA - BA****Funcional Programática: 06.181.1127.8992.0086****GND: 4****Mod. de Aplicação: 40****Valor: 2.000.000,00 (dois milhões de reais)****CANCELAMENTO NO ANEXO I****ÓRGÃO: 30000 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****UNIDADE: 30909 – FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL****Programa: CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DO AQUARTELAMENTO DO COMANDO MILITAR DO PLANALTO – EM BRASÍLIA - DF****Funcional Programática: 05.153.0628.11UB.0101****GND: 4****Mod. de Aplicação: 90****Fonte: 100****Valor: 2.000.000,00 (dois milhões de reais)****JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa atender o município de DIAS D' ÁVILA, no Estado da Bahia, objetivando desenvolver e apoiar a projetos voltados para a **construção** ou adequação de instalações físicas, aparelhadas e equipadas para o desempenho das atividades de segurança pública, como centros integrados de operações de segurança pública, centros integrados de cidadania, unidades de saúde, unidades de perícia, bem como secretaria Nacional, Estaduais e Municipais de Segurança Pública, e outras unidades correlatas. Com o maior objetivo de construir módulos policiais com sistema de catracas, podendo fechar todas as entradas e saídas do Município e, também o monitoramento e controle de entradas e saídas de pedestres motorizados ou não, onde trará maior segurança para a população local.

CÓDIGO

3166

NOME DO PARLAMENTAR

CLAUDIO CAJADO

UF

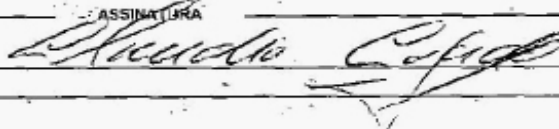
BA

PARTIDO

DEM

DATA

ASSINATURA



EMENDA - 00003
PL 017/2011-CN
Mensagem 0064/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 17/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR NO ANEXO I

ÓRGÃO: 30000 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
UNIDADE: 30907 – FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL - FUNPEN
Programa: APOIO À CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS
ESTADUAIS – NACIONAL
Funcional Programática: 14.421.0661.8914.0001
GND: 4
Mod. de Aplicação: 30
Valor: 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais)

CANCELAMENTO NO ANEXO I

ÓRGÃO: 52000 – MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE: 52121 – COMANDO DO EXÉRCITO
Programa: CONSTRUÇÃO E INSTAÇÃO DO AQUARTELAMENTO DO COMANDO MILITAR
DO PLANALTO – EM BRASÍLIA – DF
Funcional Programática: 05.153.0628.11UB.0101
GND: 4
Mod. de Aplicação: 90
Fonte: 100
Valor: 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

O processo de modernização do Sistema Penitenciário e Cadeia Pública do Brasil vêm cada vez melhorando e crescendo notadamente. A presente emenda dará a oportunidade de Apoio à Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais como: Construção de Penitenciária Mista e Construção de Cadeia Pública, no Estado da Bahia.

CÓDIGO

3166

NOME DO PARLAMENTAR

CLAUDIO CAJADO

UF

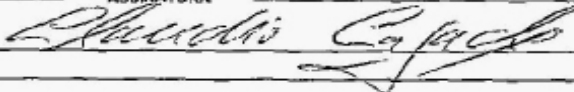
BA

PARTIDO

DEM

DATA

ASSINATURA



EMENDA - 00004**PL 017/2011-CN**

Mensagem 0064/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO		PROJETO DE LEI PL Nº 017/2011-CN	PÁGINA 01 de 01
Inclua-se as alterações abaixo descritas:		TEXTO	
Suplementação: Órgão: 52000 – Ministério da Defesa Unidade: 52101 – Ministério da Defesa Subtítulo: Adequação da infra-estrutura Aeroportuária e Sistema de Pistas do Aeroporto Internacional de Campo Grande - MS Funcional Programática: 26.781.0631.7H31.XXXX GND/MA: 4 / 90 Valor: R\$ 7.000.000,00			
Cancelamento: Órgão: 52000 – Ministério da Defesa Unidade: 52121 – Comando do Exército Subtítulo: Construção e Instalação do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto – Em Brasília-DF. Funcional Programática: 05.153.0628.11UB.0101 GND/MA: 4 / 90 Valor: R\$ 7.000.000,00			
JUSTIFICAÇÃO <p>O aeroporto Internacional de Campo Grande concentra a demanda de 100% dos vôos comerciais para o estado e suas condições físicas são, sob o ponto de vista de segurança e atendimento, precários. Com visível falta de estrutura, o aeroporto conta com apenas uma esteira para bagagens, o que por várias vezes já causou transtornos aos usuários sul-mato-grossenses e turistas que buscam o Estado, especialmente, os pontos turísticos do Pantanal, Bonito e Serra da Bodoquena. A presente emenda então, se justifica pela inegável necessidade de reparos, adequações e reformas naquele aeroporto.</p>			
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF
	Deputado MARÇAL FILHO		MS
DATA	ASSINATURA		
11			

EMENDA - 00005**PL 017/2011-CN**

Mensagem 0064/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PL Nº 17/2011-CNPÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Inclua-se as alterações abaixo descritas:

Suplementação:

Órgão: 30000 – Ministério da Justiça

Unidade: 30912 – Fundo Nacional Antidrogas

Subtítulo: Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas em Mato Grosso do Sul

Funcional Programática: 14.422.0665.8236.0054

GND: 4

Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelamento:

Órgão: 52000 – Ministério da Defesa

Unidade: 52121 – Comando do Exército

Subtítulo: Construção e Instalação do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto

Funcional Programática: 05.153.0628.11UB.0101

Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A emenda ora apresentada visa apoiar em caráter suplementar projetos e ações de interesse do Sistema de Políticas sobre as Drogas, que é de interesse social do país que vem enfrentado sérios problemas no seu combate, vez que os problemas que se enfrenta não se encontram restritos a esta ou aquela localidade, mas, sim, infelizmente, se constituem em um dos grandes desafios do período em que vivemos.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. Giroto

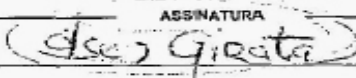
MS

PR

DATA

ASSINATURA

05/08/2011



EMENDA - 00006**PL 017/2011-CN**

Mensagem 0064/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PL Nº 017/2011-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se as alterações abaixo descritas:

Suplementação:

Órgão: 30000 – Ministério da Justiça

Unidade: 30912 – Fundo Nacional Antidrogas

Subtítulo: Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas em Mato Grosso do Sul

Funcional Programática: 14.422.0665.8236.0054

GND: 3

Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelamento:

Órgão: 52000 – Ministério da Defesa

Unidade: 52121 – Comando do Exército

Subtítulo: Construção e Instalação do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto

Funcional Programática: 05.153.0628.11UB.0101

Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A emenda ora apresentada visa apoiar em caráter suplementar projetos e ações de Interesse do Sistema de Políticas sobre as Drogas, que é de interesse social do país que vem enfrentado sérios problemas no seu combate, vez que os problemas que se enfrenta não se encontram restritos a esta ou aquela localidade, mas, sim, infelizmente, se constituem em um dos grandes desafios do período em que vivemos.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. Giroto

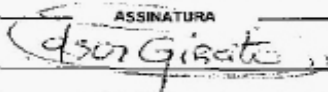
MS

PR

DATA

ASSINATURA

05/08/2011



EMENDA - 00007
PL 017/2011-CN
Mensagem 0064/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 17 /2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

ACRESÇA-SE À PROGRAMAÇÃO

Título: Atendimento Médico-Hospitalar/Fator de Custo – Aquisição de Ambulância – 31º Batalhão de Infantaria Motorizado – Campina Grande – PB

Órgão	UNIDADE	Funcional	GND	MO D	Valor
52000	52121	05.302.0637.2059.0094	4	90	300.000,00

CANCELAMENTO

Título: Construção e Instalação do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto Em Brasília - DF

Órgão	UNIDADE	Funcional	GND	MOD	Valor
52000	52121	05.153.0628.11UB.0101	4	90	300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Melhorar e facilitar as condições de transporte de pacientes necessitados de atendimento médico-hospitalar, atendidos pelo 31º Batalhão de Infantaria Motorizado, em Campina Grande, no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

Senador WILSON SANTIAGO

UF

PB

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA

EMENDA - 00008
PL 017/2011-CN
Mensagem 0064/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 17 /2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

ACRESÇA-SE À PROGRAMAÇÃO

Título: Atendimento Médico-Hospitalar/Fator de Custo – Aquisição de Equipamentos Hospitalares – Hospital de Guarnição de João Pessoa – PB

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MO D	Valor
52000	52121	05.302.0637.2059.0136	4	90	300.000,00

CANCELAMENTO

Título: Construção e Instalação do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto Em Brasília - DF

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
52000	52121	05.153.0628.11UB.0101	4	90	300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Melhorar a qualidade e tornar mais eficiente o atendimento aos pacientes atendidos pelo Hospital de Guarnição de João Pessoa, no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

Senador WILSON SANTIAGO

UF

PB

PARTIDO

PMDB

DATA

ASSINATURA

EMENDA - 00009**PL 017/2011-CN**

Mensagem 0064/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 17 /2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

ACRESÇA-SE À PROGRAMAÇÃO

Título: Apoio ao Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública – No Estado da Paraíba

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
30000	30911	06.181.1127.8988.0025	4	30	1.500.000,00

CANCELAMENTO

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
30000	30911	06.181.1127.8988.0001	4	30	1.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Possibilitar melhores condições de trabalho com o reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública, a fim de reduzir, inclusive no âmbito preventivo, os altos índices de violência no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

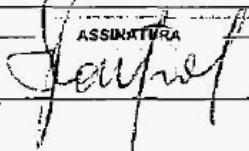
UF

PARTIDO

Senador WILSON SANTIAGO**PB****PMDB**

DATA

ASSINATURA



**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

E M E N D A S

APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 539**, ADOTADA EM 26 DE JULHO DE 2011, E PUBLICADA NO DIA 27 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "AUTORIZA O CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, PARA FINS DA POLÍTICA MONETÁRIA E CAMBIAL, A ESTABELECEER CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA NEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS DE DERIVATIVOS, ALTERA O ART. 3º DO DECRETO-LEI Nº 1.783, DE 18 DE ABRIL DE 1980, E OS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 8.894, DE 21 DE JUNHO DE 1994, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado André Figueiredo-PDT	03, 06, 07
Deputado Antonio Carlos M. Neto-DEM	02, 04, 09, 10, 11
Senador Armando Monteiro-PTB	12
Deputado Arnaldo Jardim-PPS	01
Deputado Chico Alencar-PSOL	05
Deputado Geraldo Simões-PT	14
Deputada Mara Gabrilli-PSDB	08
Deputada Sandra Rosado-PSB	13

SACM

TOTAL DE EMENDAS: 014

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00001

DATA 06/08/2011	PROPOSIÇÃO Medida Provisória 539			
AUTOR Deputado ARNALDO JARDIM			PPS/SP	Nº PRONTUÁRIO 339
TIPO 1 (X) SUPRESSIVA 2 () SUBSTIT 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	NCISO	ALÍNEA

EMENDA SUPRESSIVA

Medida Provisória nº 539 de 26.07.2011


Suprima-se o artigo 1º da Medida Provisória nº 539, de 26.07.2011.

JUSTIFICATIVA

O Artigo 1º da Medida Provisória nº 539, de 26 de julho de 2011, delega competência ao Conselho Monetário Nacional para, de forma bastante ampla, estabelecer condições para a negociação de contratos de derivativos, inclusive através da introdução de depósitos sobre os valores nominais dos contratos.

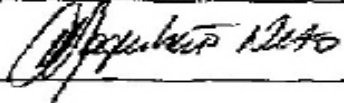
Ainda que o Conselho Monetário Nacional possua competência para regular matérias atinentes aos mercados financeiro e de capitais, a delegação na forma proposta nos parece excessiva, na medida em que permite a adoção de medidas pelo Conselho Monetário Nacional que alcançam contratos já firmados – caso da eventual adoção de depósitos compulsórios sobre contratos já firmados –, o que, no mercado de derivativos representa uma mudança nas condições pactuadas, podendo levar a importantes desequilíbrios econômico-financeiros para os investidores. Isto representaria uma clara quebra de contrato, com impactos extremamente negativos sobre a estabilidade dos mercados de capitais domésticos, bem como sobre a segurança jurídica necessária para o desenvolvimento destes mercados.

Neste contexto, dados os impactos potencialmente muito nocivos da medida, e dada a grande complexidade que a regulação de mercados como o de derivativos exige, entendemos que tal matéria deve ser objeto de um debate mais profundo pelo Congresso Nacional, o que não é possível fazer no prazo de tramitação de uma medida provisória, razão pela qual demandamos a supressão do art. 1º da Medida Provisória 539, de 26 de julho de 2011.

5, 8, 11	ASSINATURA 
----------	--

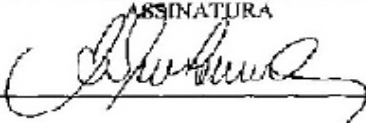
00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 8/8/2011	Proposição Medida Provisória nº 539/11			
Autor Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto - DEM/BA	Nº da proposta final			
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input type="checkbox"/> Amendamental 4 <input type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutiva global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
TEXTO JUSTIFICATIVO				
<p>Suprima-se o art. 1º da Medida Provisória nº 539, de 2011.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>O art. 1º da MP 539, de 2011, confere ao CMN, órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional - SFN, amplos poderes de intervir no mercado de derivativos. Ações do CMN nesse sentido tornam o poder de alterar o funcionamento do SFN. Daí entendemos que aquilo que se pretende com o art. 1º somente poderia vir por meio de lei complementar, haja vista o que estabelece o art. 192 de nossa Constituição Federal.</p> <p>Diante disso, considerando que o artigo 62, §1º, III da Constituição Federal, veda a edição de Medida Provisória que versar sobre matéria reservada a lei complementar, temos que o art. 1º é inconstitucional, devendo, portanto, ser suprimido.</p>				
PARLAMENTAR				
				

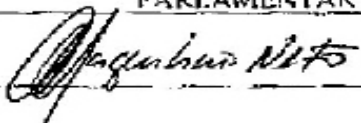
00003

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 02/08/2011	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 539, DE 2011			
AUTOR DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO - PDT/CE			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
<p>Dê-se ao art. 1º da MP nº 539, de 2011, a seguinte redação:</p> <p><i>"Art. 1º Fica o Conselho Monetário Nacional-CMN, para fins de política monetária e cambial, autorizado a determinar depósitos sobre os valores nominais dos contratos de derivativos, e fixar limites, prazo e outras condições sobre as negociações desses contratos, independentemente da natureza do investidor, podendo, inclusive, estabelecer condições específicas para negociação desses contratos."</i></p> <p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>Entendemos que o art. 1º da MP deva evidenciar a autorização ao CMN de determinar depósitos sobre os valores nominais dos contratos de derivativos, e de fixar limites, prazos e outras condições sobre as negociações dos contratos, sendo a autorização para o estabelecimento de condições específicas, não explicitadas, fator adicional.</p> <p>Dessa forma, acreditamos que a redação proposta para o art. 1º pela presente emenda seja a mais adequada.</p>				
ASSINATURA 				

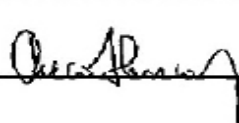
00004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 8/8/2011		Proposição Medida Provisória nº 539/11		
Autor Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto - DEM/BA		Nº da proposição		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4 <input type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substituição global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
TEXTO DE JUSTIFICATIVA				
<p>Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Decreto-Lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, com a redação dada pelo art. 2º da MP nº 539/11:</p> <p>"Art. 3º</p> <p>IV - nas operações relativas a títulos ou valores mobiliários, com exceção das operações de contratos de derivativos, as instituições autorizadas a operar na compra e venda de títulos e valores mobiliários." (NR)</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>A Medida Provisória nº 539, de 2011, transfere a responsabilidade pela cobrança e recolhimento do IOF incidente sobre contratos de derivativos para as entidades autorizadas a registrá-los. Entretanto, tais entidades não possuem relacionamento direto com o contribuinte, e a delegação da responsabilidade tributária para essas instituições implicaria na obrigação pelo pagamento do imposto sem acesso ao fluxo financeiro do contribuinte. Isso dificultaria ou mesmo inviabilizaria a atuação como substituto tributário.</p> <p>Nesse sentido, entende-se que a responsabilidade pelo recolhimento do referido tributo, quando relativo a contratos de derivativos, deve ser do próprio contribuinte, razão pela qual sugere-se a mudança do art. 3º, IV do Decreto-Lei nº 1.783/1980, nos termos propostos.</p>				
PARLAMENTAR				
				

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00005

data 03/08/2011	proposição Medida Provisória nº 539 / 2011			
Autor Deputado Chico Alencar – PSOL/RJ	nº do proponente			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input type="checkbox"/> Modificativa 4 <input type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO				
<p>Altera-se o parágrafo 1º do artigo 1º da Lei no 8.894, de 21 de junho de 1994, alterado pelo Art. 3º desta Medida Provisória:</p> <p>§ 1º No caso de operações relativas a títulos ou valores mobiliários envolvendo contratos de derivativos, a alíquota é de 25% sobre o valor da operação.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A presente Medida Provisória tributa as operações de derivativos cambiais com o IOF de <u>até</u> 25%, na tentativa de conter a sobre-valorização do real, que gera grande prejuízo à indústria nacional. Tais operações de derivativos forçam a queda do dólar, gerando grandes ganhos aos especuladores, e grandes prejuízos ao Banco Central.</p> <p>Em 2009, por exemplo, o dólar se desvalorizou em mais de 20% frente ao real, enquanto em 2011 tal desvalorização já acumulou mais de 5%. Desta forma, a alíquota de IOF atualmente adotada (de apenas 1%) não é capaz de eliminar os ganhos dos especuladores.</p> <p>Por esta razão, propomos a presente emenda, que estabelece desde já a alíquota do IOF no patamar máximo admitido pelo governo, ou seja, 25%.</p>				
PARLAMENTAR				
				

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00006

DATA
02/08/2011

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 539, DE 2011

AUTOR
DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO - PDT/CE

Nº PRONTUÁRIO

TÍPO
1 () SUPRESSIVA 2 (X) SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO
GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Dê-se aos §§ 1º e 2º, do art. 1º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, constantes do art. 3º da MP nº 539, de 2011, as seguintes redações:

"Art. 3º

"Art. 1º

§ 1º No caso de operações relativas a títulos ou valores mobiliários envolvendo contratos de derivativos, a alíquota poderá variar até 25% sobre o valor da operação, podendo o Poder Executivo aumentar esse limite em razão dos objetivos das políticas monetária e fiscal.

§ 2º Na hipótese das demais operações a que se refere o caput, o Poder Executivo poderá alterar as alíquotas, tendo em vista os objetivos das políticas monetária e fiscal, obedecido o limite máximo de 1,5% ao dia."

JUSTIFICAÇÃO

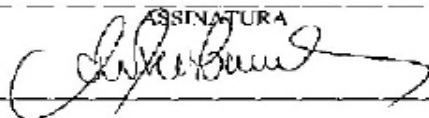
As medidas tomadas pelo Governo para o mercado futuro de câmbio, que movimentam cerca de US\$ 15 bilhões diariamente, contra US\$ 2 bilhões movimentados pelo mercado à vista, no sentido de evitar pressões adicionais sobre a taxa de câmbio, ainda não foram avaliadas com relação à sua eficácia.

Desse modo, é necessário que o Poder Executivo tenha flexibilidade para a fixação da alíquota do IOF relativo às operações envolvendo contratos de derivativos referentes a títulos ou valores mobiliários.

Portanto, não deve ser fixada em lei alíquota máxima do IOF para essas operações, pois esse é um imposto regulatório e poderá haver a necessidade de aumento dessa alíquota com agilidade, caso a medida ora tomada pelo Governo não alcance o sucesso desejado.

Estamos propondo, pois, a supressão da expressão "máxima" constante do texto do § 1º que pretendemos alterar, além de permitir que o Poder Executivo aumente a alíquota de 25% no caso de necessidade de retrain ainda mais as operações do mercado futuro do dólar.

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00007

DATA 02/08/2011	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 539, DE 2011
--------------------	-----------------------------------

AUTOR DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO – PDT/CE	Nº PRONTUÁRIO
---	---------------

TIPO				
1 () SUPRESSIVA GLOBAL	2 (X) SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 () ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------	--------	-----------	--------	--------

Dê-se ao art. 1º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, constante do art. 3º da MP nº 539, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 3º

" Art. 1º

§ 1º No caso de operações relativas a títulos ou valores mobiliários envolvendo contratos de derivativos, a alíquota máxima é de 25% sobre o valor da operação.

§ 2º No caso de operações envolvendo contratos de derivativos financeiros, cujo valor de liquidação seja afetado pela variação da taxa de câmbio, a alíquota que se refere o § 1º poderá ser aumentada pelo Poder Executivo tendo em vista os objetivos das políticas monetária e fiscal.

§ 3º Na hipótese das demais operações a que se refere o caput, o Poder Executivo poderá alterar as alíquotas, tendo em vista os objetivos das políticas monetária e fiscal, obedecido o limite máximo de 1,5% ao dia."

JUSTIFICAÇÃO

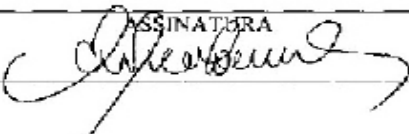
As medidas tomadas pelo Governo para o mercado futuro de câmbio, que movimentam cerca de US\$ 15 bilhões diariamente, contra US\$ 2 bilhões movimentados pelo mercado à vista, no sentido de evitar pressões adicionais sobre a taxa de câmbio, ainda não foram avaliadas com relação à sua eficácia.

Nesse modo, é necessário que o Poder Executivo tenha flexibilidade para a fixação da alíquota do IOF relativa às operações envolvendo contratos de derivativos referentes a títulos ou valores mobiliários.

Portanto, não deve ser fixada em lei alíquota máxima do IOF para essas operações, pois esse é um imposto regulatório e poderá haver a necessidade de aumento dessa alíquota com agilidade, caso a medida ora tomada pelo Governo não alcance o sucesso desejado.

Estamos propondo, pois, a supressão da expressão "máxima" constante do texto do § 1º que pretendemos alterar, além de permitir que o Poder Executivo aumente a alíquota de 25% no caso de necessidade de retrain ainda mais as operações do mercado futuro do dólar.

ASSINATURA



00008

CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA MARA GABRILLI – PSDB/SP

EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 539, DE 26 DE JULHO 2011

(Da Sra. Mara Gabrilli)

Art. 1º O artigo 3º da Medida Provisória nº 539, de 26 de Julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º No caso de operações relativas a títulos ou valores mobiliários envolvendo contratos de derivativos, a alíquota máxima é de 25% sobre o valor da operação.

§ 2º O Poder Executivo, obedecidos os limites máximos fixados neste artigo, poderá alterar as alíquotas tendo em vista os objetivos das políticas monetária e fiscal.

§3º Ficam isentas do imposto tratado neste artigo as operações de exportação ou importação que façam uso de cobertura (*hedge*) por meio de contratos de derivativos financeiros cujo valor de liquidação seja afetado pela variação da taxa de câmbio.

§4º Para a concessão da isenção disposta no parágrafo anterior será considerada operação de exportação ou importação aquela registrada, conforme ato do Poder Executivo. (NR)”

“Art. 2º

.....

II -

.....

c) o valor nominal ajustado dos contratos, no caso de contratos de derivativos.

.....

§ 3º Para fins do disposto na alínea “c” do Inciso II do caput, considera-se como valor nominal ajustado o produto do valor de referência do contrato (valor nominal) pela variação do preço do derivativo em relação à variação do preço do seu ativo objeto.” (NR)

“Art. 3º

.....

IV - os titulares dos contratos, na hipótese prevista no art. 2º, inciso II, alínea “c”.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

É meritória a iniciativa do governo em fortalecer o marco regulatório dos derivativos e tentar colocar freios à valorização do real frente à moeda norte-americana. De fato, o câmbio sobrevalorizado prejudica as exportações, uma vez que o produto brasileiro passa a custar mais no exterior.

Na mesma toada, pretende-se, através da presente Medida Provisória - MP, inibir a especulação financeira por meio dos contratos de derivativos. Teriam tido eles, conforme consta da Mensagem do Executivo, encaminhada em conjunto com a MP, "importante papel no desenvolvimento e na amplificação dos efeitos causados pela última crise financeira internacional".

Ocorre que ao inibir o uso de todos os derivativos vinculados ao câmbio, o governo acaba por prejudicar aqueles que gostaria de ajudar. Em outras palavras, ao desincentivar o uso desses contratos o governo prejudica tanto os exportadores, quanto os importadores, que fazem uso de derivativos atrelados ao câmbio para se resguardarem de eventuais mudanças cambiais (operação de *hedge*).

Por meio das operações de *hedge*, operações de proteção de preço realizadas nos mercados de derivativos da Bolsa, o exportador pode minimizar os riscos de variação cambial adversa ou de uma flutuação não prevista das taxas de juros, a que ele está normalmente exposto no seu cotidiano de negócios.

O objetivo, portanto, de uma operação de *hedge* não é especular, não é de negociar com o objetivo de auferir lucros, aproveitando-se de uma situação temporária do mercado. O objetivo é de se resguardar, de se proteger da variação cambial adversa que possa prejudicar o preço final do produto a ser exportado ou importado.

Ademais, o desincentivo causado pelo aumento da alíquota do IOF levará esses exportadores e importadores a se protegerem do risco cambial de formas mais complexas e arriscadas. Farão uso de fundos de fundos e outros mecanismos disponíveis em outros países para se resguardarem de algo que até então se fazia com facilidade e sem muitos riscos no Brasil. É sempre bom lembrar que a crise da Sadia em 2008 foi decorrente de sua superexposição ao risco cambial.

Sendo assim, o objetivo dessa emenda é excluir do rol de operações tributáveis pelo IOF as operações de *hedge* efetuadas por exportadores ou importadores. Isto, pois elas não se enquadram dentre os alvos do governo, os especuladores de bolsa. Independente da tributação, eles continuarão formando contratos de *hedge* para se protegerem do risco cambial. Como o IOF não é um tributo com finalidade arrecadatória, mas sim econômica, no sentido de encorajar ou desencorajar certo comportamento, acreditamos ser razoável a exclusão daqueles que não especulam, mas se protegem.

Ademais, para que a operação seja enquadrada com isenta, deverá o exportador ou importador comprová-la por meio de registro, a ser regulamentado pelo Poder Executivo.

Diante do exposto, conto com a colaboração dos nobres pares para aprovação desta emenda.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 2011.



MARA GABRILLI

Dep. Federal - PSDB/SP

00009

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<small>Data</small> 04 / 08 / 2011	<small>proposição</small> Medida Provisória nº 539/11
---------------------------------------	--

<small>autor</small> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto-DEM/BA	<small>Nº do prontuário</small>
---	---------------------------------

1 ☐ Supressiva 2 ☐ substitutiva 3 ☐ modificativa 4 ☒ Aditiva 5 ☐ Substitutiva global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o seguinte § 3º ao art. 1º da Lei nº 8.894, de 1994, com a redação dada pelo art. 3º da Medida Provisória nº 539, de 2011.

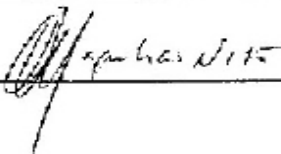
“§ 3º No caso de operações envolvendo contratos de derivativos, ao definir as alíquotas o Poder Executivo deverá levar em consideração o perfil do investidor, concedendo tratamento diferenciado à contraparte que tem por objetivo a transferência ou minimização do risco.”

JUSTIFICATIVA

No mercado de derivativos, alguns participantes atuam com o intuito de minimizar ou transferir totalmente o risco a que estão expostos. São os chamados *hedgers*, que ao atuarem no mercado não estão visando o lucro.

Conforme vimos por ocasião da crise de 2008, a falta de *hedge* por parte de algumas empresas culminou em perdas bilionárias, que acabaram sendo contornadas, inclusive, com o apoio governamental. Isso mostra que a prática do *hedge* deve ser difundida e incentivada, daí a conveniência de se dar tratamento diferenciado ao *hedger*, na forma de alíquotas menores de IOF. De se registrar que esses participantes já possuem tratamento diferenciado ao negociar contratos de derivativos na bolsa brasileira.

PARLAMENTAR



00010

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 4/8/2011	proposição Medida Provisória nº 539/11
------------------	---

Deputado ^{autor} Antonio Carlos Mayalhões Neto - DEM/BA	Nº do protocolo
--	-----------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutiva global
---------------------------------------	---	---	---	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
TEXTO / JUSTIFICACÃO				

Acrescente-se o seguinte § 3º ao art. 1º da Lei nº 8.894, de 1994, com a redação dada pelo art. 3º da Medida Provisória nº 539, de 2011.

“§ 3º No caso de operações envolvendo contratos de derivativos, o imposto a que se refere o caput não será cobrado da contraparte que tem por objetivo a transferência ou minimização do risco.”

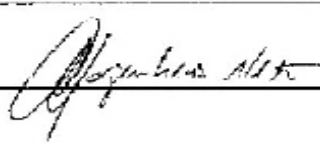
JUSTIFICATIVA

No mercado de derivativos, alguns participantes atuam com o intuito de minimizar ou transferir totalmente o risco a que estão expostos. São os chamados *hedgers*, que ao atuarem no mercado não estão visando o lucro.

Conforme vimos por ocasião da crise de 2008, a falta de *hedge* por parte de algumas empresas culminou em perdas bilionárias, que acabaram sendo contornadas, inclusive, com o apoio governamental. Isso mostra que a prática do *hedge* deve ser difundida e incentivada, daí a conveniência de se dar tratamento diferenciado ao *hedger*, isentando-o de pagar o IOF. De se registrar que esses participantes já possuem tratamento diferenciado ao negociar contratos de derivativos na bolsa brasileira.

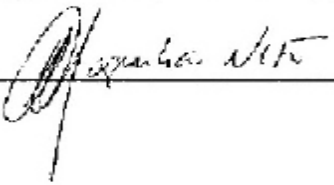
Assim, estamos de acordo com a iniciativa do Executivo de inibir a atuação dos especuladores, mas as medidas não podem ser aplicadas àqueles em procura de proteção.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00011

Data 4/8/2011	proposição Medida Provisória nº 539/11			
Deputado <i>Antonio Carlos Magalhães Neto - DEM/BA</i>	Nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Acrescente-se o seguinte § 3º ao art. 1º da Lei nº 8.894, de 1994, com a redação dada pelo art. 3º da Medida Provisória nº 539, de 2011.</p> <p>“§ 3º No caso de operações envolvendo contratos de derivativos, a contraparte que tem por objetivo a transferência ou minimização do risco poderá deduzir do Imposto de Renda Pessoa Jurídica a cobrança do imposto a que se refere o <i>caput</i>, em forma a ser regulamentada pelo Poder Executivo.”</p>				
JUSTIFICATIVA				
<p>No mercado de derivativos, alguns participantes atuam com o intuito de minimizar ou transferir totalmente o risco a que estão expostos. São os chamados <i>hedgers</i>, que ao atuarem no mercado não estão visando o lucro.</p> <p>Conforme vimos por ocasião da crise de 2008, a falta de <i>hedge</i> por parte de algumas empresas culminou em perdas bilionárias, que acabaram sendo contornadas, inclusive, com o apoio governamental. Isso mostra que a prática do <i>hedge</i> deve ser difundida e incentivada, daí a conveniência de se dar tratamento diferenciado ao <i>hedger</i>, possibilitando que o pagamento de IOF seja deduzido do pagamento do IRPJ. De se registrar que esses participantes já possuem tratamento diferenciado ao negociar contratos de derivativos na bolsa brasileira.</p> <p>Assim, estamos de acordo com a iniciativa do Executivo de inibir a atuação dos especuladores, mas as medidas não podem ser aplicadas àqueles em busca de proteção.</p>				
PARLAMENTAR				
				

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00012

Data 03/08/2011	Proposição Medida Provisória nº 539, de 2011.			
Autor Senador ARMANDO MONTEIRO – PTB		nº do precatório		
1. <input type="checkbox"/> Supressiva Página 1/1	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva Artigo 3º	3. <input type="checkbox"/> Modificativa Parágrafo	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva Inciso	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global Alineas

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se novos parágrafos 3º e 4º ao artigo 1º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, modificado pelo artigo 3º da Medida Provisória nº 539/2011, na forma que se segue:

Art. 3º

"Art. 1º

§3º A operação de hedge via derivativos para atividade exportadora é isenta de cobrança de IOF.

§4º Para efeitos de cálculo de posição vendida líquida, ficam equiparados os contratos de exportação aos contratos de derivativos na posição comprada."

JUSTIFICAÇÃO

O intuito de tributar e criar desincentivos para operações com derivativos alavancados que apostam na valorização cambial é positivo.

Contudo, pela redação proposta pela Medida Provisória 539, o exportador pode ser penalizado. É primordial que a atividade de hedge de operações de exportações não seja tributada – proteção contra eventuais variações na taxa de câmbio. A proposta em si não abre esse espaço. A operação de derivativo "vendida" lastreada em uma operação de recebimento futuro de valor exportado não deve ser tributada.

Para que essa proposta seja eficiente no ato de evitar os ganhos meramente financeiros via alavancagem e não inviabilizar a operação de hedge das exportações, os contratos de exportação devem ser equiparados aos derivativos na posição "comprada", para efeito de cálculo da posição "vendida líquida". Dessa forma, a operação legítima de proteção ao risco cambial se manterá garantida.

PARLAMENTAR

Brasília, 3 de agosto de 2011

00013

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 539. de 2011
(Da Sra Sandra Rosado)

Altera o art. 11 da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de isenção do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM.

EMENDA ADITIVA Nº

Art. 1º a Medida Provisória nº 539 de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação, onde couber:

Art. 2º Esta Lei altera o art. 11 da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de isenção do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM – incidente sobre as mercadorias transportadas em portos das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Art. 3º O art. 11 da lei nº 11.482, de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. O prazo previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, fica prorrogado até 8 de janeiro de 2022, nas navegações de cabotagem, interior fluvial e lacustre.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Instituído pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, o Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM constitui a fonte básica de receita para o Fundo da Marinha Mercante – FMM, cujo objetivo é prover recursos para a renovação, ampliação e recuperação da frota mercante nacional e para o desenvolvimento da indústria da construção naval no Brasil.

Tal adicional pode ser cobrado a partir do início da operação de descarregamento da embarcação em porto brasileiro, sendo dispensado das mercadorias com origem ou destino em portos utilizados para navegação de cabotagem, interior fluvial e lacustre nas regiões Norte e Nordeste. Com base na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, a não incidência da AFRMM vigorou por dez anos, sendo prorrogada até 8 de janeiro de 2012, vide o art. 11 da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, em vigor.

Embora reconheçamos o papel do FMM na manutenção da frota nacional e no crescimento da nossa indústria da construção naval, não podemos desconsiderar a permanência das diferenças regionais na economia brasileira. A superação dessas diferenças impõem medidas mitigadoras, a exemplo da continuidade da isenção do AFRMM para as mercadorias transportadas pela via aquaviária nas regiões Norte e Nordeste do País.

Para garantir o incentivo fiscal em foco, propomos o projeto de lei ora apresentado, estendendo a isenção do AFRMM por mais dez anos, até 8 de janeiro de 2022.

Considerando o alcance social da proposta, contamos com o apoio dos nossos Pares.

Sala das Comissões, em 03 de agosto de 2011.


Deputada SANDRA ROSADO
PSB/RN

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00014

Proposição

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 539, DE 2011.

Autor

DEPUTADO GERALDO SIMÕES

nº do precatório

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo Inclusão

Parágrafo

Inciso

Alínea

EMENDA MODIFICATIVA Nº - CN
(à Medida Provisória nº 539, de 2011)

Ficam alterados os art. 7º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 7º

I -

b) para a liquidação das operações até 31 de dezembro de 2011, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor das etapas 1 e 2, nos termos da alínea a deste inciso:

c) para a renegociação das operações até 31 de dezembro de 2011, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor das etapas 1 e 2, nos termos da alínea a deste inciso:

II -

b) para a liquidação das operações até 31 de dezembro de 2011, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea a deste inciso:

c) para a renegociação das operações até 31 de dezembro de 2011, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea a deste inciso:

III -

b) para a liquidação das operações até 31 de dezembro de 2011, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea a deste inciso:

c) para a renegociação das operações até 31 de dezembro de 2011, uma vez ajustado e consolidado o saldo devedor, nos termos da alínea a deste inciso:

IV -

b) para a liquidação das operações até 31 de dezembro de 2011, pelo saldo devedor ajustado e consolidado, nos termos da alínea a deste inciso;

c) para a renegociação das operações até 31 de dezembro de 2011, pelo saldo devedor ajustado e consolidado nos termos da alínea a deste inciso, mediante a contratação de uma nova operação, nas condições definidas no inciso V do caput deste artigo;

V -

JUSTIFICAÇÃO

A emenda que ora apresento propõe alterar as redações dos seguintes dispositivos da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2010, para, no art. 7º, que trata das operações do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Balana, ajustar os prazos ali contidos a fim de possibilitar a renegociação ou liquidação das dívidas com os descontos previstos nos anexos III a VIII, cujas tabelas foram alteradas recentemente pela Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

Sala das Sessões, 03/08/2011


Deputado Geraldo Simões (PT/BA)

REQUERIMENTO DE LICENÇA

Artigo 13 do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
328-M	Garibaldi Alves	13	09 a 12.08	Atividade Parlamentar
329-M	Marcelo Crivella	13	09.08	Atividade Parlamentar
330-M	Eduardo Amorim	13	09 a 11.08	Atividade Parlamentar
331-M	Sérgio Petecão	13	11.08	Atividade Parlamentar

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
09/08/2011
terça-feira

- 13h** **Almoço com o Governador Agnelo Queiroz, do Distrito Federal, Governador André Puccinelli, do Mato Grosso do Sul, Governador Sinval Barbosa, do Mato Grosso e Governador Marconi Perillo, do Goiás**
Residência Oficial do Governador - Rodovia EPTG Norte
- 16h** **Recebe o Senhor André Araújo, Presidente da Shell no Brasil**
Sala de Audiências
- 16h** **Ordem do Dia**
Plenário

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia nove do mês de agosto do ano de dois mil e onze, terça-feira, às quinze horas, na sala número nove, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 539**, adotada em 26 de julho de 2011, e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que "Autoriza o Conselho Monetário Nacional, para fins da política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos, altera o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, e os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e dá outras providências", com a presença do Senhor Senador Antonio Carlos Valadares, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sergio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2011.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾	

Notas:

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 547, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, lido em 17.5.2011)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁶⁾	2.
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁵⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁵⁾
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽⁵⁾
Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(7,8)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁰⁾	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽³⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽³⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).

4. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

5. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os
Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽³⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(4,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁵⁾

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,6)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁷⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

5. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.

6. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)

7. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de 12 meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, tendo como primeiro
signatário o Senador Eduardo Braga, aprovado em 25.05.2011)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, aprovado em 31.05.2011)

Número de membros: 3

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) ^(4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) ⁽¹²⁾	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lidice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁴⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

.....
.....

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽²⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽¹⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

2. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).

3. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
4. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDÊNCIA/CASDEP)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) ^(3,5,17,21)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfê Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- **** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
VAGO ⁽¹²⁾	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ⁽¹³⁾	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽³⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(5,9)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁷⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
VAGO ⁽⁶⁾	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

** Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

*. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	4. VAGO ^(3,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,7)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. VAGO ⁽⁸⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ⁽⁹⁾
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO ⁽²⁾	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
VAGO ⁽¹²⁾	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ⁽¹³⁾	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,14)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁷⁾
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ⁽⁷⁾
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfê Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾
PP
Reditario Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁴⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾

Atualização: 14/07/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, em substituição ao Senador Ivo Cassol, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁵⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁸⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹¹⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁹⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁷⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁵⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 25/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS
PMN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	
Reinaldo Azambuja	
Sergio Guerra	
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	
Mandetta	
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 13.07.2011)

1- Designados pelo Ato nº 1 do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 13 de julho de 2011.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMIÇÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMIÇÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49



Edição de hoje: 226 páginas

OS: 2011/14043